



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE DOUTORADO

CAMPONESES E CANAVIEIROS: RAZÕES E SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO DO  
SEMIÁRIDO PARA A ZONA DA MATA ALAGOANA

CÍCERO FERREIRA DE ALBUQUERQUE

CAMPINA GRANDE, PARAÍBA  
NOVEMBRO DE 2016

CÍCERO FERREIRA DE ALBUQUERQUE

CAMPONESES E CANAVIEIROS: RAZÕES E SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO DO  
SEMIÁRIDO PARA A ZONA DA MATA ALAGOANA

Defesa de Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Federal de Campina Grande,  
como requisito para a obtenção do grau de  
Doutor.

PROF. DR. MÁRCIO DE MATOS CANIELLO  
ORIENTADOR

CAMPINA GRANDE, PARAÍBA  
NOVEMBRO DE 2016

CÍCERO FERREIRA DE ALBUQUERQUE

CAMPONESES E CANAVIEIROS: RAZÕES E SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO DO  
SEMIÁRIDO PARA A ZONA DA MATA ALAGOANA

Defesa de Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Federal de Campina Grande,  
como requisito final para a obtenção do grau  
de Doutor.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello  
Orientador - UFCG

Prof. Dra. Ghislaine Duque  
Examinadora interna - UFCG

Prof. Maria Aparecida de Menezes  
Examinadora interna - UFCG

Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida  
Examinador externo - UFAL

Prof. Dr. Tarciso Augusto Alves da Silva  
Examinador externo - UFRPE

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A345c

Albuquerque, Cícero Ferreira de.

Camponeses e canavieiros : razões e significados da migração do Semiárido para a Zona da Mata alagoana / Cícero Ferreira de Albuquerque.

— Campina Grande, 2016.

228 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello".

Referências.

1. Migração.
2. Campesinato.
3. Semiárido.
4. Canavieiro.
5. Condição Campesina. I. Caniello, Márcio de Matos. II. Título.

CDU 314.15(043)

À dona Nazaré, com gratidão e amor.

Aos meus filhos Maurício e Vinícius, com amor e esperança.

Aos meus irmãos Márcio, Angela, Romeu, Silvana, Simone,  
Cícero Dudu, Itamar, Alexandre, Sandra e suas crias.

À Rosane pelo companheirismo, carinho, dedicação,  
cumplicidade e compreensão.

Aos camponeses e camponesas e aos canavieiros de Alagoas,  
sujeitos dessa pesquisa, pela generosidade em tantos  
momentos. Somos companheiros.

*In Memoriam:*

Seu Romeu.

Silvina Ferreira de Albuquerque (Maroquinha).

Marili dos Santos (Lica).

Francisco Souza Silva (Chico do Sindicato).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à dona Nazaré, Márcio e Angela, meus amores, pela cumplicidade em todos os momentos da minha vida.

Agradeço à Sandra Regina de Araújo com quem durante muitos anos dividi a vida e construí sonhos. O seu apoio foi imprescindível.

Agradeço ao professor Márcio Caniello: a vida nos aproximou e que não nos distancie. Espero que possamos trabalhar juntos noutros momentos. Tens um amigo em Alagoas.

Aos meus colegas de turma nas pessoas de Aldo Branquinho e Antônio Simões e aos demais colegas do Programa nas pessoas queridas de Valdênio, Shana, Sofia e Lucas Pereira.

Agradeço aos professores do Programa nas pessoas de Márcio Caniello, Marilda Menezes, Ramonildes, Gonzalo Rojas e Luis Henrique.

Agradeço aos companheiros e companheiras dos movimentos sindical e social rural nas pessoas de Cícero Domingos, Débora Nunes, Carlos Lima e Josival Oliveira.

Agradeço aos meus colegas de academia por diferentes motivos nas pessoas de Lucas Pereira, Eliane Cavalcanti, Maria Ester Ferreira, Sávio Almeida, Cícero Péricles de Carvalho, Alice Anabuki, Lúcio Verçosa, Osvaldo Maciel, Dimas Bezerra, Everton Rosendo, Saulo Luders, Mailiz Garibotti Lusa, Kassandra Kallyna e Vera Rocha.

Agradeço às professoras Verena Seva Nogueira e Ghislaine Duque pela participação nas bancas de Seminário de Tese e de Qualificação, momentos valiosos para o aprimoramento desse trabalho.

Agradeço ao Devá do Óleo e ao Pedro Pacífico, em Santana do Ipanema, por terem aberto portas e indicado caminhos tão valiosos.

O agradecimento mais especial de todos é para todos os entrevistados, gentis e atenciosos. Com eles aprendi muito. Viva a sabedoria popular!

## RESUMO

O fenômeno em tela é o da migração temporária do campesinato para o trabalho como canavieiro. Ele já dura décadas e atravessa várias gerações de camponeses que migram do Semiárido para outras regiões do Estado e do país como forma de sobrevivência, permanência e/ou ampliação da sua condição camponesa. A vida em pequenas e médias propriedades exige a migração. Ela é uma estratégia de pecúlio das famílias camponesas e serve ao seu projeto de reprodução.

Mesmo enfrentando durante o período migrado condições adversas de existência e relações de trabalho de assalariamento, sua condição camponesa não é negada, o camponês não é reduzido à condição de proletário. Fatores macroeconômicos e conjunturais como as secas e estiagens importam para que a migração aconteça, mas também não podem ser negligenciados os fatores culturais como a tradição de migrar constituída no seio das famílias camponesas. A migração impacta as rotinas dos camponeses e de suas famílias.

No corte da cana o corpo do migrante é submetido a uma rigorosa disciplina, ele é vigiado, é exigido de forma cruel. O corte da cana requer costume com o trabalho bruto, pede corpos talhados para grandes jornadas laborais. As duras jornadas de trabalho nos canaviais maltratam trabalhador, provocam dores, exaustão e adoecimentos e até a morte.

Palavras-chave: Migração, Campesinato, Semiárido, Canavieiro, Condição campesina.

## SUMMARY

The phenomenon on canvas is that of the temporary migration of the peasantry to work as sugarcane. It has lasted for decades and crosses several generations of peasants who migrate from the semi-arid to other regions of the state and the country as a way of survival, permanence and / or expansion of their peasant condition. Life in small and medium properties requires migration. It is a peculiar strategy of peasant families and serves their breeding project.

Even when faced with adverse conditions of existence and wage labor relations during the period, their peasant condition is not denied, the peasantry is not reduced to the status of a proletarian. Macroeconomic and cyclical factors such as droughts and droughts make migration a reality, but cultural factors such as the tradition of migration within peasant families can not be neglected. Migration impacts the routines of peasants and their families.

In the cutting of the cane the body of the migrant is subjected to a rigorous discipline, he is guarded, it is demanded of cruel form. The cutting of the cane requires custom with the rough work, it asks for carved bodies for great working days. The hard days of work in the cane plantations mistreat workers, cause pain, exhaustion and illness, and even death.

**Keywords:** Migration, Peasantry, Semi-Arid, Sugar Cane, Peasant Condition.



## RÉSUMÉ

Le phénomène à l'écran est la migration temporaire des paysans à travailler comme la canne à sucre. Il a duré des décennies et plusieurs générations de paysans qui migrent de la région semi-aride à d'autres régions de l'État et le pays comme un moyen de survie, de rétention et / ou l'expansion de leur condition paysanne. La vie dans les petites et moyennes propriétés nécessite la migration. Il est une stratégie de pécule des familles paysannes et sert son projet de reproduction.

Même face pendant la période migrés conditions défavorables de l'existence et du travail des salaires relations, leur condition paysanne est pas nié, le paysan ne se réduit pas à la condition prolétarienne. facteurs macroéconomiques et cycliques tels que les sécheresses et les périodes de sécheresse sont importantes pour arriver à la migration, mais aussi ne peuvent pas être négligés facteurs culturels tels que la tradition de migrants ont fait dans les familles paysannes. impacts de la migration des routines des agriculteurs et de leurs familles.

Cutting migrant du corps de canne est soumis à une discipline rigoureuse, il est surveillé, est nécessaire inhumainement. La coupe de la canne exige la coutume avec le travail brut, appelle à grands corps taillées jours ouvrables. Les dures journées de travail dans les champs de canne maltraitent les travailleurs, causer de la douleur, la fatigue et les maladies et même la mort.

Mots-clés: Migration, Paysannerie, semiarid, Sugarcane, condition paysanne.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Figura 1</b> - Ilustração da retirância sertaneja	104
<b>Figura 2</b> - Distribuição dos Sertanejos que Trabalham na Usina Coruripe na Safra 2012/2013	157
<b>Foto 1</b> - Fechamento de rodovias alagoanas por canavieiros	194
<b>Foto 2</b> - Encontro de canavieiros com representante do MPT	200

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1</b> - Mapeamento das Comunidades Quilombolas de Alagoas	83
<b>Mapa 2</b> - Mapa das Sub-regiões do Nordeste brasileiro	99
<b>Mapa 3</b> - Mapa de Alagoas com Destaque da Região Canavieira	164

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Caracterização dos Entrevistados por Atividade e Local de Origem	22
<b>Quadro 2</b> - População Masculina e Feminina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1782	57
<b>Quadro 3</b> - População Masculina e Feminina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1788	58
<b>Quadro 4</b> - Localização Espacial das Tropas Auxiliares de Homens de Cor em Alagoas no Século XVIII	59
<b>Quadro 5</b> - Demonstrativo da população da Província das Alagoas com denominação das paróquias, condição e sexo – 1872	79
<b>Quadro 6</b> – Usinas e destilarias de Alagoas em 2016	176
<b>Quadro 7</b> – Processo técnico de produção e escoamento do etanol celulósico em Alagoas	184
<b>Quadro 8</b> – Série histórica do número de unidades de açúcar e álcool no Brasil, 1990 – 2016	189
<b>Quadro 9</b> – Série histórica de produção de açúcar e álcool em Alagoas 2007/2016	189

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Ocupações/ofício dos membros da 10ª Companhia Miliciana da Vila das Alagoas	63
<b>Tabela 2-</b> Calendário declarado de colheita na safra 2011-2011 (em %)	108
<b>Tabela 3-</b> Perfil dos fornecedores de cana de Alagoas – safra 2010/11	179
<b>Tabela 4</b> – Série histórica de participação das usinas e dos fornecedores na produção de cana em Alagoas – 2008-2016	183
<b>Tabela 5</b> – Comparativo entre estados produtores de cana-de-açúcar (em %)	185
<b>Tabela 6</b> – Série histórica de área plantada em Alagoas, São Paulo, Minas Gerais e Goiás (em mil hectares) – 1970 – 2016	186

## SUMÁRIO

1	<b>APRESENTAÇÃO</b>	15
2	<b>FORMAÇÃO DO CAMPESINATO ALAGOANO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA</b>	25
2.1	<b>Campesinato: uma categoria em movimento</b>	25
2.2	<b>Formação econômica e social do Nordeste: os complexos agropastoril campesino, agroindustrial canavieiro e agropecuário artesanal</b>	31
2.3	<b>Em busca das raízes do campesino alagoano</b>	41
2.3.1	<u>A formação do campesinato do Semiárido alagoano</u>	65
2.4	<b>O lugar do negro no Semiárido alagoano</b>	74
2.5	<b>Comunidades quilombolas no Semiárido alagoano: remanescências de luta e resistência</b>	79
3	<b>CAMPESINATO E MIGRAÇÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO</b>	85
3.1	<b>Migração: um fenômeno histórico de grandes significados</b>	85
3.2	<b>A migração no Nordeste e a “questão regional” no Brasil</b>	95
3.3	<b>Mudanças nas dinâmicas migratórias</b>	107
3.4	<b>A centralidade da família e o lugar da mulher na sociedade camponesa</b>	117
3.5	<b>Migração e socialibilidade: os “sertanejos” e os “da rua”</b>	130
4	<b>O TRABALHO QUE DANIFICA: ESGOTAMENTO FÍSICO, ADOECIMENTOS, ACIDENTES E MORTES NOS CANAVIAIS</b>	135
4.1	<b>Transformações no complexo agroindustrial canavieiro e nas relações de trabalho</b>	135
4.2	<b>A mecânica do corte da cana e o controle sobre o corpo e o tempo</b>	151
4.3	<b>O alojamento como lugar de vida e laboratório disciplinar: estratégia para mais mais-valia</b>	156
4.4	<b>Trabalho precário e luta de classes no complexo agroindustrial</b>	163

**canavieiro**

<b>5</b>	<b>CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, ORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO SINDICAL</b>	<b>173</b>
<b>5.1</b>	<b>Crise do capital e reestruturação produtiva</b>	<b>173</b>
<b>5.2</b>	<b>Movimento sindical e luta de classes na região canavieira de Alagoas: quem não se mexe é atropelado pela história</b>	<b>189</b>
<b>5.3</b>	<b>Organização e reorganização sindical em Alagoas: assalariados rurais e agricultores familiares</b>	<b>202</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>206</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>221</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>227</b>
	<b>ANEXO A - Municípios alagoanos com comunidades quilombolas (3/2/2016)</b>	<b>227</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Nosso objeto de trabalho é a migração temporária realizada por camponeses do Agreste e do Sertão alagoano para o corte da cana, buscamos compreender as suas razões e os seus significados. O fenômeno da migração está inserido num conjunto de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que são indissociáveis, do mesmo modo, não é possível conhecê-lo bem sem dialogar com saberes de diversos campos de estudo e sem compreender que sobre ele implicam diferentes motivações.

Por sua recorrência, a migração impacta a sociedade camponesa de diferentes formas, mas ela não é causa, é manifestação. Ela só ocorre porque a realidade na qual vivem milhares de camponeses impõe, exige que eles migrem. Isso nos remete às condições objetivas de vida do campesinato, ao processo de formação e às formas de organização da sociedade. Em Alagoas, sem dúvida, estamos entrando num universo pouco conhecido. Qual o lugar do campesinato na história de Alagoas? Qual a sua contribuição para a formação da sociedade e qual a sua importância na conformação das relações hoje vigentes nesse Estado? Particularmente, quem é e como vive o camponês do Semiárido? Essas perguntas ainda não foram respondidas. Na verdade, talvez, elas sequer tenham sido feitas antes. Muitas são as razões que poderiam explicar esse ‘vácuo’ historiográfico e mesmo a carência de pesquisa sociológica. Não ambicionamos aqui responder a todas essas questões, talvez, no final desse trabalho, chegue o leitor à conclusão de que o seu maior mérito foi apresentar essas questões e provocar outros pesquisadores a respondê-las.

Escrever sobre a formação do campesinato alagoano, um tema pouco sistematizado, é um atrevimento, é o que fazemos no primeiro capítulo. Em Alagoas, o campesinato é pouco estudado, são insuficientes as pesquisas sobre a sua formação e sobre as suas relações sociais, fato que se agrava quando nos afastamos da zona litorânea e canavieira. O campesinato do Semiárido é quase um ilustre desconhecido não só do grande público, mas também de muitos historiadores e cientistas sociais de Alagoas.

A escassez de pesquisas sobre o campesinato combina com tantas outras carências que marcam cruelmente a sociedade alagoana. Alagoas é um dos estados mais



desiguais do país.<sup>1</sup> Essa realidade tem raízes históricas profundas, estas não podem ser compreendidas e superadas sem o retorno às suas origens. As poucas pesquisas sobre o campesinato e os demais pobres da terra, compreendemos, é uma das faces dessa realidade. Quem dera, por exemplo, existissem pesquisas e aporte de recursos sobre as condições de vida do homem do campo como há para promover o melhoramento genético da cana de açúcar. Só recentemente, a partir de iniciativas como a criação do Grupo de Estudo Trabalho e Capitalismo Contemporâneo (UFAL/CNPq) e do Grupo Terra, vem ocorrendo uma produção inédita de estudos sociológicos e históricos sobre o mundo canavieiro, as lutas e organizações campesinas. Tais iniciativas, porém, não são, sozinhas, capazes de compensar a grande carência de pesquisas acumulada durante décadas. Consciente ou inconscientemente, a academia desvale os pobres e reproduz os abismos da sociedade alagoana.

Os estudos sociológicos necessitam de uma base de dados históricos que ainda não veio à tona e, por isso, todo o esforço de produção sociológica nas terras de Alagoas é também uma produção historiográfica. Contra o campesinato pesa uma trajetória de negação e desqualificação histórica que procura negar a sua presença e a sua importância. O cientista social precisa estar atento para escapar das armadilhas deixadas pela historiografia conservadora que procurou reduzir os camponeses a marginais, vadios e preguiçosos. Esses “abusos da escrita”, expressão utilizada pelo historiador alagoano Dirceu Lindoso (2005a) para demonstrar como as classes dominantes têm atuado na desqualificação das lutas populares ocorridas nas matas alagoanas, especialmente o Quilombo dos Palmares e a Cabanada, ainda ecoam nos dias de hoje.

Contribuir para superar esse quadro não é fácil e exige alguns cuidados. O primeiro é entender que a ocupação do solo brasileiro não ocorreu em todos os lugares da mesma forma. Conforme o molde regional, muitas foram as vezes que o latifúndio avançou sobre a pequena posse e a engoliu ferozmente. Outras vezes, no vácuo deixado pelo latifúndio, instalou-se a pequena propriedade. A formação da sociedade alagoana incluiu os dois processos. No Litoral, o latifúndio ocupou as terras indígenas e espalhou sobre elas grandes plantações de cana; a pequena propriedade tem sido historicamente

---

<sup>1</sup> Alagoas consta como um dos Estados mais desiguais da nação brasileira. Dezesete por cento da população alagoana não têm renda, quarenta e quatro por cento recebem até um salário mínimo e vinte e seis por cento ganham até dois salários/mês. No andar intermediário estão os alagoanos que ganham mensalmente entre dois e cinco salários, dez por cento da população. No topo da escala social estão os que recebem a partir de cinco salários, estes representam três por cento da população local (CARVALHO, 2012).

audaz na disputa de espaço com o latifúndio, muitas vezes sua existência tem sido uma desfeita à monocultura. Nas demais regiões de Alagoas, há fortes sinais de que o processo foi outro: o campesinato chegou primeiro e ocupou importantes áreas. Nos vales dos rios Paraíba do Meio e Mundaú; nas serras de Palmares, Chã Preta, Atalaia, Anadia e Palmeira dos Índios; nas margens dos rios São Miguel, Coruripe, São Francisco e Ipanema; assim como nos vales úmidos do Semiárido, os pequenos proprietários excluídos da sociedade da *plantation* tiveram a primazia ou, há muito, disputam espaço com a grande propriedade. O latifúndio nem sempre abriu os caminhos, muitas vezes sua afirmação ocorreu pelo combate e encurralamento da cultura campesina.

Essa perspectiva rompe com as escritas e as leituras unilateralmente convencionadas e unilaterais de que tudo começou com o latifúndio. A formação social ocorrida em Alagoas não foi única, movimentos similares ocorreram em outros lugares, não cabe, portanto, reivindicar singularidade histórica para qualquer processo de ocupação do território e de formação do campesinato alagoano. Da mesma forma que nem tudo é igual, nada é tão particular que caiba na categoria de singular. Claramente, a formação do campesinato alagoano está situada num processo mais amplo: a constituição do campesinato nordestino, brasileiro e latino-americano. O ajuste *campesinato do Semiárido alagoano*, por exemplo, é mais um movimento de efeito do que a afirmação de um arranjo particular, específico.

Dito isto, façamos três esclarecimentos que são basilares:

- 1- Este é um trabalho empírico teórico que investiga as causas e significados da migração camponesa do Semiárido para as regiões canavieiras de Alagoas, Nordeste do Brasil. É uma experiência delimitada geograficamente e datada historicamente. Não temos pretensões universais, ainda que este seja um projeto do fazer científico e que tenhamos procurado realizar um diálogo com teorias desenvolvidas em outros lugares e por diferentes autores. Não produzimos leis, lidamos com uma realidade e procuramos, apenas, contribuir para o seu esclarecimento.
- 2- Não trataremos de provar que o campesinato existe ou não. Basta dizer que recentemente encontramos com ele em várias oportunidades no Semiárido alagoano. Também o encontramos na Zona da Mata e no Litoral e na região do Baixo São Francisco alagoano. Ele está onde sempre esteve. Sua presença é viva na história brasileira, da América Latina e do mundo. Mais, nos últimos vinte

anos aconteceu em Alagoas um importante processo de recampesinização, consequência das tantas frentes de luta pela terra que ocorreram no Estado nas décadas de 1990 e 2000. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2014) demonstram que, em Alagoas, aproximadamente 17 mil famílias foram assentadas em duas décadas, e mais de 100 mil hectares foram desapropriados.

- 3- Não discutiremos se o campesinato vai acabar ou não. Esse debate já ocupou muitas páginas e demandou energias de muitos pesquisadores. Depois de várias tentativas e de várias páginas escritas, chegamos à conclusão de que, ao abordar essa questão, não apresentávamos novos esclarecimentos. Não faremos uma revisão bibliográfica aqui sobre o tema, apesar de considerá-la também muito importante, mas isso outros também já o fizeram. O que nos parece imprescindível dizer sobre esse tema está aqui resumido em dois pontos: a) consideramos equivocado o paradigma liberal que aposta na modernização da agricultura como um fenômeno abrangente e sufocador da agricultura camponesa. Os capitalistas costumam achar que a sua lógica é avassaladora. Não pretendemos tentar removê-los de suas ilusões. A agricultura camponesa não passa impune pelos ataques do mercado, mas tem se revelado extremamente capaz de driblar os seus caprichos e se manter viva e dinâmica, de se adaptar “[...] a contextos históricos - econômicos, sociais, culturais e ambientais – distintos” (WANDERLEY, 2009, p. 15). Os autores do campo de estudos chamado neomarxismo têm sido absolutamente esclarecedores disso; b) igualmente consideramos erradas as análises ortodoxas e deterministas que tentam solapar a dialética da história. Pensar, por exemplo, o campo a partir de um modelo em que quem não for empresário será proletário nos parece um exercício de ficção, típico de quem não conhece a realidade.

Alagoas tem uma extensão territorial de 27.933 km<sup>2</sup>, a superfície do Semiárido é de 13.900 km e o clima é quente na maior parte do ano, em média 25° C. O Estado tem o menor percentual de área inclusa no chamado Polígono das Secas nordestino, 43,7%, do seu território. Por dispor de características climáticas mais favoráveis à agricultura do que as áreas semiáridas, o Polígono é “cognominado vulgarmente de o ‘filé do Nordeste’” (ANDRADE, 1998, p.33).

O Agreste alagoano é formado por 23 municípios, nos quais há uma população de aproximadamente 500 mil habitantes, enquanto o Sertão é composto por 26 municípios e nele vivem aproximadamente outros 500 mil habitantes. Cerca de duzentas e cinquenta mil pessoas que vivem no Semiárido trabalham na agricultura familiar. São descendentes dos índios, negros, mestiços e brancos pobres que, em tempos e por destinos diversos, chegaram à região e ainda hoje lutam e resistem contra o controle e o monopólio da terra, contrariando o modelo da grande propriedade gestado no período colonial.

As regiões da Mata e do Litoral foram dominadas pelo modelo latifúndio-monocultor-agroexportador. O padrão de ocupação do Semiárido, inaugurado sob a égide das pequenas propriedades, a partir do século XVIII, com o avanço das grandes fazendas de gado, seguiu um molde semelhante ao do Litoral e ao da Zona da Mata.<sup>2</sup> A atividade agropecuária, entretanto, não teve a mesma importância econômica que a cana-de-açúcar, e o latifúndio no Semiárido assumiu caráter complementar: fornecer carne de gado e víveres de primeira necessidade à região monocultora da cana. Destino igual tiveram os seus braços excedentes.

No segundo capítulo, vamos tratar do fenômeno migratório. Procuramos demonstrar que, na realidade do Nordeste – e consequentemente de Alagoas –, ele é um acontecimento de vulto, seja pela sua trajetória histórica, seja pelo significado econômico, pelo número de sujeitos envolvidos, ou mesmo pelo fértil campo de pesquisa e análise sociológica que ele representa. Ainda que apareça na literatura como a razão primeira, a migração causada pela seca ou por longos períodos de estiagem tem caráter excepcional. Ordinariamente, a migração é uma necessidade decorrente da forma como a terra foi ocupada na região. No Sertão, existe um grande número de minifúndios que são importantes na configuração social e demográfica, mas que quase sempre são economicamente insuficientes; no Agreste, a pequena propriedade tem mais força, bem como há um predomínio da policultura, mas também economicamente escassos.

Dois grupos principais migram: 1 – Os desempregados do campo e da cidade, maioria dos migrantes: são trabalhadores rurais, ex-camponeses ou não, com vida no campo ou na cidade, que, quando têm oportunidade, sobrevivem do trabalho que realizam nas médias e grandes propriedades da região. No verão, migram em busca de

---

<sup>2</sup> A expressão “Zona da Mata” decorre do fato de que no passado a região era toda coberta pela mata Atlântica, que hoje se encontra quase toda devastada e substituída pela cana e por pastos para o gado.

trabalho e de melhores rendimentos. São os vínculos familiares e a identidade que têm com a região que os trazem de volta. Os rendimentos obtidos no corte da cana são, muitas vezes, a única renda que têm durante o ano e quando, somadas duas safras, adquirem o direito ao seguro desemprego, ou seja, a cada dois anos, garantem um ano inteiro com salário. 2 – Os camponeses com pouca terra. Sem ou com pouca tecnologia e assistência técnica, produzem para a reprodução da unidade familiar e destinam pequena margem da produção para o mercado. Atuam no limite das suas possibilidades objetivas de reprodução da unidade produtiva familiar. Têm profunda relação com a terra e forte identidade com a região. Nessas condições, a migração temporária é uma exigência de sobrevivência e uma estratégia de melhoramento da sua “condição camponesa”. São estes que estudamos aqui.

Nosso estudo, por meio das fontes escritas e dos processos de pesquisa empírica, investiga as formas de organização do campesinato do Semiárido e os significados da migração para o trabalho no corte da cana em suas vidas. Esses dois fenômenos, há mais de um século, estão interligados e se impactam. Historicamente, o primeiro destino migratório dos camponeses do Semiárido tem sido a região canavieira de Alagoas. Nas últimas décadas, o universo canavieiro tem passado por grandes mudanças, o processo de reestruturação produtiva vivido pelo grande capital no mundo inteiro alcançou fortemente o campo e a indústria canavieira, gerando graves consequências regionais e suprarregionais. Permanentemente cobrados a se modernizar e a aprimorar os seus lucros, os empresários do setor canavieiro, entre outras medidas, têm reduzido plantas industriais, aumentado a mecanização, estabelecido metas de produção cada vez mais exigentes. No rastro dessas iniciativas, observamos o agravamento das condições de trabalho, o aumento da exploração e do desemprego. Esse é o tema central do terceiro capítulo.

Esse processo, além de afetar profundamente as relações de trabalho no mundo canavieiro, impacta as vidas dos camponeses-canavieiros, migrantes temporários que encontram na atividade do corte da cana um importante meio de manutenção da sua condição campesina. Entre outras coisas, essas mudanças, muitas vezes, têm redirecionado o destino migratório para outras regiões do país e para outras atividades produtivas. Todos, os trabalhadores “da rua” e os “sertanejos”, têm sofrido com as transformações no mundo canavieiro. Os migrantes, conforme demonstram as entrevistas e outros dados da realidade, têm tolerado mais as crescentes exigências das

empresas canavieiras. Um olhar descuidado sobre esse fenômeno pode inspirar desvios de compreensão e até preconceitos como aquele que sugere ser o sertanejo um *ser* de índole submissa.

No quarto capítulo, prosseguimos com a discussão das transformações do mundo canavieiro, a análise é mais voltada para a identificação e conformação de um quadro local a partir dos fenômenos da reestruturação produtiva, da crise financeira internacional e dos significados disso para a organização dos trabalhadores. Na última década os canavieiros alagoanos fizeram grandes mobilizações, inéditas na história de Alagoas e marcadas por uma dinâmica organizativa que surpreendeu, por isso são tomadas como “espontâneas”. O movimento sindical de toda região canavieira foi colocado em xeque e não conseguiu responder às demandas dos trabalhadores, uma nova postura foi exigida. Os “sertanejos” também tomaram parte desse processo. Neste capítulo, a partir desses acontecimentos, abordamos a organização e reorganização do movimento sindical rural em Alagoas, acontecimento novo e que ainda está em configuração.

O pesquisador tem o dever de observar a realidade com acuidade, isso exige diálogo com os sujeitos em suas relações sociais concretas e abertura para receber as contribuições de diferentes campos de conhecimento e de outros pesquisadores. Estamos diante de um tema interdisciplinar, a migração é um problema de diversas áreas de estudo. Nossa formação de historiador e de sociólogo define o arco geral do nosso olhar pesquisador, mas não o enclausura. Conhecimentos produzidos por pesquisadores da antropologia, demografia, geografia e economia, por exemplo, nos têm sido imprescindíveis. Esse percurso é rico, mas academicamente arriscado. Ao mesmo tempo que nos permite vários diálogos, ele nos afasta de uma teoria ou mesmo de uma categoria mestra para abordar a realidade. Pela natureza que assumiu, para responder aos desafios que a pesquisa nos impôs, essa é uma experiência de bricolagem. O princípio que nos move é o de que ninguém responde a tudo sozinho. À parte isso, oportunidade tivéssemos, faríamos quatro agradecimentos especiais: Jan Douve van der Ploeg, Kalina Vanderlei Paiva da Silva, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Edward P. Thompson.

Metodologicamente, delimitamos previamente o universo da pesquisa, os movimentos a serem realizados, e procuramos manter fidelidade a tais delimitações, ainda que alguns ajustes sejam sempre impostos pela realidade, e necessários, à medida

que mais nos aproximamos da mesma e que mais nos apropriamos do objeto. Pesquisamos camponeses-canavieiros – aqueles que têm terra – e suas famílias, abordamos aqueles que migram para a região canavieira de Alagoas, ainda que a realidade tenha nos mostrado que cada vez mais essa migração é ampliada e que as atividades dos migrantes têm sido diversificadas. Investigamos as razões e os significados que os migrantes e os seus familiares emprestam ao processo migratório.

Seguindo as observações preliminares que já tínhamos, realizamos 50 entrevistas entre fevereiro de 2012 e novembro de 2015. As entrevistas aconteceram em três municípios sertanejos, São José da Tapera, Santana do Ipanema e Carneiros, e em Igaci, município agrestino. Também realizamos entrevistas em Atalaia, município da Zona da Mata e em Maceió, capital do Estado. Majoritariamente, foram entrevistados homens e mulheres, maridos migrados e esposas. Além dos camponeses-canavieiros e de suas esposas, entrevistamos também outros atores sociais, conforme quadro 1, abaixo:

**Quadro 1-** Caracterização dos Entrevistados por Atividade e Lugar de Origem

	Quem	Quantos
Entrevistados (as)	Camponês- canavieiro	17
	Ex- cortadores de cana	5
	Dirigentes sindicais	5
	Esposas e ex-esposas	12
	Funcionários públicos (juiz, diretor INSS, escrivão, diretor empresa de assistência técnica)	4
	Empreiteiro	3
	Dirigente federação	2
	Líderes quilombolas	2
Lugar de origem	São José da Tapera	20
	Santana do Ipanema	13
	Carneiros	8
	Igaci	1
	Poço das Trincheiras	3
	Atalaia	1
	Maceió	2
	Brasília	1
	Goiás	1

Fonte: ALBUQUERQUE, 2016.

Encontramos com famílias camponesas que vivem em povoados próximos de pequenos centros urbanos, a maioria com acesso a energia e a aparelhos domésticos,

como televisão e geladeira.<sup>3</sup> Era possível conversar com eles sobre diversos temas, mas tratamos sobre suas existências. Com os homens, conversamos sobre o trabalho na roça, a produção; e conversamos sobre a migração, as dificuldades, as vantagens, a produção, os alojamentos e sobre como veem e são vistos pelos “da rua”. Primamos pelas conversas individuais, fora da presença de mulher/do marido e de colegas, mas isso nem sempre foi possível. Quando inevitável, nos adaptamos às circunstâncias da realidade. Houve uma situação em que entrevistamos um grupo de mulheres, em três oportunidades entrevistamos o casal. Mas houve uma situação em que encontramos um grupo informalmente reunido, seis homens entre 18 e 35 anos e que no mês seguinte migrariam para o corte da cana.

Todos eram filhos de/ou pequenos proprietários de terra, quatro casados e com filhos, enquanto os dois solteiros viviam com os pais. Excepcionalmente, entrevistamos o grupo. Não houve privacidade e as entrevistas individuais foram invadidas, os presentes interferiam nas respostas dos outros. O que inicialmente nos pareceu um problema revelou-se um grande ganho. Os entrevistados estiveram bastante à vontade. Diante de algumas questões que propusemos, o grupo demonstrou a necessidade de corrigir, de acrescentar e até de contestar alguns temas, demonstrando bastante altivez para informar e/ou esclarecer o que lhes parecia obscuro ou inadequado, talvez isso não tivesse ocorrido ou – se acontecesse – não alcançasse a mesma ênfase se as entrevistas fossem individuais. A expressão foi solta, diversos temas vieram à tona. Captamos, por exemplo, como a migração tinha sentidos diferentes naquele grupo.

Na oportunidade, mais do que em qualquer outra vivenciada durante o trabalho de campo, percebemos que naquela realidade a migração é um *parto* necessário para os projetos de futuro do camponês, surge como uma válvula de escape às durezas da realidade. Por meio dela, o migrante reage às condições concretas da existência e às dinâmicas econômicas, sociais e políticas mais amplas, que lhes são adversas. Mas também percebemos que ela é compreendida como possibilidade. O migrante sazonal, muitas vezes, tem objetivos estratégicos, projeta, constrói sonhos, no seu horizonte, a migração é caminho de ida, mas é também caminho de volta. A manutenção da condição camponesa é parte fundamental dos eventos migratórios.

De forma breve, fazemos alguns esclarecimentos: o uso das categorias camponês e campesinato decorre de uma decisão política nossa. Camponês é uma

---

<sup>3</sup> Nenhuma família tinha computador e internet em casa. Os filhos acessavam esses serviços, quando iam à cidade estudar.



categoria política, assim como agricultor familiar também o é. Na realidade pesquisada, porém, quase não ouvimos falar em camponês, os migrantes não se referem a si mesmos como tal. Algumas vezes se definem como agricultores familiares, agem assim aqueles que participam de alguma organização política, sindicato, associação ou acessam créditos bancários ou políticas públicas, lugares e situações nos quais essa linguagem é corrente. Por eles, são agricultores, apenas isso. Isso parece dizer tudo, inclusive as duas coisas.

Escolhemos trazer as falas dos nossos entrevistados para dentro do texto, um recurso utilizado para fortalecer os argumentos e fazê-los diretamente presentes na obra. As falas, entre colchetes, aparecem no texto como foram ditas. Em poucas oportunidades essa regra não é seguida.

Também esclarecemos que utilizamos “da rua” e “sertanejos” entre aspas para indicar como, respectivamente, são tratados os canavieiros que moram fora das propriedades rurais em que trabalham, mesmo que o lugar seja um pequeno povoado rural, uma periferia da cidade ou mesmo a cidade, sem distinção; e os migrantes para o corte da cana, sejam eles do Sertão ou não: qualquer migrante é “sertanejo”.

## **2 FORMAÇÃO DO CAMPESINATO ALAGOANO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA**

Quem é o campesinato que estamos estudando? Como se formou o campesinato do Semiárido? Essas questões – e outras – nos motivaram a realizar esse estudo. Mas o campesinato é uma categoria histórica presente no mundo, e detentora de características bastante particulares.

O mundo globalizado tem ficado cada vez mais homogêneo e o capital mais hegemônico. Isso não quer dizer que o campesinato está em liquidação, que será inexoravelmente proletarizado. Pensar e entender a história de forma linear e determinista é antidialético. O capitalismo é hegemônico, mas não é absoluto. Não estamos diante do fim do campesinato e nem do fim da história.

Nossa experiência ratifica, o campesinato se renova e enfrenta velhos e novos desafios.

### **2.1 Campesinato: uma categoria em movimento**

Essas comunidades viviam de caça, pesca, coleta e horticultura realizada pelas mulheres em hortas familiares heterogêneas, exploradas com instrumentos simples, com a energia humana e o fogo, realidade que nascia da escassez relativa de braços; da abundância e irrigação (MAESTRI; FIABANI, 2008, p. 69).

As comunidades descritas eram comunidades indígenas, nossos primeiros habitantes e os mais ancestrais agricultores brasileiros. A eles somaram-se milhões de negros africanos com maior desenvolvimento técnico, inclusive o uso do metal, utilizado no trato da terra e na produção de alimentos. Da horticultura doméstica praticada por índios, negros e pobres livres que viveram no Brasil colonial para a agricultura camponesa não houve sobressalto. O processo de transição foi tão natural que podemos falar de duas fases de uma mesma vida, ainda que nem toda comunidade horticulora tenha feito esse caminho. É a passagem da lavoura à agricultura e tem relação direta com o fim do nomadismo, com o advento da família e esteve combinada com a criação de animais e com as atividades artesanais (BERNSTEIN, 2011).

O que define a existência da agricultura e do campesinato não é o desenvolvimento mais ou menos avançado das técnicas, o uso de instrumentos diversos, a geração de excedentes ou mesmo a comercialização destes, quando há. O que define a existência da agricultura e do campesinato é o ato rotineiro de plantar, cultivar, colher e consumir. Obter da terra frutos pelo trabalho regular e sistemático é agricultura. O trabalho funda a agricultura.

A forma como isso se dá (as técnicas e os instrumentos utilizados), como o fruto é apropriado e dividido, a produção do excedente e o destino dado a ele, é importante, mas são questões subsequentes. Camponês é quem vive da agricultura, é quem com o próprio trabalho emprenha a terra, dela retira frutos e a ela está vinculado. Esse vínculo não é de propriedade. Nas culturas indo-americanas mais profundas, a terra tem dimensão sagrada, é mãe. Pela agricultura, a terra se transforma “[...] num prolongamento do corpo do indivíduo”<sup>4</sup> e o realiza como membro de uma comunidade. É a ontologia do trabalho no seu momento mais sublime, não há dissolução do homem com a terra, nem relação de domínio e opressão entre eles, sem o instituto da propriedade privada, os dois são livres e se realizam em relação.

A agricultura camponesa é uma resposta histórica que homens e mulheres construíram para a sua necessidade de sobrevivência, mas vai além disso. A produção de excedentes e o acúmulo destes, por sua vez, provam que a agricultura favoreceu a elaboração de projetos para a vida em sociedade. Os estoques eram necessários nos tempos de intempéries, mas também recurso de troca por meio do escambo ou do comércio, tal qual conhecemos hoje.

As raízes do campesinato latino-americano são profundas e genuinamente livres. Os índios não eram camponeses, mas não é possível falar de campesinato nesse continente sem, com justiça, um reporte às suas matrizes indígenas. Nossa agricultura camponesa não nasceu nas brechas da agricultura capitalista, latifundista e monocultora. Quando o mercado impôs sua hegemonia e a agricultura camponesa coexistiu com ele (por conveniência do sistema de *plantation* ou por ter se imposto a ele), ela foi ampliada e se constituiu como alternativa para milhões de homens e mulheres que passaram a viver à margem ou na periferia do sistema. Mas o sistema não é o centro para a agricultura camponesa, o seu centro está em si.

---

<sup>4</sup> Marx, 1977, p. 87.

Para o camponês, o vínculo com a terra não se realiza pela propriedade desta, é anterior, mais profundo e além da posse. No Brasil, historicamente, índios, negros e pobres são proibidos de possuir, ainda assim, é genuína a relação que têm com a terra. Esta relação é, antes de tudo, uma relação de coprodução. Mesmo quando há a propriedade, o essencial é a oportunidade de fazê-la brotar. É isso o que nos diz um camponês de São José da Tapera, migrante de muitas viagens: “*Eu tenho que botar a minha roça, eu não passo sem botar a minha roça*”.

A fala do camponês taperense nos põe diante de dois valores, imperativos que o mobilizam. “*Eu tenho que botar a minha roça*” significa que não existe camponês sem roça, sem plantio, sem trato com a terra. É no encontro com a terra que o camponês se realiza na condição de produtor autônomo. O *ethos* campesino é construído no vínculo produtivo com a terra, no respeito por ela e na realização do sujeito que se vê nos frutos que obtém do seu cultivo. O “*eu não passo*” revela a necessidade de fazê-lo, quase um ritual sem o qual a existência fica vazia. É assim que ele é livre, que ele mantém os seus vínculos tradicionais com a terra, que ele decide.

Não estudamos uma sociedade camponesa. Ela não existe. Estudamos grupos sociais localizados historicamente (primeira década do século XXI) e geograficamente (América Latina, Brasil, Nordeste, Semiárido, Alagoas, São José da Tapera, Carneiros, Santana do Ipanema, Igaci). Esses grupos estão inseridos na sociedade global – apenas duas residências visitadas não tinham energia elétrica, televisão e rádio –, recebem as suas mensagens, processam os seus códigos, adquirem hábitos, acompanham noticiários; estão sintonizados com os acontecimentos políticos do país e locais; vão à feira, vendem e compram; têm negócios com bancos; seus filhos frequentam a escola (quase sempre na zona urbana); não são sujeitos isolados. Mas têm o seu próprio mundo. Estudamos o modo de viver desses grupos. Existe uma forma campesina de produzir e de viver. Os elementos de centralidade são o trabalho, a sua relação com a natureza e o trabalho cooperado de reprodução da unidade de produção familiar.

Da mesma forma que registramos o fenômeno da campesinização, chamado para enfrentar a tese de liquidação do campesinato, encontramos o oposto. Quando encontramos jovens, filhos de camponeses, que rejeitam o trabalho na roça e assimilam os códigos da migração como seus e como vantajosos, estamos diante do fenômeno da descampesinização. Também encontramos diferentes graus de campesinidade. Há camponeses que vivem e moram no campo [*Não troco a vida no campo por nada*] e há aqueles que trabalham no campo, mas preferem “a vida na cidade”. A roça tem

significados diferentes para diversas famílias camponesas. Correndo o risco de cometer arbitrariedades, identificamos, assim, as roças que encontramos e o envolvimento das famílias camponesas em três categorias:

. **A roça como meio de vida/categoria central** – Nesse modelo, a roça constitui a principal fonte de reprodução da unidade familiar, nela são combinadas atividades agrícolas e agropecuárias. A terra, o trabalho são categorias indissociáveis. A terra é pouca, em média dez tarefas, mas a roça e a criação são tarefas que envolvem todos os membros da família que vivem dos frutos daquilo que plantam (milho e feijão são as principais culturas) e criam (pequenos animais: galinha e cabra). Os excedentes, quando há, poucos, são levados à feira ou negociados com conhecidos. A vida é humilde e os equipamentos de uso na roça e na vida doméstica são modestos, precários até. Os recursos que são indispensáveis à aquisição dos bens que a família não produz são adquiridos com os poucos recursos obtidos com a venda dos excedentes ou, principalmente, com o aluguel do trabalho na região ou, no limite, com a migração. Estes dois últimos expedientes são quase sempre inevitáveis, mas não buscados. E quando acontecem, as energias estão voltadas para o aprimoramento da roça e da unidade familiar. É profundo o vínculo com a terra entre os mais adultos. Essas unidades, em geral, são dinâmicas, no limite da realidade, intensivas, tocadas com muito esforço e primor. Ainda que de forma muitas vezes inconsciente, suas práticas estão próximas daquilo que se convencionou chamar de agroecologia. São formadas por grupos tradicionais, de religiosidade profunda e zelo pela vida em comunidade. Constroem articulações com os vizinhos, muitos dos quais parentes, realizam mutirões, discutem os problemas e fazem negócio entre si. Não raro, formam associações, participam de sindicatos, têm parcerias com organizações de apoio e assistência técnica e Organizações Não Governamentais e são representados em mobilizações, exigindo políticas públicas que lhes favoreçam. Estes são mais comuns no Sertão.

. **A roça como segurança/categoria parcial** – Nessa categoria a roça é uma reserva estratégica, necessária e praticada por diferentes membros da família, principalmente pai e mãe. Da terra a família não se desfaz, produz nela parte daquilo que precisa para o consumo cotidiano, sem essa produção a família ficaria desguarnecida. A roça tem importância do ponto de vista econômico, social e cultural, está na raiz da formação da identidade campesina que os membros do núcleo familiar apresentam, mas não é suficiente para prover a unidade familiar porque a terra é pequena. Isso não acontece necessariamente porque plantar e criar perderam espaço

para outras atividades no seio da família, mas por razões diversas: a família cresceu e tornou-se grande, o nível de consumo elevou-se e os bens gerados na terra ficaram insuficientes; os membros da unidade familiar alcançaram um nível de escolaridade maior e isso lhes gerou melhores oportunidades de emprego ou, até mesmo, porque o hábito de migrar desprestigiou a atividade campesina. A migração nesse tipo de unidade é uma necessidade premente e acontece para trabalhar em diversas atividades. Os ganhos obtidos com a migração até são utilizados para a ampliação e o aprimoramento dos equipamentos e das condições de reprodução da família – afinal a terra é a certeza e a segurança que têm –, mas eles são, primeiro, utilizados para garantir a sobrevivência da família. A roça foi transformada numa atividade complementar, parcial e, muitas vezes, sobrecarrega mulheres e filhos. Nessas condições, só em períodos de muitas chuvas a roça consegue gerar o suficiente para satisfazer as necessidades de consumo da família e gerar valores próximos aos que são obtidos no desempenho de outras atividades. A terra tem a sua centralidade diminuída, mas ela é a certeza do futuro que espera principalmente os mais adultos. A migração, nesse caso, tem um sentido estratégico diferente. Ela é mais importante para a sobrevivência cotidiana, tem menos sentido de poupança, mas é graças a ela que a posse da terra é garantida. A trajetória migrante nessa categoria, conforme Afrânio Garcia Jr. (1989) observou no interior da Paraíba, tanto pode levá-los à migração permanente como pode reforçar a sua condição camponesa. Nossa pesquisa indicou as duas coisas, nas famílias maiores há os que buscam a cidade e outro modelo de vida e aqueles que a temem.

**. A roça como prazer/categoria cultural** – Nessa categoria, a roça não é a atividade primeira da unidade familiar. A roça continua existindo e participando da subsistência da unidade familiar, mas não é imprescindível, poderia ser dispensado. Qual o seu significado, então? Ela é um símbolo de resistência, é um espaço de sonho e de afirmação de identidade. Ela é fundamentalmente uma expressão cultural, ele existe e continua sendo cultivado para preservar uma tradição, é uma maneira de manter vínculo com os antepassados e de preservar uma forma de viver. É um meio de encontro com a terra e de afirmação do trabalho como valor fundamental. A roça não é mais a fonte de sustentação da unidade familiar. Pais e filhos construíram outros meios de vida, a migração é excepcional. A família cresceu, novas formas de renda foram incorporadas e a roça se tornou um símbolo. Ela continua sendo plantada, preservada. Um olhar descuidado vai identificar nessa modalidade de roçado o triunfo do capital, a proletarianização ou a falência da atividade campesina, é exatamente o oposto. Outra

expressão dessa categoria é realizada pelos aposentados, idosos ainda com condições de “trabalhar na enxada”: plantando e criando eles renovam os sentidos de suas existências, a horta da mulher encontra a roça do marido e dos filhos. Essa é também a maneira encontrada de comer alimentos saudáveis. Aqui, a roça é um patrimônio cultural, preservadora de identidade.

Maria Lúcia Pires Menezes (2001) nos diz que o que mais encanta no quadro agrário brasileiro é sua diversidade. Encontramos num universo tão pequeno diferentes situações migratórias, estas diferenças, porém, não alteram fundamentalmente o sentido dado pelos camponeses a terra, à roça, à família e ao trabalho cooperado que nela se realiza, e à migração.

O campesinato alagoano tem suas raízes construídas no período colonial, é herdeiro direto de um campesinato tradicional e luta tenazmente contra um modelo totalizante de sociedade, representado pelo latifúndio, que, permanentemente, tenta avançar sobre suas terras. Por ter enfrentado desde os seus primórdios grandes contradições, recorrentemente a sociedade do Semiárido é destacada como menos desigual e menos verticalizada socialmente (ANDRADE, 1998; SABOURIN & TRIER, 2003; LINDOSO, 2011a).

No Sertão e no Agreste, a terra é mais bem distribuída e por isso as duas regiões são mais justas. Entretanto, tal constatação precisa ser melhor apurada. As vantagens econômicas e sociais do Semiárido despontam quando a região é comparada às regiões da Zona da Mata e do Litoral que são profundamente injustas e desiguais, isso não quer dizer que o Semiárido é exemplo de justiça social. Um esclarecimento importante é que nada disso é obra do acaso ou resulta de um imprevisto histórico qualquer. Por razões conhecidas, os conflitos deslocados da zona canavieira para o Semiárido, somados à tradição de luta dos índios, forçaram uma configuração de apropriação menos desigual da terra e, conseqüentemente, uma sociedade menos hierarquizada na região. O encontro dos perseguidos e alijados socialmente do sistema de *plantation* (negros e pobres livres) com os oprimidos pelo sistema do curral (índios, negros e agregados) constituiu-se num evento de grandes significados.

Viver no Sertão é um desafio permanente, a seca, inimigo natural, tem sido enfrentada com bravura ao longo da história. A convivência com o Semiárido só é impossível quando a propriedade é pequena ou muito pequena. Com pouca terra e com clima adverso, o camponês do Semiárido alagoano não tem como viver apenas da produção que realiza, ela é insuficiente e precisa ser complementada com outras rendas.

A venda de dias de trabalho para um proprietário da região ou mesmo a realização de trabalhos como pedreiro, marceneiro ou outros também não garante a sua sobrevivência e a da sua família, porque acontece com irregularidade. Migrar é preciso.

Ao mergulhar no mundo canavieiro, o migrante tem rompido, temporariamente, a sua condição de camponês, é precarizado. Sua força de trabalho ajuda a indústria canavieira a existir e a prosperar. Paradoxalmente, a indústria canavieira, assim como a construção civil, por exemplo, é importante para a manutenção de milhares de pequenas propriedades agrícolas no Semiárido alagoano e em todo o Nordeste. Essa relação de complementaridade acontece em condições desiguais e perversas. Nesses termos, o campesinato do Semiárido, assim como tantos outros pelo mundo, é uma categoria em movimento e seus movimentos são de luta e resistência.

## **2.2 Formação econômica e social do Nordeste: os complexos agropastoril campesino, agroindustrial canavieiro e agropecuário artesanal**

Com acerto, três grandes complexos funcionaram como matrizes do povoamento colonial e tripé da formação econômica e social brasileira: o complexo agropastoril campesino, o complexo agroindustrial canavieiro e o complexo agropecuário artesanal. Articulados, eles constituem os grandes pilares a partir dos quais a economia e a sociedade brasileira foram formadas.

Chamamos de complexos as formas particulares de organização econômica, social, política e cultural constituídas no interior da sociedade colonial como expressão do embate dialético entre os interesses econômicos, sociais e políticos da Metrópole e dos grupos locais e destes entre si.

Porque se constituem como uma consequência da expansão comercial da Europa, o povoamento do território brasileiro e a formação dos complexos são acontecimentos de significados além-fronteira, suas razões primeiras precisam ser buscadas fora do continente americano, mas as configurações que assumem no plano local são próprias e imprescindíveis para entender a sociedade colonial e, em grande medida, o que somos hoje.



Num complexo, as dimensões local e global estão conectadas e se retroalimentam, quase sempre, com hegemonia ou hierarquia favorável à segunda, o que se constitui em fonte de tensões viscerais. No Brasil, desde o começo, a metrópole portuguesa compreendeu que não haveria como garantir a exploração do território brasileiro sem povoá-lo. As estratégias de povoamento foram eficazes e deram origem à sociedade luso-brasileira, marcada por grandes contradições. Com o tempo, os brasileiros passaram a ser maioria, com formações sociais, identidades e projetos econômicos e políticos próprios tomaram corpo e redimensionaram as relações colônia e metrópole.

A concepção de complexo vincula a dimensão econômica com um conjunto amplo de significados sociais, políticos e culturais. O complexo é um fenômeno social caracterizado por um conjunto de relações produtivas cujo alcance não se revela apenas no montante de riquezas que gera ou nas diferentes dimensões de interesses abrangidos, mas, também, na amplitude das relações sociais que desencadeia e promove. Um complexo é sempre composto por várias atividades produtivas, mas no seu interior um produto pode ganhar maior vulto, tornar-se produto matriz e ser a principal razão de povoamento de um território, bem como pode servir de referência de uma economia e ser o ponto de partida para a compreensão de uma sociedade. Contudo, é preciso ter clareza dos limites interpretativos que tal movimento representa e evitar alguns exageros cometidos no Brasil. De tão consolidados, aos complexos canavieiro e pecuário se convencionou chamar “civilização do açúcar” e “civilização do couro”.

Ditas dessa forma – e tantas vezes repetidas –, tais categorias não afirmam apenas a importância que a cana e o gado tiveram para a formação da economia brasileira, elas têm outros significados. Economia monetária, riqueza e civilização são valores consorciados na elaboração das categorias “civilização do açúcar” e “civilização do couro”, expressam formas consideradas particulares e dominantes de organização da vida em sociedade, correspondem ao modelo europeu. Em tais acepções, civilização não representa uma uniformidade de condutas, expressa modelos superiores, isso se evidencia na hierarquização, por exemplo, que se faz entre as duas – a segunda como dependente da primeira –, e na consequente compreensão de que depois delas nada mais parece ter existido. Essas categorias são claramente excessivas, têm pretensões de totalidade, superlativam os dois complexos e são carregadas dos valores prezados pelos colonizadores.

Não há dúvida da hegemonia dos complexos agroindustrial canavieiro e agropecuário artesanal no contexto da economia colonial nordestina, mas o modelo de economia e de sociedade que essas atividades estabeleceram não foi absoluto, na verdade, foi permanentemente contestado. Nenhum complexo existe só, complementarmente precisou conviver com outros. No universo canavieiro, por exemplo, se desenvolveu a primeira produção pecuária, assim como existiu, desde os primeiros tempos, uma agricultura campesina. Por dentro da atividade pecuária mais característica daquilo que se convencionou chamar de “civilização do couro”, aquela existente nas regiões do Semiárido, aprendeu-se a conviver com o campesinato e suas roças de milho, de feijão e de outros produtos mais resistentes à aridez do solo e aos castigos do sol e, ainda que em pequena quantidade, com o plantio da cana e a fabricação da cachaça, da rapadura e do açúcar. O complexo agropastoril campesino assumiu diferentes formatos e fez-se presente no Litoral, na Mata e no Semiárido, por dentro ou às margens, atravessando os outros complexos, articulado e/ou enfrentando a cana e o gado, combinado com o fumo, com o algodão e com outros produtos de menor importância. Segundo o tempo e o local, foi subalterno ou duelou com os outros complexos pelo usufruto do solo.

O capital cumpriu papel disciplinador na ocupação territorial nordestina e nas suas configurações econômicas e sociais, mas é antidualético pensar que ele foi total. O índio e o negro foram mais que escravos (quando escravizados), com eles o campesinato tomou forma e representou a primeira expressão da classe trabalhadora nas terras brasileiras; a sua presença não foi e não é fruto de um simples ajuste à ordem e às estruturas dominantes, os diversos embates travados pelos camponeses no período colonial constituem-se nos primeiros conflitos da classe trabalhadora em território brasileiro. Mesmo quando incorporado ao universo do latifúndio, da monocultura e do mercado, o campesinato cumpriu papel incômodo, feriu e obstou os projetos dominantes.

De longe, o complexo agropastoril campesino foi o mais completo, o mais diverso e o que mais produziu sínteses. As pequenas propriedades camponesas combinaram sempre a produção de vários produtos agrícolas com as atividades agropecuárias. Da criação de pequeno porte como a galinha, a cabra, o porco, ao cavalo e ao boi, tudo iremos encontrar na propriedade campesina, o pequeno produtor é um multiprodutor. O camponês brasileiro, desde os primeiros tempos de sua existência, produz para a sua sobrevivência e para o mercado.

O complexo agropastoril campesino é bastante distinto. Diferente dos outros, ele não tem uma matriz de produção que o caracterize, o camponês é aquele que produz alimentos, isso tem um sentido naturalmente plural. Também não é fácil demarcar um território como agropastoril campesino, assim como se faz – ainda que arbitrariamente – com o Litoral nordestino, definido como agroindustrial canavieiro, e o Semiárido, identificado como agropecuário artesanal. Essa dificuldade de demarcar um território como agropastoril campesino, porém, em grande medida decorre do fato de que o campesinato foi visto durante muito tempo à sombra do latifúndio e da monocultura, o que revela um limite de compreensão. Por essa lógica, por exemplo, o Quilombo dos Palmares, que foi a mais consequente experiência antilatifúndio e antimonocultura da história brasileira, acaba reduzido a um dos seus significados, a luta antiescravidão.

O Quilombo dos Palmares foi a primeira e mais duradoura posse campesina de nossa história, o primeiro complexo agropastoril campesino do Brasil. Em seu significado mais original, o Quilombo foi o mais veemente exemplar da resistência campesina em terras brasileiras. No seu interior, além de produtos agrícolas plantados em grandes roçados, vamos encontrar a criação de animais de pequeno porte, ambos utilizados para o consumo interno e para o comércio com as vilas e povoados vizinhos.

Nas palavras de Dirceu Lindoso (2011b), o Quilombo dos Palmares foi uma invenção que correu ao revés do mundo colonial, não tomou por modelo a sociedade de pastoreio, nem a sociedade da *plantation*, na verdade, foi um contraponto aos modelos dominantes na sociedade colonial. E não foi contraponto apenas porque era uma invenção de negros fugitivos, associados a índios na mesma condição e a brancos pobres marginalizados, foi um contraponto porque pela primeira vez na nossa história combinou a luta contra o modelo social explorador representado pelo latifúndio monocultor à luta contra a opressão no contexto da escravidão. O Quilombo dos Palmares foi mais do que o principal evento pela liberdade da nossa história, ele foi a primeira grande página da luta de classes no Brasil.

Mas nem só de comunidades quilombolas foi formado o complexo agropastoril campesino em Alagoas. Uma malha de comunidades de pobres e livres se espalhou para além do Litoral. Juliana Alves de Andrade, a partir de pesquisa documental relativa ao século XVII, atesta a existência de um complexo campesino em paralelo, em relação e em contraste com o complexo canavieiro, que avança fundamentalmente – de forma inédita entre nós – para a afirmação da existência, na região dos vales do Paraíba e do Mundaú,

[...] de uma complexa rede de interesses econômicos que ajudou no desenvolvimento de uma economia de gêneros de primeira necessidade no interior das Alagoas [e de que] [...] tais sujeitos criaram um universo rural particular no qual o acesso a terra e seu cultivo foram essenciais para a sobrevivência em liberdade e a construção de um espaço camponês numa região de economia agroexportadora (ANDRADE, 2014, p. 68-70).

O mesmo pode ser dito sobre as atividades campesinas desenvolvidas no Semiárido, sem dúvida existentes antes e para além das sombras dos currais.

Expressões como “complexa rede de interesses econômicos”, “um universo rural particular”, “construção de um espaço camponês”, utilizadas pela autora, demonstram a presença e a vitalidade de um complexo campesino, mas, também, a existência de uma sociedade e de uma “cultura camponesa no interior de Alagoas”. Isso foi o máximo dito. É muito. Mas não se aproxima do tema civilização.

Nada disso, porém, em nenhum momento, parece avizinhar-se do que foi chamado de “civilização do açúcar” ou de “civilização do couro”. Mesmo quando lhe é atribuído o *status* de “comunidade”, de “sociedade”, de “nação”, de “república”, todos conceitos avançados, porque reconhecem o conteúdo político da organização social quilombola, nada, nem de longe, parece significar “civilização”. Por que uma experiência histórica que durou cerca de cem anos, que ocupou milhares de quilômetros de terra e que envolveu milhares de pessoas de diferentes etnias não foi chamada de “civilização”?

É preciso esclarecer o significado disso. O sentido de “civilização”, empregado em relação à sociedade do açúcar e à sociedade do gado, corretamente, não seria adequado à sociedade quilombola, uma sociedade agropastoril campesina de predominância negra, composta majoritariamente por negros fugitivos e insurretos, um modelo de sociedade em aberto combate ao latifúndio, à monocultura, à escravidão e à metrópole – e não cristão – não caberia no conceito estamental<sup>5</sup> de “civilização”. O termo civilização, como foi empregado em relação à sociedade do açúcar e do couro tem sentido de dominação, está carregado de nexos de oficialidade e de ordem, valores aos quais a sociedade agropastoril campesina construída no Quilombo era diretamente oposta. O Quilombo, assim como grande parte da experiência campesina no período colonial, não decorreu de um ato de planejamento da metrópole, ainda que em muitas

---

<sup>5</sup> Sobre o conceito de escrita estamental ver Lindoso, 2011a.

circunstâncias tenham sido editadas leis incentivando o cultivo de alimentos no interior da grande propriedade, mas do enfrentamento ao modelo de sociedade imposta por ela.

Diferentemente, conforme Vera Lúcia Amaral Ferlini, a instituição da lavoura canavieira no Brasil teve um caráter sistemático e planejado, rigidamente de acordo com os interesses mercantilistas e que “A partir dos engenhos, nos dois primeiros séculos de nossa história, o vasto complexo sócio-econômico (sic) colonial movimentou-se” (FERLINI, 1998, p. 29-30). Cícero Péricles de Carvalho (2015) completa esse quadro descrito por Ferlini, quando nos diz que, no século XVI, a cana foi a primeira atividade comercial não extrativista desenvolvida no nosso território; o engenho, o maior e mais complexo empreendimento comercial do mundo; o açúcar, o produto de maior valor no comércio internacional; e o Brasil, praticamente, o fornecedor exclusivo do mundo ocidental.

Por representar tanto, o complexo agroindustrial canavieiro nordestino cumpriu diferentes e estratégicos papéis no período colonial, entre eles, garantir a posse e o usufruto rentável da jovem terra brasileira. O preço elevado do açúcar no mercado internacional favoreceu a entrada de grande quantidade de capital europeu no Brasil, o desenvolvimento de enormes plantações de cana, a instalação de indústrias açucareiras, bem como financiou o tráfico de escravos, durante séculos.

Os impactos desses acontecimentos na formação econômica e social do Brasil foram imensos e se deram em diferentes sentidos. No plano externo, centros mercantis europeus tiveram incremento comercial com a recepção do açúcar e a venda de suas manufaturas, enquanto as praças escravistas da África foram fortalecidas com o tráfico; internamente, apesar da política monopolística de Portugal, o capital açucareiro impulsionou várias atividades consideradas subsidiárias:

Tabaco, pecuária, lavoura de subsistência, olarias produtoras de telhas, tijolos e formas, o abastecimento de lenha para as fornalhas e de madeira para as construções interligavam-se no processo produtivo em que o centro e unidade era o engenho (FERLINI, 1998, p. 29).

A compreensão de que o engenho é uma instituição central na sociedade canavieira colonial é comum entre os autores clássicos do tema, bem como de que ele é símbolo de uma engrenagem de grave verticalização social.<sup>6</sup> Ele é a instituição que representa a monocultura (monopólio da cana), o latifúndio (monopólio da terra) e a indústria (controle do fabrico), todo o processo, os meios e os recursos, muitas vezes,

---

<sup>6</sup> Cascudo, 1971; Freyre, 2000; Diégues Júnior, 2002.

concentrados nas mãos de um único agente social, o senhor de engenho. O trabalho escravo foi o componente que completou com retoque de grave crueldade o modelo de exploração econômica e de sociedade canavieira no período colonial.

A atividade produtiva representada pelo engenho – cana/açúcar – constituiu-se na nossa primeira grande matriz produtiva e foi grandemente responsável pelo povoamento do Litoral e das regiões logo subsequentes a ele, num período que levou aproximadamente três séculos para se consolidar no território alagoano. Por sua importância, a constituição do complexo agroindustrial canavieiro, integrante do que Ferlini (1998) chamou de “vasto complexo sócio-econômico (sic) colonial”, foi hegemônica em muitos momentos. O sentido “vasto” e hegemônico do complexo agroindustrial canavieiro, porém, não fez dele mais do que ele foi, nem sua grande importância impôs que tudo girasse em função dele. Esse entendimento nos impele a propor uma correção no sentido de “subsidiárias”, atribuído pela autora às demais atividades desenvolvidas no contexto da economia colonial. Exemplar para superar essa compreensão é a afirmação de Palacios, que segue:

[...] é possível afirmar que, ao longo do século XVIII, a plantação escravista de Pernambuco se converteu, de maneira quase imperceptível, em um complexo de exportação agrícola que dependia cada vez mais dos excedentes e até certo ponto das decisões dos agricultores pobres e livres – os camponeses da formação escravista – para a reprodução de sua força de trabalho e, portanto, para sua participação no processo de acumulação. Essa perturbadora constatação, que nada tem a ver com uma suposta articulação “estrutural” da produção camponesa à plantação, provocou um choque de reverberações múltiplas e persistentes na consciência política dos administradores coloniais e dos setores dirigentes agrários e determinou – no último quarto do século XVIII – o início real da expropriação e da subordinação das comunidades camponesas de Pernambuco e de suas capitâncias anexas aos interesses da plantação escravista (PALACIOS, 2004, p. 67).

Ainda que algumas atividades econômicas e sociais tenham ocorrido a partir da instituição dos plantios de cana e dos engenhos, essas atividades, corretamente, não podem ser reduzidas à condição de subsidiárias, o conteúdo é outro. Escapa aos que tratam a agricultura campesina como de “subsistência” ou como “subsidiária” os sentidos estratégicos e essenciais que tiveram não apenas para a economia, mas para o conjunto da sociedade colonial. Tal como Palacios (2004, p. 116-117, grifo do autor), rejeitamos “[...] a pétrea noção de que *sempre* existiu um vínculo estrutural entre a produção de subsistência e a grande unidade agroexportadora” ou, melhor dizendo, a

compreensão de que esse vínculo, por natureza, seja de dependência da primeira em relação à segunda.

A atividade agropecuária começou no Litoral e na Mata, onde ainda hoje é presente, mas desenvolveu-se com maior força no Agreste e, principalmente, no Sertão, onde estão os maiores rebanhos. A presença do gado nas regiões canavieiras envolveu grandes conflitos entre os dois complexos, a primazia da cana nos mercados internacionais foi determinante para que o gado fosse expulso das áreas canavieiras, não obstante a sua importância durante muito tempo não apenas como fonte de alimento para a população canavieira, mas também como força motriz utilizada no trato da terra, no transporte da madeira, da cana, do açúcar e de outros bens necessários ao mundo do engenho. A força do gado no complexo canavieiro foi tão relevante que Gilberto Freyre (2004, p. 106) nos diz que “O escravo vindo da África não encontrou aqui melhor companheiro do que o boi para os seus dias mais tristes. Para os seus trabalhos mais penosos”. Guimarães (1989, p. 67) complementa, dizendo que o gado “Tornara-se um escravo tão disputado quanto o negro e cujas reservas deveriam ser tão abundantes quanto as dos produtores humanos”.

Desde os movimentos iniciais de colonização, o gado acompanhou os portugueses, vindo da Península Ibérica e de Cabo Verde. Por volta de 1533, na Expedição de Martin Alfonso de Souza, chegaram ao Brasil os primeiros bovinos, junto com outros animais domésticos, e participaram da fundação da primeira Capitania Portuguesa na Ilha de São Vicente. Inicialmente ligado ao mundo do engenho, depois, conforme os ditames do projeto colonizador, o gado andou. Seguindo as margens do São Francisco, com grande força chegou ao Sertão e ao Agreste. No Sertão, foram produzidos os grandes rebanhos que forneceram a carne que abasteceu não apenas o Semiárido, mas toda a sociedade colonial, e também o couro que – por ter tanta serventia – motivou João Capistrano de Abreu a cunhar a máxima “civilização do couro”.

É preciso entender adequadamente as razões do gado e os seus significados. Porque conviveu com a cana e foi fundamental para o seu desenvolvimento, porque foi imprescindível para o regime alimentar colonial, porque ganhou relevância enquanto estratégia de ocupação territorial e teve importância econômica, especialmente nos períodos em que o açúcar estava em baixa no mercado externo, não nos parece acertada a configuração da agropecuária apenas como “[...] um segundo sistema econômico, dependente da economia açucareira [...]” e da região canavieira (FURTADO, 1998, p.

56-57), ainda que o principal centro consumidor de carne estivesse na região açucareira e que os valores movimentados pela pecuária fossem infinitamente inferiores aos movimentados pelo sistema canavieiro. Segundo Furtado (1998, p. 60), “[...] a renda total gerada pela economia criatória do Nordeste seguramente não excederia cinco por cento do valor da exportação do açúcar”.

A necessidade de vender para o Litoral, que os pecuaristas sentiam, era correspondida pela necessidade que a região canavieira tinha de adquirir a carne produzida no Semiárido. As duas atividades econômicas estiveram vinculadas: cumpriam papéis diferentes, mas decisivos para a consolidação do projeto colonizador. De forma mais ampla, não só carne transitava do Semiárido para o complexo agroindustrial canavieiro. Em 1839, num relato de viagem entre a Paraíba e o Recife, Daniel P. Kidder (1959, p. 96), missionário americano que viveu no Brasil entre 1837 e 1840, faz a seguinte anotação, certamente comum às demais províncias nordestinas: “O dia estava lindo. Alcançamos e acompanhamos, por algum tempo, uma tropa de sertanejos que transportava farinha de mandioca e algodão em fardo”.

Assim como no complexo agroindustrial canavieiro, no complexo agropecuário artesanal deu-se o predomínio das grandes propriedades. Mas, novamente conforme Furtado (1998, p. 60), “[...] a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência [...]”, combinada com a produção de outros alimentos, realizada por pequenos e médios produtores rurais. Expressivas são também as diferenças entre as duas atividades. Nas atividades pecuárias desenvolvidas nas regiões semiáridas o elemento indígena, substituindo parte do trabalho escravo negro, parece ter se adaptado melhor e o trabalho assalariado aconteceu em menor proporção, o que não quer dizer que o trabalho escravo não tenha existido na região (retomaremos esse debate adiante para demonstrar a presença e a importância do trabalho escravo na região agropecuária e no Semiárido).

Conforme o modelo adotado, cujas raízes estão na Europa, para cada quatro crias de gado, o vaqueiro tinha direito a uma, o que caracteriza uma participação no rebanho, favorecendo, inclusive, a democratização da renda na região. Outro diferencial muito significativo foi a menor suscetibilidade da atividade pecuária aos diferentes humores do mercado externo. Razões endógenas justificavam a produção da pecuária. O aumento da população regional, um fato concreto mesmo em períodos de retração econômica da cana-de-açúcar, exigia o aumento da população animal. Em períodos de crise do açúcar no mercado exterior e de consequente restrição do mercado interno de



carne e couro, as atividades de subsistência cresciam e compensavam parcialmente os mercados perdidos pela pecuária.

Aqui estamos diante de um exemplo claro de que os pontos de conexão e complementariedade entre os complexos existiram e foram – e ainda são – vitais para a sobrevivência destes. Isso nos remete a um aspecto importante da relação entre os complexos. Ainda que estejam montados em bases desiguais e, conseqüentemente, existam relações de conflito entre eles, o sistema que os engloba exige que existam relações de dependência mútua. Para o bom funcionamento, é necessário que os complexos em algum grau estejam articulados. A crise de um deles pode descarrilhar os outros e, conseqüentemente, gerar instabilidade econômica, política e social no conjunto da sociedade. Exemplos recorrentes disso podem ser dados em relação ao setor canavieiro, vulnerável permanentemente às variações de preço do açúcar no mercado internacional. A ocorrência de secas, mais comum na região semiárida do que nas demais, por diversas vezes impactou as regiões da Mata e do Litoral não apenas porque a produção de carne foi reduzida, mas porque muitos dos seus habitantes foram forçados a migrar. As diversas crises de alimento do período colonial também comprovam isso.<sup>7</sup> Paradoxalmente, dependência e autonomia são categorias centrais para a existência dos complexos e para a efetivação de vínculos entre eles.

Momentos de retração e de expansão, de crise ou de abundância podem se caracterizar igualmente como eventos de risco para o equilíbrio da relação entre os complexos. As retrações ocorridas em períodos de crise de um complexo, como já explicado, impactam negativamente os outros, mas os períodos de expansão ocorridos também, aliás, nessas fases, a relação entre eles fica mais visível. Em tempos de euforia de preços de um produto as disputas entre os complexos ficam mais duras e quase sempre ocorrem desequilíbrios. A elevação de preços da cana no mercado internacional expulsou o gado do Litoral para o Sertão e fez crescer a pressão sobre as atividades campestres. A diminuição da produção de alimentos, por qualquer que tenha sido a razão, por sua vez, provocou o aumento de preços e diversas crises alimentares, o que foi fonte de graves instabilidades em toda a sociedade colonial.

Não compreenderemos adequadamente esses fatos se os observarmos apenas pelas dinâmicas de mercado, seja o interno ou o externo. A posse e a exploração do

---

<sup>7</sup> Em alguns momentos a crise era produzida. No período colonial brasileiro, algumas vezes, os produtores setores do campesinato reagiram ao poder dos senhores de engenho retendo ou escondendo alimentos para forçar a alta de preços.

território brasileiro foi um empreendimento econômico e político dirigido pelo Estado português. Segundo Guimarães (1989), no Brasil, simultaneamente, formaram-se propriedade e Estado, que nasceu oligárquico porque assim interessava aos portugueses e assim continuou porque esse modelo atendia às classes dominantes coloniais. Orientado pela lógica mercantilista, o Estado português e seus administradores coloniais atuaram permanentemente para afirmar o modelo agroexportador, em detrimento, inclusive, das condições de sobrevivência das populações locais. Sem a clara intervenção do Estado, os complexos dominantes não teriam sido o que foram.

Sentido diferente teve a Metrópole e o Estado colonial em relação ao complexo agropastoril campesino. A agricultura campesina, seja pela produção de alimentos, seja pela de outros gêneros como tabaco e algodão, foi incentivada apenas quando encarada como de subsistência, subsidiária da grande produção e lucrativa ao tesouro português. Sem essas razões, foi reprimida pelos agentes do Estado, do latifúndio e da monocultura. Mas o campesinato sempre teve um projeto próprio. Apesar da repressão sofrida, o complexo agropastoril campesino revelou-se insolente e construiu saídas aos cercos dominantes.

### **2.3 Em busca das raízes do campesino alagoano**

Os primeiros movimentos colonizadores do território alagoano ocorreram no entorno dos rios Manguaba, Camaragibe, São Miguel e Santo Antônio<sup>8</sup>, região norte, onde estava “[...] levantado o maior número – entre os quais os melhores – dos nossos engenhos de fabricar açúcar [...]” (SANT’ANA, 2011, p. 20). Além do açúcar, havia também o plantio da mandioca e de outros víveres, do tabaco e do algodão. Entre 1630 e 1637, período da disputa do território entre portugueses e holandeses, a parte sul de Pernambuco, território que hoje constitui Alagoas, já era um importante produtor de gêneros alimentícios, fundamentais para abastecer a sede da Capitania, entre eles o gado. A presença do pequeno produtor era notada dentro das matas ou mesmo no interior das grandes propriedades canavieiras.

Antes mesmo da instituição do sistema de moradia, os senhores de engenho tiveram de conviver com o desvio de parte de suas terras para a produção de alimentos. A grande propriedade precisava alimentar-se. Brancos e negros tiveram nos alimentos

---

<sup>8</sup> Porto Calvo, o primeiro povoamento português em Alagoas, foi fundado em 1575, sob o domínio de Cristovão Lins.

produzidos no interior da *plantation* a base de sua subsistência. Os dias de domingo eram destinados para que os escravos plantassem as suas roças. Essa prática, conforme Diégues Júnior (2012, p.62), não existira em outras áreas de escravidão, “[...] veio a ser posteriormente legalizada com a Carta Régia de 31 de janeiro de 1704 [...]”, representando assim uma forma particular do regime escravocrata brasileiro e, “[...] sob certo ponto de vista, uma valorização do escravo em sua atividade econômica [...]” (Ibid., p. 62).<sup>9</sup> Nem sempre era o escravo o principal beneficiário desse sistema, mas o senhor, vejamos:

Num documento de 1837, o dia de folga do escravo é denominado “direito de sábado”, como se lê no parecer sobre a prestação de contas do imperador. Deste modo, aliás, se colhe a informação de que os escravos são vestidos e alimentados à sua custa, com os trabalhos dos sábados, domingos e dias de guarda, que são de folga (Ibid., p. 62).

Na prática, entretanto, a Carta Régia e o “direito de sábado” não foram sempre cumpridos. A burla de tais proposições foi mais comum do que a efetividade das mesmas. De fato, a atividade campesina dentro da grande propriedade só avançou quando foi interessante para os senhores ou quando foram forçados a fazê-lo em consequência das fugas dos escravos. Schwartz chama a atenção para essa dinâmica quando afirma que

É quase certo que a existência do direito dos escravos à propriedade e certo grau de autonomia resultassem de uma série constante e mutável de acordos e negociações que variavam de uma região para outra, ou mesmo de um latifúndio para outro, com o tempo (SCHWARTZ, 2001, p. 105).

Permitir ao escravo plantar e colher com autonomia dentro da propriedade foi um expediente limite, expressão de um ato extremo dos senhores de terra para evitar fugas e garantir a mão de obra necessária ao plantio e ao corte da cana. Conforme Cardoso (2009, p. 103),

[...] a atribuição aos escravos de parcelas de terra e de tempo para cultivá-las constitui uma característica universal do escravismo americano, [bem como] tendeu a transformar-se em um direito de fato e, em certos casos, fixado pela lei.

---

<sup>9</sup> Essa prática foi denominada pelos holandeses como “Sistema Brasil” e reproduzida por eles nas Antilhas.

Ainda conforme o autor, esse expediente tinha a função de reproduzir o próprio sistema escravocrata na medida em que minimizava o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho e maximizava a exploração dos escravos. Por outro lado, as roças empoderavam os escravos, que adquiriam alguma estabilidade no desempenho de suas atividades camponesas.

Por esses termos, é preciso valorizar a presença da agricultura praticada pelos escravos e outros sujeitos marginalizados (moradores e pequenos arrendatários) no interior do sistema escravocrata e melhor dimensionar os seus significados. Assim, apesar de compreender os limites que levaram Cardoso (2009, p. 101) a afirmar que “[...] não há dúvida de que as atividades camponesas dos escravos eram secundárias em relação ao escravismo dominante”, entendemos que essa expressão não dimensiona adequadamente as atividades camponesas realizadas no interior da grande agricultura colonial. O vocábulo “brecha” amesquinha os significados da agricultura realizada pelos escravos. A própria “característica universal” de acesso aos meios de produção e ao tempo para a realização das atividades camponesas, reconhecida pelo autor, contradiz o sentido de “brecha” por ele utilizada. Na verdade, a questão principal não é constatar que a atividade camponesa desempenhou papel secundário ou afirmar a sua funcionalidade no contexto da economia colonial, também não é central atestar que o escravo e o morador estavam em condição subordinada dentro da sociedade colonial, isso tudo é evidente. Importa reconhecer a presença e o relevo das atividades camponesas não apenas para a existência daquela sociedade, mas, fundamentalmente, para compreender como ela foi capaz de existir dentro de uma ordem social que a negava e, também, como isso foi decisivo para a formação do campesinato no Nordeste brasileiro e para o seu desenvolvimento enquanto fração da classe trabalhadora brasileira.

Porque plantavam e porque colhiam, os escravos puderam ter um regime alimentar melhor. O plantio de legumes e verduras, de mandioca, milho, feijão e de outros gêneros que lhes permitiram melhores condições alimentares, também serviu para torná-los sujeitos com uma economia própria. Em alguns lugares, os excedentes viravam mercadorias para atender às demandas das populações locais e, até, para exportação (SCHWARTZ, 2001). A presença dessa economia camponesa desenvolvida pelos escravos pode ser atestada de diferentes maneiras. André João Antonil, no clássico, *“Cultura e Opulência no Brasil”*, obra do início do século XVIII, afirma que:

Dos escravos novos se há de ter maior cuidado, por que ainda não têm modo de viver, como os que tratam de plantas suas roças [...]. Os domingos e dias-santos de Deus, eles os recebem, e quando seu senhor lhos tira e os obriga a trabalhar, como nos dias de serviço, se amofinam e lhe rogam mil pragas. Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor, para que não se descuidem; e isto serve para que não padeçam fome e nem cerquem a casa de seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha (ANTONIL, 2011, p.109).

Os registros seguintes são mais evidentes de que a produção escrava não só existia como evoluía para além da própria subsistência. Henry Koster, em 1812, presenciou uma festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros, ocorrida num povoamento próximo de Recife, na qual as despesas foram “satisfeitas pelos escravos da propriedade”, e a festa “inteiramente dirigida por eles” (KOSTER, 1959, p. 50). Diversos outros exemplos poderiam ser chamados para comprovar que os escravos desenvolviam uma economia própria no interior do sistema escravocrata, mas nos contentaremos com mais dois, registrados em lugares bem diferentes do Brasil. Carvalho (2014), na segunda metade do século XIX, no interior paulista, analisando a violência praticada pelo escravo Bonifácio contra a sua “parceira”, Carlota, atesta que o assassinato fora praticado com um canivete que o agressor comprara. A plantação de feijão, conforme as fontes da época, realizada no interior da fazenda de café, na qual vivia, parece ter sido a fonte do recurso utilizado pelo agressor para adquirir o instrumento do crime. Também no século XIX, encontramos em Diégues Júnior, (2012), que os escravos de Viçosa, em Alagoas, compravam cachaça. Fundamental é registrar também que graças à comercialização de uma parte daquilo que produziam vários escravos compraram a própria liberdade.

As atividades camponesas dos escravos, ainda quando toleradas e oportunas para os senhores e mesmo que tenham tido importância econômica reduzida – essa redução só pode ser afirmada em comparação com a grande agricultura –, consolidaram-se como uma pauta na relação entre senhores e escravos, representaram uma porção de impertinência e alimentaram conflitos entre opressores e oprimidos. Elas não foram simplesmente uma concessão do sistema dominante, nem significaram apenas uma maneira das classes proprietárias livrarem-se da responsabilidade de alimentar e vestir os escravos. Elas foram expressão de resistência e de poder dos dominados, motivo de luta; representaram parcelas de autonomia, foram conquistas. Apesar de não termos dados disponíveis, é certo que o percentual das terras ocupadas por roças de escravos era pequeno comparado com as terras ocupadas por canaviais, por

exemplo, mas essa também não é a questão fundamental. Fundamental é saber que as roças de escravos existiram, que não foram concessões gratuitas ou que não corresponderam apenas aos interesses dos senhores, em diversos contextos, especialmente quando a escravidão estava em crise. Foram condição para manter os escravos e para evitar as fugas, recurso utilizado pelos senhores; foram também condição imposta pelos escravos para não fugirem, meio de construção das condições objetivas de melhores condições de existência, de realização de suas lutas, de capitalização e de conquista de liberdade.

O mais importante, porém, é que, somadas, as atividades camponesas desenvolvidas pelos escravos, assim como as dos índios e as dos pobres e livres constituem as raízes mais profundas de uma cultura camponesa brasileira. Essa cultura, no passado e no presente, inspira ações individuais e coletivas de luta pela terra e de sustentação de um modo de vida que contraria a lógica civilizatória do latifúndio, da monocultura, que, além de hegemônica, tem pretensões de totalidade.

A resistência e a fuga dos índios e negros, a relutância dos pobres e livres de se integrarem ao regime das grandes propriedades, combinadas, contribuíram para a formação de comunidades rurais isoladas, fatos que levam Schwartz a reconhecer que

Sempre existiu uma população rural livre na colônia, porém os anos de meados do século XVIII parecem ter sido importantíssimos para a sua formação. Os motivos desse processo nunca foram estudados em profundidade, porém é certo que contêm fatores tanto econômicos quanto demográficos (SCHWARTZ, 2001, p. 133).

A existência dessas comunidades durante muito tempo foi negligenciada ou mesmo negada pelas classes dominantes.<sup>10</sup> Sobre elas, Guillermo Palacios (2004, p. 80) afirma que “[...] nada ou quase nada consta sobre as condições sociais, a organização interna ou os sistemas culturais”. Entretanto, essa tentativa de indeferimento histórico do campesinato feito pelas classes dominantes e seus intelectuais não alcançou pleno êxito. O mesmo autor, analisando a formação do campesinato no Nordeste oriental de Pernambuco, no período de 1700 a 1817, nos diz que

---

<sup>10</sup> A essas comunidades foi atribuído pelo poder dominante da época um caráter permanentemente marginal. Palacios (2004), Lindoso (2005b), Almeida (2010), Andrade (2014) analisam fartamente esse fenômeno e demonstram que a presença do campesinato na ordem escravocrata representou muitas vezes uma afronta e uma impertinência aos interesses do capital e da Metrópole. Tratá-los como marginais foi um recurso ideológico fartamente utilizado pelas classes dominantes.

A primeira metade do século XVIII foi na história agrária do Nordeste oriental do Brasil um período no qual se conjugaram diversas condições determinantes para o surgimento e a expansão de uma agricultura não escravista relativamente vigorosa, de base familiar, que se teria propagado, especialmente a partir da década de 1720, pelas fertilíssimas áreas dominadas originalmente pelas plantações açucareiras escravistas (PALACIOS, 2004, p. 113).

A presença do campesinato na região canavieira se dá em claro conflito com a grande propriedade da terra. Entre tantos, compete registrar a existência de dois acontecimentos históricos de grande porte nas terras alagoanas: o Quilombo dos Palmares e a Guerra dos Cabanos.

A resistência à opressão, o sonho de liberdade e de realização de um projeto campesino são elementos compostos nas fugas dos escravos, mas poucas vezes reconhecidos e como tal valorizados. A escravidão era um instituto de força, de opressão e privações várias, a principal delas era a ausência de liberdade. Por isso, no cotidiano, os escravos desenvolveram vários meios de resistência, insatisfação e revolta. No repertório da insubordinação constavam também “[...] as **insurreições**; as **agressões perpetradas por escravos**, contra feitores e senhores; os **suicídios**; a **recusa de trabalhar**, ou simplesmente o afrouxamento no trabalho” (SANT’ANA, 1989, p. 30, grifos do autor). A fuga tornou-se um expediente comum e forte, ela ameaçava de colapso a economia açucareira e colocava em xeque o poder dos senhores de terra. A grande quantidade de matas virgens era um convite permanente à evasão.

Em Alagoas, conforme Diégues Júnior (2012), os primeiros negros chegaram para o trabalho na cana-de-açúcar, vindos de Angola, Congo, Rebolo, da Costa, Mina, Bengala, Caxangue e de Moçambique.<sup>11</sup> Esses negros chegaram ao Brasil trazendo experiências no cultivo de vários gêneros, bem como conhecimento de metalurgia e outras especialidades, mas a maioria serviu mesmo foi no eito: o plantio, limpa e corte da cana. Mas nem só de cana vivia a colônia, era preciso produzir alimentos para a sobrevivência da escravaria, dos senhores e de toda a população que só crescia nas novas terras. A experiência campesina trazida pelos negros da África foi importante na produção que alimentou o Brasil colônia. No seio da sociedade escravocrata, os negros foram escravos e camponeses. Entretanto, registrar a presença campesina do negro no

---

<sup>11</sup> Conforme Celso Furtado (1998, p. 42), “A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada”.

período da escravidão é mais do que atestar que eles plantavam para a própria subsistência ou que sua produção moldava-se na estratégia senhorial de retenção da mão de obra escrava no interior de suas propriedades. Como vimos, fartos são os registros de que os escravos produziam para o próprio consumo e para o mercado.

O Quilombo dos Palmares foi a mais valiosa experiência de resistência negra-popular e também o mais original e intenso experimento campesino de todos os tempos no Brasil. Os palmarinos eram conhecidos por seus inimigos não só pela capacidade de luta e organização política e militar, mas também pela grande vocação para o trabalho. O governador pernambucano Pedro de Almeida, por exemplo, os descreve como “grandemente trabalhadores”. A agricultura era a principal atividade, através dela faziam estoques para os períodos de guerra e inverno. A fraqueza dos palmarinos eram as suas roças. Carneiro (2011) cita um parecer do ex-governador da Província de Pernambuco, João de Souza, de 1687, no qual atesta que “o mais sensível mal” e a “maior opressão” que os negros poderiam sofrer era a destruição de suas lavouras.<sup>12</sup> Eles “[...] plantavam feijão, batata-doce, mandioca, milho, feijão, favas, mandioca, amendoim, batatas, cará, bananas, abóboras, ananases, e até fumo e algodão” (CARNEIRO, 2011, p.42). A lavoura mais importante era o milho que lhes fornecia duas safras anuais. Também plantavam cana e arroz, além das atividades de caça, pesca e a criação de animais domésticos como porcos e galinhas; colhiam diversos frutos na mata, além de mel de abelha e azeite das palmeiras. Enfim, “[...] o quilombo constituiu, certamente, uma lição de aproveitamento da terra, tanto pela pequena propriedade como pela policultura, ambas desconhecidas na sociedade oficial” (CARNEIRO, 2011, p. 46).

Nesses termos, não apenas a busca de liberdade atraía e mantinha o negro no Quilombo. Uma vida em melhores condições também:

A vida nos quilombos não deve ser romantizada, mas relacionada com as condições médias de existência conhecidas habitualmente pelos cativos na escravidão colonial. De produtividade limitada por suas próprias determinações sociais e materiais, a horticultura quilombola garantiria aos mocambeiros, com menos trabalho, abastecimento alimentar significativamente superior ao conhecido pelos cativos das cidades e campos. A realidade alimentar nos quilombos estáveis seria superior à da própria civilização livre, pobre, sobretudo urbana (MAESTRI; FIABANI, 2008, p. 76).

---

<sup>12</sup> Igualmente as forças da opressão faziam com os índios. Capistrano de Abreu (1963, p. 122), registra que os bandeirantes destruíam as roças dos índios sertanejos e “[...] destruí-las era um dos meios mais próprios para sujeitar os donos”.



Palmares foi uma experiência ímpar, sua população se aproximou de trinta mil habitantes e ocupou uma área estimada entre trezentos e quatrocentos quilômetros de extensão. Por seu volume e, principalmente, seus significados, era imperativo que a ordem açucareira, escravocrata, latifundista e colonial o combatesse com virulência, e assim foi feito. Depois de diversas batalhas e de mais de um século de resistência, Palmares foi vencido militarmente. A destruição do Quilombo representou um revés não apenas para os sonhos de justiça e igualdade de negros, índios e brancos pobres do Brasil colônia, o triunfo dos opressores foi um freio histórico às lutas de todos os oprimidos brasileiros.

A remoção do Quilombo abriu caminhos para a cana, o latifúndio e o domínio do interior. No final do século XVII, o Estado colonial, fortemente apoiado na iniciativa privada, conforme nos esclarece José de Souza Martins (1999), avançava sobre os lugares mais recônditos do nosso território e atuava sobre eles e sobre as populações que os habitavam sempre com o objetivo de efetivar seu projeto de exploração de todas as possibilidades de riqueza que a Colônia pudesse gerar, e evitar qualquer ameaça, isso significava não só garantir o monopólio da terra, como também reprimir e dizimar os povos resistentes. Do Litoral ao Sertão, o projeto era um só:

A destruição de Palmares, o Estado negro, núcleo de rebeldia que trazia intranquila toda a zona do baixo São Francisco, como a necessidade de afastar o selvagem contumaz, castigando-o severamente de suas investidas contra os estabelecimentos ribeirinhos, impedindo a marcha civilizadora da colonização, eram faces do problema que Domingos Jorge Velho e os terços pernambucanos resolveriam, e a que Matias Cardoso de Almeida e Manuel Alçares de Moraes Navarro dariam final solução (VIANNA, 1935, p. 35).

Nessa passagem de Vianna, cujo escrito é uma arguição a favor das medidas repressoras promovidas pelo poder colonial, é relevante constatar que o combate ao negro nas matas e o combate aos índios que viviam no Sertão foram movimentos sincronizados. Ao Estado colonial não bastava combater a rebelião negra, era preciso destruí-la, aniquilá-la, bem como aos índios, isso tranquilizaria não só a região canavieira e seus arredores, mas também “toda a zona do baixo São Francisco”.

Pareceres dos ex-governadores da Província de Pernambuco, Aires de Souza de Castro (1685) e Souto-Maior (1686), dão conta de que a perseguição aos negros continuaria, e continuou, pois,

O Quilombo dos Palmares foi uma invenção social que entrava em choque, ao estar onde estava plantado territorialmente entre duas invenções coloniais que a ele se contrapunham – a sociedade do pastoreio sertanejo e a sociedade dos engenhos de açúcar – e que durante mais de um século, talvez, ele evoluiu no sentido contrário das duas sociedades coloniais, e com elas se chocou (LINDOSO, 2011b, p. 278).

Incompatíveis com os dois universos, o da cana e o do gado, os quilombos e as comunidades mucambeiras eram mais comuns na região canavieira, mas também estavam presentes na foz do Rio São Francisco, intermediações de Penedo e porta de entrada para o Sertão. A destruição de Palmares e de outros pequenos quilombos existentes no território alagoano foi uma ação decisiva para a constituição do campesinato negro, pardo, mameluco e mestiço que hoje habita o Sertão e o Agreste alagoano.

Com a queda de Palmares, os negros que não foram mortos ou recapturados fugiram ainda mais. Ao fazerem isso, forçaram o dilatamento das fronteiras e fortaleceram uma nova interiorização, uma interiorização *fora da ordem*. Buscavam terras onde pudessem viver em liberdade, onde o poder repressor ainda não estivesse instalado ou fosse menos intenso e encontrasse dificuldade de alcançá-los, por motivos semelhantes índios e pobres livres haviam feito ou faziam o mesmo movimento.

Não é possível assegurar os destinos que tomaram todos os remanescentes fugitivos do Quilombo dos Palmares, nem também afirmar que os conflitos que o sucederam em terras alagoanas o tiveram como matriz. O certo é que as razões que motivaram as sedições continuaram ocorrendo em diferentes lugares do território alagoano, assim como a repressão das forças dominantes, um exemplo importante foi a Guerra dos Cabanos.

A Guerra dos Cabanos, revoltosos também conhecidos como mucambeiros ou papa-méis, foi um conflito ocorrido no Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco, com irradiações para outras regiões da Província. Ocorreu “[...] entre os anos de 1832 e 1836 e 1836 e 1850, numa área de 300 km de extensão e 60 km de largura, envolvendo cerca de 50 mil pessoas” (LINDOSO, 2005a, p. 17). Ainda segundo Lindoso (2005b, p. 23), “O papa-mel cabano era o negro, pobre, fugido como o quilombola do sistema de escravidão, e que se unia a brancos pobres e índios”. Esse movimento cujo conteúdo inicial fora restaurador, absolutista e liderado por senhores de engenhos, numa segunda fase, “[...] se transformaria numa guerra insurrecional popular,

com liderança própria” e de “natureza antiescravista, antilatifundiária” (2005b, p. 19).<sup>13</sup> Lindoso (2005a, p. 257) ratifica o caráter campesino dessa rebelião dizendo que “Só o uso de técnicas militares de extermínio contra populações pobres rurais pôde reduzir a vida camponesa, criada no sistema sesmeiro-escravista, à ‘vida selvática’”.

Chama a atenção a grande expansão geográfica e o número elevado de camponeses envolvidos no conflito cabano, na verdade, estes dados nos dão a dimensão da quantidade de pobres e livres às margens do complexo canavieiro. Embora não existam informações precisas, estima-se a presença de vários milhares de pobres e livres na Capitania de Pernambuco nos séculos XVIII e XIX. Louis Couty, em 1861, estimou existirem seis milhões de pobres livres no Brasil, o que significava, ainda segundo ele, a metade da população brasileira da época (FREYRE, 2000).

O grande número de camponeses pobres e livres nesse período acontece por diferentes razões: o aumento das fugas e da resistência ao sistema de escravidão; o avanço das comunidades mucambeiras; as crises e falências periódicas de propriedades açucareiras em decorrência das mudanças de humor do mercado internacional do açúcar; o movimento de retorno de milhares de pobres e livres em decorrência da crise do ouro em Minas Gerais; mas, também, a proliferação de camponeses estimulados pelo plantio de produtos de valor comercial destacado para exportação.

Desde o primeiro século de colonização, as fronteiras agrícolas foram expandidas para além do litoral açucareiro, expansão promovida por negros fugitivos da região açucareira e por outros rebeldes. Diversas eram as comunidades de escravos fugitivos que sobreviviam da produção de alimentos, da troca desses bens da terra pelos bens manufaturados da própria sociedade colonial e que, por muitos anos, protegidos pela hostilidade da floresta, procuravam manter a liberdade que haviam conquistado por meio da fuga.

Nos vales dos rios Paraíba do Meio e Mundaú, durante o século XVII, surgiram diversas comunidades camponesas. Conforme Andrade (2014, p. 70), elas formaram

[...] uma complexa rede de interesses econômicos que ajudou no desenvolvimento de uma economia de gêneros de primeira necessidade no interior das Alagoas [e] criaram um universo rural particular no qual o acesso à terra e seu cultivo foram essenciais para a

---

<sup>13</sup> Posição diferente sobre o conteúdo da guerra cabana tem o historiador Luiz Sávio de Almeida (2008, p. 52), para ele a Guerra Cabana se monta independente do absolutismo e com ele teve apenas uma convergência tática.

sobrevivência em liberdade e a construção de um espaço camponês numa região de economia agroexportadora.

A produção camponesa representou mais do que uma economia auxiliar da atividade canavieira, inclusive porque ela chegou antes na região. Não está claramente formulado em Andrade, mas é possível inferir que a autora reconhece que no período colonial constituiu-se com autonomia um complexo campesino nos vales do Paraíba e do Mundaú, depois, ele continuou existindo em relação e em contraste com o complexo canavieiro, quando este assumiu a hegemonia econômica e política dos dois vales.

Inicialmente, os principais núcleos populacionais dessa região foram negros e o Quilombo dos Palmares o mais destacado. Também existiram quilombos menores nas terras de Atalaia e Viçosa, núcleos menos emblemáticos que o da Serra da Barriga, mas também incômodos ao latifúndio e à Coroa portuguesa, por isso, também, foram duramente reprimidos. Entretanto, mais consolidados foram os núcleos populacionais de pobres brancos não necessariamente aliados dos quilombolas, que surgiram antes e depois da destruição de Palmares e que tiveram papel relevante na interiorização e na afirmação de uma cultura campesina nos dois vales.

Esse movimento, também verificado em outras partes do território brasileiro, anula a particularidade histórica defendida por Guimarães de que

Enquanto noutros continentes [...] a propriedade latifundiária surge e se desenvolve sobre (sic) as ruínas da pequena propriedade camponesa – em nosso país, ao contrário, a propriedade latifundiária foi implantada primeiro, e a pequena propriedade camponesa somente vai surgir muito tempo depois, quando o rígido sistema latifundiário começa a decompor-se (GUIMARÃES, 1989, p. 110).

Com pouca diferença, mas no mesmo sentido, afirma Sant’Ana (2011, p. 182) que “[...] no Brasil, a agricultura teve como fundamento a grande propriedade, inversamente ao que ocorreu com outros povos, que evoluíram da pequena gleba para a fazenda de proporções vastas”. Ainda que tenham um conteúdo de verdade, tais afirmações – e outras tantas na mesma linha poderiam ser citadas – equivocadamente procuram explicar o processo de ocupação do território brasileiro como um todo a partir de uma lei geral e deixam escapar as diferenças históricas resultantes dos tantos processos particulares ocorridos no Brasil.

Mais feliz foi Juliana Andrade ao descrever a ocupação dos vales Mundaú e Paraíba do Meio de Alagoas, fato que, sem dúvida, é similar ao ocorrido em outras partes do território nordestino e brasileiro:

Sobre a ocupação dos vales Mundaú e Paraíba do Meio encontro três tipos de explicações: a primeira está ligada aos descendentes do Quilombo dos Palmares, ex-escravos que continuaram na região vivendo da agricultura familiar, conforme a tradição oral muitos quilombolas contribuíram para a organização dos primeiros povoados na região do Mundaú e Paraíba do Meio, como nos mostra a história da fundação da cidade de Chã Preta; a segunda explicação está relacionada à distribuição de sesmarias, ao longo do século XVIII e XIX, aos que lutaram contra os palmarinos e a terceira de que a ocupação estaria ligada às atividades agrícolas de pequenos agricultores no século XVIII, entre elas a cultura do algodão. Todas essas narrativas apontam indícios de que a ocupação espacial de Alagoas foi tensa e belicosa (ANDRADE, 2014).

A destruição dos quilombos pela “economia política da ordem” (ROLIM, 2014) foi decisiva para a ocupação não só dos vales do Paraíba e do Mundaú pela cana-de-açúcar. A doação de terras pela Coroa aos que lutaram contra os palmarinos, por exemplo, ocorreu em detrimento de diversas famílias camponesas que viviam na região. Marques (2014, p. 89) afirma que, “Além das terras, a formação das tropas foi um dos motivos da permanência do terço paulista de Domingos Jorge Velho na região dos Palmares. Muitos receberam léguas de sesmarias que poderiam lhes garantir sossego na nova morada”. Considerando que não apenas paulistas enfrentaram os palmarinos, outros tantos solicitaram e receberam doações de terras como mercê. Entretanto, é preciso registrar que há uma distância entre tomar posse, solicitar a doação de terras e receber os títulos das mesmas. Domingos Jorge Velho, por exemplo, apesar do prestígio que gozava, sabe-se, morreu sem obter a posse das terras reclamadas. Autores como Kalina Vanderlei Paiva da Silva têm explicado esse fato pela oposição do governador de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, à presença dos paulistas na região por considerá-los pouco civilizados para o convívio com os pernambucanos. Parece-nos, porém, mais consistente o argumento utilizado por Almeida (2008), segundo o qual o interdito ao bandeirante paulista decorreria do fato de que, ao querer posse de parcela das terras quilombolas, queria ele mudar da condição de mercenário para a de senhor, mudança que feria os interesses das classes dominantes pernambucanas sobre as terras dos palmares.

Nem só da produção de alimentos ocupou-se o campesinato. Além de negociar no mercado os víveres excedentes, quando havia, muitas vezes os camponeses também

participaram da produção de produtos que apresentavam apelo de mercado.<sup>14</sup> O tabaco e o algodão são bons exemplos disso. O tabaco foi o primeiro produto agrícola a atrair o campesinato para uma produção comercial em maior escala, “[...] a partir de 1720 é sintomático o ritmo crescente de referências nas fontes à produção de tabaco em territórios da Capitania Geral de Pernambuco e, em especial, na comarca de Alagoas” (PALACIOS, 2004, p. 40). O *boom* comercial do tabaco durou até o final do século XVIII, quando perdeu valor de mercado e foi substituído pelo algodão, produto de fôlego comercial mais longo, mais forte, mas também com maior fome de terras, de tal forma que “[...] difundiu-se como uma verdadeira praga desde o sul da comarca de Alagoas até os limites ocidentais da Capitania do Ceará, desde o litoral, até o clima árido do distante sertão” (Ibid., p. 131).

A proibição da plantação das lavouras comerciais, a perseguição sistemática e a expulsão dos pobres livres entrincheirados nas matas e a posterior ocupação destas pelos grandes proprietários, bem como a adoção de outros expedientes restritivos à produção e comercialização, foram fatores que enfraqueceram econômica e politicamente os agricultores pobres e livres do Litoral e da Zona da Mata.

Nesse momento, em todo o Nordeste, a mão de obra livre convivia de forma crescente com o trabalho escravo. Segundo Câmara Cascudo (2009, p. 31), no Rio Grande do Norte, em 1848, quase toda a agricultura era feita por braços livres, havendo situações em que “[...] senhores de engenho empregavam de cinco a seis escravos para quarenta e cinquenta trabalhadores rurais”. Koster (1959, p. 49) afirma que o engenho que arrendara em Pernambuco, início do século XIX, reunia “[...] um número vultoso de trabalhadores livres”. De forma mais ampla, Guimarães (1989, p. 160) esclarece que a partir da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, fenômeno que foi paulatino mas contínuo, “[...] a ‘participação’ do trabalhador no produto líquido da exploração latifundiária diminuiu, não só em virtude da melhoria da produtividade, como porque o custo do trabalho escravo já era mais elevado do que o custo do trabalho livre”.

Em Alagoas, a utilização do trabalho livre é bastante anterior ao fim da escravidão, fenômeno perfeitamente situada no contexto da crise do escravismo, mas também revelador das vantagens do trabalho livre. O “Mapa geral do ano de 1827 da

---

<sup>14</sup> David Thorner (apud THOMPSON, 1998, p. 441), nos diz que “Nos desencaminharemos se tentarmos conceber as economias camponesas como orientadas exclusivamente para a ‘subsistência’”.

população do termo (sic) de Ordenanças da Capital de Alagoas”, documento citado por Sant’Ana (2011, p. 149, grifos do autor), nos dá conta da

[...] existência de 37 senhores de engenho, 1.088 de mandioca, 348 “lavradores de lavoura”, 333 jornaleiros, etc., e refere-se taxativamente a 141 **lavradores de canas**, ao que tudo indica homens livres, como mencionados **jornaleiros**, que deviam eventualmente prestar serviços à agro-indústria (sic) do açúcar.

Entretanto, correta nos parece a orientação de Ferline de que devemos tomar cuidado com o uso dado ao conceito de trabalhador livre da sociedade canavieira colonial, esse trabalhador não pode ser confundido com os trabalhadores livres do capitalismo europeu, artesãos, jornaleiros, proletários. No Brasil colonial açucareiro,

[...] a determinação básica das categorias sociais foi a escravidão. Somente no trabalho escravo e dentro de sua dinâmica é possível entender as funções dos trabalhadores livres. O trabalhador livre era, fundamentalmente, um técnico habilitado, conhecedor de procedimentos indispensáveis ao processo do açúcar ou de habilidades artesanais desconhecidas pelos negros (FERELINI, 1998, p. 51).

No universo do latifúndio a condição do trabalhador livre foi marcada pela pobreza e pela opressão, apenas um pouco diferente do que acontecia com o escravo (DABAT, 2012). O trabalhador livre, impedido de possuir o seu pedaço de terra e de nele produzir aquilo que melhor lhe aprouvesse, resistiu à dominação do senhor de engenho com aquilo que tinha, embora pouco, a liberdade. A mobilidade permanente de um engenho para outro, deslocamentos recorrentes, muitas vezes configurando existências quase nômades, lhe dava alguma possibilidade de enfrentamento de uma ordem social injusta, o que só era possível devido à carência de mão de obra no interior da grande propriedade. A migração definitiva também foi um recurso de resistência política (WOLF; 2003; CASTRO, 2004).

Entre as causas de migração definitiva da região açucareira, merece atenção o papel cumprido pelas campanhas militares de recrutamento e a repressão sofrida pelas comunidades mucambeiras. Os recrutamentos militares aconteceram em diferentes momentos históricos e tiveram motivações e configurações diversas. No começo, os pobres e livres, jovens e solteiros eram recrutados para servir nas tropas burocráticas, o exército profissional da Coroa. Não temos informações que nos permitam compreender melhor o quadro de ofícios, mas nenhum dos milicianos listados aparece como

desocupado, vadio ou outra coisa que o valha. Em períodos de normalidade, as milícias eram tropas elitizadas bastante seletivas quanto a seus componentes, arregimentavam homens de uma mesma camada econômica ou étnica. Como não eram tropas remuneradas, o miliciano devia ter renda para pagar o próprio fardamento, o armamento e para garantir o próprio sustento (SILVA, 2003). Assim, ser vadio era inaceitável para um miliciano, sendo um ofício indicado para evitar denigrir à tropa. Depois, de forma mais acentuada a partir do século XVIII, vadios, criminosos e negros, casados e até sujeitos produtivos também foram recrutados para compor essas tropas. Ocorriam recrutamentos para as tropas regulares e também para as milícias. No território alagoano, já em 1661, existiam milícias em Porto Calvo e Alagoas.

Fugindo da perseguição do Estado colonial, esse campesinato migrou para o interior. Cruzando fronteiras, chegou às regiões mais profundas do território alagoano. Outros pobres também participaram desse processo. Silva (2003) demonstra que a cidade de Recife foi um centro fornecedor de braços armados para enfrentar índios e negros rebeldes do Semiárido e que o recrutamento desses pobres urbanos contribuiu para a formação da nova sociedade colonial no Sertão. Enquanto para os pobres o ingresso nos corpos militares era uma oportunidade de inclusão e ascensão social, para o governo provincial e para a metrópole, além de fortalecer o efetivo militar, esse era um expediente de combate ao ócio e à vadiagem.

Os camponeses jovens eram o alvo principal das campanhas de recrutamento. Muitos, motivados pelo espírito de aventura que tais recrutamentos despertavam, engajavam-se, abandonavam as suas famílias e arriscavam a vida nas campanhas militares, mas, muitos outros, resistiam aos recrutamentos e, quando não havia outro recurso, fugiam e abandonavam as suas plantações. Esse tipo de situação era comum em toda a colônia,

Na pequena produção escravista de alimentos, em torno de Salvador ou nas vilas “de baixo”, os jovens filhos dos roceiros, já com 12 ou 13 anos, eram virtualmente “catados” para servir na infantaria ou na marinha. Temerosos, os pais escondiam regularmente os filhos homens no mato (SILVA, 1997, p. 127).

As famílias eram pressionadas a apresentar os seus filhos, sob pena de diversas retaliações, algumas vezes famílias inteiras abandonavam as suas roças e fugiam dos recrutadores. Cabe registrar que esse processo foi violento e duradouro.



As campanhas de recrutamento, em diversos registros, são condenadas por amplos setores da sociedade colonial que atribuíam a elas o esvaziamento dos campos, o alto custo dos alimentos, o desabastecimento, a fome e o desespero nas vilas e cidades. Essas condições, conforme Freyre (2000), perduraram pelos séculos XVI, XVII e XVIII e fizeram com que a alimentação fosse má nos engenhos e péssima e escassa nas cidades. Fartos são os registros de documentos de Câmaras de Vereadores e de outras autoridades protestando contra tais recrutamentos que geravam “escassez de braços” Não é possível afirmar a quantidade de braços desviados para fins militares, certo é que, nos períodos de conflitos mais graves, fossem eles internos ou externos, o desvio era maior. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), portanto num período histórico em que as matas e as terras do Sertão já estavam amplamente dominadas pelo latifúndio e sob o controle do Estado, Alagoas ofereceu cerca de 2.000 soldados às tropas brasileiras (SANT’ANA, 2011).

Àqueles que não conseguiram escapar do recrutamento e foram forçados a pegar em armas restava desertar dos serviços militares. E desertar, na maioria das vezes, significava embrenhar-se Sertão adentro. Ao Estado português cabia combater as deserções e os desertores, fato comum na colônia, mas também na metrópole, inclusive porque, não raro, deserção e banditismo são atitudes afins. Em 1801, na comarca de Coimbra, registra-se “[...] a presença de uma grande ‘quadrilha de Ladrões e salteadores’, composta ‘pela maior parte de Siganos (sic), e desertores das Tropas de Linha deste Reino’, para a repressão da qual advoga o emprego da cavalaria” (COSTA, 1995, p. 127).

Em “*O recrutamento militar no final do século XVIII*”, Fernando Dorés da Costa analisa o recrutamento para as ordenanças, as preocupações da Coroa com os excessos ocorridos nas campanhas e, inclusive, investiga a existência de modelos institucionais alternativos que fossem capazes de evitar os abusos. Em 1802, por exemplo, o inspetor geral de Cavalaria João d’Ordaz e Queiroz propõe alterações na prática de recrutamento. Surge uma orientação segundo a qual “Os juízes ou o procurador da câmara, em conjunto com o pároco, fariam anualmente a lista de homens com idade entre 18 e 24 e os 24 e 40 anos e marcariam o dia da sua reunião e exame” (COSTA, 1995, p. 126). No mesmo documento é definido “[...] o alvo preferencial dos recrutadores: vagabundos, malfeitores, trabalhadores itinerantes, todos aqueles que surgem fora de uma ‘comunidade’” (Ibid., p. 126).

Os impactos dos recrutamentos sobre as populações das vilas são marcantes. No começo dos anos de 1670, por exemplo, duas colunas de Alagoas e de Penedo foram “destroçadas” em conflito com os negros palmarinos (CARNEIRO, 2011). Os censos populacionais, feitos para que as autoridades tivessem informações e controle sobre as populações locais, algumas vezes revelaram um desequilíbrio entre a população masculina e a feminina, o que não era muito comum na época. Os quadros 2 e 3, abaixo, nos dão uma dimensão clara disso.

**Quadro 2-** População Masculina e Feminina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1782

Freguesia	Pop. Masc.	Pop. Fem.	Total
Penedo	2.420	4.838	7.258
Porto Calvo	2.650	2.352	5.002
Camaragibe	2.922	2.853	5.775
Alagoas do Norte	2.548	2.675	5. 223
Vila das Alagoas	2.328	2.688	5.016
São Miguel das Alagoas	2.159	2.162	4.321
Atalaia	1.499	1.511	3.010
Porto Real	121	114	235

**Fonte:** Castro apud Silva, 2003, p. 75

Chama a atenção, em 1782, o que acontece em Penedo. A população masculina informada é quase 50% menor que a população feminina, o que na época era uma anomalia absoluta. No mesmo ano, em menor escala, também foram informadas como maiores as populações femininas de Alagoas do Norte, São Miguel das Alagoas e Atalaia. A partir desses dados, podemos inferir que muitos homens, especialmente aqueles em idade produtiva, estavam servindo nas guerras, haviam fugido dos recrutamentos ou, então, que as informações dadas às autoridades não eram verdadeiras. Outra possibilidade para explicar o número menor de homens seria a mortandade nas guerras e conflitos tão comuns na época, mas esse não parece ter sido o fato que explique, por exemplo, a diferença no número de homens e mulheres em Penedo.

**Quadro 3 - População Masculina e Feminina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1788**

Freguesia	Pop. Masc.	Pop. Fem.	Total
Penedo	4.089	3.864	7.953
Porto Calvo	3.479	3.147	6.626
Camaragibe	2.635	2.554	5.189
Alagoas do Norte	2.692	2.913	5.605
Vila das Alagoas	2.439	2.425	4.864
São Miguel das Alagoas	1.628	2.105	3.733
Atalaia	1.612	1.631	3.243
Porto Real	194	189	383

**Fonte:** Castro apud Silva, 2003, p. 78

Estranhamente, a população masculina de Penedo, em 1788, é quase o dobro do que fora em 1872. Esse número, entretanto, parece mais verossímil, talvez menos influenciado do que o censo anterior pelos recrutamentos, pela migração ou pela manipulação de dados. Nas demais vilas, as variações de um levantamento para o outro observaram alguma conformidade, mesmo que ainda possam ter sofrido influência das tentativas de fuga dos recrutamentos, uma possibilidade que incomodava não só os possíveis recrutas e suas famílias, mas, até mesmo, certas autoridades locais preocupadas com a perda de braços nas atividades produtivas.

Parece que Penedo foi uma vila bastante militarizada, fato que pode ser explicado, provavelmente, pela sua posição natural de entrada para o Sertão do São Francisco; pela necessidade de defesa de suas posições, desde quando da invasão holandesa em 1637; e pela necessidade de combate aos negros rebelados da região e mesmo da região do Quilombo dos Palmares. Os holandeses invadiram a zona de Penedo, destruindo muitos currais. “O São Francisco, nesse contorno, já estava tão próspero em fazendas de criação, que outro não foi o motivo de sua conquista, deliberada por Maurício de Nassau” (VIANNA, 1935, p. 30). Devido à sua prosperidade e ao lugar estratégico que ocupava no território alagoano, Penedo estava permanentemente sujeito a todo tipo de agressão. Em 1732 e em 1764, oficiais das câmaras de Penedo e Alagoas do Sul solicitam ao Conselho Ultramarino ajuda para a construção de cadeias. Sobre o tema nos diz Rolim que

O requerimento dos oficiais demonstra que mesmo transcorridos cinquenta anos da elevação da região à categoria de Comarca, Penedo continuava como uma região remota e hostil da capitania de Pernambuco, chegando, pela distância a ser encarada como um Sertão (ROLIM, 2011, p. 43).

Era preciso proteger Penedo e toda região que hoje designamos de Baixo São Francisco. Na segunda metade do século XVIII já havia um aparelho de Estado bem montado e espalhado no território alagoano. O quadro 4 nos dá uma dimensão disso.

**Quadro 4 - Localização Espacial das Tropas Auxiliares de Homens de Cor em Alagoas no Século XVIII**

TROPA	LOCALIDADE
Infantaria de ordenança de pretos henriques	Alagoas
Infantaria de ordenança de homens pardos	Alagoas
Cavalaria de pardos	Viçosa real
Terço dos pardos	Piranhas
Terço de homens pardos	Penedo
Terço velho henriques	Penedo
Infantaria de ordenança dos pardos <sup>15</sup>	Poxim, distrito de Penedo
Companhia de ordenança dos homens pardos	Penedo
Ordenança dos pardos	Penedo
Companhia de granadeiros, regimento de milícias de homens pardos	Penedo
Companhia de caçadores, regimento de milícia dos homens pardos	Penedo

**Fonte:** Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano apud Silva, 2003, p. 148

Ainda que não tenhamos informações que nos permitam afirmar com precisão quantos homens em média compunham cada tropa, talvez possamos estimar que entre 500 e 1000 homens estivessem envolvidos em atividades militares em Penedo e mais 600 homens nas demais vilas. Sem dúvida, no caso particular de Penedo, onde os

---

<sup>15</sup> A Coleção de Patentes Provinciais, citada por Paiva da Silva (2003), informa a existência de duas Infantarias de Ordenança dos Pardos no distrito de Poxim. Ainda que com o risco de cometer um erro histórico, escolhemos indicar a existência de apenas uma Ordenança com a mesma denominação no referido distrito.

números são mais expressivos, mais de 20% da população masculina, em 1872, e mais de 10%, em 1877, estava desviada das atividades produtivas para fins militares.

Esses números indicam também o quanto os negros e os pardos foram importantes nos serviços militares na segunda metade do século XVIII, bem como o quanto a tradicional sociedade escravocrata precisou ceder nos seus estreitos rigores étnicos para manter o controle social. Diante da dificuldade de recrutamento, as tropas burocráticas aceitaram o alistamento de pardos, nas milícias a presença destes já era bastante comum. Nos registros da capitania da Bahia, por exemplo, nas ordenanças dos pardos os impedimentos eram maiores, para fazer parte do seu corpo havia a exigência de que o candidato, além de ser casado e bem estabelecido, não fosse miliciano (SILVA, 2003).

No contexto da sociedade colonial, a exigência de ser bem estabelecido queria dizer mais do que ter uma referência física e geográfica, na verdade queria dizer ter o indivíduo alguma posse e posição social que o credenciasse para ser membro de uma ordenança. Nesse sentido, chama a atenção a distribuição geográfica dessas tropas. No território alagoano, as ordenanças estiveram em maior quantidade nas regiões não canavieiras ou menos canavieiras, onde o instituto da pequena e média propriedade era maior e, certamente, os pardos tinham melhores condições de atender às exigências impostas e ser membro de uma ordenança. Por isso, é correto afirmar que “[...] as milícias e ordenanças pardas proliferam fora da área canavieira depois da conquista do sertão” (SILVA, 2003, p. 178). A presença de tropas em Piranhas, em pleno Sertão alagoano, além de confirmar a militarização da região como política de governo e papel povoador que cumpriram no Semiárido, demonstra também a presença de pessoas bem estabelecidas na região.

No final do século XVIII, motivada pelas ameaças externas ao território brasileiro por Espanha e França, por volta de 1792-1793, a Coroa portuguesa intensificou os recrutamentos, gerando tensões. Durante toda a década de 1880 ocorreram alistamentos, todos com forte resistência. Em 1803, por exemplo, diante de uma nova campanha de recrutamento a resistência campesina também foi mais forte, o que incluiu conflitos armados e mortes de ambos os lados. Aliás, a resistência campesina obrigou as autoridades a ampliarem o alistamento para além dos pobres brancos e livres: em diferentes momentos foram incluídos negros, pardos e membros das classes abastadas do açúcar. Nesse período, diante da grave crise de alimentos provocada pelos desvios de braços da agricultura para os serviços militares e pela

conversão de roças de produção de víveres em roças de produção de algodão, o governo orientou que os recrutamentos fossem feitos com “vadios e desordeiros”, evitando prejuízos para a produção de alimentos.

No período colonial, os vadios representavam um incômodo para as autoridades que os tomam como perigosos à ordem. Os vadios eram aqueles que estavam à margem da sociedade e que a ameaçavam, não porque estavam politicamente organizados e questionavam o modelo injusto de organização social na qual viviam, mas porque, pela perspectiva do poder, não eram produtivos e também não estavam inseridos no projeto da ordem, o que vai ser resolvido com o recrutamento para as tropas institucionalizadas. Esclarecer que pobreza e vadiagem, naquele contexto, não necessariamente são fenômenos afins é importante, porque nos previne da armadilha de achar que toda pobreza no período colonial decorria de vadiagem ou que, na história do Brasil, pobreza é sinônimo de vadiagem. Ainda que próximos, eles não devem ser definidos da mesma forma (IANNI, 1989).

A diferença entre o pobre e o vadio é nítida no imaginário barroco: o pobre, na zona do açúcar, é o trabalhador mecânico, o roceiro e o lavrador. Em diferentes graus de inserção econômica, esses personagens são desde proprietários de terras, como os pequenos lavradores, até artífices e pequenos comerciantes. Considerados *pessoas vis* pelo imaginário barroco colonial são, no entanto, tolerados, uma vez que úteis ao sistema. O vadio, no entanto, é um elemento à parte: é o desocupado, o pedinte, o bandido, o elemento considerado improdutivo, intolerado pelo sistema e quase sempre associado aos negros livres. É o indivíduo que rejeita, ou é excluído dessa sociedade. Uma exclusão social representada pela rejeição ao trabalho. O vadio torna-se o paradoxo da sociedade colonial açucareira, significado pelo fato de que se o trabalho mecânico é rejeitado como degradante, o ócio que não se apoia em trabalho escravo também o é (SILVA, 2003).

Por esses termos, a ociosidade apresenta-se como uma forma de diferenciação entre o livre, o liberto e o cativo que não pode ser esquecida. O pobre livre que decidia não trabalhar não o fazia necessariamente porque era preguiçoso. Conforme os valores das classes dominantes da época, entre outras coisas, o branco pobre resistia a realizar qualquer trabalho igual ou assemelhado a tarefas de escravos. Esse fato nos remete à necessidade de estarmos atentos para as diversas conformações que o fenômeno da resistência pode ter.

Quando resistiam ao trabalho, por exemplo, pobres e livres vadios não atentavam necessariamente contra a ordem social escravocrata, apenas buscavam um lugar distinto do lugar ocupado pelo escravo naquela sociedade. A resistência não é sempre um instrumento de luta em defesa das causas justas e coletivas. Igualmente, as classes dominantes não tinham fins nobres quando procuravam incluir pobres livres entre os socialmente produtivos. Ao fazê-lo, evitavam os riscos de desordens, combatiam o mau exemplo da vadiagem e, por fim, ganhavam força para combater os socialmente rebelados. Na perspectiva das classes dominantes, inclusão e controle foram movimentos afins e necessários à manutenção da hegemonia social e da dominação e serviram para evitar perigos maiores, haja vista que nos contextos urbanos o poder repressor era mais efetivo e “a insubordinação dos pobres era uma inconveniência, não uma ameaça” (THOMPSON, 1998, p. 45).

Não obstante, era preciso manter a ordem e evitar que transtornos maiores fossem gerados. Nos aglomerados urbanos, especialmente nos maiores como Recife e Olinda, onde os ofícios já eram bastante diversificados, o número de desocupados era grande, mas, como as condições de trabalho eram precárias e assemelhavam-se ao trabalho escravo, brancos e pardos afastavam-se dessas ocupações, pois o trabalho manual era considerado impróprio para os livres. Para combater essa cultura, as leis da época definiam a vadiagem como crime, estando o vadio sujeito a açoitamento público e a recrutamento militar compulsório. Historicamente, pobres ocupados e pobres desocupados, somados, formam um contingente populacional que não só inspira preocupação às autoridades, e legislações repressoras, como também compõe uma categoria sociológica tratada muitas vezes com hostilidade e desdém por observadores e estudiosos. Seja pelo dito de que “o Brasil não tem povo” ou pelo discurso de que o povo é incapaz, as classes dominantes e seus ideólogos, ainda hoje, procuram legitimar, sob o manto da ideologia da ordem e do progresso e de sua superioridade, o controle social que exercem (SALES, 1994a; IANNI, 1989).

Só em seguida os pobres brancos especializados eram recrutados, mesmo assim, em períodos nos quais os conflitos foram mais intensos e o recrutamento de braços foi uma exigência maior. Assim deve ter sido em 1820, quando Sant’Ana (2011, p. 159) registra que “Mesmo trabalhadores especializados não escapavam ao recrutamento”. Isso aconteceu quando houve dificuldade para compor as tropas com os vadios e os pobres produtivos não especializados. Nesses momentos foram convocados “[...] artesãos e pequenos comerciantes que não demonstrem os requisitos de

estabilidade: Normalmente, brancos e pardos solteiros, ambulantes, gente sem patrão ou senhor, sem oficinas ou ateliers, e sem escravos” (SILVA, 2003, p. 122).

Mas a presença de trabalhadores especializados não era minoria nos serviços militares. Com justiça, chamaríamos todos os trabalhadores inscritos (tabela 1) de especializados, mas, considerando que Sant’Ana tratou como “especializados” apenas um mestre de açúcar e um caldeireiro, seguindo a mesma lógica, trataremos aqui como trabalhadores especializados apenas o carpinteiro, o ferreiro e o sapateiro. Outro critério que parece ter sido observado é o de estado civil. Ainda que em algumas oportunidades esse critério tenha sido desconsiderado, seguindo as leis do Império os casados não deviam ser recrutados (Ibid., p. 181).

**Tabela 1 - Ocupações/ofícios dos Membros da 10ª Companhia Milicianiana da Vila das Alagoas<sup>16</sup>**

Ofícios	Absoluto	%
Agricultor	58	53,70%
Carpinteiro	2	1,85%
Ferreiro	1	0,93%
Jangadeiro	1	0,93%
Lavoura	42	38,89%
Negociante	2	1,85%
Pescador	1	0,93%
Sapateiro	1	0,93%
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100%</b>
<b>Estado completo da companhia</b>	<b>111</b>	

**Fonte:** Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Livro de Matrícula da 10ª Companhia do Regimento Miliciano. 1779. 100F. Documento 00055, Caixa 2, Pacote 1, Doc. 21.

Somados, os especializados representam apenas 3,71% dos milicianos da 10ª Companhia da Vila de Alagoas. Já o campesinato tinha expressiva superioridade numérica entre os milicianos. Sozinhos, representavam 53,70% dos membros da tropa.

---

<sup>16</sup> Essa tabela foi produzida pelo jovem historiador alagoano Everton Rosendo e faz parte dos trabalhos de pesquisa que ele desenvolve sobre o tema.



Por isso, conforme Sant’Ana, (2011, p. 160), “Na crise de gêneros alimentícios de 1859 quase todos os que emitiram opinião acerca das causas determinantes da alta escassez dos gêneros alimentícios incluíram entre elas o recrutamento”. Nos períodos de maiores rebeliões populares o Estado colonial foi obrigado a aumentar os recrutamentos. A Cabanada, por exemplo, impactou fortemente a realidade local e “[...] concorreu para agravar a escassez de braços na agricultura alagoana: pela evasão de escravos dos engenhos e fazendas para integrarem a chamada “Falange dos Papa-Méis” e pelo receio que inculcou nos pequenos agricultores de serem recrutados para combater os cabanos, o que forçou muitos dêles (sic) a abandonarem as plantações” (Ibid., p. 158-9). Os conflitos geravam “escassez de braços”, menor produção de alimentos e, conseqüentemente, mais conflitos: vilas e cidades viviam em constante desassossego.

A Cabanada, assim como outras subversões, envolvia terras ricas em diversos recursos naturais e resultou em novas configurações territoriais. Desde os primeiros momentos da colonização e do ingresso da cana, especialmente nos períodos em que a aceitação do açúcar no mercado externo estava em alta, o capital canavieiro estendeu os seus interesses para novas áreas de terras, rios e matas julgados de qualidade e adequados ao plantio da cana. A grande literatura trata esse fenômeno como se dando em um ambiente natural virgem, nada mais enganoso. No interior das matas, muitas vezes, centenas de famílias viviam à revelia das grandes plantações e produziam alimentos. Andrade, ao estudar esse processo, nos informa que

O final do século XIX a expansão das fronteiras agrícolas do setor agroexportador teve grande impulso. O setor agroexportador situado na área de colonização mais antiga do Estado expandiu-se para áreas até então consideradas improdutivas e impróprias para o plantio da cana de açúcar: os tabuleiros (ANDRADE, 2014, 42).<sup>17</sup>

Milhares de negros estenderam suas fugas da escravidão e da subordinação no universo canavieiro para as regiões de fronteira. Nas fronteiras, brotaram comunidades que se constituíram como símbolos de resistência não apenas étnica, mas também campesina. As fronteiras foram ampliando-se ou estreitando-se com o tempo, conforme eram as ações repressivas e o avanço da cana ou do gado. As comunidades campesinas surgiram, primeiramente, nas matas do Litoral canavieiro; depois, ocuparam as áreas

---

<sup>17</sup> Esse fenômeno continuou e só foi consolidado na segunda metade do século passado, período em que as regiões de tabuleiro de Alagoas foram domadas pela cana. Manuel Correia de Andrade (1994, 1997, 1998), Cícero Pérciles de Carvalho (2000) e Paulo Décio de Arruda Mello (2002) estudaram esse processo. Ver também Albuquerque (2009).

intermediárias entre o Litoral e o Agreste; mas, à medida que a cana e a repressão avançavam, elas se distanciaram ainda mais, chegando ao Agreste e às margens do Rio São Francisco; por fim, avançaram para o alto Sertão, sempre em busca dos pontos mais distantes do território alagoano.

Essas comunidades produziam para o próprio consumo e para abastecer os povoados e cidades que, aos poucos, foram surgindo nas novas fronteiras de povoamento. Cercadas pelo latifúndio, por vezes forneceram mão de obra e sobreviveram à sua sombra, mas esse não era o seu destino, na verdade, na maior parte do tempo, elas atrapalhavam os interesses dos grandes proprietários e, por isso, foram perseguidas.

### 2.3.1 A formação do campesinato do Semiárido alagoano

Sem maiores rigores, três diferentes processos históricos produziram o povoamento e a sociedade que temos hoje no Semiárido alagoano. O primeiro foi composto por diversos deslocamentos migratórios de povos indígenas, de negros rebeldes e de pobres livres que deixaram o Litoral e a Zona da Mata e deslocaram-se interior adentro. O segundo foi realizado por fazendeiros que, a partir de Penedo, margeando o Rio São Francisco, acompanhados por vaqueiros e escravos, embocaram pelo Sertão espalhando gado e currais sempre que possível. O terceiro movimento foi realizado por membros de tropas oficiais e por milicianos mobilizados inicialmente para combater os rebeldes da região e que acabaram por fixar residência na região, com ou sem a anuência da Coroa portuguesa. Esse processo não foi necessariamente sucessivo e nem sempre produziu resultados efetivos, além do mais, dele também participaram sujeitos históricos de grande importância como os jesuítas, que colaboraram com o projeto colonial, cumprindo papel destacado na contenção e disciplinamento dos índios e na pacificação da região, mas não cabe defini-los como povoadores.

No século XVI já se tem notícias de conflitos cruéis nos quais os índios lutaram pela posse da terra e contra a escravização. Desde os tempos mais primitivos, o elemento indígena ocupou as terras do Semiárido. Segundo Brandão (1909), o Sertão alagoano era habitado pelos Chucurus, os Chocós, os Umãs, os Pipianos e os Coropotós, povos que chegaram à região forçados por disputas e guerras contra outros povos indígenas. Sousa (1879) informa dos conflitos entre os Tapuais, os Caetés e os

Tabajaras e de como tais conflitos influenciaram, entre outras coisas, na ocupação dos sertões por estes povos.

Mais tarde, foi a ocupação das regiões litorâneas pelo colonizador que intensificou o movimento migratório e a ocupação indígena do Semiárido. A partir de 1701, por exemplo, com a Provisão Régia determinando o afastamento do gado por dez léguas do litoral, a disputa pelas terras do Sertão e do Agreste ficou ainda mais grave. Na região, foram criadas diversas fazendas de gado e o Sertão, especialmente, foi invadido pelo latifúndio. A presença indígena não foi, como querem alguns, antes de tudo usufrutuária, também havia o cultivo e a criação (GUIMARÃES, 1989). É, portanto, fato que os índios produziam, como também é verdade que a economia indígena não atendia aos interesses do mercado colonial, não era orientada pelas lógicas capitalistas do mercado agroexportador.

Uma característica marcante da ocupação indígena do Semiárido, distinção determinada em grande medida pelas peculiaridades do solo e do clima da região, foi o caráter permanentemente móvel dessas populações, mobilidade marcadamente intrarregional. Em circunstâncias excepcionais, devido ao acirramento da disputa de terras ou nos períodos de secas mais graves, também ocorreram migrações de volta aos vales dos rios Paraíba e Mundaú ou mesmo para o Litoral, onde os migrantes eram submetidos a regimes de aldeamentos ou de onde eram rechaçados, quando não, dizimados.

O combate aos índios e negros que viviam às margens do São Francisco, sistematicamente, durou cerca de três séculos (XVI, XVII e XVIII). No século XIX, o poder branco oligárquico nas margens do São Francisco já estava instituído, superando a duradoura resistência indígena. Os índios, atacados pelos dois lados, Pernambuco e Bahia, perseguidos e cruelmente violentados, ainda assim, resistiram nas terras do Semiárido. Atualmente habitam o Semiárido alagoano os seguintes povos: Geripankó, Kalankó, Karuazu, Katökinn e Koiupanká (no Sertão) e Xukuru-Kariris (no Agreste) (VIEIRA, 2015; 2010).

A perseguição aos negros de Palmares e de tantos outros redutos rebeldes foi intensa e cruel, o que os forçou a migrar para outras regiões do território alagoano, bem como forçou a disseminação da posse campestre e a expansão da fronteira interna. Carta do governador de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, ao rei, no final do século XVII, informa que dos ditos Palmares fugiram “muytos e se espalharão por estes Sertoiz”. Esse fato talvez não tenha acontecido com o mesmo vulto em nenhum outro

Estado nordestino. Na época, sertões era o que não era dominado pelo poder colonial, mas não há dúvidas de que o território que hoje designamos de Semiárido foi destino de muitos negros fugitivos, mas não apenas deles foi formado o Semiárido, involuntariamente também existiam os escravos na região. Mesmo que os escravos não tenham sido tão numerosos quanto foram no Litoral, sempre estiveram lá e foram importantes.

Os pobres livres migravam para o Semiárido por diferentes motivos, entre eles estiveram os fugitivos das campanhas de recrutamento militar. A relação entre os dois fenômenos é incontestável. Em 1774, por exemplo, conforme Palacios (2004), nas terras da Capitania de Pernambuco foi desenvolvida uma “intensa” e “encarniçada” campanha de recrutamento, o que despertou também uma “feroz resistência dos agricultores pobres e livres”. Anos depois, em 1790, informa-nos outra vez o autor (Ibid, p. 161) que “[...] as franjas do chamado ‘agreste’, a zona intermediária entre a área açucareira e o sertão”, já eram amplamente povoadas por comunidades de agricultores pobres. Ainda conforme Palacios, o período mais grave de perseguição dos camponeses para fins de recrutamento durou de 1770 a 1786, mas esse processo foi adiante no tempo.

No rastro de todos eles vieram em seguida os milicianos e outras forças de repressão. Muitos membros das tropas fixam-se na região e entram na disputa por terras com índios, negros, pobres livres. Algumas vezes a presença dos milicianos até contrariou os grandes e médios proprietários rurais da região, mas, na maioria das vezes, atuaram em comum. Dessa forma,

[...] na segunda metade do XVIII, encontramos não apenas o aumento no número das milícias, mas também o alarguemento de seu alcance, saindo da zona da mata e abarcando espaços sertanejos. Essa expansão miliciano está intimamente ligada à consolidação da sociedade sertaneja (SILVA, 1981, p. 146-7).

Ao constatar as vantagens disso, não só pelo povoamento, mas também pela garantia de combate permanente pelos novos povoadores das populações rebeldes, a Coroa reforçou as práticas colonizadoras. Esse expediente, por exemplo, foi responsável pela fixação no Sertão pernambucano e baiano de paulistas inicialmente chamados para “combater o índio sublevado”, mas também, depois, listados entre os proprietários de terras, fato que ajuda a explicar a presença acentuada de famílias paulistas na região (VIANNA, 1935; CUNHA, 2002). Combatentes de outras batalhas também foram contemplados com mercês. Por exemplo, após servir contra o Quilombo dos Palmares e

na Paraíba, Manoel Marques “[...] recebeu três léguas de terras no sertão de Olho d’água do Jacaré” (MARQUES, 2014, p. 110).

Diante da constatação de que as grandes doações não geravam os resultados esperados e dos reclamos por posses de terras dos tantos que prestavam serviços militares à Coroa, o poder colonial atuou na legitimação e até incentivou outro processo de posse das terras do Sertão e do Agreste. Dessa forma, seja tolerando negócios particulares, arrendamentos, seja doando terras em menores módulos aos membros de tropas, a própria Coroa adotou novas estratégias de ocupação do Sertão e adjacências, o que gerou melhores saldos. O principal deles foi que o povoamento da região tornou-se uma realidade incontestável no final do século XVIII e começo do século XIX.

A ocupação do território do Semiárido ocorreu segundo um movimento tenso e contraditório: etnias, classes desalojadas da estrutura social colonial, grupos marginais, setores das classes dominantes e forças da ordem estiveram permanentemente em conflito e cada pedaço de terra foi disputado com vigor. É preciso, portanto, se opor às teses que tratam a ocupação do Semiárido como um projeto uniforme do poder colonizador e que minimizam a importância da resistência popular na ocupação e permanência na região.

Mesmo que seja impossível datar com precisão a presença campesina no Agreste e no Sertão, isso ocorreu em diferentes momentos e por variados processos históricos, é certo assegurar que muito cedo os pobres da terra (índios, negros e brancos pobres e livres) ocuparam a região. Sem erro, a presença destes sujeitos não foi obra e graça do gado; a formação do campesinato do Semiárido não ocorreu nos arredores dos currais; os pobres da terra não pegaram carona nos carros de boi. Na verdade, a presença deles no Semiárido acontece antes, durante, depois – e apesar do gado.

Como os estudos realizados sobre a ocupação do Semiárido alagoano são poucos e insuficientes, nos socorremos aqui de estudos sobre o Semiárido sergipano realizado por Francisco Carlos Teixeira da Silva. Considerando que apenas o Rio São Francisco separa as duas realidades, buscamos nesses estudos fundamentos históricos para assegurar a efetividade de algumas de nossas assertivas sociológicas sobre Alagoas. Modelar nesse sentido é a passagem que segue:

[...] no caso do Porto da Folha, como em outros pontos do Sertão, a grande propriedade não se constituiu inicialmente, em um entrave à expansão das formas camponesas. Na verdade, a pequena produção parece ter precedido o latifúndio. [...] a região, independentemente das

doações de sesmarias, foi ocupada por índios e negros refugiados do avanço colonial, e também por brancos livres, caboclos, que lá se localizaram (SILVA, 1981, p. 39).

Importantíssimos são os registros das formas campesinas no interior do Nordeste e de suas variadas formas de organização social, Silva nos diz que

A grande propriedade de origem sesmarial ou as terras arrendadas, no interior da sesmaria, não eram as únicas formas de acesso à terra nos sertões. Ao longo do Sertão do Rio de São Francisco constituía-se, desde cedo, uma ampla área de terras indivisas, “possuídas em comum com outros éreus (sic)”. Algumas doações, como da sesmaria de Antônio da Silva de Figueiredo, em 1674, falam de “...terras povoadas e muitos eréus”. Neste caso, parece que a doação recobria terras possuídas anteriormente sem, contudo, titulação legal. Uma vasta área de terras, de Propriá até Canindé do São Francisco (Sergipe), tendo como centro Porto da Folha e Ilha do Ouro caracterizava-se pela posse e uso comunal, tendo como centro Porto da Folha e Ilha do Ouro caracterizava-se pela posse e uso comunal, com o gado utilizando as terras em comum. Em alguns vales, como do Paraguaçu, a partir de Milagres, e do São Francisco, entre Penedo (Alagoas) e Porto da Folha e Garararu (Sergipe), criam-se *à solta* animais de pequeno porte: são cabras e porcos que vivem no *comum*, ao lado de muitas aves de terreiro. Tais áreas comunais estabelecem-se sobre superfícies cobertas de mata *caatinga* e utilizadas como pastagens naturais, sem cercas nem limites de propriedades, daí serem chamadas à época de *indivisos* (SILVA, 1997, p.121, grifo do autor).

Genericamente podemos aludir quatro tipos diferentes de propriedades coletivas: (1) conforme a tradição mais profunda, existiam as terras indígenas de usufruto comum; (2) também conforme as tradições mais densas, cujas raízes remetem à África, nas terras ocupadas por negros fugitivos e livres sob a forma de mocambos e quilombos prevalecia o uso coletivo; (3) nas comunidades camponesas de pobres e livres com uso comum do solo e nas quais prosperaram as relações de reciprocidade tão fartamente estudadas pela sociologia rural também existia o uso comum da terra; e (4) existiam as terras comuns de criação de animais, utilizadas, inclusive, por grandes proprietários, sem que ninguém reclamasse a posse delas. Devemos buscar nas três primeiras as raízes históricas e culturais do que Silva chama de “mundo camponês” do Semiárido. Nele

[...] todas estas formas estavam assentadas em bases familiares, e que as heranças constituíram-se na principal forma de transmissão de terras na região. Aqui se colocam alguns problemas de interpretação: se a maioria das terras são apossadas e tidas em comum, como pensamos, qual a origem destas formas comunais? Duas respostas, igualmente precárias, são possíveis: uma que afirma a continuidade entre a tradição comunitária indígena, particularmente forte na região

e acentuada pelos padres capuchinhos das missões, somada as formas de solidariedade trazidas pelos negros fugidos, organizados em diversos mucambos. A intensa vivência comum entre negros, índios e brancos pobres teria consolidado um modo comunal de viver; outra hipótese seria lembrarmos-nos que todas as terras eram do Morgado não possíveis de compra ou venda e portanto apossadas em comum pelas diversas famílias camponesas (SILVA, 1981, p. 79-80).

A criação à solta era uma prática generalizada, “[...] se estendia não só entre camponeses pobres [...]” (SILVA, 1997, p.121). Mais tarde, quando grandes proprietários assumiram o controle de áreas anteriormente comuns, temos notícias de gado de camponeses criado em comum em terras de particulares. Em São José da Tapera, até os anos de 1980, aproximadamente, em terras do coronel Elísio Maia, próximas do Povoado Torrões, essa prática existia. O fato é que o complexo agropastoril campesino assumiu diferentes formas de existência, revelou-se flexível e diversificado.

Em sua variedade, o campesinato representou “[...] um corpo *subversivo* dentro da ordem sociopolítica colonial, um foco crescente de contradições” (PALACIOS, 2004, p. 115, grifo do autor), ele afirmou os seus interesses, configurando-se como portador do seu próprio projeto. Porém, não obstante sua renitente presença, não são poucos os ensaios que negligenciam a importância do campesinato e seu significado social nas terras semiáridas do Nordeste. A contribuição econômica do complexo agropastoril campesino, quase sempre, foi relegada à condição de atividade subordinada às grandes culturas, quando muito de atividade auxiliar. Com maior aspereza, chegamos a afirmações que dizem que a agricultura “[...] desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos ‘currais’” (ANDRADE, 1998, p. 180) ou que o gado “[...] foi o motor da descoberta do Sertão e do crescimento econômico” da região (CARON; HUBERT, 2003, p. 103). Considerando tais passagens, o lugar da agricultura camponesa sertaneja na história é muito ingrato.<sup>18</sup>

Nesses termos, até quando o algodão ou o tabaco, mais o primeiro e menos o segundo, emergiram e foram reconhecidos como atividade econômica de destaque ou quando o milho e o feijão tornaram-se ainda mais necessários para a subsistência dos que viviam na região e até fora dela, o camponês cultivador dessas culturas foi

---

<sup>18</sup> Uma pequena, mas importante observação cabe nesse instante. Ao identificarmos passagens da obra de Manuel Correia de Andrade, e ao expô-las de forma ácida, não estamos desconhecendo a contribuição dele para a boa compreensão do mundo rural e do campesinato nordestino. Na verdade, estamos chamando a atenção para o vigor que tem a tese da “civilização do couro” e para os seus limites.

descurado. A questão, reiteramos, não é negar a hegemonia do gado, o próprio Silva (1997, p. 144) afirma que “Roças de alimentos; a criação de pequeno porte e as lavouras comerciais do algodão e do fumo complementariam o cenário da pecuária sertaneja [...]”, logo, a pecuária aparece como a atividade econômica primeira. O que não é correto é submeter as demais culturas às patas do boi ou reduzir a realidade local à lógica do couro e do curral.

Silva escapa desse senso comum. Mesmo quando, por exemplo, em acordo com Abreu e Andrade, afirma que o modelo de latifúndio descomunal imposto pela colonização não foi efetivo (além das grandes extensões de terra e, por vezes por dentro delas, também existiram médias e pequenas posses, resultantes de acordos de arrendamento entre particulares), sua abordagem não está empenhada em demonstrar que o sistema de arrendamento é um modelo resultante do consórcio da pequena com a grande propriedade, mas, ao contrário, demonstra que ele é uma modalidade de existência da média e da pequena propriedade no interior da sociedade colonial, cujos significados precisam ser atualizados permanentemente.

Identificamos em Capistrano de Abreu e na sua configuração da sociedade sertaneja como a “civilização do couro” um marco para a compreensão de que a ocupação do Sertão decorre do advento das fazendas de gado (ABREU, 1988), máxima que de tanto ser repetida por diferentes autores parece completa e ratifica o gado, os currais e os senhores de terra como os agentes fundamentais da formação econômica e social do Semiárido.

O gado foi o principal produto econômico do Sertão, e, em menor medida, do Agreste, além da carne, era negociado o couro em torno do qual surgiram, inclusive, algumas pequenas indústrias. O tabaco e o algodão plantados por pequenos, médios e grandes produtores também foram importantes para o desenvolvimento regional. Aliás, em Alagoas, o algodão, do final do século XVIII até primeira metade do século XX, disputou espaço com o gado, a cana e a produção de alimentos, além de ter sido um importante agente de industrialização, principalmente do Sertão onde, em 1914, Delmiro Gouveia construiu a Fábrica da Pedra. Assim como nas outras regiões de Alagoas, são diversas as evidências da força do algodão e do fumo no Sertão e no Agreste alagoano. Por exemplo, devido à “brancura das imensas plantações de algodão” em terras sertanejas, surgiu o município de Ouro Branco.



Em Arapiraca, segundo maior município do Estado, o fumo reinou até o começo dos anos de 1990 como a principal atividade econômica. Em Palmeira dos Índios, velhos depósitos de algodão padecem como símbolos de tempos áureos. Mais, o algodão foi relevante economicamente em todas as regiões do Estado, inclusive na capital. Graças ao algodão e às fábricas de tecidos surgidas para o seu beneficiamento, tivemos o alvorecer do movimento operário em Alagoas. A falência de tais fábricas representou um golpe grave na organização da classe trabalhadora alagoana (TENÓRIO; LESSA, 2013). Tais fatos mostram mais uma vez que o Sertão não foi e não é apenas o lugar da grande propriedade ou da produção de carne.

Cana e gado não são fenômenos totais. Sozinhos eles não sobreviveriam e nem animariam a vida social. Reconhecer as suas grandezas, fatos incontestes, não significa dizer que eles foram plenos. Essa armadilha atraiu e ainda hoje atrai muitos autores, acadêmica e politicamente posicionados criticamente em relação a tantos outros temas da sociedade brasileira e mundial, para o erro básico de pensar os complexos agroindustrial canavieiro e agropecuário artesanal como mais do que efetivamente foram.

A expressão “civilização do couro” assumiu contorno de tipo ideal, conforme a acepção weberiana. Para a boa compreensão do Semiárido, a máxima estabelecida por Abreu constituiu-se num embargo. Em consequência, a agricultura camponesa realizada no interior das fazendas de gado e aquela praticada por pequenos agricultores fora do domínio do latifúndio foi negligenciada. Essa tese, de tão hegemônica que se tornou, desobrigou autores importantes como Caio Prado Júnior e Celso Furtado, por exemplo, de maiores esforços de compreensão de uma realidade particular do Nordeste brasileiro, o Semiárido. Em ambição, essa tese se junta à outra que propugna que a cana formatou a sociedade nordestina nos moldes de uma “civilização do açúcar”.

A ambição do modelo capistraneano tentou reduzir o conjunto das relações sociais existentes no Semiárido àquelas que foram geradas no interior das fazendas. Suas pretensões, porém, esbarraram na existência concreta de milhares de camponeses que, com suas práticas agrícolas realizadas nas serras, nos pés de serras, brejos e várzeas úmidas e nas terras que não foram anexadas às grandes propriedades do Sertão, resistiram na luta contra o latifúndio, contra os adversativos naturais, e afirmaram os seus padrões de organização social e produtiva alternativos.

A posse e o uso da terra assumiram no Semiárido alagoano formas várias, ricas de significados e dinâmicas. O arrendamento, por exemplo, é uma modalidade de uso do solo e uma relação de produção bastante específica, tensa, dialética, e não poderia ser diferente, a sociedade do Semiárido foi formada trazendo em si profundos conflitos de classe e étnicos, a terra esteve e está no centro disso. Por esse modelo, que ainda hoje é bastante utilizado no Semiárido, o arrendatário mora e usufrui da terra e paga por isso um valor em dinheiro – o arrendamento também pode ser pago com parte da produção ou mesmo com dias de serviço nas terras do arrendador. Atualmente, os contratos de arrendamento escritos são mais comuns e, diferente do passado, são medidas de proteção utilizadas pelos arrendatários contra o arbítrio dos proprietários. No Sertão alagoano, recentemente, surgiu uma variante do arrendamento, a parceria, nela não há pagamento em dinheiro, o uso da terra é pago com dias de serviço ou com parte da produção, mas é vedada a moradia na terra.

Entretanto, o modelo mais comum atualmente é o comodato, praticado principalmente pelos pequenos proprietários. São contratos, em média, de dez anos, firmados entre particulares [*Em geral, acontecem entre familiares*] e são registrados em cartório. O comodatário pode plantar e criar, mas não pode morar na terra. Não há pagamento em dinheiro pelo usufruto da terra [*É trocado por dias de serviço*]. Os envolvidos não costumam chamar de pagamento os dias de serviço dados pelos comodatários, mas de troca, ainda que estes sejam uma exigência posta nos contratos.

Como a maioria das propriedades não tem registro de suas terras e não há um sistema organizado de vigilância, um mesmo comodante pode estabelecer vários contratos e sobre eles incidir fraudes [*Os contratos de comodato têm uma margem de falsificação*], [*Os verdadeiros ocorrem entre parentes*]. O que, comprovadamente, chegou a ocorrer. Contribui para isso, o fato do regime de comodato ser bastante funcional: garante o uso da terra e a tradição campestre, permite o acesso a benefícios como tomar empréstimo em banco e comprovar a condição de agricultor para fins de aposentadoria.

Outra função, mais ampla, do sistema de comodato é servir como um meio de afirmação dos laços de família e da terra como um ente familiar. Na tradição do Semiárido, terra e família são valores indissociáveis e, assim, sempre que possível, devem ser mantidos. Igualmente é valor que terra não se vende, é bem sagrado, é meio de vida – “o sol se põe pra quem vende”, é um dito muito popular em todo o Nordeste –, mas quando se vende é para a família, a preferência é da parentada. Ainda que esteja

sujeito a fraudes e à especulação financeira, essencialmente, o regime de comodato compõe-se como uma variante de proteção da família, da terra e dos valores campestres.

Por mais diferentes que tenham sido as razões que levaram os pobres livres para as terras do Sertão, há uma que nos parece superior: eles buscavam condições para viver em liberdade e realizar a sua condição campestre. Na região canavieira não havia lugar para viverem com autonomia, assim, ou aceitavam a subordinação ao grande proprietário e as agruras das campanhas de recrutamento, ou migravam. Para além da ideia de que o Sertão era uma terra sem lei e sem controle, os pobres e marginalizados fizeram da fuga das terras cobiçadas do Litoral e da Mata alagoana um movimento de luta e, como moradores do Semiárido, traçaram outras possibilidades de existência e de usufruto da terra.

Contrariando o argumento hegemônico no campo da História e das Ciências Sociais, o Sertão e o Agreste não foram e não são apenas espaços ocupados tão somente pela grande propriedade, pela criação do gado e produção de carne. Índios, negros e lavras de camponeses pobres tiveram presença marcante desde os primeiros movimentos de sua ocupação, produziram alimentos, tabaco, algodão, criaram animais diversos – e outras formas de existência –, consumiram, trocaram e venderam produtos e, ontem como hoje, marcaram e marcam a vida da região.

## **2.4 O lugar do negro no Semiárido alagoano**

Escravidão e fuga de escravos são expressões afins. Fuga e migração também são fenômenos associados, mas que nem sempre são compreendidos como tal. Em busca de alternativas de vida, o campesinato produziu variados movimentos migratórios internos, entretanto os movimentos realizados na direção do Sertão não costumam ser configurados como migração. Esses fluxos migratórios não foram dirigidos pelo mito da retirância ideal, mas pelo critério da retirância possível e necessária. Esclareçamos.

O mais comum é que a migração seja o abandono de um lugar e de uma vida adversos na direção de outro, idealizado. Isso explica a dificuldade de registrar como migração os deslocamentos dos que rumavam na direção do interior, dos sertões, não definidos como ideais. Ontem e hoje, esteticamente, o Semiárido é a seca e economicamente é o gado. É quase inimaginável pensá-lo verde e policultor. O Litoral e

a Zona da Mata, pelo contrário, são vistos como verdes, fartos de água e com clima e solo bons.

O Sertão quase sempre foi visto de forma muito grave. Pra lá migravam os que não tinham espaço e vez no Litoral e na Mata. Durante o segundo período de domínio português, o Sertão era um espaço ainda não bem delimitado, considerado selvagem por muitos, oposto à civilização, região temida, mas também idealizada como espaço de liberdade e riquezas pelos que sobravam na sociedade da *plantation*. Bastante ilustrativa dessa acepção é a passagem que segue:

Em 1697, o bispo de Pernambuco alarmava-se porque os moradores do sertão viviam “sem lembrança da outra vida, com tal soltura no que passam como se não houvesse justiça, porque a de Deus não a tem, e a da terra não chega”. Entre os habitantes do sertão 16 haviam morrido no ano anterior, mas apenas um de enfermidade, “que tão benigno como isto é o clima, porém, quanto tem este de bom, tanto têm de mau os seus habitantes, porque 15 foram mortos de espingarda. Com este estilo se tratam, e com este risco se vive entre eles; e ainda se haveriam pior, se não confinaram com o gentio brabo, cujo temor os conserva de algum modo, para que na ocasião dos assaltos que lhe costuma das se vejam uns dos outros socorridos” (CARNEIRO, 2011, p. 50).

Como se pode ver, clima e homens que habitavam o Sertão se completavam gravemente, conforme a descrição oferecida por Edson Carneiro. Entretanto, ainda que temida, a região também era buscada e idealizada como espaço de “riquezas e de liberdades ilícitas”. Talvez por isso quem migrou para o Sertão não tenha sido considerado um migrante. O contrário foi estabelecido como - verdadeiro. Migrantes, por exemplo, foram “os retirantes da grande seca de 1877”. Migrantes são os personagens de “*Vidas Secas*”, de Graciliano. Tais juízos de valor atuam na configuração do fenômeno migratório. Registros, como os da seca de 1877, funcionam como registros estáveis de que para o Sertão ninguém migra, ou de que de lá todos sempre querem sair. Por essa via, a vida do sertanejo parecer estar permanentemente no limite.

O Sertão e o Agreste aparecem como lugares não ideais. É mais comum registrar os fluxos migratórios que ocorrem do interior para o centro. No Semiárido nem sempre foi assim. Até o século XVIII, o passo era para o interior, o campesinato migrava para o miolo do território alagoano e para as suas franjas, primeiro ocupando os sertões de “dentro” e, em seguida, os sertões de “fora”. A expressão “sertão de dentro” correspondia ao interior mais próximo, distante entre 40 e 120 km da região litorânea,

enquanto o “sertão de fora” era o mais distante, mais profundo, o que hoje costumamos chamar de Semiárido (ANDRADE, 2014).

Em solo nordestino, as terras do Sertão eram as mais distantes e menos acessadas. Em diferentes momentos, milhares de negros tomaram esse destino seja fugindo do jugo da escravidão ou da repressão aos quilombos. Nesse período, as fronteiras sob o controle do poder colonial ainda eram muito estreitas, logo, todo território que não estava sob o jugo da cana e do latifúndio era chamado de sertão. Abreu (1963, p. 128) nos diz, por exemplo, que “Domingos Jorge auxiliou a debelação dos Palmares, mocambos de negros localizados nos sertões de Pernambuco e Alagoas”.

Esses movimentos migratórios forçados foram decisivos para instituir a pequena propriedade no Semiárido e configuraram-se em importante obstáculo para a realização plena do projeto colonizador.

Não só os índios eram os responsáveis pelo fechamento da fronteira sertaneja, os negros, desde logo fugidos das áreas de plantagem, buscavam refúgio na região, onde chegavam a estabelecer uma ampla teia de mocambos, recriando sua “angola janga”. Não devemos esquecer a proximidade de Palmares. Plantadores de milho e mandioca eram grandes guerreiros capazes de impedir o avanço dos rebanhos e de algum modo responsáveis pelo fato das doações de sesmarias não terem efetivamente conseguido ocupar a região. (SILVA, 1981, p. 38).

Esse novo registro de Silva nos dá conta não apenas de “uma ampla teia de mocambos”, negros em terras sertanejas, mas também grava um valioso aspecto de sua forma de sociabilidade. A “angola janga” é uma comunidade que usava coletivamente o solo, dedicada ao plantio de gêneros alimentícios de primeira necessidade, praticante de tradições culturais bem diversas daquelas impostas pelos colonizadores, enfim, um modelo de sociedade com um projeto político oposto ao do projeto colonizador. Outro dado importante é que essas notas rompem com as tentativas de negação da presença do negro no Sertão nordestino durante o período da escravidão, ou que a minimiza. Euclides da Cunha, por exemplo, no clássico “*Os Sertões*”, afirmou que “A grande tarja negra debruava a costa da Bahia ao Maranhão, mas pouco penetrava o interior” e que “O elemento africano de algum modo estacou nos vastos canaviais da costa” (CUNHA, 2002, p. 124).

Na mesma direção segue o articulista norte-rio-grandense, Otávio Pinto, ao publicar um artigo na imprensa potiguar, em 1934, no qual atesta a existência de uma “aldeia de negros” no município de Acari, Sertão do Seridó. Ainda que pareça longa a citação, consideramos válido apresentá-la pela exuberância de significados e pela possibilidade que ele nos dá para entender como por muito tempo a presença do negro no Sertão sofreu de grotesco mal entendido:

Fiquei então bastante surpreendido em saber que havia um povoado de negros no meu estado, e muito especialmente, em pleno Sertão de Seridó.[...] Achando isso deveras esquisito, demonstrei logo o meu grande desejo de conhecer essa aldeia africana [...]. O sol escaldava, quando descemos a serra. Às dez horas, chegamos à aldeia Boa Vista e fomos logo para a casa de Teodósio Fernandes da Cruz, que estava esperando nos terreiro de sua residência, em companhia de seus nove filhos. A negralhada, quando soube da nossa chegada veio se aproximando desconfiadamente. De um curral saiu uma preta, com uma cabeleira tão assanhada, que julguei ela trazer um enorme arapuá na cabeça. Todos os habitantes de Boa Vista são pretos retintos. Seus traços fisionômicos são do perfeito e legítimo africano. Eu estava admiradíssimo de vê-los assim agrupados em pleno Sertão do meu estado, o que não deixava de ser original e estranhável (PINTO apud CASCUDO, 2009, p.91).

A surpresa demonstrada por Otávio Pinto é coerente com uma tradição historiográfica que por diferentes vias minimizou a presença do negro no povoamento do Semiárido nordestino. A forma como o autor apresenta os detalhes da visita e a descrição da população local parece indicar que aquela era uma comunidade em alguma medida isolada, de ascendência africana atestada pelo “retinto” da cor da pele e por outros “traços fisionômicos”, o que, conforme o autor, era incomum nas terras potiguares.

Em terras alagoanas, vamos encontrar afirmativas mais graves:

[...] a sociedade de pastoreio era uma sociedade de vaqueiros, onde não havia negros livres nem negros escravos. Em lugar do negro livre quilombola ou do negro escravo das *plantations*, o que havia eram os índios dos colégios de padres e os índios de corsos, ambos de uma mesma etnia, e que não eram negros (LINDOSO, 2011b, p. 207, grifo do autor).

A tese de Lindoso é que “A conquista do Grande Sertão foi a conquista do semiárido nordestino e foi feita com currais de bois e vaqueiros tangedores” (2011a, p. 25). Em outras palavras, a sociedade do pastoreio fora fundada pelo boi e pelo índio, o

primeiro como agente e o segundo sob o controle dos brancos; o sertão “sempre refugou” o negro como escravo. As afirmações sobre uma *não* presença do negro no Semiárido durante a escravidão podem ser encontradas em diferentes obras do autor, mas em “*O Grande Sertão*” ela se repete diversas vezes. Reunimos aqui apenas duas passagens nas quais fica bem delineado o que Lindoso pensa: “Quem não deixou o negro entrar no sertão não foi a terra, mas os currais de boi. No sertão o negro não foi vaqueiro” (LINDOSO, 2011a, p. 152) e,

A visão que o curraleiro tem do negro é uma visão periférica. O negro não foi integrado ao sertão. Ele chegou ao sertão onde este começa ou acaba. No limite. O negro é um ser que o sertão rejeitou, isto é, nem o integrou nem quis pra si, o Grande Sertão por ser um espaço de pastoreio preferiu o índio nômade e catecúmeno (LINDOSO, 2011a, p. 158).

Causa grande estranheza que tais formulações venham de Lindoso, um estudioso da história com ênfase na revelação da trajetória de luta dos excluídos, um pesquisador que denuncia a escrita estamental alagoana. Por tudo isso, como é possível ele afirmar e reafirmar que “No Sertão, o negro nunca teve vez” ou que “No sertão, o negro é a grande ausência”? As afirmações de Lindoso não dão conta da realidade de Alagoas e, menos ainda, do conjunto do Nordeste. Há registros vários de escravidão negra e de negros em todos os lugares do Nordeste e do Brasil. Em Abreu (1963, p. 147), colhemos que: “Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos”. Também nos informa esse autor da presença de brancos, mulatos, negros e índios no transporte das boiadas. Andrade (1998, p. 170) afirma que nos sertões “[...] os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades, dirigidos quase sempre por um vaqueiro que ou era escravo de confiança ou um agregado”. Em 1880, ainda conforme Andrade, viviam nos brejos paraibanos 3.630 escravos, 14% dos cativos da Paraíba.

É importante notar que, em 1927, Roquette-Pinto, em “*Seixos rolados*”, fez esse debate e corrigiu Euclides da Cunha afirmando que no jagunço também tem sangue negro e que isso decorria das fugas de negros escravos e do encontro destes com índias. Em seguida, 1933, Gilberto Freyre foi decisivamente enfático sobre esse tema ao dizer que “A suposta imunidade absoluta do sertanejo do sangue ou da influência africana não resiste a exame demorado. Se são numerosos os brancos puros em certas zonas

sertanejas, noutras se fazem notar resíduos africanos” (FREYRE, 2000, p. 46). Outra fonte da presença negra no Sertão é Silva (1981), que nos apresenta dados da população escrava da freguesia de São Pedro do Porto da Folha: 1850 (45%), 1851 (44%) e 1872 (10%). A redução drástica no espaço de vinte anos, ocorrera, conforme o autor, devido ao fim do tráfico. Ainda que esses dados não possam ser generalizados, chama a atenção o fato de que, em 1850, no Sertão do São Francisco, 45% da população fosse escrava.

Mais completas, porém, são as pesquisas realizadas sobre o tema por Luis Mott, no contexto do Sertão piauiense. O negro, afirma Mott (1985), foi quem mais construiu o “‘curral e o açougue do Brasil’”, forma diversamente utilizada para designar o Piauí dos tempos iniciais. Os negros escravos, comprova o autor, chegaram a ser a maioria da população local e percentualmente dominantes até quando comparados com o restante da Província; além disso, não só estavam presentes em grande quantidade, como, em alguns casos, ocupavam posição de destaque na sociedade, servindo como vaqueiro e até como administrador de fazenda. Mott nos esclarece essa questão a partir de um conjunto de dados. Primeiro sobre a composição da população do Piauí por etnia e cor nos anos 1697 e 1723: nos dois períodos a população negra era superior à branca, em 1723, por exemplo, 33% dos piauienses eram negros e só 16,7% brancos e os índios representavam 5,9%, os demais eram mamelucos, mulatos e mestiços (MOTT, 1979, p. 68). Em seguida, a composição da população das fazendas do Sertão do Piauí em 1762: num conjunto de 2.406 habitantes, os escravos somavam 1.324 (55,1%); os negros livres 49 (2,0%); os brancos 882 (36,7%); os índios 101 (4,2%), enquanto os demais eram mamelucos, mulatos e mestiços livres (Ibid., p. 71).

Não dispomos de informações sobre Alagoas tão bem definidas como as apresentadas por Silva e Mott. Entretanto, os dados abaixo (quadro 5), referentes a um período no qual o fim da escravidão já estava próximo, atestam não só a existência de negros, mas também que ela tinha alguma vitalidade no Semiárido alagoano. Destaque especial merecem os números referentes a Palmeira dos Índios.

**Quadro 5** - Demonstrativo da População da Província das Alagoas com Denominação das Paróquias, Condição e Sexo – 1872

PAROQUIA	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Pão de Açúcar	4.166	4.479	8.645	234	234	407	9.052



Santana do Ipanema	4.305	4.126	8.431	132	184	316	8.747
Traipú	5.937	5.920	11.857	331	398	729	12.586
Água Branca	2.617	2.665	5.282	143	195	338	5.620
Mata Grande	2.214	2.121	4.335	154	123	277	4.612
Limoeiro	4.521	4.462	8.983	411	444	855	9.838
Palmeira dos Índios	6.764	6.847	13.611	1.612	1.799	3.411	17.022
<b>Total</b>			<b>61.144</b>			<b>6.333</b>	<b>67.477</b>

**Fonte:** Andrade, 2014, p. 116

Somados, os escravos das sete paróquias, em 1872, representavam mais de 10% da população do Semiárido alagoano, dado semelhante ao de Porto da Folha apresentado por Silva no mesmo período. Se separarmos os municípios do Agreste (Traipú, Limoeiro e Palmeira dos Índios) e do Sertão (Pão de Açúcar, Santana do Ipanema, Água Branca e Mata Grande), porém, os percentuais serão bastante alterados. Enquanto a população de escravos do Agreste era maior, de 7.4%, apenas 1.5% da população do Sertão era escrava. Na verdade, o alto índice de escravos no Agreste era determinado pelo município de Palmeira dos Índios que, excepcionalmente, tinha 20% de sua população composta de escravos naquele ano. Uma hipótese para explicar uma maioria tão larga de escravos no Agreste em relação ao Sertão é a formação da economia do primeiro, mais policultora e menos pecuarista que a do segundo. As roças demandariam uma quantidade maior de braços.

Diante da fartura de evidências, não nos parece mais necessário querer comprovar a presença de negros e, menos ainda, a existência de trabalho escravo na região. Fato é que, por vontade própria ou obrigado pelo instituto da escravidão, o negro foi - e ainda é - presença marcante nas terras do Semiárido. Nem mesmo a invisibilização histórica a que esteve submetido por tantos anos – fenômeno agravado pelo abandono, também histórico, da região em que viveu – conseguiu escondê-la.

Outro dado importante para a investigação a que estamos nos propondo aqui nos é oferecido por Flávio dos Santos Gomes quando nos diz que

[...] os quilombos e os mocambos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão. [...] Os vários quilombos – que já eram microcomunidades camponesas – continuaram se reproduzindo, migrando, desaparecendo, emergindo e se

desenvolvendo no emaranhado das formas camponesas do Brasil de norte a sul (GOMES, 2015, p. 120).

As condições de existência anteriores de negros escravos ou livres não foram alteradas com o fim oficial da escravidão – a abolição não previu qualquer compensação aos escravos pelo trabalho que realizaram nem foram adotadas medidas de correção do alijamento social a que os negros estiveram submetidos. O “padrão escravista de administração e tratamento” não mudou simplesmente porque a escravidão acabou. Por tudo isso, mocambos e quilombos continuaram se reproduzindo nos quatro cantos do país, mas foram ressignificados, tiveram acentuado um sentido que já estava presente nos quilombos da época da escravidão, mas que era escamoteado pelo componente fuga. Na verdade, o quilombo de livres deixava a condição de lugar de marginais e perseguidos, porque eram fugitivos, e passava a ser o abrigo de negros, homens e mulheres marginalizados socialmente, principalmente, ganhava visibilidade como organização social e política, na qual camponeses pobres ocupavam uma terra e nela realizavam seus projetos de liberdade e de campesinização.

Porque existiram e porque resistiram encontramos hoje em Alagoas quase oito dezenas de comunidades já reconhecidas como comunidades de remanescentes de quilombolas, são milhares de pessoas que buscam a sua história, a sua identidade e o seu lugar numa sociedade que sistematicamente tem negado as suas existências. Além das comunidades já reconhecidas, existem outras que reivindicam reconhecimento e outras tantas que, por tantos interditos históricos, ainda não se reconhecem como tal. O processo de autorreconhecimento, que é anterior a qualquer reclamo público de reconhecimento, é muitas vezes o mais lento e difícil de ocorrer.

Ainda que em situação de grande pobreza e que percentualmente não representem muito no conjunto da população regional, os negros do Semiárido alcançaram maior relevo político e cultural com a demarcação das terras e a consolidação de comunidades quilombolas. Esse fenômeno expressa um processo histórico, mas não dá conta dele em sua totalidade. Os negros que vivem em comunidades quilombolas representam apenas uma fração pequena dos tantos negros que moraram e moram no Semiárido, outros tantos foram incorporados ao conjunto da sociedade local.

## **2.5 Comunidades quilombolas no Semiárido alagoano: remanescentes de luta e resistência**

A migração para o interior de índios, negros e pobres livres em diferentes períodos da história colonial e republicana nunca foi encarada como migração, em consequência, seus significados nunca foram devidamente analisados. Esse processo – e foi um processo porque aconteceu em distintos momentos, por diversas razões e porque por iniciativas individuais e coletivas, também porque envolveu idas e vindas. Porém, como esse processo nunca foi devidamente dimensionado e avaliado, atuamos numa certa escuridão quando o estudamos. Os recursos para dimensionar esses movimentos são poucos e a utilização de alguns deles chega mesmo a parecer um apelo para provar que ele existiu e teve sentido de migração.

A migração de negros para o Semiárido alagoano é fenômeno impossível de ser exatamente avaliado, mas o grande número de comunidades quilombolas existentes na região pode ser um indicador de que ele ocorreu em ampla escala. Tal fato impede, por exemplo, que os negros desta região sejam encarados como figuras exóticas, como ocorreu no Sertão do Piauí quando Octávio Pinto, em 1934, se disse “admiradíssimo de vê-los” e considerou o fato “original e estranhável” (PINTO apud CASCUDO, 2009).

Encontrar negros no Semiárido alagoano não é difícil. Maestri e Fiabani (2008, p. 75) nos dizem que “O abandono das povoações, plantações e regiões férteis pelos sertões inóspitos, devido a ataques lusitanos, era recurso utilizado pelas comunidades africanas”. Com o tempo muitas dessas comunidades foram ampliadas, índios e outros pobres foram se misturando aos grupos iniciais, mas algumas delas não perderam a característica primeira de comunidades quilombolas. Em junho de 2016 visitamos uma comunidade quilombola do Povoado Jorge, localizado no município de Poço das Trincheiras, Alto Sertão alagoano. A história desse povoado tem seu registro mais importante num paradidático publicado por historiadores santanenses, “*Negros em Santana*” (CHAGAS; FAUSTO; V. NETO, 2012). O povoado surgiu a partir de pequenas taperas construídas por fugitivos às margens do riacho Ipanema. Nossa fonte principal de informação foi um antigo morador de quem recolhemos que o povoado fora fundado por Jorge, um negro velho, cujo ano de nascimento e a origem são ignorados, mas que pela sua inutilidade para o trabalho nas fazendas, foi parar ali [*Veio para morrer e o urubu puxar*], fez uma pequena tapera e acabou dando nome ao lugarejo. Ainda conforme o relato do morador, Jorge ganhou em seguida a companhia do negro José, fugitivo da guerra do Quilombo dos Palmares [*Veio depois da morte de Zumbi*],

José raptou uma índia de uma tribo vizinha [*Existia muito índio, mel de abelha, onça*], com ela teve filhos, surgiu a família Viana.

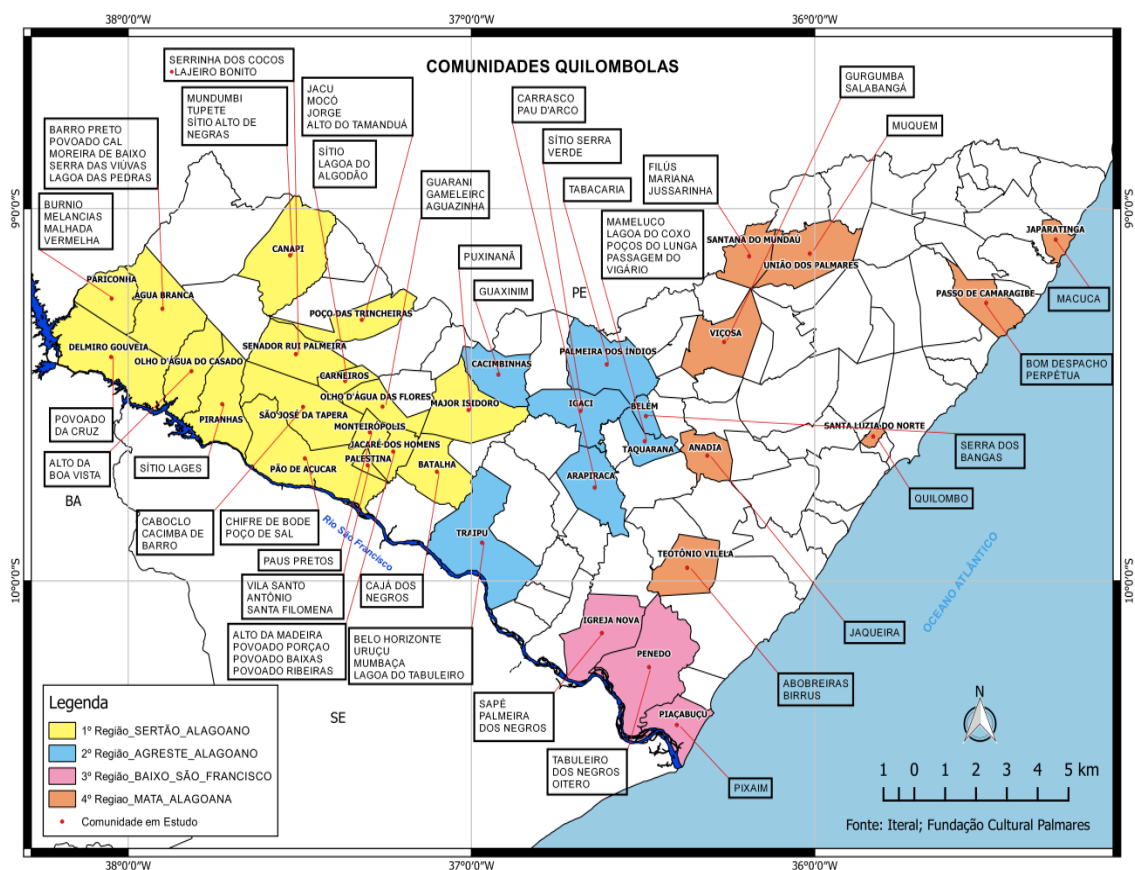
Durante muitos anos essa comunidade viveu sem maiores preocupações nas terras ocupadas por Jorge e José [*Tudo era dos reis*], entretanto, ainda que desconheçamos o processo específico, assim como em tantas outras comunidades quilombolas, que não têm terra suficiente para viver, esse quadro mudou. Chagas, Fausto e V. Neto (2012, p. 17), nos informa que:

Como em toda comunidade rural do Sertão, seus moradores viviam da roça com o plantio de feijão, mandioca, milho e melancia. A pimenteira nunca faltou e, frutas como o mamão, surgiam por trás das casas empretecidas. O artesanato de palha ajudava na manutenção da casa. Os habitantes do Jorge sempre foram mão de obra para os fazendeiros próximos, como ainda hoje. No povoado nada existe de interessante, a não ser a pobreza extremada dos “jorgianos”.

Com o crescimento da população, as roças ficaram ainda mais insuficientes e a vida, conseqüentemente, mais difícil [*O que o homem faz com o suor do rosto que derrama não dá pra viver*], [*O homem que vive só da roça é acanhado*]. O artesanato de barro e de palha, atividades predominantemente femininas, também perdeu espaço, deixou de ser lucrativo e acontece cada vez em menor volume. Os homens, além de trabalharem na região, migram para o corte da cana [*Vão para a usina Pinheiro, em Sergipe*], para a colheita da laranja, em São Paulo, e a do café, em Minas Gerais.

Se em Alagoas padecemos de registros sobre a ocupação negra e a formação das comunidades quilombolas no Semiárido, os dados no presente são proeminentes e provam que isso aconteceu em grande número. Atualmente, existem 79 comunidades quilombolas certificadas em Alagoas. Destas, 55 estão localizadas no Semiárido, o que representa 73,86% das comunidades oficialmente reconhecidas, nelas vivem cerca de seis mil pessoas. O Mapa 1, abaixo, demonstra exatamente isso.

#### **Mapa 1 - Comunidades Quilombolas de Alagoas**



Fonte: ITERAL, 2016

No Sertão estão localizadas 49,36% das comunidades quilombolas de Alagoas e no Agreste vamos encontrar mais 24,5% delas. Apenas 6,32% estão na região do Baixo São Francisco e pouco mais de 20,25% no Litoral e na Zona da Mata (Ver anexo A).

A distribuição das comunidades quilombolas nas diversas regiões de Alagoas é desigual e isso decorre da efetivação dos projetos de exploração das terras e das riquezas da colônia Brasil, mas também das dinâmicas sociais e políticas produzidas antes e depois da dominação portuguesa e por causa dela. Em todos os casos, os pobres e oprimidos da terra atuaram como sujeitos portadores de seus próprios projetos. No Semiárido alagoano, por exemplo, os negros, destacadamente, participaram dos processos de ocupação e de colonização.<sup>19</sup> O que encontramos lá hoje, certamente, é o resultado dessa dupla dinâmica social e de outras que não conseguimos identificar, mas que certamente ocorreram. E nada disso pode ser subestimado.

<sup>19</sup> Separamos esses fenômenos porque entendemos que a ocupação realizada pelos marginalizados foi um processo que ocorreu à revelia do Estado português e das autoridades coloniais, enquanto que a colonização definia-se como uma ação política de Estado, um processo organizado de domínio e de utilização do espaço.

### 3 CAMPESINATO E MIGRAÇÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

É fato que a migração inter e intrarregional têm interface com o desequilíbrio entre as regiões, mas esta não é a chave de análise que nos motiva. A migração do Semiárido para as regiões canavieiras de Alagoas e para outros lugares do país tem, antes de tudo, causas internas ao próprio Semiárido: má distribuição da terra e das riquezas, estiagens e secas periódicas. Estamos, portanto, diante de um fenômeno de causas estruturais, típicas das sociedades capitalistas, e de causas naturais.

Também são causas – e causas de primeira grandeza – as motivações individuais e coletivas construídas no interior das famílias camponesas. Não estamos diante de um fenômeno de gênero masculino, apesar de só homem migrar, esse é um acontecimento que diz respeito à vida de todos os que compõem o universo familiar, principalmente à da mulher. São experiências diferentes, mas igualmente relacionadas à migração. A migração é uma experiência familiar.

Registramos aqui a resistência camponesa: um fenômeno complexo, duradouro, uma construção histórica. No contexto do Semiárido alagoano migrar e resistir são movimentos afins.

#### 3.1 Migração: um fenômeno histórico de grandes significados

A imagem do retirante da seca no Nordeste é recorrente na literatura brasileira. A descrição pormenorizada da terra seca e do sofrimento do homem do Semiárido corre o mundo nas páginas de “*Vidas Secas*”, de Graciliano Ramos (1978). Em “*Morte e vida Severina*” (1994), o retirante de João Cabral de Melo Neto, fugindo da seca, atravessa a região canavieira e descobre na grande cidade um universo ainda mais adverso do que aquele que deixara para trás. No entanto, foi “*Os sertões*” (1975), documentário de Euclides da Cunha, a obra que mais destacou o Sertão e as agruras da seca para o Brasil e para o mundo. Na literatura especializada também encontramos um grande destaque para a seca como um fenômeno característico da região sertaneja. No clássico “*A terra e o homem no Nordeste*”, Manuel Correia de Andrade (1998, p. 46), afirma que “[...] o sertanejo está sempre preocupado com a seca, já que desde os tempos coloniais ela vem se repetindo, com maior ou menor intensidade, mas com periodicidade impressionante”.

Especialmente para os que vivem em outras regiões do Brasil, o retrato predominante do Nordeste é o da terra seca e das carcaças de animais mortos. Desfigurado, o Nordeste aparece para a cena nacional como a região que tem como característica primeira e fundamental o castigo da seca. De perto, a realidade é mais complexa. Além de tudo que à distância tem grande realce, na parte rural do Semiárido nordestino, de cuja realidade nos parecem mais próximos os ditos e os entendimentos destacados, vamos notar a presença de uma gente que vive do árduo trabalho na terra, produzindo em pequenas e médias propriedades e resistindo às intempéries naturais e sociais. Falamos de milhares de agricultores cujas existências estão bem traçadas em nossas narrativas regionais, mas que estiveram historicamente esquecidos pelos poderes constituídos ou são alcançados precariamente pelas políticas públicas (ANDRADE, 1988; SABOURIN; TRIER, 2003).

A migração intrarregional é um fenômeno antigo no Semiárido nordestino. Historicamente, a seca tem sido apontada como a causa da migração. Tribos indígenas que habitaram a região antes da chegada dos portugueses viam-se permanentemente obrigadas a migrar por causa das secas. Os colonizadores portugueses travaram várias batalhas para ocupar o Semiárido e a grande resistência indígena à sua presença na região não foi o maior obstáculo que enfrentaram. As secas e longas estiagens, muitas vezes, forçaram-lhes recuos, idas e vindas, assim aprenderam a colonizar o “Nordeste interior”, a conviver com ele, condição para povoá-lo. Os portugueses

[...] tiveram, com o tempo, de eleger também o seu método de vida específico nos sertões, do contrário teria sido impossível manter o modo e a forma de vida específicos nos sertões, do contrário teria sido impossível manter o modo e a forma de associação que haviam trazido da Península Ibérica, ou os que mais tarde tiveram de criar para substituir aqueles que aqui se foram tornando imprestáveis. Eis aqui, por sua vez, a origem do método das entradas e retiradas. Uma “retirada” era quase sempre a antítese dolorosa de uma “entrada”. Os membros de uma “bandeira” subiam até os altos sertões. Lá, estabeleciam uma povoação e “metiam seus gados” nos campos em torno. Anos depois, vinham as secas. Acabava-se a água. Os pastos secavam. Começavam a morrer os bois e as vacas. Depois morriam também os cavalos. A fome em breve chegaria aos homens. Então, organizava-se a “retirada”... (ANDRADE, 2010, p. 151).

Habitar o Semiárido é atualmente um desafio assumido por cerca de 25 milhões de brasileiros e que mobiliza, além das populações locais, técnicos e governantes empenhados em afirmar a sua viabilidade enquanto lugar de vida e de realização de

sonhos. O migrante resiste em deixar a região, lugar de histórias e paisagens que o acompanham por onde ele andar. A vida no Semiárido gera identidade profunda, é cheia de significados.

Aspecto importante [...] é a presença de conteúdos referentes à identificação cujo impacto importante na construção do sentido da convivência é visível na pluralidade de atos de identificação entre sujeitos, permeados por símbolos, valores, referências coletivas de valorização da vida no semiárido. [...] A identificação com o lugar, com a sua história e a referência aos antepassados dão sustentabilidade a essa cadeia de significantes (GALINDO, 2008, p. 119).

A presença e a resistência camponesa têm sentidos próprios, contrariam os valores hegemônicos. A “civilização do couro” não é tudo, o latifúndio e o gado não são absolutos. É o camponês quem melhor incorpora e representa a máxima euclidiana de que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, migrar temporariamente ajuda a viver na região e a afirmá-la como espaço de vida e de realização de projetos.

O fenômeno da migração temporária no Nordeste brasileiro remonta ao fim do século XIX e começo do século XX. Os movimentos migratórios acontecem na direção da Zona da Mata, mas também para capitais e até para outras regiões do País. Migram os pobres e, destacadamente, os mais jovens. Os proprietários rurais de unidades produtivas de pequeno e médio porte e seus filhos formam a massa migrante. Os grandes proprietários são beneficiados por esse processo. Maria Aparecida de Moraes Silva, em *“Retirantes do fim do século”*, nos diz que “[...] a migração, quer seja definitiva ou sazonal, produz a passagem de uma estrutura de dominação para outra, [...] a migração não liberta o camponês das amarras do poder dos grandes proprietários” (SILVA, 1999, p. 237).

É fato que o Semiárido nordestino, nos últimos quatro séculos, enfrentou cerca de vinte secas, mas esse fenômeno não pertence ao conjunto do Nordeste, também é certo que a seca não pauta a vida de todos os agrestinos e sertanejos e nem mesmo aqueles que são atingidos por ela têm as suas vidas permanentemente dominadas por esse enfrentamento. Secreto, em passagem absolutamente feliz, nos diz que:

Essas imagens impregnaram as narrativas de historiadores e sociólogos do século XX e, ainda, as do presente. Aparecem nas descrições e análises mais “sensacionalistas” e nas mais criteriosas. A descrição do horror intenta em transformar-se num argumento, e isto acontece porque se julga que o que se quer narrar é totalmente



estranho aos leitores e porque se absolutizou a relação Nordeste-seca-miséria (SECRETO, 2007, p. 36).

A seca de 2012/2016, considerada por muitos especialistas como a maior dos últimos cinquenta anos, é apenas mais uma entre tantas já vividas na região do Semiárido nordestino. O cruzamento de dados de duas obras diferentes nos permite constatar a dimensão dos períodos de seca na região nos três últimos séculos. Cunha (1975), nos diz que nos séculos XVIII e XIX ocorreram dez secas. Melo (2010), registra nove secas no século XX.

Entretanto, nos dias atuais, não é a seca o determinante do processo migratório, ela é uma razão secundária e assim deve ser considerada. A migração não ocorre por razões conjunturais, a seca, mas por razões estruturais representadas pelo monopólio da terra, fenômeno que decorre do modelo de desenvolvimento adotado pelo capitalismo mundial em consórcio com o Estado português-brasileiro desde o período colonial (ALMEIDA, 2010). Como bem diz a sabedoria popular na região: “o problema não é de seca, é de cerca”. Também é relevante como motivador migratório o fato de que as propriedades campestres são minifúndios, o que compromete as suas possibilidades de atender as demandas familiares. O minifundismo do Semiárido nordestino, porém, não aconteceu seguindo a lógica colonizadora, predominantemente, ele provém da impertinência dos pobres da terra que buscaram um lugar para viver e fizeram suas existências na região em permanente tensão de classe com os grandes proprietários.

Essa configuração econômica, política e espacial inicial passou por diversas atualizações ao longo do tempo. É basilar entender que esse processo seguiu um planejamento imposto pelo grande capital (internacional e nacional) e pelo Estado brasileiro, bem como gerou (e gera), processos desiguais de acumulação do capital. De forma mais ampla, conforme Oliveira, (1981), estamos diante de uma realidade em que o capital hegemônico, historicamente, configura as regiões e estabelece, segundo os seus interesses, o papel de cada uma no panorama de acumulação e expropriação da natureza e do trabalho humano. Segundo esse autor,

O que preside o processo de constituição das ‘regiões’ é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as ‘regiões’ são apenas espaços sócio-econômicos (sic) onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela conseqüente (sic) constituição de classes sociais

cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica (Ibid., p. 30).

Outro dado que nos parece fundamental é entender que o capital não controla tudo o tempo todo, bem como a sua capacidade de planejar, como a de qualquer outro, é dada num regime de variação e de correlação de forças, o que é típico de uma sociedade de classes; bem como são sensíveis, sujeitas, inclusive, a fenômenos de ordem natural como o clima. Assim sendo, categorias como “planejamento regional”, “desequilíbrios regionais”, “divisão regional do trabalho”, e tantas outras que tenham o mesmo sentido, utilizadas para explicar a determinância do capital sobre os fenômenos migratórios, por mais úteis que sejam, não dão conta de tudo, não podemos esquecer que a realidade é contraditória e que os sujeitos também elaboram os seus projetos.

São diferentes as motivações e as dinâmicas migratórias, fatos que as explicações de base estruturalista teimam em ignorar. A ideologia do progresso preside a concepção segundo a qual a migração é determinada pelos movimentos do capital. Por essa perspectiva,

O resultado das áreas de imigração e a análise do processo de desenvolvimento econômico do país deixa bastante claro que o deslocamento da população rural se dá das regiões economicamente mais atrasadas para as mais prósperas e se apresenta, em grande parte, como uma transferência de mão-de-obra para sistemas econômicos mais produtivos (DURHAM, 1984, p. 45).

Analisando a migração para São Paulo, a autora afirma que os migrantes que lá chegavam eram provenientes de “[...] áreas por excelência da economia de subsistência”, entre elas “[...] o “Sertão e o “Agreste” do nordeste” (Ibid., p. 48). Em outras palavras, as zonas de produção para a exportação e a indústria formaram regiões atraentes, transformaram-se em destinos migratórios.

Noutra direção, Woortman (2009, p. 217) nos diz que, além de produzir alimentos, os camponeses são produtores de migrantes e que “A migração camponesa não é apenas uma consequência da inviabilização das suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução”. Migrar por um período do ano ou mesmo migrar permanentemente não é uma declaração de fracasso do campesinato, pelo contrário, mediante os limites concretos de sua existência, ele busca, e encontra, fora de suas terras as condições que lhe são imprescindíveis. No caso da migração temporária, o sertanejo retorna e reafirma a sua condição camponesa e a sua

identidade, seu vínculo regional. A “perpetuidade da migração temporária” (SILVA, 1999, p. 57) é necessária para garantir a permanência na terra e para aprimorar a produção.

A migração tem, algumas vezes, por objetivo retornar com um capital significativo. Em outros casos, a venda de mão-de-obra in loco, ou por ocasião de migrações temporárias, representa uma estratégia de adaptação que permite, em uma situação de risco, resolver dificuldades financeiras momentâneas (CARON, 2003, p. 93).

Migrar faz parte das estratégias de resistência desenhadas pelo campesinato do Semiárido. De tal forma que, quando as primeiras chuvas dão sinais, eles regressam para as suas terras e as encontram ocupadas e cuidadas por suas mulheres e filhos, é também comum que outros parentes participem da tarefa de cuidar da terra e das criações que nela ficaram, enquanto o chefe da família estiver migrado. No retorno, o migrado traz sempre alguma economia, a garantia de uma indenização de fim de safra ou de uma renda posterior na forma de seguro desemprego. O mesmo apelo camponês foi identificado entre os operários ingleses que tinham uma pequena propriedade de terra. Segundo Thompson (2012, p. 2014). “A maioria dos trabalhadores no século XVIII deixava com satisfação o seu emprego por um mês de trabalho na colheita”.

O processo migratório é determinado por causas macroeconômicas, o que não anula o papel de indivíduos e grupos na elaboração de seus projetos migratórios. É o que fazem milhares de camponeses todos os anos: confrontam o caráter totalizante do capital, constroem e reconstroem as suas estratégias de reprodução.

Graças à migração, as tensões econômicas e sociais são aliviadas e os (des)equilíbrios intra e suprarregionais são suportados. Mas a migração também pode significar um ato de resistência: por meio dela pessoas, grupos e classes sociais afirmam as suas identidades e seus projetos. Godói, analisando a migração de comunidades rurais do Sertão do Piauí constata que

A migração tem um caráter claro: garantir a reprodução simples da unidade camponesa, mantendo um vínculo estável com a terra, e, assim, evitar a ‘reprodução negativa’[...], ou seja, menos terra para mais gente, forçando a minifundização a limites que comprometeriam a reprodução camponesa da área (GODOI, 1999, p. 70).

A migração temporária é dominada por uma boa dose de pragmatismo, está destinada à sobrevivência da unidade familiar e ao fortalecimento da atividade na terra. No entanto, não podemos negligenciar o fato de que razões subjetivas mobilizam os indivíduos que deixam o Sertão, é certo que razões não apenas econômicas atuam na elaboração de projetos migrantes. O sonho de uma carreira profissional inacessível na região, o de acesso a novos bens culturais em outras regiões. Fontes, analisando as migrações para a cidade de São Paulo, observa que

Os rurais nordestinos não foram apenas reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem imersos nelas. Eles também foram agentes de seus próprios movimentos e, dessa forma, através de estratégias diversas, contribuíram na moldagem do processo migratório (FONTES, 2008, p. 54).

Migrar é parte da estratégia de reprodução do campesinato e de manutenção de sua condição camponesa, não significa um processo inexorável de proletarização. Nesses termos, migrar é uma atividade pluriativa, complementar, alternativa. É a compreensão do caráter dinâmico e dialético dessa realidade que permite entender os significados da migração na experiência do campesinato do Semiárido.

Durante a estiagem e a seca, migrar não é uma opção, é uma exigência para manter a terra e a sua condição camponesa. Tivesse o camponês um pedaço maior de terra e assistência técnica adequada dificilmente ele migraria, seria possível viver melhor no Semiárido. No entanto, há séculos, camponeses nordestinos são obrigados a migrar periodicamente.

A migração para o mundo canavieiro, assim como para outras atividades, tem função complementar à atividade camponesa, insere-se na categoria de trabalho pluriativo.

As atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou por vários membros de um mesmo grupo doméstico são reconhecidas tanto por aqueles que estudam a questão agrária quanto pelos agentes sociais aí implicados (agricultores e técnicos agrícolas) com a noção de pluriatividade (CARNEIRO, 1998, p. 184).

Merecem destaque, desde o período colonial, as estratégias e a capacidade de resistência que os camponeses têm desenvolvido para enfrentar o poder hegemônico do capital. Em nome da manutenção da pequena propriedade e da autonomia relativa que

ela representa, o camponês faz trabalhos pontuais na sua região ou migra durante os períodos de seca.

Há situações em que a migração garante a sobrevivência de muitas famílias camponesas durante uma parte do ano, é fonte regular de renda, de estabilidade e de redução de riscos (CARON, 2003). Noutros casos, ela ganha contornos menos dramáticos, corresponde a uma atitude estratégica de fortalecimento das unidades produtivas. Constituída dessa última forma, a migração temporária representa não apenas um meio de sobrevivência, significa uma estratégia para garantir e aprimorar a existência na terra de diversas famílias camponesas. De qualquer forma, ainda que seja uma necessidade, a migração não representa a incapacidade da agricultura camponesa de produzir os meios de sua reprodução, é um indicador de sua insuficiência, fato comum numa realidade em que 80% das propriedades rurais são minifúndios.

Diversos são os significados do fenômeno migratório no âmbito do lugar de moradia do migrante, determinado por condições sócio-históricas que o empurram para fora de sua unidade produtiva. A família camponesa, *locus* privilegiado de análise, é impactada e sofre com a migração de um ou mais dos seus membros. Entre outras coisas, os papéis cumpridos pelos membros da família que ficam são redefinidos e as afetividades de mulheres, jovens e crianças são atingidas. Conforme Menezes (2002, p. 20), “a migração masculina é parte da organização familiar e indissociável do trabalho da mulher na terra e sua responsabilidade pelo trabalho doméstico, socialização de crianças e reprodução dos novos trabalhadores”.

No contexto alagoano, esse fenômeno, circunscrito no âmbito da pluriatividade (CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 2009), transforma o trabalhador num sujeito de dupla atividade: uma camponesa e agricultora; e outra canavieira, agricultora e assalariada. Como camponês, o trabalhador é dono de um pedaço de terra, dos instrumentos de produção e dos bens produzidos por ele e por seus familiares. Essa atividade atende às suas necessidades de reprodução e é – quando é – destinada ao mercado local e regional. Enquanto canavieiro, ele é proletarizado pela moderna indústria açucareira, produz para um mercado distante e, muitas vezes, nem sabe quem é o dono da empresa para a qual trabalha.

Essa dupla condição, dada a sua regularidade e a sua ocorrência por diversos anos e por várias gerações, nos diz que tal migrante não é apenas camponês, é também canavieiro. Entretanto, apesar de ser proletarizado durante um período do ano e uma

parte da sua vida, ele não é um proletário, é um camponês. O trabalho no canavial visa garantir e fortalecer a sua “condição camponesa”, categoria desenvolvida por Jan Douve van der Ploeg e que envolve um conjunto de características de alta sintonia com o ambiente hostil do Semiárido e com a trajetória migrante,

[...] (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada (sic) e auto-gerenciada (sic), a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção (sic) entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e se fortalecem, melhorando o processo de co-produção (sic) e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem tais inter-relações (PLOEG, 2008, p.41).

Nesses termos, hipoteticamente, ainda que a atividade canavieira represente a principal fonte de renda da família de algum migrante camponês no período de um ano, o trabalho como canavieiro tem apenas caráter complementar. Em particular, essa migração é uma estratégia utilizada por membros de “[...] famílias de grande porte, frequentemente polinucleares, quando o trabalho agrícola não é capaz de ocupar todos os membros de maneira contínua nem de suprir as necessidades de consumo de todos” (CARON, 2003, p. 93). Ou, como nos diz Wanderley (2009, p. 14), “O que está em jogo é a sobrevivência da família pela construção/reprodução do patrimônio possível, no presente e no futuro, e da própria comunidade camponesa”.

É também papel fundamental da migração capitalizar as famílias camponesas para enfrentar dificuldades financeiras momentâneas e para formar poupança para investimentos futuros que fortaleçam a unidade produtiva, inclusive para adquirir bens para a propriedade ou mesmo novas terras. No Semiárido, como em outros lugares do mundo, “[...] os migrantes retornam a casa com rendimentos, que usam precisamente para investir em uma unidade agrícola renovada e reforçada” (PLOEG, 2008, p. 50). Mas a migração não é um fenômeno de relevo apenas econômico, porque fortalece a pequena propriedade, implementa a agricultura camponesa e previne o avanço do

latifúndio, ela também afirma o campesinato como ator coletivo capaz de resistir aos modelos hegemônicos presididos pelo grande capital.

A carência de mão de obra na atividade canavieira reporta ao fim da escravidão, quando muitos escravos abandonam o duro trabalho em direção às cidades e para outras regiões do país em busca de melhores condições de trabalho e vida. No ensaio *Cassacos e Corumbas*, realizado no contexto da Zona da Mata pernambucana, Suarez aborda a migração como parte de um processo social determinado por causas estruturais e dinâmicas produtivas diferentes. Para a autora, tal relação se configura como “[...] uma forma especial de inter-relação entre a grande e a pequena propriedade (o chamado ‘complexo latifúndio-minifúndio’), através da migração espacial dos trabalhadores rurais” (SUAREZ, 1977, p. 96).

O fim ou mesmo a redução drástica do sistema de moradia, as transformações no sistema de produção e no controle do processo produtivo, típicas da reestruturação produtiva, e as transformações nas relações de trabalho impostas pela Constituição de 1988, juntas, reconfiguraram as relações entre trabalhadores canavieiros e patrões no contexto da *plantation*. Livres das obrigações da moradia e com maior liberdade de escolha, os trabalhadores canavieiros passaram a trocar de local de trabalho com maior frequência do que faziam antes, fato que aumentou a demanda por sertanejos [*Com o fim da moradia aumentou a procura do sertanejo*]. Mesmo estes, que eram buscados e trazidos para a região canavieira dentro de um compromisso com um empreiteiro que fazia a ponte entre ele e a usina, em circunstâncias consideradas adversas ou mediante a oportunidade de melhores ganhos, também trocavam de local de trabalho, mas outras razões também atuavam sobre esse fenômeno [*Os clandestinos não venciam uma safra numa usina, procuravam melhora noutras usinas. Ia com um empreiteiro, lá trocava. Com ficha era uma prisão*].

Os migrantes do Semiárido alagoano entrevistados, em maioria, indicam 1994 como o ano em que suas carteiras de trabalho passaram a assinadas. Esse fato, porém, não se constituiu em vantagem utilizada pelos patrões em relação aos trabalhadores da “rua”. No universo canavieiro não só os patrões evitavam assinar a carteira, muitos trabalhadores fugiam desse vínculo porque também o consideravam perda de liberdade.

Prisão ou cativoiro são expressões recorrentes no universo vocabular do mundo rural canavieiro. Woortmann (2009, p. 218) nos diz que o universo canavieiro é representado como “*mundo*, termo que denota a incerteza, o desconhecido, o perigo,

[...] cativoiro”. Na década de 1970, Lygia Sigaud (1979, p. 234-235) registrou na Zona da Mata pernambucana que “[...] o trabalhador geralmente afirma que prefere ser *clandestino* do que fichado e justifica isso em termos de que ‘a ficha é cativoiro’”. No início dos anos 2000, na Zona da Mata alagoana, identificamos igual fenômeno, carteira assinada e cativoiro eram relacionados pelos trabalhadores que definiam a informalidade como “[...] uma expressão positiva de liberdade”, preferiam trabalhar “à *rôla voou*”. Expressão utilizada para “[...] definir um tipo de relação na qual não existe vínculo formal de trabalho e em que há uma grande rotatividade. ‘À *rôla voou*’ quer dizer livre, conforme a sua decisão” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 119, grifo do autor).

Vivendo como migrado no universo canavieiro, o migrante se depara com condições de existência extremamente adversas e com relações de produção típicas de um modelo de assalariamento, destacam-se também as crescentes contradições de classe que envolvem o mundo do trabalho, assim como são constituídas as relações de tensão com as populações locais (ALBUQUERQUE, 2009; ANDRADE, 1994; WANDERLEY, 1979).

### 3.2 A migração no Nordeste e a “questão regional” no Brasil

Os primeiros habitantes do Nordeste brasileiro, índios e negros, arrebatados pelas secas, viveram diversas migrações. Com os colonizadores portugueses não foi diferente. Lopes de Andrade (2010, p. 151) nos diz que foram diversas as retiradas e que “[...] cada ‘retirada’ era quase sempre a antítese dolorosa de uma ‘entrada’”. Os camponeses que chegaram ao Sertão e, em menor intensidade, ao Agreste também tiveram que enfrentar diversas estiagens e secas, e tiveram de migrar. Um exemplo emblemático disso é a seca de 1877: estima-se um total de vítimas humanas maior que quinhentos mil. Devido à sua intensidade,

[...] metade da população do município de Palmeira dos Índios, em apenas dois meses dela, de meados de fevereiro ao fim de março de 1878, transferiu-se para os municípios de São Miguel dos Campos, Atalaia, Pilar, Alagoas (Marechal Deodoro) e Coruripe, abandonando seus roçados preparados para o plantio (SANT’ANA, 2011, p. 171).

A expressão “seca de 1877” não dá conta da sua duração nem das suas consequências. A debandada provocada por ela, por exemplo, continuou no ano seguinte. De Palmeira dos Índios, na época, principal povoamento do Agreste alagoano,



diz-nos Sant'Ana que “Em maio de 1878 era calculada em 30.000 pessoas a população adventícia espalhada por toda a Província, tangida pela seca” (SANT'ANA, 2011, p.172). Acontecimentos como esse inspiraram Graciliano Ramos em “Vidas Secas”, clássico da literatura nacional e que hoje é uma obra conhecida no mundo inteiro. Ramos narra com dramaticidade a saga de uma família de retirantes da seca com a intimidade de quem conviveu diretamente com ela, haja vista ter sido morador de Palmeira dos Índios durante algumas décadas de sua vida, chegando, inclusive, a prefeito da cidade.

Comparada com outras regiões secas do mundo, o Semiárido Nordestino e, particularmente, o Sertão alagoano são áreas absolutamente viáveis para a realização de atividades agropecuárias e para a vida humana. Isso nos remete para as causas estruturais da migração e nos impele a desmistificar a seca como causa determinante da migração. Esse procedimento é fundamental porque ele ajuda a desfazer um equívoco, fixado no mundo acadêmico e literário e dominante no senso comum brasileiro.

Não há dúvida de que as longas estiagens e os períodos de seca tornam a vida mais difícil no Semiárido, mas insistir na tese de que a seca é o problema central – e ainda há quem faça isso nos dias de hoje – é esquecer toda a contribuição dada por Celso Furtado e por diversos outros intelectuais brasileiros<sup>20</sup> para uma nova compreensão dos problemas do Nordeste e para a sua solução. No documento intitulado “*Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*”, de 1959, Furtado (2009, p. 83) nos diz que “A disparidade de níveis de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional”. Em “*Formação econômica do Brasil*” (Id., 1998), esse mesmo autor defende a tese de que era preciso recuperar a dinâmica inicial da industrialização brasileira, “concomitante em quase todas as regiões”, de tal maneira que no final do século XIX e início do século XX o número de operários têxteis do Nordeste era próximo ao de São Paulo. Ainda seguindo o roteiro traçado por Furtado, o desequilíbrio industrial no Brasil acontece a partir do evento da Primeira Guerra e continua após o seu término, o que acentua as distâncias nos níveis de renda *per capita* entre as regiões.

No contexto do governo de Juscelino Kubitschek – na verdade, por dentro dele – emergiu o debate da “questão regional”, debate marcado pelo diagnóstico de que no

---

<sup>20</sup> Oliveira, 1981; Bacelar, 2001, 2011; Andrade, 1998.

Brasil havia um abismo regional, econômico, político e social, e de que o Estado brasileiro precisava planejar o país regionalmente, corrigindo os desequilíbrios e promovendo a equidade social. “A solução desse problema constituiria, muito provavelmente, uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos. Essa solução exigiria uma nova forma de integração da economia nacional” (FURTADO, 1989, p. 240).

A tese de que a política de desenvolvimento industrial devia ser revista, pois ela fortalecia o eixo Centro-Sul do Brasil, mas não alcançava o Nordeste, defendida por Furtado, ainda que sob a resistência dos setores mais conservadores, em alguma medida foi acolhida no governo JK. Ela apontava uma saída para graves problemas regionais. Foi nesse cenário, o surgimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que buscava adaptar a “[...] economia da região à sua característica mais marcante, a zona semiárida, além de estimular a sua industrialização, deixando claro que o subdesenvolvimento do Nordeste era instigado pelo desconhecimento de suas imensas possibilidades” (SANTIAGO, 2006, p. 59). O momento histórico nacional e internacional no qual emergiu esse debate era de grande efervescência. Dois grandes acontecimentos marcam o plano econômico e político internacional: a guerra fria envolvendo as grandes potências econômicas e militares da época, Estados Unidos e União Soviética; e a eclosão da revolução cubana. Os dois acontecimentos impactam diretamente a América Latina e o Brasil, mergulhado em grande agitação social e política: o movimento sindical se reorganizava depois da ditadura de Getúlio Vargas e as mobilizações sociais, represadas que foram durante anos, avançavam. As Ligas Camponesas e a luta por direitos sacudiam o campo brasileiro e a exigência de reformas sociais, como a reforma agrária, tomava corpo. Nesse momento, os embates políticos que precipitaram o golpe militar de 1964 já estavam, em grande medida, gestados. No Nordeste o ambiente também era quente.

A questão regional, na verdade, vai surgir com força na literatura, nas nossas discussões, nesse momento. Nos anos 50 é que essa questão vai se apresentar com muita força e é o Nordeste que vai liderar esse debate. A região estava sofrendo os impactos da intensificação da concorrência inter-regional, coincidindo essa conjuntura com uma grande seca, uma das maiores que o Nordeste viveu. Ao mesmo tempo, a zona da mata nordestina estava passando por um processo também muito importante, que era a expulsão dos “moradores” para as periferias das cidades, o que fez florescer o movimento social, muito intenso naquele momento (BACELAR, 2001, p.75).

Como esclarece Bacelar, as contradições da realidade pulsavam. Naquele contexto, Furtado, como intelectual conectado aos clamores da maior parte do povo brasileiro e mobilizado pelo compromisso de contribuir para a transformação da realidade, aponta que o maior problema do Nordeste era a estrutura socioeconômica e política montada há séculos na região, bem como o fato de que sem mexer nessa estrutura não haveria saídas.

A grande economia nordestina desenvolveu-se assentada no latifúndio, na monocultura e na exportação; a sua expansão para o interior com a pecuária deu-se reproduzindo em larga medida o modelo do açúcar e dependente dele. Aliás, curiosamente, a interiorização da pecuária foi favorecida tanto nos momentos de crise do açúcar no mercado internacional quanto nos momentos de auge; entretanto, durante três séculos, ela sofreu um processo de atrofiamento, o que resultou na sua conversão em “economia de subsistência”, de tal maneira que “[...] o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir” (FURTADO, 1998, p. 64).

Dados do Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006) parecem confirmar as afirmações de Furtado. No Sertão alagoano, 62,11% da área e 91,59% dos imóveis estão nas mãos dos pequenos produtores. Enquanto isso, os grandes produtores ocupam respectivamente 37,89% da área e detêm 8,41% das propriedades. No Agreste, a pequena propriedade tem menos força, ocupa 38,53% da área e 92,25% dos imóveis, enquanto a grande propriedade domina 61,47% das terras, o que representa 7,75% das unidades produtivas. Quando levantamos os dados estaduais, vemos que no conjunto a estrutura fundiária é bem mais injusta: 82% das propriedades têm até 10 hectares, mas representam apenas 11% do território alagoano; as propriedades entre 10 e 100 hectares são 13% e somam 27% das propriedades, já as propriedades com mais de 100 hectares reúnem 5% do número de propriedades, mas concentram 62% do território alagoano.

Os números acima encerram com o mito de que o latifúndio é a marca primeira do Sertão. Nele a pequena propriedade existe em bom número e ocupa a maior parte das terras; hoje, cerca de 30% dos assentamentos rurais da reforma agrária em Alagoas são assertanejados (ALMEIDA, 2010). A maior concentração de terras acontece no Litoral

e na Zona da Mata, regiões em que as terras têm melhor qualidade, mas nas quais a luta pela terra também avançou nas últimas décadas.

No Sertão, os solos, na sua maioria, são areno-argilosos, pobres em matéria orgânica e com baixa retenção; os rios são temporários; as chuvas, distribuídas irregularmente no espaço e no tempo, com intervalos largos e ocorrências não sucessivas; e as precipitações variam entre 500 e 800 mm, em alguns espaços, inclusive, as precipitações variam de 400 mm e a insolação média é de 2.800 h/ano. Tais informações são importantes para entender que não só é grave o fato de 37,89% das terras estarem concentradas nas mãos de 8,41% dos proprietários; a existência de tantas e tão reduzidas propriedades torna a vida na região difícil e força a migração (os camponeses que entrevistamos têm em média dois hectares). Além do tamanho reduzido dos lotes, são agravantes a baixa tecnologia utilizada na produção, a falta de assistência técnica e, quase sempre, a ausência de financiamentos públicos. Nessas condições, a produção não consegue acompanhar a intensidade do esforço-trabalho realizado pelo camponês e por sua família e as secas e estiagens tornam a migração imperativa.

Números do IBGE demonstram que no ano de 2014 o Brasil tinha aproximadamente 202 milhões de habitantes, e cerca de 56 milhões viviam no Nordeste. Esses dados mostram que uma mudança considerável ocorreu em pouco mais de um século. Em 1872, a população do Nordeste correspondia a 46,7% do total nacional. Atualmente, a região responde apenas por 27,8% da população brasileira. As altas taxas de migração ocorridas até os anos de 1970 estão relacionadas com esse fenômeno (FUSCO; OJIMA, 2014).

A população do Semiárido gira em torno de 25 milhões de habitantes, sendo que mais de 10 milhões vivem nas áreas rurais. Territorialmente, o Semiárido corresponde a 57,53% da área do Nordeste, respondendo por, aproximadamente, 21 % do seu Produto Interno Bruto.

**Mapa 2** - Sub-regiões do Nordeste brasileiro



**Fonte:** Azeredo, 2015

Quatro sub-regiões compõem o Nordeste: 1– o Meio-Norte; 2– o Sertão; 3– o Agreste; 4– a Zona da Mata (nesta configuração, o Litoral, primeira região canavieira do Brasil, está incluído na Zona da Mata). A migração da qual nos ocupamos aqui ocorre, principalmente, a partir do Sertão e do Agreste, territórios que compõem o Semiárido, para a Zona da Mata e para o Litoral.

O clima do Semiárido alagoano é menos quente do que o do restante do Nordeste, conforme Alexandre Hugo Cezar Barros,

No Estado de Alagoas, as médias pluviométricas anuais variam de 2.000 mm, no litoral, a 400 mm no sertão. [...] Na maior parte do estado o total de precipitação pluviométrica anual é superior a 700 mm, caracterizando que as condições naturais não são governadas por um clima de acentuada semiaridez, conforme observado em grande parte do Nordeste brasileiro. Mesmo no sertão alagoano, encontram-se vastas áreas que possuem mais características em comum com as tradicionais zonas agrestinas do que com as áreas sertanejas secas, típicas do Nordeste (BARROS, 2012, p. 18-19).

Na Zona da Mata, o solo é fértil, o clima é tropical e úmido, os rios são abundantes e perenes e as chuvas frequentes, especialmente no outono e no inverno. Essas condições são ideais para a produção de cana na região. Por suas diferentes características, vemos que as economias das duas regiões têm sido complementares.

Ainda que não seja nosso objeto analisar aqui o impacto das ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro em relação ao Nordeste, cabe reconhecer que, com maior ou menor êxito, a população do Semiárido, especialmente a partir da criação da Sudene, tem recebido apoio de diferentes políticas públicas com o objetivo de gerar melhores

condições de “convivência com o Semiárido”. Entretanto, mesmo quando criaram melhores condições de existência – e a instalação de cisternas é um exemplo claro disso –, tais políticas não mexeram nas contradições estruturais existentes na região. Contraditoriamente, algumas políticas aplicadas no Semiárido favoreceram grupos econômicos e políticos privilegiados da região (ANDRADE, 1998; SABOURIN; TRIER, 2003).

Por diferentes razões, o fenômeno migratório na região foi remodelado, cresceu a migração intrarregional e intraestadual. Na década de 1980, 73,1% das pessoas que migraram no Nordeste escolheram um município da própria região e 62% foram para outro município do interior. Na década de 1990, a imigração para outras regiões voltou a crescer, mas nos anos 2000 o movimento interno avançou e 68,9% dos migrantes tomaram como direção um município do interior, enquanto 58,4% ficaram no próprio Estado (FUSCO; OJIMA, 2014). Esse fenômeno pode ser facilmente reconhecido no Agreste alagoano. Nos últimos vinte anos, por exemplo, Arapiraca transformou-se em município polo, recebendo um volume maior de recursos, e reunindo a assistência à saúde, educação e outros serviços. Por esse motivo, passou a concentrar grande parte dos trabalhadores da região, especialmente nas atividades de construção civil.

Além do corte da cana, migra-se em maior número para trabalhar na construção civil que, destacadamente, transformou-se nos últimos tempos numa nova frente de trabalho. Os atrativos estão mais próximos, mas, no geral, o Sertão continua sendo fornecedor de mão de obra para outras regiões de Alagoas, do Nordeste e do país (SUAREZ, 1977). Oliveira (1981) demonstra que o desenvolvimento desigual das regiões é uma construção do capital.

Durham segue mesma direção e afirma que

[...] a análise do processo de desenvolvimento econômico do país deixa bastante claro que o deslocamento da população rural se dá das regiões economicamente mais atrasadas para as mais prósperas e se apresenta, em grande parte, como uma transferência de mão de obra para sistemas econômicos mais produtivos (DURHAM, 1984, p. 45).

Essas abordagens, por mais justas que sejam, escorregam para uma unilateralidade de causas e fins, localizam o Sertão como fornecedor de força de trabalho e o migrante como alguém que segue o capital. Correto nos parece o alerta de Francisco Carlos Teixeira da Silva (1981, p.110), ao dizer que a expressão “reserva de

mão de obra” “[...] revela uma visão da pequena produção que seja funcional ao Capital e não realiza uma análise das formas camponesas enquanto elas mesmas”. Na mesma direção, consideramos que é preciso pensar o campesinato para além das suas fragilidades, pois é assim que ele o é. É preciso reconhecer que o sujeito migrante também é provido de subjetividade e racionalidade que respondem às imposições ecológicas e econômicas como elas se apresentam, mas também que, a partir e apesar delas, traça e persegue objetivos próprios.

O planejamento regional, como fora ensaiado por Furtado e por sua equipe, acabou abortado pela ditadura militar (1964-1985), que, apesar de todo o autoritarismo, não conseguiu estancar todo o debate constituído no período anterior, a “questão regional” continuou latente e o Estado brasileiro não teve como negá-la. A ditadura militar, coerente com a sua natureza, respondeu aos reclamos da realidade de forma conservadora.

Alguns polos industriais e agroindustriais foram montados no Nordeste. Estes polos, formados como desdobramentos dos interesses econômicos situados na região Sudeste do país, não foram combinados com iniciativas locais efetivas de distribuição de terra e renda na região, conforme preconizado por Furtado e pelo corpo técnico que compôs a Sudene nos seus primeiros anos. Assim, a economia nordestina reproduziu o padrão nacional e reforçou um modelo segundo o qual um “[...] Nordeste metropolitano, que concentra a renda, população e contextos favoráveis de mercado, convive com interior de economia debilitada, movida à base de aposentadorias e programas sociais de transferência de renda” (OLIVEIRA et al., 2014, p. 85). Uma consequência disso aparece no setor de serviços. No Nordeste, ele representa mais de 40% dos empregos, o dobro dos empregos gerados pela indústria. As capitais detêm a maior parte dos serviços e dos empregos formais, o que contribui para a sua explosão demográfica. Em agosto de 2015, por exemplo, existiam em Alagoas 58.323 estabelecimentos e 367.944 empregos formais; em Maceió, capital do Estado, estavam concentrados 26.098 estabelecimentos e 204.529 empregos (MTE,2016).

A presença de novas indústrias no Nordeste, porém, por mais questionável que possa ser o modelo que a inspirou, em alguma medida mexeu com o panorama regional no que trata da oferta de empregos formais e do aumento da média salarial. Isso aproximou o Semiárido do destino do seu migrante. Em Alagoas, as usinas de açúcar e as destilarias de álcool, financiadas pelo Estado brasileiro durante as décadas de 1960-

70 e 80, são exemplos clássicos da política de industrialização implementada pela ditadura militar.

Além dos atraentes estruturais, diferentes razões atuam sobre o fenômeno migratório: as luzes da cidade grande, as atrações e atrativos que a vida urbana oferece também operam como determinantes migratórios. Fontes, analisando as migrações para a cidade de São Paulo, observa que

Os rurais nordestinos não foram apenas reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem imersos nelas. Eles também foram agentes de seus próprios movimentos e, dessa forma, através de estratégias diversas, contribuíram na moldagem do processo migratório (FONTES, 2008, p. 54).

Outro dado importante é que nem toda migração que parte do Nordeste é igual. Identificamos na realidade estudada três tipos mais comuns de migrações. Busquemos uma caracterização de cada um deles:

1- Migração permanente – a migração permanente no Nordeste foi mais comum no passado, especialmente a partir da segunda metade do século XX. As principais correntes migratórias foram na direção do centro Sul-Sudeste e da Amazônia;<sup>21</sup> ou para outros estados do Nordeste, como o Maranhão; ou mesmo para grandes capitais como Recife, Salvador e Fortaleza. O migrante permanente planeja sua partida e não inclui no seu projeto uma antevisão clara da volta, mesmo que em alguns casos o retorno seja possível e até esperado. O migrante permanente, mesmo quando procura guardar com zelo a sua memória e insiste em cultivar a identidade com o lugar do qual partiu, procura estabelecer identificação e afeições com o novo lugar e sua gente, constrói raízes e elabora objetivos vinculados ao novo lugar. Sem isso, não haveria como viver longe das suas origens, dos seus parentes e dos amigos que deixou para trás quando migrou. Alguns migrantes levam tão longe essa necessidade de adaptação que, muitas vezes, quando retornam, seja de forma definitiva ou passageira, sentem-se estranhos – ou são tomados como tal – no mundo no qual viveram. Certamente, quem migrou rejeitando o seu lugar de origem sente-se ainda mais estranho e recusa-se terminantemente a voltar. Nos dois casos, porém, há uma pressão que acontece de forma semelhante sobre todos que migram e retornam, eles são instados a demonstrar que

---

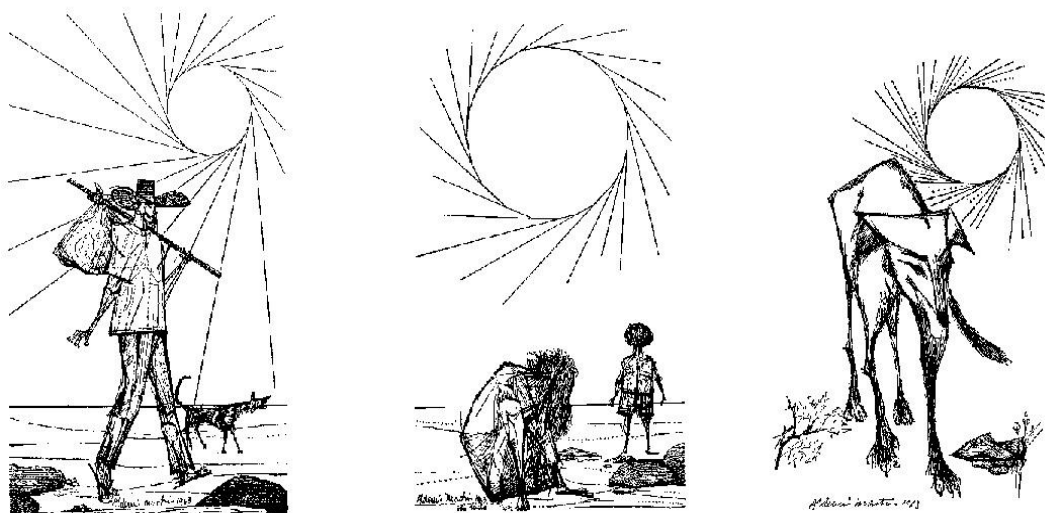
<sup>21</sup> Entre 1840 e 1950, estima-se que o Nordeste perdeu cerca de 1 milhão de habitantes para as duas regiões, a maioria de origem rural. Nas décadas seguintes a migração continuou, mas em menor intensidade e mais distribuída geograficamente (FUSCO; OJIMA, 2014).



obtiveram êxito no novo mundo. Falar com ufanismo do mundo de lá e, em outros casos, exibir bens são comportamentos relativamente comuns àqueles que retornam. Esse fenômeno, identificado por Menezes (2002) e Cover (2011) nos migrantes do Estado da Paraíba, também aparece em Alagoas.

2- Migração retirante – o retirante é o símbolo da migração nordestina, está associado ao desespero, à fome e à miséria absoluta. O migrante retirante é aquele que foge das condições desesperadoras que a realidade lhe oferece, aquele que parte sem perspectiva de volta, que atua no limite da sua existência e das condições objetivas do meio no qual vive; é alguém que busca outro lugar para viver e esse lugar, quase sempre, é o lugar distante da seca, do Sertão. No Brasil, tem grande força a imagem do migrante do Nordeste como um retirante magro, esquelético, faminto, que viaja com a sua família em longas caminhadas ou em “paus de arara”; que deixa pra trás uma realidade de terra rachada e animais mortos pela sede e pelo calor e vai em busca de um lugar melhor para viver. Isto é tão veemente que Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, autor do mais popular dicionário brasileiro, define o retirante como o “Sertanejo que, sozinho ou em grupo, emigra para outras regiões nacionais, fugindo à seca nas regiões áridas do N.E” (FERREIRA, 1988, p. 569). O retirante é um *migrado*, é uma vítima. Nas palavras de José Américo de Almeida o retirante é alguém a quem “Ninguém pergunta [...] donde vem nem para onde vai. É um homem que foge do seu destino” (ALMEIDA, 1959, p. 171).

**Figura 1** - Ilustração da retirância sertaneja



**Fonte:** As ilustrações de Aldemir Martins, publicadas na primeira edição de Vidas Secas (1938), dão contorno ao drama da migração registrado por Graciliano Ramos.

3- A migração sazonal – o tipo de migração mais comum no Semiárido alagoano é o sazonal, acontece após a colheita e o início do período de estiagem no Semiárido, mesmo período em que começa a colheita na região canavieira. Por sua recorrência, esse tipo de migração foi definido por Maria Aparecida Moraes da Silva (2001) como migração “permanentemente temporária”. Essa migração é prevista, planejada, com data de partida e data de retorno, é parte da rotina do indivíduo, da família, da comunidade, da região dos que migram e até, muitas vezes, dos que recebem e se preparam para acolher o migrante. Suas causas renovam-se periodicamente, mas seus objetivos, que são vários, são margeados pelo compromisso de manter ou construir as condições de reprodução campesina. Porque tem tais fins, o migrante permanentemente temporário evita construir laços e afetos com o lugar que o recebe, se isso significa uma ameaça ao seu projeto primeiro que é retornar à sua família, à sua propriedade e dar continuidade à sua vida. Não é possível estudar os fenômenos migratórios sem buscar compreender as causas e os objetivos dos que partem. Porém, quando o objeto de estudo é a migração temporária, devemos igualmente investigar as causas e os objetivos do retorno, que também são temporários. Além disso, após anos e anos de migração, é preciso compreender os significados disso para o indivíduo, para a família, para o grupo e até mesmo para a região do migrante. Os que migram, entre outras coisas, vivem um processo de aculturação com rebatimentos diretos em todos os seus campos de existência. A migração permanentemente temporária é um processo que atinge os que migram e os que ficam. Parentes, amigos e outras relações sociais são impactadas, assim como as relações econômicas locais acabam em alguma medida sendo refeitas.

4- A migração ‘fora de época’ – tradicionalmente a migração campesina do Semiárido para outras regiões acontece nos períodos de seca e estiagem, mas, nos últimos tempos, ela tem se ampliado e acontece fora de época, tem migração até no tempo do plantio e da colheita, quando chove e quando a família não vive dificuldades financeiras, [*Alguns migram até com o tempo bom*]. Porque acontece nesses períodos, a expressão ‘fora de época’ tem sentido de excepcionalidade. Mas ela é também excepcional porque não se tornou rotina como a migração sazonal, porque é dirigida para novas regiões e, muitas vezes, para novas atividades laborais. Migra-se para o trabalho na indústria, na construção civil ou mesmo para atividades agrícolas. Ressalte-se, porém, que ainda que existam casos em que essa modalidade de migração tenha

representado a ruptura com a lógica campestre, é importante destacar que na maior parte das vezes está preservado o sentido estratégico da migração temporária realizada pelo campesinato: fortalecer a unidade produtiva familiar. Além do mais, na ausência do migrante, mulher e filhos tocam a roça e a criação de animais, algumas vezes com o apoio de vizinhos que alugam esporadicamente seus serviços.

A migração campestre temporária no Nordeste brasileiro é um acontecimento que faz parte da história das famílias sertanejas e da cultura local, bem como se constitui num expediente imprescindível para a reprodução campestre e para a economia regional. Graças a ela as famílias camponesas adquirem condições financeiras de enfrentar os difíceis períodos de estiagens mais rigorosas ou de secas, bem como obtêm recursos para investir em benfeitorias ou mesmo para ampliar a pequena propriedade. Nesses termos,

A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (WOORTMANN, 2009, p. 217).

Entretanto, a migração não é importante apenas pelos resultados financeiros que traz. Ela afirma o campesinato como um ator político capaz de gestar os seus projetos e de buscar a realização destes. Esse é um indicador de autonomia, componente fundamental no enfrentamento constante que realiza com a avidez do latifúndio que, muitas vezes, comporta-se como um monstro voraz, faminto de novas terras. Outro significado importante da migração, muitas vezes subdimensionado por aqueles que estudam esse fenômeno, é que o aporte de recursos que ela permite ajuda a distensionar os conflitos de classe e as contradições políticas no contexto do Semiárido. Periodicamente, o migrante injeta na economia local um volume extra de recursos, o que alimenta o comércio e outras cadeias produtivas.

O migrante parte de um lugar no mundo, um lugar geográfico e de tempo dado, elabora a sua existência a partir de condições concretas de vida e dos arranjos sociais nos quais ele está situado, é membro de uma família e de um grupo de costumes e tradições, é membro de uma sociedade marcada por profundas contradições, mas também por possibilidades que exigem transformações estruturais quase nunca verossímeis, se dependerem apenas das relações concretas de correlação de forças endógenas. O retirante parte de um lugar que ele não suporta mais, o migrante

permanente parte de um lugar que ele recusa, o migrante permanentemente temporário parte de um lugar ao qual está ligado, com o qual ele quer conviver e, no limite, transformar, por isso volta.

A partir das décadas de 1970 e 1980, a migração nordestina declinou, acontecendo, inclusive, o fenômeno da migração de retorno. No período 2000-2010, 43,3% dos que retornaram para Alagoas vieram de São Paulo; a maioria retorna para os seus municípios de origem, motivados pela exclusão do mercado de trabalho e buscando reconstituir os laços com a sua unidade familiar. A migração de retorno é um fato e o Sertão já não é uma região expulsora da sua população como antes (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2014). As migrações de longa distância estão diminuindo e os migrantes da região, quando a migração é definitiva, tomam o destino das cidades médias da região, fato perfeitamente representado em Alagoas pela cidade de Arapiraca, que nos últimos 30 anos superou econômico-populacionalmente Palmeira dos Índios como o principal município do Agreste alagoano. Cabe observar com mais cuidado as estratégias utilizadas para permanecer na região, destacadamente a migração temporária.

Outro fenômeno que merece consideração é o que nos diz que, “Apesar de tímido, o aumento na proporção de não naturais na região Nordeste é regular ao longo dos últimos cinco censos, consolidando a inédita composição regional da população de residentes (FUSCO; OJIMA, 2014, p. 17). Os imigrantes têm em média 36 anos, são solteiros, estão empregados e são mais bem pagos que os não-migrantes; constituem, portanto, um grupo selecionado positivamente e são majoritariamente provenientes de São Paulo e destinam-se às áreas urbanas da Bahia, Pernambuco e Ceará (DANTAS; FREIRE, 2014). Conforme podemos constatar, no Nordeste, assim como no Brasil e no mundo, o modelo de desenvolvimento adotado reproduz a lógica de ‘ilhas de desenvolvimento’ cercadas por longas áreas de pobreza e miséria. Áreas inteiras como o Agreste e o Sertão continuam desprovidas de melhores oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Para essas ‘ilhas de desenvolvimento’ migram temporariamente milhares de camponeses, alijados que são de melhores oportunidades de vida nas suas regiões de origem.

### **3.3 Mudanças nas dinâmicas migratórias**

No passado, nos períodos de seca, quando não eram famílias inteiras que “batiam em retirada”, a migração de pais de família e de jovens em busca de trabalho em outras regiões já era bastante comum. Como os meios de transporte eram precários, muitos se locomoviam a pé e ficavam distantes de casa por longos períodos, “[...] costumavam visitar a família apenas na *feira* – período que vai do Natal ao Ano Novo, isto é, de 24 de dezembro a 1º de janeiro” (ANDRADE, 1998, p. 120). Na década de 1930, os meios de transporte e as estradas já haviam melhorado, as viagens ficaram menos duras e o tempo de retorno pontual dos migrados às suas famílias, mais breves. “Hoje, com as constantes viagens de caminhões, vão às vezes de 15 em 15 dias ou de três em três semanas para passar os sábados e domingos com a família” (ANDRADE, 1998, p. 120).

Atualmente, a ausência do migrante no seu ambiente familiar ficou ainda menor, a maioria passa a semana trabalhando fora, mas no final de semana estão em suas casas; outros voltam quinzenal ou mensalmente ou ainda a cada quarenta e cinco dias, “na manobra”. A “manobra” é a forma como os trabalhadores e seus familiares definem o compromisso da usina de dar transporte para que visitem as suas famílias, conforme acordo prévio estabelecido no período do recrutamento para a safra. Há famílias, porém, cujos maridos já ficaram ausentes de casa durante um ano inteiro trabalhando no Sudeste do país. A tabela 2 nos informa sobre diferentes períodos de colheita canavieira.

**Tabela 2 - Calendário Declarado de Colheita na Safra 2011/12 (em %)**

Mês Est.	Abr %	Mai %	Jun %	Jul %	Ago %	Set %	Out %	Nov %	Dez %	Jan %	Fev %	Mar %	Abr %
AL						7	18	16	18	16,2	15	8,9	0,1
SP	4,4	15,5	17	16,4	16,1	16,5	8,5	8,5	1,8				
MG	2,3	12,7	12,7	15,3	15,3	17,8	17,7	14,5	9,3	1,5	0,5	0,2	0,1
GO	3,7	15,3	16,7	17,4	17,1	17,1	14,7	10,2	2,7	2,2			

**Fonte:** Conab/Suinf/Geasa

O calendário da migração coincide com o verão sertanejo: a migração acontece no final de agosto e começo de setembro e o retorno acontece no final de março ou

começo de abril. Antes de migrar, o marido costuma deixar as roças colhidas ou prontas para a colheita.<sup>22</sup> Assim,

[...] os homens, especificamente os casados, costumam deixar o roçado pronto, sob os cuidados da esposa, a qual poderá ser ‘ajudada’ por outros membros da família e/ou utilizar serviços de terceiros, que são pagos, geralmente, com os recursos financeiros provenientes do corte da cana e mensalmente enviados pelo chefe de família, ou, quando não migra, pelos filhos (SILVA; MENEZES, 2010, p. 290).

Para realizar a colheita do milho e do feijão ou a batida dos mesmos, as mulheres contam com o trabalho auxiliar de filhos menores ou de algum outro parente. Cuidar da criação é uma tarefa que passa a realizar junto com filhos. Quando preciso, buscar água passa a ser atribuição exclusivamente dela, assim como cuidar da educação dos filhos. Na maioria das residências visitadas durante as entrevistas havia cisternas construídas por uma ONG.

A volta ao lar, quinzenal ou semanal, descaracteriza o sentido tradicional da migração, mas não altera o cotidiano da mulher daquele que viaja: ela assume mais atribuições no conjunto da unidade produtiva, suas responsabilidades aumentam, seus papéis são redimensionados. Conforme Silva e Menezes (2010, p. 282), “[...] os homens migram, mas as mulheres ficam e assumem responsabilidade pelo trabalho na terra”. Ainda que a migração tenha mudado no que diz respeito à frequência com que o marido volta ao lar, as tarefas da mulher são agravadas nos dias úteis da semana.

O município de São José da Tapera fica a 240 km da capital, às margens da AL 220. Logradouro e Cachoeirinha, povoados nos quais realizamos nossas primeiras entrevistas, estão localizados a cerca de dois quilômetros do asfalto. As usinas alagoanas para as quais migra a maioria dos camponeses ficam a cerca de 200 km de São José da Tapera. Considerando a presença do asfalto e a melhoria nos meios de transporte, o retorno quinzenal ou mesmo semanal é possível, os maridos voltam às casas ao entardecer do sábado e retornam às usinas no meio da tarde do domingo. Além disso, todas as famílias entrevistadas têm aparelho de telefone celular, o que facilita a comunicação entre os que estão no “Sul” e os que ficam no Sertão. As mulheres significam de maneiras diferentes as ausências do marido. Quando estes viajam para

---

<sup>22</sup> Exceto quando migram para o corte da cana ou para outra colheita fora do Estado, nesse caso, a mulher assume atribuições ainda maiores: tocar a unidade familiar em todos os seus sentidos.

fora do Estado elas costumam nominar o lugar – “Minas”, “São Paulo” –, no entanto, quando a viagem acontece para outra região de Alagoas, definem como o “Sul”. O “Sul” pode ser a região da Mata, o Litoral canavieiro ou mesmo a capital onde alguns trabalham na construção civil. Outros atores da região, inclusive os próprios homens que viajam, nominam da mesma forma.

O “Sul” é o distante próximo, é o lugar para o qual se vai e do qual se vem com maior frequência, mas também é sinônimo de sofrimento e dor. Durante as entrevistas, dois maridos, que delas participaram junto com as mulheres, testemunharam o grande esforço que exige o corte da cana: o primeiro, com aproximadamente 45 anos, depois de 22 safras, reivindica aposentadoria por invalidez por alteração “no sistema nervoso”; o segundo, com cerca de 50 anos, deixou de migrar para o corte da cana por não aguentar mais as exigências do trabalho, numa das últimas safras, sofreu um desmaio no corte da cana devido ao excesso de esforço físico. Segundo ele, teve uma “cabra cega”, expressão utilizada para designar um desmaio durante o corte da cana. Pelos relatos de seus maridos, as mulheres sabem que o corte da cana é um trabalho ainda mais duro do que o da roça. Em todas as entrevistas apareceu a compreensão de que o corte da cana é um trabalho pesado e arriscado. Uma das entrevistadas chorou ao relatar um acidente sofrido pelo seu marido “no Sul”, outra atestou que seu marido não tinha viajado mais porque tinha alergia ao carvão [*Não se dava com o corte da cana*] (ALBUQUERQUE, 2013).

As mulheres compreendem o esforço dos maridos que migram, sabem o quão pesado é o trabalho no corte da cana e entendem que ele migra em nome da família, é seu papel de provedor que o leva a isso. O esforço maior que eles fazem, quando migram, é compreendido como uma demonstração de compromisso com a família, fato que deve ser recompensado pelos que ficam com um máximo empenho no trabalho. Tal compreensão fortalece o empenho da mulher em cuidar da terra, ela sabe que, sem a sua cumplicidade, a viagem do marido não tem o mesmo significado e nem compensaria financeiramente. Apresentada nesses termos, a divisão sexual do trabalho ganha contornos de reciprocidade doméstica, o que nos ajuda a entender a fala de algumas mulheres de que o trabalho não aumenta quando o marido migra e, ainda mais, de outras, daquelas que destacam o aumento do trabalho, no entanto de forma resignada. Essa reciprocidade não é justa, é desigual, coerente com as relações sociais mais amplas nas quais está envolvida.

Aqui emerge uma dimensão de economia moral e de *habitus*, marcante nas sociedades camponesas tradicionais e, muitas vezes, reiterada no presente (THOMPSON 1998; BOURDIEU, 2000). Sem a luz de tais categorias, tudo é compreendido como opressão. Por outro lado, não é possível negar as relações concretas de opressão da mulher produzidas e reproduzidas no universo camponês. O camponês migra e, através da combinação de duas atividades agrícolas – do roçado e da criação nas suas terras, com o corte da cana – complementa a sua renda, garante a reprodução da unidade familiar e ou amplia as suas condições de existência na terra.

Novos e importantes fenômenos atuam sobre o processo migratório no Semiárido, além das razões estruturais fatos conjunturais devem ser catalogados. Destaque merecem as políticas públicas desenvolvidas nas duas últimas décadas, algumas, ainda que tenham caráter nacional, assumiram no Nordeste dimensões excepcionais, ressalte merece o programa de transferência de renda Bolsa Família. Outras políticas com grandes impactos são geradas como resposta a demandas provocadas por fenômenos naturais ou pela pressão de forças sociais locais, essas assumem características muito particulares e devem ser observadas com acuidade. Começemos pelo que é ímpar. Nas últimas décadas um conjunto de políticas públicas foi implementado para minorar o impacto da seca e tornar mais fácil a vida na região, exemplo disso é a política de construção de cisternas. Só no âmbito do Programa “Um milhão de cisternas” (P1MC) e do Programa “Uma Terra e Duas Águas” (P1+2), realizados a partir do ano 2000 e coordenados pela Articulação do Semiárido (ASA), foram construídas mais de 600 mil cisternas no Semiárido nordestino, além de outras tecnologias sociais (ASA BRASIL, 2016).

Em Alagoas, 20 mil famílias foram atendidas pelo primeiro programa e mais 700 pelo segundo (ASA ALAGOAS, 2016). Os impactos dessas iniciativas e de tantas outras similares, em suas diversas dimensões, não foram ainda devidamente avaliados, mas, sem dúvida, elas ajudaram a reduzir a migração e, especialmente, a retirância do Semiárido, pois favoreceram o controle e o uso da água e o em períodos de estiagens críticas e de secas por pessoas e animais e também na produção de gêneros de primeira necessidade.

No Brasil, qualquer estudo que envolva populações de baixa renda precisa considerar a influência dos diversos programas sociais construídos pelo Governo Federal, especialmente o Bolsa Família, com os estudos migratórios não é diferente.



Criado em 2003, esse programa atende atualmente cerca de 13,8 milhões de famílias, e 45,8 milhões de brasileiros são beneficiados em todo o país. No Nordeste brasileiro 22,6 milhões de pessoas são atendidas, sendo que 422.985 destas são alagoanas. Em agosto de 2016, o valor médio do benefício em Alagoas foi de R\$ 170,65, o que representa, no total, um repasse de R\$ 72.184.433,00 milhões/mês, um expressivo incremento na economia local.

As famílias beneficiárias do Bolsa Família não podem ter renda superior a R\$ 120,00 e recebem uma bolsa entre R\$ 18 e 112,00 por pessoa. Em São José da Tapera, em dezembro de 2015, foram realizados 5.315 pagamentos, o que perfaz um valor de R\$ 1.249.328,00. Considerando que, conforme o IBGE, a população local, em 2010, era de 30.088 habitantes, considerando também que no Brasil a média de membros por família é de três pessoas, conclui-se que quase 20 mil pessoas são beneficiárias do programa no município. Na Zona rural, o número de beneficiários parece ser maior, tanto que, sem maiores rigores, há quem diga que *[90% tem bolsa família]*. Ainda conforme os dados de 2010, 18.451 taperenses moram na zona rural. O implemento de renda realizado pelos diversos programas sociais, especialmente, o Bolsa Família, por menor que nos pareça, impacta positivamente a realidade do Semiárido e, entre outras coisas, diminui a necessidade de migrar.

Outro dado importante e que deve ser avaliado é a realização de grandes obras públicas no Semiárido. Em nossas viagens à região identificamos pelo menos duas que foram mais expressivas: as obras de Revitalização de Bacias Hidrográficas do rio São Francisco, dirigidas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e as obras do Canal do Sertão destinadas à transposição de águas do rio São Francisco para municípios de diferentes Estados do Nordeste, ambas realizadas pelo Governo Federal. Essas obras, grandes e duradouras, ainda que reproduzissem velhos vícios da política local *[Tem política envolvida. Os políticos é que arrumam vaga]*, revelaram-se boas oportunidades de emprego na própria região, também é verdade que os agenciadores de mão de obra, representantes das usinas, atestaram a dificuldade de formar turmas *[Esse ano tá difícil arrumar gente]* porque muitos foram os migrantes que refizeram os seus projetos migratórios e preferiram ficar na própria região.

Além do advento dos programas sociais e da abertura de novos campos de trabalho na região, um fator que deve ser contado como configurador de novas dinâmicas do fenômeno migratório é o surgimento de empregos em novas regiões e de realização de outras tarefas além do corte da cana. Além de São Paulo, antigo destino

dos migrantes nordestinos, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo aparecem como os novos destinos migratórios. Além do corte da cana, migra-se também para a colheita do café, da laranja, da maçã, do algodão, para “despendoar” milho, para trabalhar na construção civil e, até, na fabricação de panetone. Juntas e somadas, essas oportunidades fazem com que diminua a migração para o corte da cana no “Sul”, que, por sua vez, também vem reduzindo a demanda por mão de obra sertaneja nos últimos anos.

A cana de açúcar, desde o período colonial, é o principal produto agrícola alagoano. Atualmente, cerca de 320 mil hectares do território alagoano são ocupados por ela, inclusive na capital, Maceió, ela tem presença garantida. Em alguns destes municípios a cana é quase cultura única. Em outros tempos, a atividade canavieira já gerou mais de cem mil empregos, hoje, devido às transformações impostas pela reestruturação produtiva, e aos avanços técnicos, estima-se que restem cerca de cinquenta mil empregos. Em queda também está o número de usinas: na década de 1980 eram vinte e sete usinas; na safra de 2015/2016, moeram menos cinco, restando dezenove usinas. Analistas projetam que nos próximos anos a redução no número de usinas deve prosseguir, havendo quem projete que, num prazo de 10 anos, a cana alagoana será moída por 10 usinas.

Redução de fábricas e racionalização do processo produtivo não se faz sem restrição de emprego, o desemprego afeta trabalhadores do campo e da cidade, bem como as diferentes regiões do Estado. Os migrantes têm claro sentido disso [*As máquinas vão acabar com o serviço dos sertanejos*], assim como os da “rua”, e constroem as suas alternativas, até porque [*A migração para o corte da cana é a última alternativa*].

O trabalho no canavial, ainda que agrícola, tem um caráter absolutamente diverso daquele que faz nas suas terras ou mesmo daquele que realiza alugando trabalho para um fazendeiro vizinho. No canavial, ele é um empregado da usina, tem um contrato de trabalho, os benefícios e as obrigações que tal formalização implica. Ele é proletariado e está sujeito a condições de trabalho que aviltam a sua dignidade e, no conjunto das relações de classe, o colocam em condições de grave exploração e opressão. Diversos estudos já trataram das condições degradantes do trabalho no universo canavieiro (ALBUQUERQUE, 2009; SILVA, 2006; 1999; LINDOSO, 2005a; MENEZES, 2002; ANDRADE, 1998; 1994).

Ao migrar, o camponês tem sua rotina enormemente transformada, seu corpo é submetido a uma rigorosa disciplina, sendo vigiado, bem como exigido de forma cruel. O corte da cana exige costume com o trabalho bruto, pede corpos talhados para grandes jornadas laborais. As duras jornadas de labor nos canaviais maltratam tanto o sertanejo habituado ao ardor do trabalho campestre, quanto o homem da região canavieira, também habituado ao trabalho bruto, embora mais reigente à exploração imposta pelo capital.

No universo das usinas, tornou-se comum, como recurso para incentivar a produção, a oferta de prêmios de final de safra para os cortadores de cana mais produtivos, em várias usinas o prêmio ficou conhecido como “facão de ouro”. Esse prêmio foi instituído por várias usinas alagoanas para recompensar os trabalhadores com maior produção no corte da cana. Num passado recente, os mais produtivos ganhavam prêmios como motocicleta, bicicleta, aparelhos domésticos e até dinheiro. Em geral esses prêmios eram distribuídos no final da safra, mas algumas vezes isso também acontecia mensalmente.

Os sertanejos são os principais ganhadores, pois assimilam com maior interioridade as exigências de maior produtividade. Como dito acima, são distribuídos prêmios como eletrodomésticos, bicicletas e outros, vários cortadores de cana oriundos do Semiárido, no entanto, quando avisados previamente da premiação, manifestam o desejo de receberem como prêmio cabeças de gado, numa demonstração clara de fidelidade ao projeto que os mobilizou para o corte da cana. Faz tempo que assim agem os camponeses migrantes, na década de 1930, Andrade já atesta comportamento comum dos migrantes, então, pejorativamente chamados de “corumbas”:

Os corumbas destacam-se pela grande capacidade de trabalho, pelo espírito gregário que os une e os mantém sempre afastados dos trabalhadores da região canavieira, e pelo apetite que demonstram ao chupar a cana ou ao tomar o seu caldo. É que utilizam o caldo e a cana como alimento para economizar os salários recebidos e voltar ao Agreste ou ao Sertão, no fim da safra, com alguma economia (ANDRADE, 1998, p. 120).

Os camponeses migrantes são movidos por duas razões muito principais: 1) a busca do maior rendimento pelo trabalho desenvolvido a fim de garantir a sua reprodução e a da sua família, assim como todo trabalhador assalariado, 2) a procura das melhores condições para a realização de uma poupança que garanta a manutenção e o

aprimoramento de sua propriedade. Coerente com as suas razões, o migrante se torna mais tolerante com as regras disciplinadoras. As ações disciplinadoras que exigem um esforço físico maior são até bem vistas, são entendidas como um “mal necessário” que lhe trará maiores ganhos. Entretanto, as iniciativas patronais que contrariam seus fins estão sujeitas a reações, um exemplo disso foi a adoção de contratos safristas por diversas usinas alagoanas em 2011, essa medida impossibilitava a soma de um ano de carteira assinada a cada duas safras e impedia o empregado de receber o benefício do seguro desemprego bienalmente. Diante do prejuízo, os migrantes fizeram greve. Esse fato foi inédito e ajudou a reverter a decisão das usinas. Atualmente, a certeza do seguro desemprego a cada duas safras é uma das maiores razões da migração.

A migração, como parte de uma estratégia campesina, é densa de racionalidade, segue todo um planejamento econômico (FONTES, 2008; FERREIRA, 2014). As receitas advindas dos salários e dos direitos garantidos como empregado formal no corte da cana, por exemplo, são utilizadas para o pagamento das despesas da família e algumas vezes materializam-se em investimentos na propriedade – construção ou melhoria da casa, compra de animais –, mas também podem ser utilizadas como poupança, da qual lançarão mão numa situação de emergência.

Isso apareceu fortemente nas palavras dos dois jovens que entrevistamos em Carneiros, em 2014. A estratégia, campesina era mais forte para os que tinham um pedaço maior de terra, para os homens casados e pais de família e para os solteiros com compromisso de casamento e projeto campesino a ser realizado. Os dois jovens estavam fora desses roteiros e davam outros sentidos à migração. A poupança feita pelos jovens solteiros e sem projeto de casamento durante o período da migração era utilizada para “viver” [*Para ajudar na feira*] durante a entressafra, período em que ficavam desempregados e ociosos esperando a próxima safra canavieira. Eram filhos de camponeses [*Criados no cabo da enxada*] que emprestavam ao trabalho assalariado um sentido diferente daquele que era dado por seus antecessores e por seus companheiros de migração. No centro do debate encontra-se a dificuldade de dimensionar o valor da renda obtida com o trabalho na roça [*A gente trabalha, mas não sabe quanto ganha*], enquanto o trabalho assalariado apresenta-se como garantia de uma renda ‘fixa’ no final de um período, um mês.

Essas questões impactam o mundo campesino, mas não estão postas para todos os migrantes, em ambos os casos, aqueles que se enquadram são jovens. Os depoimentos que revelaram a rejeição de alguns jovens pelo trabalho na roça e que

migração foi transformada por eles numa estratégia de abandono da atividade campesina, ainda que tenham aparecido apenas em uma oportunidade, nos chamou especial atenção porque foram ditos de forma muito grave. Os dois casos, sem dúvida, tinham uma perspectiva diferente dos demais pesquisados, vivenciavam um processo de proletarização.

Em São José da Tapera, durante uma entrevista com um sindicalista, nos deparamos com outro tema, afim e ainda mais complexo que o anterior: migração e trabalho assalariado compreendidos como opostos e perversores da tradição camponesa [*Quando o cara vai para venda da mão de obra ele passa a não se responsabiliza*

*r pelo seu trabalho*]. A migração não é aplaudida por todos e o trabalho assalariado nem sempre é entendido como complementar à roça, há situações em que ele é encarado como deformador da essência campesina. O trabalho assalariado experimentado pelo migrante e os mecanismos de alienação que lhe são inerentes, inclusive o controle do tempo pelo capital, gerariam vícios e destruiriam o *ethos* campesino. O camponês perderia a iniciativa e a autonomia, sua autodisciplina e a sua subjetividade seriam alteradas pelas relações capitalistas.

Ploeg nos diz que o envolvimento em relações de dependência é visto no universo camponês com profunda desconfiança, pois atentam contra a centralidade dos repertórios culturais locais. Sentido oposto,

[...] os repertórios locais evidenciam as virtudes que o trabalho implica e, especialmente, os valores dos objetos e relações criadas no processo de trabalho (auto-controlado (sic)) e através dele. Assim sendo, a *arte* de produzir estrume bom, de criar vacas boas e de criar um cavalo dócil são elementos centrais nos repertórios locais que se referem à prática agrícola como um processo socialmente construído. Ligada a isso está a importância atribuída ao trabalho árduo, à dedicação, à paixão e ao conhecimento como estratégias dos valores criados (PLOEG, 2008, p. 44).

Os valores de economia moral que perpassam a fala do sindicalista são ainda mais rígidos do que os que aqueles que movem os camponeses migrantes.<sup>23</sup> No centro da condenação está a venda da mão de obra. O migrante é deformado durante a

---

<sup>23</sup> Sabemos que nem todo migrante é automaticamente movido por valores de economia moral, entretanto, aqueles que entrevistamos, exceto os jovens citados, aproveitavam toda oportunidade que tinham para registrar que a migração era um ato altruísta, realizado em nome da família e vinculado ao desejo de aprimorar a vida na roça.

migração, volta irresponsável com o “seu trabalho”, que é a roça representada enquanto espaço saudável, sadio e puro. O tom das palavras foi ameno, compreensivo (no sentido de que aquilo era uma realidade dada), porém contundente. Porém, há quem vá mais longe [*Dinheiro do corte da cana parece que é amaldiçoado, tudo o que compra morre*]. Como vemos, o problema não é o dinheiro, é o dinheiro obtido com o corte da cana. O camponês que migra busca mobilizar recursos no mercado, porém ele se transforma em mercadoria, submete-se a um tipo de vida que contraria os valores morais que regem a sua sociedade. Ele perde a autonomia.

A migração, sem dúvida, é um acontecimento de muitos significados. Não é possível compreender o mundo do camponês que migra sem avaliar o impacto que a migração tem sobre ele e sobre os sujeitos que migram. E não poderia ser diferente, a sociedade campesina é uma sociedade aberta – hoje, talvez mais do que nunca – e os sujeitos que migram são seres de subjetividades. Há uma base material que motiva a migração, os fatores exógenos impactam a realidade local, mas o local produz os seus próprios fenômenos e estes também devem ser compreendidos. Quando atestamos que a migração tem sentido estratégico e que a condição campesina a motiva e é fortalecida por ela não significa que tudo colabore para a sua efetivação, nem que o fenômeno migratório seja motivado apenas pelas razões camponesas – o capital atrai o campesinato e atua sobre ele gerando ou aprofundando as contradições da realidade capitalista.

### **3.4 A centralidade da família e o lugar da mulher na sociedade camponesa**

O ambiente cultural do Semiárido não é feito apenas de relações familiares gravemente hierarquizadas. Na literatura regional, é possível buscar em “*Vidas Secas*” a voz da mulher sertaneja através de Sinhá Vitória, a quem Fabiano escuta – e reflete sobre o que lhe é dito. Sinhá Vitória ocupa um espaço de racionalidade e de organização na vida da família e de Fabiano, é a ela que ele recorre para saber quanto vai receber, quando suspeita estar sendo roubado pelo patrão.

As mulheres com quem lidamos no trabalho de campo estão à frente de Sinhá Vitória, elas participam mais da direção dos seus núcleos familiares, seus maridos migram recorrentemente durante seis meses do ano e isso as favorece nesse sentido. A mulher do migrante é alguém que produz, que tem papel destacado na reprodução da

unidade campesina, é alguém que conquista a *fala*, que participa das decisões familiares e enfrenta os desafios e contradições cotidianas que a realidade lhe impõe.

Muitas são as mudanças ocorridas no cotidiano das famílias camponesas do Sertão durante o período da migração do marido para o trabalho no corte da cana, marcadamente na vida da mulher/mãe, cujo papel é fundamental para a manutenção e o aprimoramento da terra enquanto unidade produtiva, mas também para a sua afirmação no conjunto da sociedade da qual é parte. Uma dessas mudanças é a ruptura com aquilo que foi definido por um dos nossos entrevistados como a “cultura do pai”, aquela em que o homem/pai tem o poder de decisão e qualquer iniciativa no âmbito familiar tem que ter o seu consentimento.

Ao mesmo tempo que a migração do marido representa um aumento da carga de trabalho da mulher, ou seja, um agravamento da sua condição de vida, ao assumir um número maior de tarefas e de responsabilidades, a mulher vive um processo de empoderamento, um redimensionamento do seu papel na família, uma maior valorização social. Indivíduos e grupos podem viver processos de empoderamento sem que isso signifique a superação das condições de dominação e de exploração típicas de estruturas familiares patriarcais e de sociedades de classes. Imperativos estruturais e conjunturais atuam sobre esses processos, mas não anulam as ações individuais. Atestar o empoderamento de mulheres de trabalhadores migrantes durante os períodos de migração e para além desses períodos significa aqui apenas reconhecer uma dinâmica da realidade concreta que demonstra que elas têm alcançado maior relevância e mais autonomia diante do núcleo familiar e do grupo social do qual fazem parte. Esse empoderamento decorre de causas estruturais e da *disposição* social das mulheres de assumirem novos papéis no processo produtivo familiar. Paradoxalmente, esse processo impõe às mulheres condições ainda mais agudas de trabalho.

Num contexto de alta concentração de minifúndios, a migração é uma exigência e uma rotina com a qual as mulheres são obrigadas a conviver permanentemente (SILVA, 1999). A terra, apesar de estar no centro da existência da unidade familiar, não garante produção e renda suficientes para o sustento da família. Migrar é preciso, é uma estratégia de sobrevivência, um expediente pluriativo (SABOURIN, 2003; CARNEIRO, 1998) do qual não há como escapar. Inclusive, no período não migrado, o camponês é obrigado a vender a sua força de trabalho na região para complementar a renda obtida com a roça e a criação realizada na terra.

No universo camponês, as famílias começam em torno de uma pequena propriedade. Desde o começo, sabidamente, essa pequena propriedade é insuficiente para garantir a satisfação das necessidades do casal e dos filhos que irão ter. Ainda assim, a terra é o porto seguro, o lugar de organização da vida e no qual a família planta as suas raízes e produz os seus sonhos. Quando uma família começa sem terra, obter um pedaço de terra para produzir os bens de consumo do núcleo familiar e manter a tradição da região passa a ser o objetivo da nova família, assim tem sido por gerações e gerações.

A migração de maridos e depois de filhos maiores está constituída como uma tradição no mundo camponês do Sertão alagoano. O processo migratório pressupõe o cumprimento de objetivos estratégicos mais amplos: o camponês migra para continuar camponês, a mulher não migra pela mesma razão. No final, os dois atuam com um mesmo fito: preservar a terra e a condição camponesa. Nesse processo, as mulheres cumprem um papel destacado.

A família é uma instituição de grande relevância na formação social do Brasil. Conforme Freyre, no processo de colonização das terras brasileiras, a família patriarcal foi uma instituição econômica e política de grande significado (FREYRE, 2000). No Brasil, historicamente, seja no campo ou na cidade, a família nucleada e patriarcal tem traços comuns muito fortes, seja nas classes dominantes ou nas dominadas. Em ambas, o pai é figura central, detentor do poder de decisões. Esse modelo não dá conta da variedade de situações familiares existentes na sociedade brasileira, mas é característico das famílias de classe dominante. No interior das classes populares esse modelo foi e é muito presente. É uma doce ilusão imaginar que a família camponesa ou mesmo a família operária não reproduz o modelo patriarcal. Historicamente, o lugar ocupado pela mulher camponesa na sociedade brasileira não foi menos grave, isso não invalida as importantes mudanças que têm ocorrido nos últimos tempos. Voltaremos a esse tema mais adiante.

No mundo rural camponês, cujo conteúdo, desde os primórdios da nossa história, é bem diverso do projeto das classes dominantes (CARDOSO, 2009; PALACIOS, 2004), o lugar da família é ainda mais importante e central. No seu imo, são traçados os planos de produção, de circulação dos bens excedentes e, quando ocorre, também de migração dos seus membros. Nas famílias camponesas uma diferença é fundamental e deve ser registrada: a mulher e os filhos, de forma destacada, compõem a força produtiva. A unidade camponesa sobrevive graças ao trabalho cooperado dos seus



membros. Essa distinção, porém, nem sempre se constitui como um dado diretamente a favor da mulher camponesa. Algumas vezes, o trabalho pesado assumido pela mulher é mais um componente de opressão numa sociedade em que a exploração de classe está combinada com outras formas de injustiças. Assim,

A agricultura familiar é, talvez, um dos campos que melhor expressam as diferentes esferas de manifestação das desigualdades em nosso país: gênero, classe, raça, geração e região, que não apenas atravessam e dão forma ao problema da agricultura familiar e do desenvolvimento no Brasil, como, sobretudo, desafiam todos a pensar o problema para além da esfera estritamente econômica (SILVA; PORTELLA, 2010, p. 130).

A migração do marido e a assunção pela mulher do conjunto de responsabilidades que eram atribuídas em primeiro lugar ao homem deve ser analisada como um fenômeno agravante das suas condições de trabalho e de existência social. Suas jornadas de trabalho são longas, duras e extenuantes.

Variantes distintas impactam a divisão das tarefas e a quantidade de trabalho que cada membro da família cumpre no dia a dia: o tamanho da propriedade e as atividades nela desenvolvidas (plantio, criação, transporte d'água e outros), a quantidade de membros e de bocas para alimentar, o período do ano (no período de plantio e de colheita todos trabalham mais, as mulheres mais que os demais), a quantidade de chuvas ocorridas durante o ano e outros. A pluriatividade, fator imperativo para a existência camponesa, também implica na divisão das tarefas e no esforço que desempenharão os que compõem o núcleo familiar. As tarefas são divididas entre os membros da unidade familiar conforme o sexo e a idade, divisão que se constitui num expediente decisivo para a reprodução da unidade familiar.

[...] na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre 'o trabalho' e 'a vida'. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e 'passar do dia' (THOMPSON, 1998, p. 271-2).

Nos dias comuns, aqueles nos quais as famílias estão inteiras na unidade, as jornadas de trabalho são longas e duras. Nesses dias, as mulheres cumprem as atividades domésticas, cuidam dos animais, especialmente dos menores, e participam do roçado. Quando marido e filhos saem para trabalhar fora da unidade familiar,

“alugados” para um vizinho ou migrados, alguém assume aquilo que deveria ser feito por ele, esse alguém é a mulher. Essa divisão do trabalho atende a uma exigência da estratégia migrante e representa uma postura ativa de convivência com o Semiárido.

Em qualquer circunstância, porém, os dias das mulheres são mais longos. Nas famílias camponesas algumas atividades são realizadas por todos os seus membros, outras, aquelas relativas às mulheres, não se dividem, são atribuições específicas delas. A divisão do trabalho só é rígida no que diz respeito às tarefas da mulher, mas são flexíveis quando no cotidiano elas são chamadas a assumir atribuições tradicionalmente tidas como dos homens. É comum ouvir a mulher dizer que “faz de tudo”, que “ajuda o marido”, mas do marido não escutamos as mesmas coisas, não há a mesma flexibilidade, marido raramente “ajuda” a mulher.

A divisão do trabalho tem raízes culturais profundas, justifica-se como resultado de especificidades e aptidões físicas próprias de cada sexo e de cada faixa etária para o desempenho de algumas atividades, argumento que, ainda que tenha algum conteúdo de verdade, é anulado no período da migração. Nesse período, as mulheres cumprem as tarefas deixadas pelos maridos, trabalham mais e assumem mais responsabilidades. Em alguns casos, perguntadas se na ausência do marido o trabalho aumentava, algumas entrevistadas responderam que não, disseram que no verão o trabalho diminui, independente do marido viajar ou não. Na verdade, elas estavam dizendo que com a colheita da roça diminui a carga de trabalho, ainda mais naquelas famílias em que a terra é pequena e a criação é pouca.

A rotina de trabalho das mulheres camponesas é feita de diversas jornadas. Thompson (1998, p. 287), no contexto da Europa no século XIX, nos diz que na economia rural o trabalho da mulher era o “mais árduo e prolongado de todos”, como também “era o mais orientado pelas tarefas”. Seu “[...] ritmo só era tolerável porque parte do trabalho, com as crianças e em casa, se revelava necessário e inevitável, e não uma imposição externa” (THOMPSON, 1998, p. 287).

No contexto do Semiárido alagoano, durante o período da migração dos maridos, há uma nova divisão sexual do trabalho, agora feita entre mãe, filhos e outros parentes, mas desfavorável à mulher, ela é quem *responde* por tudo. Enfim, as “[...] mulheres passam a assumir integralmente a propriedade, aumentando sua carga de trabalho, sobretudo quando os filhos já estão em idade escolar, já que as funções de mãe são prioritárias” (SILVA; SCHENEIDER, 2010, p. 191).

O trabalho da mulher que tantas vezes foi reconhecido apenas como “ajuda” tem grande significado pecuniário no conjunto da renda da unidade familiar camponesa. Ele é decisivo para a manutenção da unidade, seja porque aumenta a renda da família, especialmente nos períodos em que os maridos e/ou filhos estão migrados, seja porque fortalece a economia doméstica; e, também, porque serve de retaguarda às atividades cotidianas realizadas fora de casa. Sem o bom desempenho de atividades como cozinhar, lavar, passar, por exemplo, os demais membros da família teriam comprometido o conjunto das suas atividades produtivas.

Significar um trabalho como “necessário”, “inevitável” é fundamental para que ela tenha um sentido moral e, portanto, uma legitimação maior. Pouco importa se essa atividade, no caso da mulher, é a criação dos filhos, o cuidar da roça ou do gado ou qualquer outra atividade. No caso do homem, o trabalho no corte da cana também pode ter esse sentido, ele é um sacrifício que é preciso ser feito.

No universo rural ou urbano dificilmente o trabalho doméstico é valorizado, ele não é contabilizado como atividade produtiva, não é reconhecido como importante para a manutenção da unidade familiar e para o conjunto da sociedade, na maioria das vezes essa atividade sequer é reconhecida como trabalho. De mulheres camponesas escutamos algumas vezes que “ajudam” seus maridos na roça, na criação. Não consideram o trabalho doméstico parte da “ajuda”, bem como não contabilizam as atividades que desenvolvem fora do lar como trabalho, mas como atividade auxiliar à atividade do marido. Tais atividades não são vistas como “trabalho ‘verdadeiro’” (MOORE, 1987).

O plantio do feijão e do milho, somado à criação de bovinos, caprinos e aves são as principais atividades produtivas realizadas pelas famílias entrevistadas. Os grãos são destinados ao consumo da família e raramente vendidos, enquanto os animais - gado e cabras - além de consumidos pela família são negociados para gerar renda. As galinhas são destinadas exclusivamente para o consumo da família e a criação delas é atribuição exclusiva da mulher. Perguntar, por exemplo, se os homens criam galinhas provocou nas mulheres entrevistadas sorrisos irônicos e esclarecimentos tácitos do tipo “*homem não cuida de galinha, é coisa muito feia*” ou “*quem ficou para criar galinha foi mulher*”. Entretanto, numa das entrevistas, o marido desdenhou da atividade de criar galinha, o que fez a mulher, em tom de retaliação, retrucar dizendo que a galinha só tinha valor “*na hora de comer*”.

Reconhecer que os imperativos de subordinação feminina ainda estão postos e que os valores hegemônicos continuam sendo determinados pelos homens, não anula a

mulher. Isso nos parece importante porque se há um olhar sobre o campesinato como vítima, como passivo, nos denuncia Ploeg (2008), apesar de toda a história de luta do campesinato em todos os tempos e lugares, também há um olhar semelhante sobre a mulher. Na história das mulheres camponesas não há apenas dores e sofrimentos, há histórias de lutas e conquistas que precisam ser valorizadas. O que temos dito é que a migração exige o fortalecimento do projeto de manutenção e consolidação da unidade familiar e que isso favorece a reestruturação das relações de responsabilidade e poder em benefício da mulher. Mas a realidade não cabe em esquemas simples. Isso não significa que as relações de poder estão sendo invertidas. Por exemplo, o que acontece quando o marido retorna, as mulheres mantêm a força e o poder adquiridos ou eles são zerados e tudo volta ao patamar antecedente à migração?

Sobre isto, três coisas precisam ser ditas. A primeira é que as relações de gênero, assim como as relações sociais de uma maneira geral, não estão situadas na lógica dos jogos de soma zero. Homens e mulheres têm poder, mesmo que tais poderes ocupem lugares desiguais e que gerem posições e situações de assimetrias, mais ou menos graves. Na perspectiva de análise aqui proposta, são os papéis sociais distintos, especialmente demarcados como domésticos/públicos, naturais/culturais, produtivos (no sentido do que têm maior valor de mercado)/não produtivos (conforme a mesma lógica) que transversalizam tais desigualdades. Logo, o retorno dos homens dos processos migratórios não tem como zerar o poder e o valor social das mulheres, elas continuam a tê-los, mesmo que em menor escala.

A segunda coisa é que também é possível que com o retorno dos maridos as mulheres sejam 'rebaixadas' em força e em poder. Em qualquer caso, mesmo que o marido retome as atribuições que lhe são inerentes, dentro da tradição de divisão do trabalho no núcleo familiar e na sociedade camponesa, fica para a mulher o reconhecimento de que sem o seu trabalho a migração não tem sentido e o empreendimento familiar não prospera. A força, o poder e a confiança adquiridos pela mulher não são simplesmente desmanchados com o retorno do marido. A migração no contexto do Semiárido alagoano, repetimos, é um fato recorrente, é uma experiência que não se fecha.

A terceira coisa é que o reconhecimento não é uma dádiva recebida pelas mulheres, é uma conquista. Decorre da combinação de esforços no âmbito da unidade familiar, é um processo que promove o "[...] estabelecimento de campos do reconhecimento progressivamente maiores" (HONNETH, 2007, p. 84). Constitui-se de

valores, de deveres e de responsabilidades comuns e representa uma ampliação radical do significado do trabalho cooperado no interior da unidade familiar, sem o que a luta por sobrevivência e a convivência com o Semiárido não pode ser resolvida razoavelmente.

Falar de empoderamento da mulher numa realidade historicamente tão marcada pelo patriarcalismo e pelo machismo não é fácil, ainda mais quando, no processo de divisão social do trabalho, a mulher continua realizando o trabalho que para o homem é indesejável (MOORE, 1987). Nossa escolha aqui foi perguntar sobre poder de decisão. Na ausência do marido, as mulheres decidem mais e quando não o fazem participam mais das decisões tomadas por seus maridos. Elas são mais ouvidas, suas opiniões consideradas importantes. Esse, certamente, não é um fenômeno recente, mas precisa ser mais bem investigado. Conforme Cordeiro,

[...] os processos de empoderamento envolvem o acesso e o controle de recursos econômicos e materiais, como também a participação das mulheres nas decisões que afetam as suas vidas nas esferas privada e pública (CORDEIRO, 2010, p. 151).

Em dez entrevistas o tema *tomada de decisões* durante o período da migração teve realce. Abordamos a tomada de decisões sob três perspectivas. A primeira, aquela na qual a mulher não participa e a decisão final é do homem, conforme o modelo da família patriarcal. A segunda, aquela na qual homem e mulher decidem de forma compartilhada, o que não quer dizer equilíbrio de poder ou ausência de conflitos. E a terceira, aquela na qual a mulher decide sozinha. Em apenas uma das famílias, a tomada de decisões continua sendo exclusiva do homem, [“*Tem que ligar pra ele decidir*”]. Neste caso, mesmo ausente, o marido detém o poder de decisão e o exerce à distância. Em quatro famílias, as decisões são tomadas pelos dois [“*Quando a coisa é perigosa tem que falar com ele*”]. Neste caso, mesmo que a mulher tenha que ligar para o marido para decidir, ela é ouvida, participa da decisão. Em cinco das famílias entrevistadas, a mulher decide sozinha na ausência do marido [“*Ele tando é ele, ele não tando...*”]. Observamos que uma das mulheres havia decidido sobre a contratação temporária de um ajudante e a venda de gado, decisões de alto porte no seio das famílias camponesas e que costumam ser tomadas, mas que, neste caso, foi tomada unilateralmente pela mulher na ausência dele. Voltando ao diário de viagem de Kidder (1959, p. 89), há um curioso registro segundo o qual, ao chegar num sítio, cujo dono estava ausente,

encontrou a mulher negociando com um mascate. Sem dúvida, as duas passagens atestam que as mulheres camponesas têm um exercício de decisão – e isso pode já fazer algum tempo –, ainda não devidamente analisado.

Um dado importante é compreender que o avanço da autonomia da mulher não decorre apenas dos fatores internos à família ou apenas da migração. Diferentes fatores, deflagrados por razões endógenas ou exógenas, têm participação. Identificar tais fenômenos é tarefa das mais delicadas, envolve diferentes conteúdos sociais, nem sempre fenômenos aparentemente afins empoderam as mulheres camponesas. Quatro exemplos, bem diferentes, sem que haja uma sequência de valor, chamaram a nossa atenção: (1) assumir e cumprir o conjunto de tarefas da unidade familiar durante a ausência do marido; (2) a adoção de políticas públicas como programas sociais de transferência de renda feitas diretamente às mulheres fortalece a mulher perante a família e a comunidade em que vive; (3) a herança de um pedaço de terra pela mulher impacta decisivamente o ambiente familiar e interfere no poder e prestígio que ela tem; e um exemplo, apenas aparentemente mais simples, mas de grande valor é: (4) a construção de cisternas nas moradias, fato que facilita o fazer doméstico desempenhado pela mulher, e também muda toda a relação da família com a estiagem e com a seca (SABOURIN, TRIER, 2003; MELO, 2010).

A importância dos eventos estruturais, dos fatores externos é muito significativa. O contexto histórico no qual ocorre a migração hoje é muito diferente daquele no qual viveram os primeiros migrantes. O país e a sociedade brasileira passaram por transformações significativas, o Semiárido alagoano não vive alheio a tais mudanças, mesmo que nele as forças da tradição sejam ainda muito sedimentadas (MAGALHÃES, 2001).

A divisão do trabalho e o lugar ocupado pela mulher campesina no contexto da unidade de reprodução campesina, no período de migração do marido, é apenas o lugar da largada para a análise das relações de gênero e das relações sociais mais amplas nas quais estão inseridos homens e mulheres do Semiárido alagoano. Os passos dados no decorrer deste estudo nos mostraram que o problema que nos colocamos no começo exige um movimento mais amplo de abordagem da realidade. Compreender as relações de trabalho é apenas compreender uma dimensão da realidade da vida da mulher, da vida do marido e da unidade campesina, tais relações compõem apenas um aspecto do que é fundamental para a compreensão do fenômeno em questão.

A desvalorização da mulher em diversas culturas e sociedades foi afirmada em vários estudos do campo da antropologia e da sociologia feminista. Esses campos de estudos demonstram que historicamente as sociedades conhecidas constituíram ordens sexuais desiguais e denunciam que a maior parte dos estudiosos das ciências sociais deu pouca atenção para tal fato, reproduzindo muitas vezes o discurso elementar segundo o qual homens e mulheres são naturalmente diferentes física e biologicamente e, a partir disso, procuraram justificar desigualdades socialmente estabelecidas em desfavor das mulheres.

Os estudos feministas enfrentam desafios básicos e fundamentais, um deles é identificar as razões pelas quais ao longo dos tempos a ordem social continua a ser dominada pelos homens. Rosaldo (1979) afirma que a questão é que foi constituída socialmente uma oposição entre doméstico e público, enquanto espaços distintos de atuação da mulher e do homem. Essa oposição impacta os processos psicológicos e culturais desenvolvidos por ambos, bem como é decisiva para a divisão dos papéis sociais e econômicos que eles e elas assumem em cada sociedade.

Segundo essa autora (ROSALDO, 1979, p. 40), as mulheres, destacadamente pela sua condição de mãe, são identificadas com o ambiente doméstico, em prejuízo das suas atividades políticas e econômicas, tais restrições compõem um “[...] fator crítico na compreensão de sua posição social” e fazem com que elas sejam “[...] concebidas quase que exclusivamente como irmãs, esposas e mães”. De forma oposta, os homens são educados para atuar no ambiente público, lugar de realizações racionais e de relevância social, campo de decisões. Em síntese:

Mas o que talvez seja mais notável e surpreendente é o fato de as atividades masculinas, opostas às femininas, sejam sempre reconhecidas como predominantemente importantes e os sistemas culturais deem poder e valor aos papéis e atividades dos homens. [...] Parece universal uma diferença nas avaliações culturais do homem e da mulher, na importância atribuída a eles (Ibid., p. 35).

Rosaldo constata que, mesmo em sociedades nas quais homens e mulheres realizam trabalhos afins ou mesmo naquelas sociedades em que elas desenvolvem atividades que em outras são especificamente masculinas, a caça, por exemplo, as atividades que os homens realizam acabam sendo significadas como mais importantes, são mais prestigiadas socialmente, estão envolvidas em ritos que as tornam mais relevantes. As relações de desigualdade perpassam diferentes campos de atuação e

definem os papéis em diversos âmbitos da vida social. Assim, as “[...] expressões culturais da desigualdade sexual podem estar associadas à economia, mas frequentemente são encontradas em outros domínios de atividades” (Ibid., p. 36), cujos conteúdos escapam ao controle das mulheres, que são subordinadas culturalmente.

Entretanto, ainda que reconheça a dominação masculina como uma regra dominante, Rosaldo (1979, p. 34) nos recomenda empenho na identificação de estratégias e motivações constituídas “[...] como fontes de valor e poder que são acessíveis às mulheres em grupos humanos diferentes”, com tais recursos as mulheres exercem influência sobre os homens individualmente e sobre os grupos, bem como atuam para ganhar confiança e reconhecimento.

Confiança e reconhecimento são categorias centrais. Axel Honneth nos chama a atenção para os diferentes sentidos que o conceito de reconhecimento recebe, bem como para os problemas que sua abordagem envolve. Conforme o autor, “[...] o conceito de ‘reconhecimento’ não adquiriu uma determinação clara, quer seja na linguagem cotidiana, quer seja na filosofia cotidiana. [...] Tudo isso nos leva a admitir que os vários significados dados ao ‘reconhecimento’ estão em cada caso ligados a uma perspectiva moral específica” (HONNETH, 2007, p. 81). No contexto dos povoados campestres do Semiárido, é a confiança na mulher, na sua capacidade de tocar a unidade familiar e de bem cuidar da família, ser pai e mãe, que dá segurança ao marido para migrar. O reconhecimento desse papel, quando bem cumprido, fortalece a mulher e redimensiona relações sociais fundamentais no âmbito da unidade familiar e do lugar no qual vivem.

Rosaldo verifica ainda que numa sociedade cujos papéis são formalmente institucionalizados, meninos e meninas aprendem que têm responsabilidades particulares, e tais aprendizados atuam na formação das psicologias femininas e masculinas. A mãe, no cumprimento de seu papel, contribui para a formação de *personalidades* que estão orientadas pela distinção entre doméstico e público. A mulher, conforme a autora, dedica maior parte do seu tempo ao cumprimento de suas funções socialmente institucionalizadas e na reprodução dos valores sociais dominantes, aos quais está subordinada. Assim, ela é vista como ligada aos filhos, responde às necessidades dos que a rodeiam, está mais comprometida com o próximo do que os homens, fatos que, paradoxalmente, lhe permite um tipo de segurança, uma posse não factível aos homens, ao mesmo tempo, lhe priva dos rituais de importância. Tem autoridade doméstica, mas não pública.



Essa trajetória de papéis atribuídos produz *status* distintos e desiguais para homens e mulheres. As mulheres são vistas como “idiossincráticas e irracionais”, suas vidas “[...] parecem desestruturadas e ‘espontâneas’ em comparação com as dos homens”, eles são intelectuais e racionais. Enfim, “[...] encontramos em sistemas culturais uma oposição decorrente entre o homem, que em última análise significa ‘cultura’, e a mulher que (definida através de símbolos que salientam suas funções sexuais e biológicas) significa ‘natureza’ e frequentemente desordem (ROSALDO, 1979, p. 46). Tais compreensões identificam as mulheres com os *status* que são naturais, atribuídos, menores e os homens com os *status* que são racionalmente conquistados e socialmente privilegiados. Conforme a autora, a superação dessa condição passa pelo ingresso das mulheres no mundo público, pela mudança do enfoque da vida doméstica para o da vida pública, bem como pelo comprometimento dos homens com o mundo doméstico. Dois outros caminhos podem dar às mulheres mais poder e valor. O primeiro é aquele no qual as mulheres podem manipular os homens e influenciar suas decisões através de estratégias as mais diversas e o segundo é forjar um universo público para elas mesmas.

Ortner aborda a mesma temática, nos traz um debate rico e provocador de reflexões. Seu ponto de partida é a constatação de que diferentes culturas valorizam mais ou valorizam menos as mulheres, mas, em qualquer dos casos, a subordinação feminina não deixa de existir nessas sociedades. Tal constatação precisa ser compreendida. A questão a ser respondida é “O que poderia ter havido na estrutura generalizada e nas condições de existência comuns a cada cultura, que poderia levá-las a colocar um valor inferior sobre a mulher?” (ORTNER, 1979, p. 100).

O sistema de inferior e superior atribuído a mulheres e homens acontece dentro de uma estrutura de valores culturais cujos conteúdos ideológicos, simbólicos e socioestruturais apartam as mulheres dos espaços estratégicos de participação e de poder social. As mulheres foram identificadas com a natureza e o homem com a cultura. Mesmo que em algumas sociedades natureza e cultura não estejam conscientemente separadas, na maior parte das vezes a cultura é expressão de um processo mais elaborado, dominante, enquanto a natureza representa o inferior, algo a ser manipulado e transformado.

Em todo caso, minha posição é simplesmente que cada cultura reconhece e mantém implicitamente uma distinção entre a atuação da natureza e a atuação da cultura (a consciência humana e seus

produtos), e mais, que a diferença da cultura, se apoia precisamente no fato de poder na maioria das vezes transcender as condições naturais e transformá-las para seus propósitos (Ibid., p. 101).

O corpo feminino e sua função de procriação, os papéis sociais que tradicionalmente são atribuídos às mulheres a partir do seu corpo, e a formação de uma *estrutura psíquica* tudo isso as aproxima da natureza, colocando-as “numa posição intermediária complicada” entre a natureza e a cultura, enquanto “[...] os homens parecem, em contraste, menos intermediários, mais puramente ‘culturais’ que as mulheres” (ORTNER, 1979, p. 103). O ambiente doméstico, assim como em Rosaldo, é visto como espaço de confinamento da mulher, lugar de realização da função do seu corpo (procriar, amamentar), de realização do seu papel social (criar, cuidar), mas também como mais próximo da natureza, menos elaborado e, enfim, desprovido de *status*. A saída, por fim, conforme as autoras, é a construção de um mundo no qual a oposição doméstico-público seja minimizada e dissociada da atribuição sexual, sem isso, embora as mulheres tenham poder, nunca serão equivalentes aos homens.

A restrição ou tentativa de rebate da mulher ao âmbito doméstico em oposição ao público, e a sua redução ao fenômeno da natureza em relação à cultura, ocorridas em diversas sociedades, só não alcança pleno êxito devido ao fato de que entre os diversos papéis que a mulher realiza, muitos deles são papéis de transmissão e elaboração de valores culturais, de normas e padrões de conduta social (por eles, ela transmite mensagens opostas a tais tentativas), há também os de comando político, social e administrativo (o que lhe dá cada vez mais importância e visibilidade social). Porém, como nas palavras de Rosaldo (1979, p. 54), quando as mulheres tomam papéis masculinos, elas tendem a se constituir num “[...] segmento de elite da humanidade feminina”.

É certo, entretanto, que as mulheres continuam sendo julgadas a partir de hierarquias e de critérios hegemonicamente masculinos, assim como é real a necessidade de superação da oposição doméstico-público enquanto espaços respectivamente definidos para homens e mulheres.

A mulher camponesa participa cada vez mais de um mundo mais amplo, sem, contudo, romper com os vínculos, paradoxalmente, perversos e cooperativos que constituem a unidade camponesa em sua tradicional divisão de papéis. Reconhecer que há uma dominação universal nas relações de gênero não significa dizer que há uma

dominação total, não diz que todas as mulheres são dominadas, que não há mulheres com poder, que não há mulheres que dominam, e, nem muito menos, que não há resistências. Ao negarem a subordinação como um fato natural e ao buscarem nas construções culturais de cada sociedade os elementos de explicação da condição feminina Rosaldo e Ortner demonstram o claro entendimento que têm desse fenômeno, bem como apostam que, se tal fenômeno é construído culturalmente, ele também pode ser superado. Afinal, a cultura é um campo em movimento.

Dessa forma, decorrente da migração e favorecida por outros dados da realidade, a valorização do trabalho feminino e da própria mulher no universo camponês sertanejo migrante é crescente. De tal forma, que mesmo aquele marido que desdenhou da atividade de criação de galinhas realizada pela mulher, mais adiante na conversa, foi taxativo em dizer que sem ela não compensava migrar, o que demonstra que a atividade realizada pela mulher na ausência do marido tem valor próprio, ganha independência enquanto renda, participa com significado particular da estratégia familiar de reprodução camponesa.

### **3.5 Migração e sociabilidade: os “sertanejos” e os “da rua”**

Um dos significados mais relevantes da migração é o impacto que ela gera em outras regiões. O migrante é um corpo estranho na realidade que o recebe. Embora Hasse (2007, p. 77) sentencie que “[...] para se fixar num território novo, ainda que temporariamente, o migrante precisa manter uma boa relação com o meio ambiente, nele incluídos os humanos já estabelecidos”, não é isso o que tem acontecido. As relações de convivência são difíceis. Na raiz das tensões está o fato de que a presença do migrante “quebra o *status* quo do lugar onde se insere” (Ibid., p. 78).

No universo canavieiro alagoano, de forma genérica, todo migrante do Semiárido é chamado de “sertanejo”. Os “sertanejos”, por sua vez, chamam os canavieiros da Zona da Mata de os “da rua” (PLANCHEREL; ALBUQUERQUE; VERÇOSA, 2009). Quando os “da rua” caracterizam os migrantes do Semiárido de “sertanejos”, demonstram não uma incapacidade de distinguir quem é do Sertão e quem é do Agreste. Na verdade, estão demonstrando a sua rejeição contra aqueles que chegam e ameaçam os seus empregos, contra aqueles que, conforme expressam, “aceitam” os extremos rigores e os abusos das usinas. “Eles são considerados passivos, submissos e

inconscientes e, portanto, constituem-se como categoria avessa à organização de classe” (MENEZES, 2002, p. 18).

O movimento migratório sempre foi povoado de conflitos e tensões. Nos últimos anos as tensões têm se renovado e assumido novos contornos. O fato é que a região canavieira vive uma reestruturação profunda nas últimas décadas. As relações entre capital e trabalho, especialmente, foram alteradas. Novos modelos de gestão e de controle do trabalho foram impostos, gerando mais dor e sofrimento para os trabalhadores canavieiros e taxas de mais-valia ainda mais agressivas (ALBUQUERQUE, 2009; CARVALHO, 2000; SILVA, 1999). Tais alterações acirraram as lutas de classes no universo canavieiro, fato que fica evidenciado com as recentes greves e protestos no universo canavieiro alagoano (CÂNDIDO; MALAGODI, 2007); e fortaleceram o interesse dos empregadores de ter a mão de obra dos migrantes “sertanejos”. Eles compõem um plantel de reserva indispensável. As empresas precisam ter excedente de mão de obra para poder impor os novos padrões de conduta e os graves índices de produtividade tão característicos das teorias de administração moderna.

O “sertanejo”, como um “de fora”, um outsider, sente o olhar de preconceito e de discriminação contra si e contra a sua região, é visto como desvalido, [*um morta fome*], como um desgarrado da sua região, da sua gente e da sua família, ressentido-se, mas é principalmente a sua condição de concorrente no mundo do trabalho, que faz com que seja mirado como um intruso, uma ameaça, despertando o olhar hostil dos demais trabalhadores canavieiros. A fama de bom trabalhador representa a grande vantagem dos “sertanejos” em relação aos “da rua”.

Sobre o “sertanejo” pesam dois adjetivos, *ser trabalhador* e *ser bom trabalhador*. São valores afins e complementares, mas distintos. Ser trabalhador e bom trabalhador é ter grande disposição para o trabalho, acordar cedo, trabalhar com afinco e alcançar produção média elevada; executar as tarefas com zelo, respeitar as regras, ser disciplinado, “vestir a camisa”, não faltar ao trabalho, ter boa conduta no alojamento e com seus pares e superiores. Ninguém alcança a fama de trabalhador e de bom trabalhador à toa, menos ainda constrói uma imagem coletiva como essa sem grande e reiterada razão. Esse é um *status* gozado pelos sertanejos e por alguns trabalhadores “da rua”. O canavial exige isso e o projeto migrante só faz sentido sob essa condição.

O preço da fama de trabalhador e de bom trabalhador é alto. Além do sofrimento físico, adoecimentos e sequelas que o acato às normas e sujeições impostas

pelo mundo canavieiro acarretam, existem também os preconceitos e as deformações no corpo e na imagem do migrante. Em Silva (2011, p. 207), encontramos o depoimento de um auditor fiscal do MPT que nos diz muito sobre isso:

O cortador de cana oriundo do semi-árido (sic), ele é considerado bom trabalhador, de alta produtividade, produz muito bem. Geralmente fica em alojamento, não um pessoal como os da área. É um pessoal que trabalha muito, mas nas questões das reivindicações não reivindicam tanto que os trabalhadores nativos aqui da região. Talvez os trabalhadores daqui por terem informações maiores são mais exigentes no cumprimento de seus direitos trabalhistas.

As representações produzidas pelos trabalhadores “da rua” e pelos patrões constituem identidades distorcidas do “sertanejo”. Ser “sertanejo” é a sua “imperfeição original”, em seguida lhe são imputadas imperfeições e atributos que o descaracterizam como ser humano comum, diverso, dinâmico. Ser “sertanejo” ganha fortes contornos negativos, configurando-se como um estigma (GOFFMAN, 2008) e confirmando a tese de que “ninguém migra impunemente” (HASSE, 2007). De um lado, ele aparece como desprovido de autoestima e de consciência de classe e é acusado de tolerar os abusos extremos dos patrões; do outro, ele é máquina, dócil, pois além de cumprir as rigorosas metas de produção, convive com condições que lhes são hostis [*Os usineiros levam daqui pra lá porque não tem sábado, domingo e feriado. Os daqui entram com tudo. Os de lá são mais cabrero. Eles acham que têm mais direito*].

Por sua vez, o “sertanejo” camponês que migra para a região canavieira tem uma condição que os “da rua” não conhecem. Ele tem uma atividade de autorreprodução, o que inclui um pedaço de terra, uma casa própria, a propriedade de ovelhas, de algum gado; por isso, não raro, lançam um olhar superior, enxergam os “da rua” como trabalhadores em condições de inferioridade financeira e patrimonial. Os “da rua”, muitas vezes, sequer têm um lugar próprio para morar, vivem de aluguel nos povoados, vilas ou mesmo nas periferias da cidade. Enquanto isso, mesmo que no limite da necessidade, o camponês move-se em função de um projeto de manutenção e/ou de aprimoramento do patrimônio que possui. O camponês tem uma retaguarda que o “da rua” não tem, isso o faz, em alguma medida, um sujeito com mais autonomia (CASTORIADIS, 1982; SADER, 1988). Essa autonomia, utilizada na hora de medir-se com o trabalhador “da rua”, não é utilizada para impor-se diante do patrão. A relação com o patrão é de ‘subordinação estratégica/consentida’.

O camponês que migra não é um qualquer, tem um pedaço de terra que chama de seu, é membro de uma determinada família cujos costumes e posição social já eram definidos e perseguidos antes dele. É um sertanejo, filho de pai e mãe, chefe de uma família, representa um lugar. Fora, quando migra, esses conteúdos são chamados, são vividos como estigma, ele é visto como um desgraçado, “sertanejo” que migrou para não morrer, que deixou a família em desgraça [*Aquilo é um bando de morta fome, filho dessa, daquela outra. Acha que nós é mais carente do que eles*]. Nada disso precisa ser verdadeiro, mas essa condição fala e fala alto nos seus ouvidos.

Apesar de ser uma realidade e de contribuir para a solução dos conflitos e desigualdades local e regional, a migração, mesmo que temporária, não é o projeto primeiro dos sertanejos e tem graves efeitos colaterais.

A migração é questionada em seu *status* de alternativa de vida para a população, já que expõe as pessoas ao mundo marginal das cidades cujos valores são divergentes dos do mundo rural. As cidades são referidas pela violência, exploração, abandono, prostituição, indicadores do tipo de vida que encontram os migrantes [...]. Por conseguinte, os que ficam na região convivem com a solidão e a dificuldade de trabalhar na área. Mulheres e crianças ficam sós, já que a maior parte dos migrantes é masculina (GALINDO, 2008, p. 110).

O processo migratório tem significados físicos e psicológicos profundos sobre os migrantes e impacta suas existências campesinas. Suas famílias também são chamadas, permanentemente, a se adaptar e a se refazer nesse processo. E não poderia ser diferente. Ninguém fica impune.

Por mais que faça parte da vida de uma sociedade, de uma família e de uma pessoa, a migração é um fato social de grande relevância. E não é porque ela acontece por gerações que isso é menos importante. Cada migração é uma experiência nova. Anos de migração, são anos de experiências. Migrações para diversos lugares do Estado e do país, para o exercício de diferentes papéis (corte da cana, colher laranja, colher milho, construção civil), inevitavelmente, marcam quem migra.

Mas não há migração sem sofrimento. O sofrimento mais visível é aquele que acontece sobre o corpo do camponês que é transformado em trabalhador rural todo ano. A obrigação do cumprimento de metas de produção cada vez mais exigentes, o controle sobre o tempo e a vida em alojamentos, quase sempre insalubres, são provas disso e têm merecido uma maior atenção dos estudos dedicados ao tema da migração. Mas também

devemos estar atentos a questões relativas à subjetividade dos trabalhadores e de suas famílias.

O ato de migrar, por mais comum que seja, mexe nos padrões tradicionais de vida da família camponesa. Com a migração sucessiva, a ausência do pai, chefe de família, é sentida pelos filhos e pela mulher. Os impactos no arranjo familiar são inevitáveis, a família é obrigada a assimilar essa mudança e adequar-se a ela. Novos padrões de conduta são incorporados por pais e filhos. Obrigatoriamente são alterados os papéis sociais dos membros da família e novas relações de sociabilidade são adotadas (ALBUQUERQUE; CANIELLO, 2015). Essas questões precisam de mais estudos e de novas investigações sobre as consequências disso para a família e para a sociedade sertaneja.

Outro dado que precisa ser investigado é o da importância do capital cultural adquirido pelo migrante, capital não acessível aos demais familiares e nem a todos os membros da comunidade na qual ele está inserido. Por mais que a decisão de migrar seja construída em família e que a cumplicidade dos familiares que ficam seja importante para que o ato de migrar seja compensador, e por mais que o sentido da sua migração seja o aprimoramento da propriedade enquanto unidade familiar de produção, o contato reiterado com outro universo de vida, com outros costumes e tradições interfere na visão de mundo do migrante. O indivíduo que migra e retorna nunca é igual ao que foi; sua experiência de migrante repercute nas suas relações familiares e comunitárias, bem como no conjunto de práticas campesinas.

Captar esse conjunto de fenômenos é um desafio enorme para a pesquisa sociológica. Não esteve entre os nossos objetivos iniciais investigar tais questões no presente trabalho. Seguiremos nossas pesquisas e esperamos no futuro esclarecer tais questões.

## **4 O TRABALHO QUE DANIFICA: ESGOTAMENTO FÍSICO, ADOECIMENTOS, ACIDENTES E MORTES NOS CANAVIAIS**

As transformações ocorridas na dinâmica de produção canavieira têm agravado ainda mais as condições de vida dos migrantes e do conjunto dos trabalhadores canavieiros.

Metas rigorosas de produção e padrões produtivos cada vez mais exigentes têm feito crescer o número de mortes por exaustão e o de adoecimentos diversos que acometem os canavieiros submetidos a ritmos de trabalho intensos.

O campesinato migrante assume esforços físicos ainda mais graves, seu projeto de fazer poupança tem efeito negativo sobre o seu corpo como canavieiro e favorece os donos do capital que se aproveitam disso para aprimorar os mecanismos de exploração do trabalhador.

### **4.1 Transformações no complexo agroindustrial canavieiro e nas relações de trabalho**

O mundo canavieiro alagoano é vizinho do Agreste e, historicamente, está ao alcance do Sertão alagoano, como sempre os alcançou, quando necessário. Os movimentos migratórios entre as duas regiões são antigos, os primeiros fluxos ocorreram na direção do interior: forçados pela colonização, pelo avanço da cana e do latifúndio; fugindo da escravidão e do recrutamento militar, índios, negros e pobres livres migraram para o Agreste e para o Sertão ampliando as fronteiras coloniais. Em seguida, coagidos pelas secas ou levados por um expediente complementar à vida no Semiárido, fizeram o caminho de volta, seja permanente ou temporariamente. O trabalho no corte da cana, desde a segunda metade do século XIX, absorveu essa mão de obra.

A modernização da produção de açúcar e o fim da escravidão são acontecimentos de uma mesma época (os primeiros engenhos centrais surgiram em 1877 e a escravidão acabou em 1888). Antes desses eventos, a migração para o corte da cana e para o fabrico do açúcar era menor e quase sempre ocorria por iniciativa dos próprios migrantes. A partir daí, a migração ganhou um novo componente. Os proprietários viram muitos escravos abandonarem as suas propriedades e passaram a recrutar força de trabalho, encontrando no Agreste e no Sertão, em períodos de seca ou



não, espaço de reserva de mão de obra. Sem esse contingente, afirma Andrade (1998), a indústria canavieira nordestina não teria conseguido moer. Ainda hoje tal afirmativa continua válida.

As transformações do século XIX, porém, não promoveram mudanças efetivas nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Na verdade, a produção canavieira no Brasil, desde as suas primeiras mudas, ensejou um conjunto de violências contra a natureza e contra o homem. Andrade (1994) e Lindoso (2005a) são igualmente enfáticos no registro de que os portugueses construíram seus extensos canaviais, suas indústrias e suas fortunas destruindo amplas parcelas da mata atlântica e submetendo indígenas e africanos a processos dolorosos de trabalho e exploração. Esse é um dado tão grave que mesmo os avanços na legislação trabalhista e nos códigos de proteção ambiental ocorridos nas últimas décadas não conseguiram frear inteiramente os abusos.

No Brasil, de forma esquemática, a história do trabalho no mundo canavieiro pode ser dividida em três grandes períodos. O primeiro período começou com a produção da cana e com o instituto do trabalho escravo (ambos os movimentos foram realizados por Martim Afonso de Souza, por volta de 1530). Em 1535, em Pernambuco, Jerônimo de Albuquerque fundou o primeiro engenho de açúcar. Foi o escravo que derrubou as matas, preparou a terra, lançou as sementes e cuidou para que a planta crescesse frondosa; foi também ele que realizou a colheita e a condução da cana até o engenho, participou ativamente do fabrico do açúcar e do seu transporte até os portos que o espalharam por todo o mundo. Sem o escravo não haveria o mundo canavieiro.

As condições de trabalho a que o escravo esteve submetido foram sempre muito graves. Antonil (2011, p. 129) afirma que cada escravo de oito tinha por obrigação “[...] cortar num dia sete mãos de dez feixes por cada dedo, que são trezentos e cinquenta feixes e a escrava há de amarrar outros tantos com os olhos da mesma cana.” Cada feixe era constituído de doze canas, logo, cada escravo era obrigado a cortar, aproximadamente, quatro mil e duzentas canas/dia. Considerando que cada cana pesasse em média um quilo, conclui-se que cada escravo precisaria cortar diariamente 4.200 quilos.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Em conversa informal com um dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG), apresentamos os dados abstraídos a partir de Antonil. O nosso interlocutor fez duas importantes observações. A primeira é que as condições de trabalho do escravo eram mais graves porque as canas no período colonial não eram queimadas. A outra é que o trabalhador que tiver uma média de produção de 5.000 quilos/dia certamente ficará desempregado.

A produção realizada pelo escravo, que hoje seria considerada baixa, era construída a partir de rigorosos mecanismos de controle do trabalho e de expedientes de tortura cruéis, de tal maneira que o mesmo Antonil (2011, p. 108) nos informa que “No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano”. Ainda quando tais expedientes se tornaram inconvenientes devido à redução da mão de obra escrava provocada pelo fim do tráfico<sup>25</sup> e quando os castigos sobre os escravos ficaram menos cruéis porque era preciso preservar e prolongar a vida útil dos mesmos, o trabalho canavieiro continuou sendo doloroso. Durante séculos, as técnicas mantiveram-se primitivas, enquanto as exigências de produção cresceram, agravando, conseqüentemente, a precariedade do trabalho no canavial. Esse é o ponto comum entre o trabalho escravo e o trabalho livre realizado no âmbito da indústria moderna atual.

Não somos os primeiros a encontrar relações comparativas de desvantagem do canavieiro dos nossos dias em relação ao escravo. Moraes Silva (2008) constatou que a vida útil de um cortador de cana não ultrapassa 15 anos, período inferior ao dos escravos, que chegava a 20 anos. O aumento da produção média implica em mais desgaste físico, sofrimento, adoecimentos e sequelas, quando não em morte do trabalhador.

O segundo período acontece sob a égide do trabalho livre e teve no sistema de moradia uma importante característica. Esse modelo, conforme Suarez (1977), precedera ao fim da escravidão, mas é a partir do final do século XIX que ele vai se tornar hegemônico no interior das fazendas canavieiras. A instituição das relações de moradia representou uma forma ímpar de relacionamento entre o trabalhador e o proprietário da terra. Esse modelo correspondeu a um estágio particular do processo de acumulação capitalista da economia brasileira, pois desenvolveu os mecanismos de contenção de despesas e de maximização de lucros na plantação da cana e na produção do açúcar para o mercado nacional e internacional. Nesse sentido, o sistema de moradia se revelou um importante instrumento para manter um exército de mão de obra disponível no interior das fazendas e dos engenhos, evitando um colapso na economia da região (ALBUQUERQUE, 2009, p. 84).

Porque teve tais configurações, esse sistema ficou conhecido como “moradia de condição”. Sem terra e com poucas opções de vida, o morador submetia-se a um conjunto de exigências e de obrigações sociais; a principal delas era o dever de

---

<sup>25</sup> A partir de 1831, quando surgiu a primeira lei proibindo o tráfico, o número de escravos começou a diminuir progressivamente no Brasil. Em 1888, acabou a escravidão.

fidelidade à propriedade e ao proprietário na realização de seu trabalho. Entretanto, por mais verticalizadas que fossem as relações sociais no interior da grande propriedade, para subsistir num contexto de carência de mão de obra era preciso que o sistema incorporasse alguns compromissos mútuos de assistência entre moradores e proprietários. Além do direito de morar, conforme o tamanho de sua família, o morador recebia uma área na qual podia trabalhar para si durante alguns dias da semana e o fruto do seu trabalho era dividido com o proprietário da terra. Outra vantagem que o morador tinha era a proteção social do proprietário, fato que merecia grande valor social na época.

O trabalhador era pago pelo trabalho que realizava na fazenda, mas as condições de vida e de trabalho no interior da propriedade eram tão precárias que justificam a descrição seguinte, feita por Manuel Diégues Júnior para explicar a vida do trabalhador livre após o fim da escravidão:

A seguir o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar adensa a população que vive, ou vegeta, em derredor da exploração do açúcar. Não só do açúcar, do próprio homem também. Do escravo, mais tarde assalariado, este em condições talvez piores que aquele (DIÉGUES JÚNIOR, 2002, p. 25).

É longo o processo de transformação vivenciado pela indústria e pelo campo canavieiro, e eles não são necessariamente combinados. Das primeiras engenhocas para os chamados engenhos centrais, destes para as modernas usinas que hoje moem milhares de toneladas de cana em todo Brasil aconteceram várias revoluções técnicas, tecnológicas e conceituais. O resultado disso é que a indústria sucroalcooleira (ou sucroenergética, como o setor se autodefine nos dias atuais) modernizou-se a ponto de situar o Brasil em condições de ampla concorrência no mercado internacional, mas o mesmo não pode ser dito em relação ao setor agrícola. No campo, o processo de aperfeiçoamento foi lento e só nas últimas décadas empreendeu movimentos mais agressivos de atualização técnica e de adoção de práticas empresariais modernas de aprimoramento da produção. Dois intelectuais alagoanos trataram desse tema. Diégues Júnior, em publicação de 1954, ao analisar as atividades técnicas na lavoura da cana e no fabrico do açúcar, identifica que, desde a chegada da cana ao Brasil, as técnicas da lavoura não sofreram modificações fundamentais, enquanto a industrialização progredia. Essa tese é apresentada com mais ênfase na passagem seguinte:

[...] entre a parte industrial e a parte agrícola se verifica o enorme desajustamento pelo contraste de técnicas que a economia açucareira apresenta em nossos dias. De condições rotineiras, atrasadas, sem conhecer ainda a mecanização mais adiantada, a agricultura não acompanhou o ritmo de desenvolvimento na técnica do fabrico do açúcar. Desde a introdução do vácuo na técnica de produção do açúcar, com o que se abriu caminho à modernização da usina, a industrialização do açúcar tem apresentado contínuo aperfeiçoamento. E vai deixando longe a técnica agrícola. Daí, talvez, o sentido de absorção de mais área de terra e de mais canaviais, tornando-a por natureza, latifundiária, que a usina apresenta (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 123).

Esse fenômeno é típico do Nordeste. O setor canavieiro de São Paulo, diferentemente, percebeu que era preciso combinar os processos de desenvolvimento técnico e tecnológico da indústria e do campo, e o fez. É nesse contexto que Osman Loureiro (1969, p. 31), interpretando a distância que naquele momento já separava a produção canavieira de São Paulo e a do Nordeste, ratifica a afirmação de Diégues Júnior ao dizer que “[...] o que distancia a indústria açucareira do Sul para com a do Nordeste, não é a fábrica mas o campo”. Os senhores de terra, de cana e de usina, assim são os usineiros, vinham buscando um ajuste produtivo entre o campo e a indústria canavieira, mas isso, além de grandes investimentos financeiros, exigia condições políticas adequadas.

Durante um período de aproximadamente três décadas (1965-85) essa combinação de fatores ocorreu. A ditadura militar financiou a modernização da indústria canavieira. O Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado em 1975, constituiu-se num instrumento de transferência de recursos públicos para o setor privado. A palavra de ordem era plantar mais, produzir mais. A indústria canavieira perseguiu índices maiores de produtividade; inspirada na dinâmica internacional e adotou mecanismos de reestruturação produtiva que impuseram uma situação de flagelo ainda maior para os trabalhadores do campo e da indústria canavieira, tudo isso à revelia das organizações dos trabalhadores, que estavam tuteladas pelo governo (CARVALHO, 2000). Assim, afiançada pelos militares, aconteceu no Brasil uma verdadeira modernização conservadora (MOORE, 1987): o campo se modernizou, mas os trabalhadores continuaram gravemente oprimidos, o quadro era de semiescravidão. O processo de modernização da indústria canavieira e do campo aconteceu mediante um pacto das classes dominantes com os generais, com frações da elite política tolerada pela ditadura e com a repressão sistemática das organizações de classe, mediante

bloqueio das possibilidades de melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. Essa política foi influenciada pela ideologia da “revolução verde”, movimento típico da modernização conservadora deflagrado em diversos países do mundo e que nos últimos tempos se apresenta no Brasil como *agrobusiness*.

Foi nesse contexto que os trabalhadores foram privados de plantar, foram expulsos das fazendas e viram destruídas as casas nas quais moravam (estima-se que em Alagoas foram destruídas vinte e cinco mil casas no mundo rural nesse processo). Com o fim do sistema de moradia, a dinâmica de espoliação do trabalhador canavieiro alcançou um patamar ainda mais elevado. O processo iniciado no final do século XVIII com a submissão do trabalhador livre, no final do século XX, alcançou o seu quase completo esgotamento, e o capital impôs um movimento ainda mais agudo de exploração do trabalhador canavieiro (ALBUQUERQUE, 2009). No vizinho estado de Pernambuco, esse fenômeno já estava cristalizado desde o começo da década de 1960, mas em Alagoas, cujo capitalismo canavieiro revelara-se tardiamente e em que as relações de modernização conservadora fizeram-se ainda mais graves, só aconteceu no final dos anos de 1980.

O terceiro período é o que estamos vivendo. A distância campo/indústria nunca foi tão curta. O campo foi industrializado. Máquinas gigantes são vistas dentro dos canaviais, são as colheitadeiras – uma só máquina realiza sozinha o trabalho antes realizado por cerca de cem homens na cana queimada e duzentos na cana crua (estima-se que cerca de 70 máquinas atuaram em canaviais alagoanos na safra 2015/2016). O canavieiro é um proletário. Agora conjugados, os processos produtivos da indústria e do campo, assim como o controle do trabalho, passam a ser regidos por critérios rigorosos de produtividade. Surgiu um conjunto de novas relações sociais. Novos papéis sociais foram instituídos no processo produtivo. A cada safra diminui a quantidade de trabalhadores envolvidos no corte da cana. Os trabalhadores contratados são submetidos a um controle cada vez mais rigoroso e eficiente do seu trabalho, planilhas são utilizadas para acompanhar o desempenho dos trabalhadores. A cada final de safra são selecionados os trabalhadores que trabalharão na próxima safra e os que serão excluídos por incapacidade de atingir os índices de produtividade estabelecidos pelas usinas. Ainda que varie de uma empresa para outra, a exigência média mínima de produção é de 8 a 10 mil quilos de cana/dia por trabalhador. Sem exagero, atualmente os cortadores de cana são mais exigidos que os escravos do começo do século XVII, conforme vimos em Antonil. A expressão mais acertada para definir esse processo é modernização.

Entretanto, existe uma grande e fundamental diferença entre o escravo e o cortador de cana, enquanto o primeiro era castigado para trabalhar, o segundo é premiado para trabalhar até o esgotamento. A premiação desencadeia a competição e serve para “[...] elevar a produtividade dos cortadores de cana, mas também como uma estratégia para tornar os trabalhadores mais cooperativos e envolvidos com os objetivos da empresa para qual trabalhavam” (GUANAIS, 2012, p. 75). Por esses meios, os trabalhadores acabam internalizando, assumindo como seus, os objetivos e metas de produção das empresas, estas, em contrapartida, além de obterem elevadas taxas de mais-valia, podem reduzir o número de trabalhadores contratados para a colheita da safra. Essa aparente combinação de interesses, proposta por Taylor (2006) e denunciada por Marx (1971), irá resultar num elevado “enxugamento da folha” e numa maximização do trabalho (PADRÃO, 1997).

São muitos os símbolos de modernidade que os setores econômicos dominantes reivindicam para si. O principal deles é a aplicação de uma nova racionalidade que articula pesquisa-ciência-capital no desenvolvimento de máquinas, equipamentos, insumos e de sofisticados programas de computador utilizados no registro e tabulação dos movimentos realizados por trabalhadores e no aprimoramento do processo produtivo, o que aumenta ainda mais a capacidade do setor para a inserção no mercado mundial. À parte todo o processo de aprimoramento técnico e tecnológico pelo qual passou o setor, ao longo de quase cinco séculos, o trabalho no mundo canavieiro é historicamente cruel.

O corte da cana é uma atividade marcada pelo sofrimento. As duras jornadas de trabalho, realizadas em baixo de sol escaldante, deixa marcas no corpo e na subjetividade do trabalhador, fatos que muitas vezes são extensivos ao conjunto de sua família, afinal, não é possível conviver impunemente com o sofrimento de um membro da família que perdeu a saúde em nome dela mesma sem sofrer. Ainda que alguns migrantes ignorem os adoecimentos e sequelas produzidas no trabalho no canavial [*Não tive problema de saúde*], [*Gente sadia não adoecer*], fartos e predominantes são os relatos que atestam o flagelo produzido pelo corte da cana [*Canguru sempre tem. Tem fraqueza e desmaia*], [*Tive canguru, fiquei todo entrevado*].

O canguru é um *passamento* que o trabalhador tem decorrente do cansaço, do esgotamento ocasionado pelo grande esforço físico desempenhado no canavial. O canguru é mais do que desmaio, é uma câibra de corpo inteiro, assim descrita por um médico paulista a Novaes:

A câibra é o primeiro sintoma de quando você tem distúrbios hidroeletrólítico. A câibra é o acúmulo de ácido láctico na musculatura. Ele fica todo contorcido, parece um possuído. Para você ter uma ideia, é quase como uma convulsão. E dói, dói muito aquilo. [...]Eu nunca presenciei uma morte súbita por decorrência de distúrbio hidroeletrólítico, de câibra. Geralmente, a pessoa chega morta no pronto socorro (NOVAES, 2007, p. 107).

O canguru é o que “tem sempre”, mas nem todos trabalhadores o tiveram, outros, ainda que tenham tido, evitam assumir a enfermidade pelo constrangimento que ela representa: perda de sentidos, rebatimento, fraqueza, entrevamento. Vários e dramáticos também são os relatos de adoecimentos ocorridos no eito e em decorrência do trabalho nele [*O caroço apareceu no corte da cana*], [*Peguei uma doença no corte da cana, um germe que poca a pele*], reproduzi-los na íntegra ajuda a ter uma melhor dimensão da realidade do cortador de cana:

Eu me desmantelei foi num dia como hoje, um dia de sábado. Eu já tava ‘pocando’ um eito, a cana boa. Eu peguei um moio de cana, quando eu virei ele deu um estalo da peste na coluna. Quando foi a noite eu não dormi. Eu ficava engatinhando no barraco que nem menino, eu nunca tinha sofrido um acidente. Tinha cara que cortava a canela, o braço.

Por causa dos acidentes e doenças adquiridas no corte da cana, muitos trabalhadores se aposentam ou ficam de benefício durante algum tempo. Em maior número, porém, são os casos em que a “Usina não deu assistência” e em que o atingido “não teve benefício”. Os problemas de coluna, pneumonia e alergia parece que são os mais comuns; mas destaque também merecem os acidentes com instrumentos de trabalho [*Tinha cara que cortava a canela, a mão*] e mesmo aqueles que envolvem veículos de transporte para o trabalho ou durante a viagem migratória de ida ou de volta [*Tem gente que perdeu braço, perna*]. O exemplo mais recente e mais grave disso ocorreu no dia 16 de setembro de 2012: num acidente ocorrido no interior da Bahia faleceram dez cortadores de cana que retornavam de Ribeirão Preto (SP) para São José da Tapera. Além disso, ainda que tratado com reservas, ouvimos que as drogas, lícitas ou ilícitas, chegaram aos canaviais e passaram a fazer parte da vida dos cortadores de cana que fazem uso dessas substâncias para ter mais ânimo para o trabalho [*Tem muita*

*droga no corte da cana*], [*Cheguei a cortar 40 toneladas na usina na Camaçari, nesse dia eu estava bêbado*].

Modernização do parque agrícola e industrial e condições de trabalho justas parecem incompatíveis, mesmo nos centros em que a organização da classe trabalhadora é maior. Maria Aparecida Moraes Silva, referência no Brasil nos estudos do mundo rural brasileiro, no artigo *A morte ronda os canaviais paulistas*, denuncia adoecimentos e mortes de canavieiros e afirma que “[...] são na verdade a ponta do iceberg de um processo gigantesco de exploração, no qual não somente a força de trabalho é consumida, como também a própria vida do trabalhador” (SILVA, 2006, p. 124).

Na última década, surgiu em Alagoas um grupo de pesquisadores empenhados em estudar as condições de trabalho e de vida no mundo canavieiro alagoano. Vários estudos foram produzidos sobre o tema e todos são unânimes em dizer que o trabalho nos canaviais alagoanos produz dor, sofrimento e morte (VERÇOSA, 2011; 2013; 2016; SANTOS, 2011; QUEIROZ, 2013; ALBUQUERQUE, 2009; 2013; PLANCHEREL; ALBUQUERQUE; VERÇOSA, 2011). Alguns desses estudos comparam o sistema de trabalho adotado nos canaviais de Alagoas com o de outros estados da federação; todos são unânimes em dizer que o trabalhador alagoano é submetido a um regime de trabalho mais bruto. Verçosa (2011, p. 93), por exemplo, conclui que “[...] nas usinas de Alagoas os eitos são drasticamente maiores que os de São Paulo”. Parece impossível entrevistar trabalhadores rurais canavieiros sem ouvir deles que sofreram ou viram colegas sofrer escurecimento de vista ou desmaios; que ficaram ou conhecem quem ficou com sequelas no corpo como dores na coluna e até com atrofiamento de membros [*Um braço afinou – o direito, o que pegava cana*], [*Secou a pá dele*].<sup>26</sup>

O mais completo e ditoso estudo realizado sobre os impactos do trabalho degradante nos canaviais na saúde dos trabalhadores em Alagoas foi realizado pelo jovem pesquisador Lúcio Vasconcellos Verçosa, “*Os saltos do ‘canguru’ nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde*”, um marco. Neste trabalho, entre outras coisas, o autor prova, a partir de avaliações físicas de trabalhadores, o nexo causal entre o trabalho no canavial e o adoecimento do trabalhador pelo canguru. O estudo demonstra que, em horário de pico, o trabalhador canavieiro realiza um esforço cuja carga cardiovascular é igual ou superior a de atletas de elite, sem, entretanto, ter os mesmos cuidados e alimentação que costumam ter os desportistas. Os trabalhadores da

---

<sup>26</sup> O que popularmente o canavieiro entrevistado chama de pá no meio científico é conhecido como escápula, musculatura que envolve os músculos infra e supraespinhosos.



pesquisa de Verçosa, vinte e um, foram acompanhados durante uma safra inteira por uma equipe de educadores físicos e de médicos, inclusive durante o corte da cana, quando usaram aparelhos de verificação cardíaca.

Os resultados dos testes demonstraram que o elevado esforço físico gera traumas físicos irreversíveis, adoecimentos [*Nêgo ficou doente da coluna no corte da cana. A usina não deu assistência, não teve benefício*], [*Peguei uma doença no corte da cana, um germe que peca a pele*] e até mesmo a morte, fatos comumente atestados por depoimentos de trabalhadores do canavial. Os dados de Verçosa são claros: 87% dos canavieiros têm dores lombares, 60,67% sentem dores no punho e 30,30% nos ombros. As usinas não divulgam, mas têm levantamentos e detêm dados semelhantes. Informalmente, um ex-funcionário de usina nos disse que na usina em que ele trabalhou, num universo de setecentos trabalhadores, 93% apresentavam dores lombares.

No canavial, “tempo é dinheiro”. É isso que impõe um controle cada vez mais grave dos encarregados da empresa sobre os trabalhadores. Há um contrato celebrado entre as partes, e a partir daí, todos os movimentos que o *contratado* realiza interessa ao contratante, inclusive aqueles que são feitos fora do horário formal de trabalho. Como nos dizeres de Thompson,

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado. [...] O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta (THOMPSON, 1998, p. 272, grifo do autor).

Os migrantes do Sertão são os que melhor se adaptam a tais exigências. Eles migram para fazer “um pé de meia”, expressão utilizada para dizer que eles objetivam fazer poupança, economizar os recursos obtidos com o salário e reinvesti-los em suas propriedades ou mesmo comprar bens que lhes são necessários, por isso precisam ir além do salário mínimo estabelecido na tabela salarial firmada entre a FETAG e as usinas. Assim sendo, quanto mais trabalham e quanto melhor utilizam o tempo trabalhado, mais produzem; e quanto mais produzem, mais ganham. Esse modelo, defendido por patrões e empregados, estimula o cortador de cana, levando-o à extenuação física, enquanto aumenta a mais-valia do patrão.

Por assumir mais profundamente a disciplina proposta no universo canavieiro, o ‘sertanejo’ é forte candidato aos prêmios oferecidos pelas usinas aos que mais cortam cana durante a safra. Na segunda metade dos anos de 1980, identifica Padrão (1997,

p.141) que no interior da usina Coruripe, surge “A distinção simbólica de alguns premiados, os chamados ‘10 mais’, com o título de ‘machão’ e o diploma ‘Valeu machão’”, essa distinção, segue o autor, “[...] irá reafirmar diferenças entre os trabalhadores a partir da valorização da virilidade e da força física despendida no trabalho”, bem como gerará a expectativa de reconhecimento e premiação pelo *quantum* produzido a mais que os demais cortadores de cana.

Entretanto, possivelmente por terem sido reconhecidas como politicamente incorretas, tais expressões caíram em desuso e, não se sabe exatamente como ou onde ocorreu pela primeira vez, surgiu o prêmio “facão de ouro”, fato disseminado nos canaviais de Alagoas e que configurou-se como um estímulo poderoso ao processo de sobretrabalho e de superexploração da mão de obra canavieira.<sup>27</sup> Com o objetivo de aumentar a produtividade, as usinas, no final de cada mês e de cada safra, premiam os trabalhadores que alcançam maiores índices de produção. Mensalmente, são distribuídos prêmios, o mais comum é bicicleta e eletrodoméstico [*Ganhei 14 bicicletas*], [*Ganhei quarto completo*]. No final da safra, além do troféu “facão de ouro”, distribuídos para o primeiro, o segundo e o terceiro lugares em produtividade, também são distribuídos outros prêmios [*O primeiro lugar ganhava em torno de 5.000*], [*Prêmio foi uma moto*], [*O prêmio hoje é dinheiro*], [*Quando eu ganhei o primeiro lugar no grupo João Lyra eu ganhei o troféu, mais uma bicicleta, mais um circulador de ar, mais uma cesta básica e mais R\$ 360,00*]. A deferência a esse prêmio é tal, no mundo canavieiro, que não há facão de prata e facão de bronze, os três melhores cortadores de cana, mesmo que os troféus sejam diferenciados, são chamados de facões de ouro.

Esse sistema de premiação, bem identificou Padrão (1997), instituiu um conjunto de “incentivos materiais e simbólicos”. Pelo significado que esse prêmio passou a ter no universo canavieiro, o cortador de cana que ganha o “facão de ouro” é alguém que alcança prestígio e notoriedade entre os seus pares e é tratado como referência por estes e seus superiores. No caso dos migrantes, os feitos realizados no corte da cana o acompanham na viagem de volta. No interior de São Paulo, observou Maria Aparecida de Moraes Silva (2008, p. 15) que o prestígio adquirido com o prêmio é significado de forma diferente. Os cortadores de cana jovens e solteiros são vistos como vitoriosos, fortes, destemidos, “[...] valores sancionados positivamente e

---

<sup>27</sup> É muito provável que tal expressão tenha sido importada de São Paulo.

responsáveis pelas conquistas amorosas das jovens”, enquanto os casados aplicam os recursos obtidos com o sobretrabalho em benefício de suas famílias [*Investi em bens para a família*].

Apesar do grave nível de exploração, é patente que a estratégia de bonificação da produção cumpre o papel proposto pelas empresas, gerar o sobretrabalho. Identificamos e entrevistamos três campeões, dois sertanejos e um trabalhador da rua. Todos ultrapassavam a produção diária média de 15 toneladas/dia. O aumento de salário é o grande elemento motivador demonstrado pelos campeões de corte da cana [*O cara fica tão assediado pelo dinheiro que se mata e não sente*], [*Eu era tão usurento que não descansava no almoço, almoçava no sol mesmo*], [*O pessoal me chamava “olho de Lula”, “olho de borracha”*].

Popularmente tais expressões dão conta de alguém que tudo quer para si, de alguém ambicioso, usurento. São ditas com tom de reprovação, mas de reprovação do indivíduo, as empresas escapam ilesas de reprovação por instalarem entre os trabalhadores esse ambiente de disputa, de competição. Paradoxalmente, apesar da reprovação que muitas vezes ocorre, quem vence a disputa não apenas ganha um prêmio, é também visto como o melhor, o superior, o mais trabalhador, o melhor cortador de cana. Os prêmios variam, mas a lógica é a mesma. Com a devida vênia, reproduzimos aqui o diálogo ocorrido entre Verçosa (2016, p.95-6) e um cabo sobre o tema e apresentado em sua tese de doutoramento:

*Pesquisador (P): Existe atualmente premiação para quem corta mais cana?*

*Entrevistado (E): Têm usinas por aí que tem hoje umas premiações diferentes. Cada usina é de um jeito. Aqui na usina o primeiro lugar ganha mil reais. Depois, os vinte...*

*P: Abaixo do primeiro?*

*E: Os dezenove, abaixo do primeiro, cada um recebe quinhentos [reais]. Depois desses aí... ou melhor, já tirando esses! O melhor de cada fazenda recebe duzentos e cinquenta [reais]. Os prêmios da usina são esses aí: mil, quinhentos, duzentos e cinquenta reais.*

*P: E o senhor percebe se isso estimula o trabalhador a procurar cortar mais?*

*E: Estimula. Por esse prêmio de mil [reais] e de quinhentos [reais] o pessoal corre atrás. [...]*

*Nós temos aqui essa turma de elite lutando por esse prêmio. Toda semana sai uma folha com os vinte melhores. Aí eles*

*olham, e dizem: “Esse aqui não me acompanha não, se me acompanhar tem alguma coisa errada”.*

*P: Tem uma espécie de competição entre eles?*

*E: Exatamente. Tem essa competição.*

*P: Está em quanto a média do campeão atualmente?*

*E: Já faz duas semanas que eu não pego, porque esse campeão não está na minha turma. Porque agora eu estou mais no plantio. Por isso eu não estou sabendo quanto está a média nessa semana, mas deve ser em cima de dezoito toneladas [diárias]. [...] É muita coisa, não é? Você ter essa média... Os que estão lutando por isso, eles têm de quatorze [toneladas] acima ... de treze [toneladas] acima.*

Os campeões são identificados como craques de suas equipes e representam uma elite salarial, assim como ocorre no mundo do futebol, por exemplo. Mensalmente, seus rendimentos passam de R\$ 2.000,00 e, em alguns casos, chegam a R\$ 3.000,00 o que, no trabalho do corte da cana e na média de renda de Alagoas, é um fato extraordinário. Entrevistamos quatro campeões do corte da cana, apenas um deles relatou adoecimento; negam sequelas, apesar de reconhecerem o impacto negativo das duras jornadas de trabalho [*Eu tenho foto de seis anos atrás que eu parecia ter 60 anos*].<sup>28</sup>

Os sertanejos são os que mais ganham o “facão de ouro”. Entrevistamos três campeões no Sertão, um deles, particularmente, alcançou fama graças aos sucessivos prêmios que ganhou por bater recordes no corte da cana. Conforme o seu próprio testemunho, num único dia – a jornada começou cinco horas da manhã e acabou nove horas da noite – cortara trinta e quatro toneladas de cana. Uma de suas satisfações era dizer que, apesar de tudo isso, “não ficou entrevado na cama”. Por ter alcançado números tão impressionantes, esse trabalhador é um verdadeiro mito entre os que migram e os que organizam grupos de trabalhadores para o corte da cana.

As economias feitas, em geral, são utilizadas para a sobrevivência da família, mas, principalmente, para melhorar a casa, para comprar animais para a propriedade e, muitas vezes, para ampliar a terra que possui mediante a compra das terras de alguém que decidiu mudar para a cidade ou migrar definitivamente para outra região. Algo muito comum, especialmente entre os mais jovens, é aproveitar as economias para organizar o casamento, adquirir um pedaço de terra para “começar a vida” ou comprar

---

<sup>28</sup> O trabalhador foi entrevistado aos 42 anos. Conforme a sua expressão, quando tinha 36 ele aparentava 60 anos.

motos, um bem cada vez mais comum entre eles e, em certa medida, símbolo de que foi bem sucedido em sua experiência de migrante.

Em Alagoas, a partir da década de 1990, vem ocorrendo um processo de mudança de papéis nas indústrias e no campo, processos lentos e diferenciados de empresa para empresa. No campo, as mudanças sofreram maiores resistências, mas chegaram e são irreversíveis. A característica central, coerente com o processo de reestruturação produtiva, é a racionalização do processo produtivo e o controle da mão de obra. Como é dito no meio canavieiro, ocorreu uma “profissionalização”, “houve uma renovação no setor”.

Antes, identifiquemos esse processo a partir do surgimento das usinas: fim do trabalho escravo, domínio do trabalho livre. No começo, as usinas eram divididas em fazendas que tinham dezenas e até centenas de famílias. Em cada fazenda havia um administrador, aquele que cumpria a tarefa de gerenciar a produção, o trabalho e a vida no interior da fazenda, ele era auxiliado por um assistente, um cabo. Além disso, era comum o trabalho de não moradores durante o período da safra, estes, quase sempre, eram coordenados por um empreiteiro que era acompanhado pelo administrador, mas seu superior direto era o gerente de campo e o escritório da empresa, uma espécie de administrador geral da parte agrícola da usina. Depois, com o fim do sistema de moradia, ou combinado com ele, cresceu a figura do empreiteiro e perdeu espaço o administrador da fazenda, é o período áureo do empreiteiro, responsável pelas turmas de trabalho e vinculado diretamente à usina.

Naquele momento, quatro personagens davam conta do trabalho no campo: o gerente de campo, o apontador, o empreiteiro e o cabo. Suas tarefas eram afins e complementares. Ao gerente de campo cabia a seleção dos empreiteiros, a distribuição das áreas e a supervisão final do serviço, o que era feito pelos olhos do apontador, seu auxiliar direto. Cabia ao apontador supervisionar e atestar a validade do serviço realizado, hierarquicamente ele estava em posição superior ao empreiteiro, mas entre eles não cabia desrespeito ou algo que o valha. Quando o supervisor “condenava” uma tarefa - isso ocorria com maior frequência na entressafra, período de “limpa de mato” -, o impasse era gerado entre o supervisor e o trabalhador e não entre o supervisor e o empreiteiro que, muitas vezes, antes mesmo do supervisor, o fazia, poupando o supervisor de tal impasse. Em muitas usinas, quando a confiança no cabo e no empreiteiro eram maiores, nem supervisão era feita nas áreas empreitadas, cabendo ao

apontador e ao gerente apenas atestarem a realização do serviço. Serviços de baixa qualidade ou fora do padrão da usina não eram apontados, ou seja, não eram pagos.

Era atribuição do empreiteiro selecionar os trabalhadores, acompanhar a realização do serviço e, paradoxalmente, representar os interesses dos patrões e dos empregados, atuando como mediador, sem, contudo, descuidar dos interesses dos primeiros. O cabo era uma espécie de auxiliar do empreiteiro, quase sempre alguém da sua absoluta confiança. Além de medir as tarefas realizadas, tomava nota delas e as indicava ao empreiteiro (não raro os empreiteiros eram analfabetos, ou semianalfabetos e dependiam do cabo, o que garantia a condição de empreiteiro era a experiência com o serviço, a autoridade no comando do pessoal e a confiança adquirida junto ao gerente de campo).

Atualmente, as atividades de acompanhamento do trabalho no campo (corte da cana) e de gestão da mão de obra empregada para esse fim são desempenhadas por quatro agentes da usina: o cabo (“mede e aponta”), o fiscal (cumprir o papel realizado pelo supervisor, em algumas usinas ele nem existe mais), o coordenador de mão de obra (responsável pela contratação e controle final dos contratados) e o gerente agrícola (responsável final por todo o processo de cultivo e colheita da cana e dos processos que lhe são inerentes).

As novas dinâmicas produtivas exigiram novas práticas gerenciais e novos atores entraram em cena, enquanto outros tiveram suas atribuições reformuladas. Padrão, no estudo já referido, analisa a implantação desse processo em Alagoas. O fato desses novos padrões gerenciais terem começado na principal empresa açucareira do Nordeste nos parece um importante parâmetro para entender como tais práticas foram adotadas por outras empresas, mas é importante que registremos que a perseguição de processos produtivos mais aprimorados, destacadamente, já vinha ocorrendo nos canaviais alagoanos desde os anos de 1960 (LOUREIRO, 1969; ANDRADE, 1994, SANT’ANA, 2011). A criação de departamentos técnicos especializados foi o primeiro passo identificado por Padrão na usina Coruripe, por exemplo, avançaram a motomecanização e a irrigação, demandas que passaram a ser respondidas de formas distintas ainda que o fim fosse o mesmo, aumentar a produção.

Escolarização, formação técnica e intimidade com novas tecnologias passou a ser exigido dos responsáveis pelo trabalho no campo, fato que tornou os tradicionais empreiteiros figuras obsoletas (na verdade eles quase não existiam mais), além disso, relações de pessoalidade foram preteridas em favor de práticas de impessoalidade;

*softwares* e planilhas de controle de produção passaram a fazer parte da vida de todos. Os ventos dos novos tempos atingiram em cheio os empreiteiros que tiveram suas atribuições reduzidas à de agenciadores de mão de obra que, em última instância, é selecionada pelos serviços de recursos humanos das usinas, o que inclui, inclusive, avaliação médica cuidadosa. No tabuleiro da cana, no cotidiano do trabalho, seu papel é de expectador. Na hierarquia atual do trabalho de campo, estão os gerentes de campo, os técnicos de mão de obra, os fiscais, os cabos e apontadores. Apesar da redução de atribuições e de poder na estrutura de poder, o agenciador cumpre um papel muito importante para as empresas: recrutar os melhores trabalhadores para o corte da cana, sem isso toda a nova engenharia produtiva está comprometida. Ainda que o avanço das máquinas seja uma realidade cada vez mais presente, o trabalho manual ainda responde por mais da metade das canas cortadas em Alagoas.

No contexto da migração, o agenciador local é decisivo para a sua existência, isso não impede, porém, que agentes internos invadam a realidade e mobilizem mão de obra para o corte da cana. Mas é o agenciador local que conhece as pessoas, sabe quem é bom trabalhador, quem se comporta conforme as exigências da usina, organiza as turmas de ‘sertanejos’ e migra com eles e, também, é o principal responsável pelos migrantes enquanto eles estão alojados. Em geral, são ex-cortadores promovidos à condição de empreiteiros e agora de agenciadores, são pessoas que se destacam pelo trabalho [*Fui segundo lugar no corte, mais ou menos 15 toneladas por dia*], pela assimilação das regras [*Os empreiteiros fizeram greve, substitui um grevista*], [*Na greve só não trabalha quando o povo não deixa*] e/ou pela liderança demonstrada diante dos demais trabalhadores. Ser alçado à condição de empreiteiro no passado ou de agenciador nos dias que correm, traz benefícios financeiros e prestígio social. Um empreiteiro/agenciador entrevistado, por exemplo, além de ser remunerado por arregimentar pessoas para o corte da cana, foi favorecido pela usina e adquiriu dois ônibus que utilizava para o transporte dos sertanejos na trajetória migrante – de Santana do Ipanema para o município de Satuba, localidade da usina – e na locomoção destes do alojamento para o corte da cana. Somados, os diferentes rendimentos obtidos pelo agente aludido fizeram dele detentor de um patrimônio financeiro diferenciado na comunidade em que vivia - e que era o seu principal ponto de recrutamento: posse de dez tarefas de terra, casa na cidade, um veículo utilitário e capital político que o fez disputar duas eleições para vereador, obtendo grandes votações na zona rural.

No interior dos alojamentos, o agenciador desempenha o papel de cuidar da conduta da turma que mobiliza, tem papel de controle dos migrados, o que, via de regra, se cumpre. Por serem agentes da confiança dos empregadores, são eles quem, consciente ou inconscientemente, melhor reproduzem o discurso que reafirma o mito da obediência do sertanejo que migra [*O povo era obediente*], [*Sertanejo não gosta de fazer greve*]. Mesmo quando a entrevista parece uma conversa comum e o cenário de sofrimento e dor que envolve o corte da cana é realçado, os motivos de motim dos trabalhadores do corte da cana que moram na ‘rua’ não parecem valer para os sertanejos porque [*Não há reclamação. Todos já vão sabendo*] eles migram conhecendo o que os espera.

Esse lugar conservador ocupado pelo empreiteiro/agenciador do Sertão, porém, tem as suas ingratidões. Os migrantes percebem o seu papel dúbio, contraditório, e, algumas vezes, os conflitos são inevitáveis. Por essas e por outras, é comum o empreiteiro ser alguém empenhado em conseguir os meios para largar o seu papel, ainda mais nos dias que correm em que essa atividade está em crise, [*Não vou mais, já consegui o que queria*].

#### **4.2 A mecânica do corte da cana e o controle sobre o corpo e o tempo**

Novas disciplinas de trabalho foram impostas pelas empresas para garantir os novos padrões produtivos. Sujeitos às novas disciplinas de trabalho, os trabalhadores tiveram os seus corpos e as suas subjetividades profundamente alteradas. Michel Foucault (2012) nos mostra que, historicamente, a disciplina é tema obrigatório na vida de diversas instituições e que ela cumpre papel organizador em múltiplos processos sociais. A disciplina é instrumento de poder e se estende sobre os corpos, as mentes, o tempo e os fluxos deles dependentes ou decorrentes. Nas relações de produção de bens e mercadorias, a disciplina do corpo e o controle do tempo são movimentos combinados, é parte do bom desempenho da administração moderna submeter os dois. O aumento da produção exige que o tempo seja gerenciado e que o corpo seja treinado a adotar ritmos cada vez mais enérgicos. Exige-se, também, o sufocamento da subjetividade, a contenção das espontaneidades; e os momentos de descanso e de lazer são reduzidos. Regras rigorosas de convivência e disciplinas rígidas são impostas pelas classes proprietárias dos meios de produção e *assimiladas* pelos migrantes, mas também,



algumas vezes, adotadas espontaneamente por eles – “atitudes utilitárias” e “atitudes estreitas” combinam-se e, dialeticamente, formam um composto doloroso.

Thompson (2011, p. 70), analisando o comportamento das classes manufatureiras da Europa do século XVIII, informa que elas se tornaram hostis aos “divertimentos e frivolidades”. Essas “atitudes utilitárias” no contexto do trabalho canavieiro são muito comuns, diversas estratégias são adotadas para evitar que os migrantes percam tempo com farras, cachaçadas e mulheres. A construção de alojamentos afastados dos povoados, vilas e centros urbanos é a principal delas. Esse regime de disciplina é mais facilmente *assimilado* pelos trabalhadores adultos, casados, por aqueles que mais regularmente retornam às suas casas e por aqueles cujos objetivos estratégicos são mais acentuados. Esses têm um compromisso moral maior com a família, com a unidade de produção e, mais facilmente, adotam “as virtudes do autorrespeito”, “atitudes estreitas”, e evitam os apelos desviantes do universo migrante. Os mais jovens e solteiros são arredios a um controle disciplinar que os prive completamente das farras e aventuras sexuais e são menos rigorosos consigo mesmos. A ida à feira no domingo pela manhã, por exemplo, é uma válvula de escape dos encarregados das usinas.

A administração moderna é uma criação científica subordinada ao capital e tem como fito aprimorar a exploração do homem e da natureza, maximizando lucros. Esse processo é parte de um movimento de racionalização que caminha em diferentes sentidos. Na indústria, um conjunto de mudanças circunscritas ao fenômeno da reestruturação produtiva impõe grandes alterações no processo produtivo e lega ao trabalho um lugar de graves precariedades. No campo, o mesmo fenômeno tem feito estragos ainda maiores, tradicionais relações de produção têm sido alteradas e novas dinâmicas de concentração de terra são observadas. São parâmetros importantes nesse processo o controle técnico-científico da mão de obra, o gerenciamento do tempo e o aumento da produção. Os modelos produtivos da indústria moderna têm sido aperfeiçoados e estendidos ao campo, essas transformações, que não são exclusivas do mundo canavieiro, decorrem de uma ação articulada do empresariado e do Estado e acontecem em todo o país. Assim sendo,

A partir dos anos 50, o aumento da produção agrícola vai ocupar o centro do discurso das classes dominantes por meio da ideologia desenvolvimentista que condenava o atraso do campo, a fraca

produtividade, os métodos atrasados e a miséria dos trabalhadores (SILVA, 1999, p. 62).

Os controles e os rigores experimentados na indústria têm provocado mudanças profundas nas relações de produção do campo. No corte da cana, por exemplo, a adoção dos gabaritos produtivos da indústria tem impactado gravemente o corpo, provocado adoecimentos vários e até mortes (SILVA, 1999, 2007). Nem todo mundo suporta as atuais exigências para o trabalho no corte da cana, as mulheres foram as primeiras a ser dispensadas; em seguida, foram afastados os homens mais velhos; as seleções primam por homens com mais de 18 anos e menos de 40 (SANTOS, 2012). Raramente são contratados os que estão fora desse perfil. É mais fácil contratar alguém que não tenha experiência com o corte da cana do que alguém que ultrapasse a fronteira etária dos 45 anos. Força e disciplina precedem a técnica. No caso do migrante sertanejo, desde o recrutamento, já são observados tais critérios: migram para o corte da cana os pobres, mas só os mais jovens e mais aptos são contratados (SILVA, 2006; CARON, 2003; ANDRADE, 1988).

O migrante do Semiárido não precisa “expulsar o camponês” para fazer surgir a “fisionomia de cortador de cana”, apenas, no começo, é necessário discipliná-lo, adaptá-lo ao novo ambiente, aos movimentos e às exigências do novo trabalho. O camponês está próximo do canavieiro porque para sobreviver ele realiza trabalhos brutos. Aliás, a experiência com trabalho “pesado” credencia o camponês para migrar e favorece o seu desempenho no universo canavieiro [*Tem cara que no primeiro ano já corta 20, 22 toneladas por dia e ganha prêmio*]. A distância fundamental é que o trabalho camponês não é diretamente dominado por um agente externo como é o trabalho canavieiro.

Como a migração é cíclica, logo seus corpos são docilizados. Conforme Foucault (2012, p. 132), dócil é “[...] um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. O disciplinamento dos corpos tem no estabelecimento de horários rígidos de trabalho um componente fundamental, o canavieiro sai para o trabalho com os primeiros raios de sol e volta para o alojamento no final do dia. Considerando o tempo gasto com o deslocamento, os dias de trabalho duram cerca de doze horas. Considerando também que o trabalhador não tem autonomia para decidir a hora de saída para o trabalho e nem define a hora que retorna do serviço, constatamos que ele perde o controle sobre o seu corpo durante a maior parte do dia.

Os camponeses migrantes vivem em alojamentos ou em casas alugadas pelas usinas. O mais comum é que fiquem em alojamentos construídos distante da cidade ou de outros povoamentos, evitando os desvios de conduta e a ‘contaminação’ com os do lugar (ANDRADE, 1998). Vivendo em alojamento, o migrante é alguém cujo corpo pode ser mais bem sujeitado, mais controlado pelo capital, o migrante que vive em alojamento é mantido “sob atenta vigilância” (MENEZES, 2002). Enfim, “As disciplinas, [...] marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos” (FOUCAULT, 2012, p. 142-3). O disciplinamento é um instrumento de controle do corpo enquanto fenômeno físico-psicológico, racional-lúdico.

A exigência de cumprimento de metas de produção, ainda que oculta no contrato de trabalho, é outro dado motivador das políticas de controle dos corpos, o trabalhador que não é capaz de atingir as metas que o empregador estima como satisfatórias não terá seu contrato renovado na próxima safra. Cada trabalhador é observado na sua capacidade de produção diária, semanal, mensal, consolidando uma média anual de produção. A tabulação individualizada desses dados servirá de parâmetro para contratações futuras. Também é observada a regularidade produtiva de cada sujeito, se adoeceu ou não durante a safra, sua relação com os supervisores durante o corte da cana, sua capacidade de aceitar e obedecer às regras de produção e a sua convivência com o grupo. Tudo convida à disciplina, à sujeição do corpo e à submissão diante do poder.

Os supervisores e fiscais cumprem papel estratégico nesse processo, o poder de *olhar* é designado a pessoas que monitoram o trabalhador. No passado, um empreiteiro e um cabo davam conta do trabalho de uma turma de muitos homens e muitas mulheres, hoje, encontramos novos sujeitos, responsáveis pela medição, fiscalização e controle do trabalho. Conforme Foucault,

[...] o olhar disciplinar teve [...] necessidade de escala. É preciso decompor suas instâncias, mas para aumentar a sua função produtora. Especificar a vigilância e torná-la funcional. Vigiar torna-se então uma função definida, mas deve fazer parte integrante do processo de produção, deve duplicá-lo em todo o seu cumprimento. Um pessoal especializado torna-se indispensável, constantemente presente, e distinto dos operários. [...] A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça

interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, 2012, p. 168-9).

Esse “olhar disciplinar” garante a aplicação da disciplina e os resultados almejados pelas empresas, sem eles não há garantia dos fins e nem da efetivação do poder. Os atuais padrões de disciplinamento praticados nos canaviais são relativamente recentes e, em grande medida, estranhos ao cotidiano camponês, eles imprimem marcas profundas no corpo e na alma campesina. Importa, portanto, investigar os ‘efeitos colaterais’ do disciplinamento nos canaviais, no trabalho, e na vida do migrante sertanejo. Eles contrastam e superam a disciplina que a experiência campesina requer, dessa experiência, por exemplo, não faz parte a perseguição de metas de produção estabelecidas por forças tão exteriores. No corte da cana, o camponês experimenta uma nova disciplina; tem contato com um corpo técnico de acompanhamento, vigilância e controle da produção; é proletarizado. A experiência campesina é impactada pelo disciplinamento nos canaviais. Ainda que não seja alterada, haja vista que a sociedade e a economia campesina são de outra natureza e têm outros fins, a experiência da migração e da proletarianização mexe com o fazer campesino, com a família e com o *sujeito* migrante.

A migração e o corte da cana entraram na vida de alguns camponeses ainda na juventude, na adolescência e até, em alguns casos, na infância [*Comecei a viajar com o meu pai quando tinha 9 anos*]. O trabalho de menores de idade, fato muito comum no mundo rural, era definido como ‘ajuda’ ao pai e foi sempre bem aceito pelo capitalista canavieiro que auferia maiores lucros na exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que via reproduzida a mão de obra que exploraria no futuro. Durante muito tempo as leis trabalhistas no mundo rural eram brandas e a Justiça do Trabalho ausente, fatos que só começaram a mudar com a promulgação da atual Constituição Federal, 1988, e com o endurecimento da vigilância do MPT, que passou a fiscalizar e multar usinas e particulares que explorassem a mão de obra infantil, bem como os que não ‘fichassem’ as carteiras dos seus empregados. A expressão “fichar carteira” é corrente no mundo canavieiro e diz respeito ao ato do patrão assinar a carteira de trabalho do seu empregado. Quando não há ‘ficha’, o trabalhador é “clandestino”.

Desde cedo, portanto, muitos migrantes foram camponeses e canavieiros, bem como conviveram com as dores e as aventuras do trabalho no corte da cana e da migração sazonal. Quando perguntamos, por exemplo, como é o trabalho no corte da

cana, as respostas são quase sempre muito graves [*É rojão. Agora, quem nunca viu, peça pra não ver. A coisa é feia*], [*Eles judêia muito do trabalhador lá no ‘Sul’*], [*Cana não é serviço, não. É leviano*].<sup>29</sup> Essas falas dão conta do trabalho no eito, no período colonial destinado aos escravos e, sem dúvida, motivo de muitas fugas, e do qual o migrante só foge em situações de extremo sofrimento físico, afinal [*No dia que não trabalha porque tá doente, não recebe*] ou [*Você não pode parar que é produção*]. O sofrimento de hoje, diferente daquele vivido pelo cativo, é vivenciado pelo migrante com um composto de revolta e resignação. Em alguns momentos, se fala disso com algum triunfo, com um estranho orgulho, com uma “aura de autoridade moral” (MOORE, 1987).

#### **4.3 O alojamento como lugar de vida e laboratório disciplinar: estratégia para mais mais-valia**

O conjunto de levandades a que está submetido o trabalhador do eito é ainda mais amplo. Entre as piores lembranças dos migrantes que vão para o “Sul” estão os alojamentos. Lugar de sofrimento e solidão [*Relento danado é viver em alojamento e longe da família*]. A distância de casa e do convívio da família afeta, inclusive, aqueles que são mais experientes nas “viagens”. Consta desse “relento” não apenas a perda do convívio com a família, mas também o flagelo de assumir papéis que não são inerentes ao homem no contexto da unidade familiar. Surpreendentemente, seis dos nossos entrevistados responderam da mesma forma à pergunta “O que é pior no corte da cana?”, [*O pior é lavar roupa e fazer comida*].

Impossível para um pesquisador não perguntar o “porquê” disso, e considerar suficiente a resposta dada igualmente por todos [*Porque a gente chega cansado do serviço*]. É indiscutível que o cansaço existe e que o corpo busca na noite o tempo de repouso e de reposição das energias, além disso, culturalmente, os que vivem no campo

---

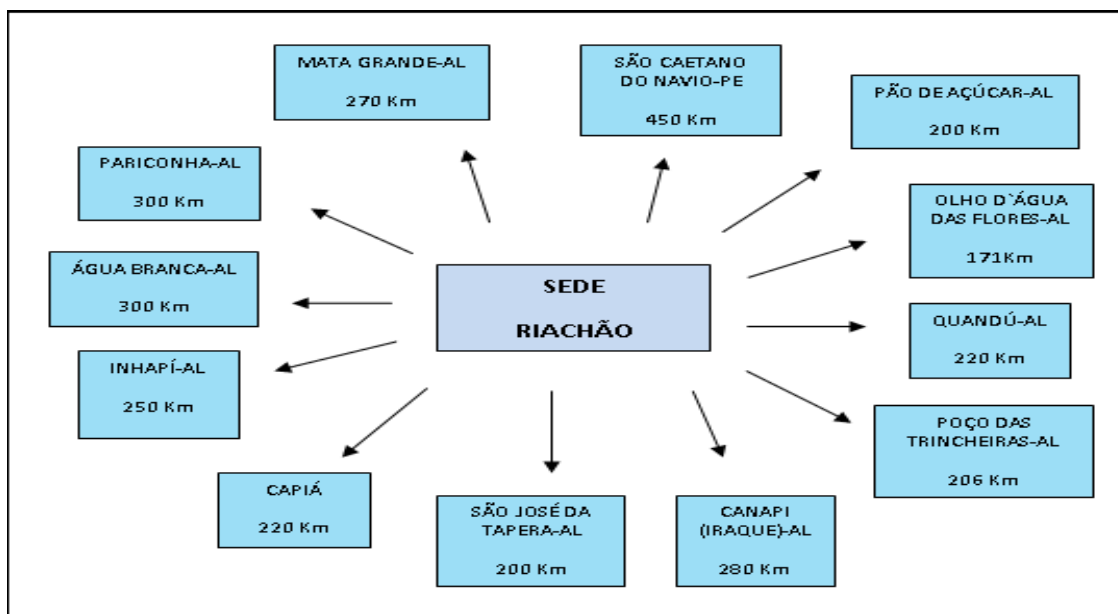
<sup>29</sup> Nossa convivência com o mundo canavieiro vem desde criança. No começo da nossa juventude nos engajamos politicamente, sempre em estreito contato com trabalhadores da cana, isso já tem mais de 30 anos. Há cerca de 20 anos fazemos pesquisa acadêmica e tem sido estreito o nosso contato com canavieiros. Ouvir que o trabalho no canavial é leviano da boca de um camponês de 70 anos, exageradamente velho e cansado para a sua idade e cuja trajetória de migrante estava encerrada foi a melhor de todas as imagens do trabalho canavieiro que encontramos, algo procurado por anos. Era uma manhã de sol, entre montes do interior de Santana do Ipanema, estávamos diante de uma linda plantação de milho e conversávamos informalmente, como velhos conhecidos. Aquela fala tinha muito de poesia, de drama, era grave e profunda. Mas isso não foi tudo, em seguida veio o complemento: “*Gostava do ‘sul’ e de cortar cana*”. Na vida, definitivamente, nem tudo é possível entender e explicar.

costumam dormir cedo. Entretanto, há outras possíveis razões para que as atividades de lavar a roupa e de fazer a comida sejam consideradas “piores”. Os homens rejeitam essas atividades, sim, porque chegam esgotados fisicamente depois de um dia ou de uma semana de corte da cana, mas, também, porque se sentem inábeis para realizá-las e porque consideram que essa é uma tarefa de mulher. Sabemos bem quão profundas são as divisões de tarefas no âmbito familiar do mundo rural nordestino quando essas dizem respeito à demarcação das tarefas domésticas desempenhadas pelas mulheres. Uma vez migrado, o homem é obrigado a realizar um trabalho para o qual ele nunca foi preparado e que ele aprendeu a rejeitar.

Os trabalhadores sentem a precariedade do alojamento talvez mais do que as condições difíceis de trabalho no canavial. A insatisfação com a qualidade da comida [*Comida ruim: pão seco com salame ou salsicha, almoço dois pedaços de carne com arroz azedo*], [*Carne mal cozida*] e as reclamações com a qualidade da dormida, entre outras, são muitas, mas, em bom termo, as queixas são menores atualmente do que no passado, o sentimento predominante já começa a ser outro, [*Hoje melhorou, tá tudo mudado, a fiscalização tá pegando no pé mais*], a situação nos alojamentos é menos desumana.

Coerente com a análise de Padrão, quem primeiro percebeu as vantagens de uma gestão empresarial moderna em Alagoas foi a usina Coruripe. Essa experiência mostra que a elevação dos padrões produtivos não acontece com medidas circunscritas ao ambiente do eito da cana, elas estão combinadas com uma política de alojamento, fatos que têm permitido selecionar mão de obra [*Os campeões estão indo para Coruripe*] e gerar satisfação nos migrantes [*A usina Coruripe é a melhor de trabalhar*], [*A Coruripe é melhor do que as outras*]. Conforme levantamento do setor de pessoal da própria usina, homens de diferentes lugares do Sertão de Alagoas migram para trabalhar nos seus canaviais:

**Figura 2** - Distribuição dos Sertanejos que Trabalham na Usina Coruripe na Safra 2012/2013



**Fonte:** Verçosa, 2016

Conforme o quadro fornecido pela usina, povoados e distritos de diferentes municípios, fornecem mão de obra para o corte de seus canaviais. Entre eles, o mais distante é o distrito pernambucano de São Caetano do Navio, pertencente ao município de Betânia, distante 450 km de Riachão, local dos alojamentos. Betânia tem características pluviométricas que favorecem a migração, inclusive o período de chuvas na região começa no mês de novembro e termina em abril, no período de estiagem em Betânia acontece a moagem em Alagoas.

Pelo que apuramos, o alojamento da usina Coruripe tem capacidade de atender mais de duas mil pessoas, é cuidado por vários empregados 'domésticos' e, além dos serviços de alimentação e dormitórios em melhores condições que a média, oferta também outros serviços, entre eles, posto de saúde, campos de futebol, barbeiro, coleta de lixo, ginástica laboral e até duas igrejas, uma católica e outra evangélica. De longe, os serviços e as condições de alojamento oferecidas pela usina, configuram para a maioria dos trabalhadores situações de vida melhores do que aquelas que têm em suas casas e nos seus municípios, mas também indicam a importância de tê-los, seja pela necessidade imperiosa demandada pela realidade de adoecimentos e de acidentes, seja pela estratégia fundamental de gerar satisfação e descanso como condições para o *mais trabalho* dos migrantes.

Não é possível dimensionar quanto pesa a política de alojamento da usina Coruripe no nível de satisfação dos migrantes, mas é certo que à medida que a usina oferece serviços de qualidade aos migrantes, a maioria, como vimos, com experiências

anteriores insatisfatórias em outras usinas, a comparação é inevitável e a aprovação das novas condições também – os manuais básicos de administração de empresas ensinam isso. Oferecer melhores condições de descanso nos alojamentos faz parte da política geral para obter a adesão dos trabalhadores e maximizar a sua produção. O êxito dessa política pode ser verificado por diferentes meios, a inclusão dos finais de semana como dias de trabalho é um deles [*Na Coruripe você trabalha sete dias e folga um*]. Apesar de ferir toda a tradição de trabalho do sertanejo, que costuma guardar os finais de semana, especialmente o domingo, para o descanso e os compromissos familiares e religiosos – no regime de trabalho adotado pela Coruripe, o dia de folga nem sempre é o domingo –, a proposta encontra aceitação entre os trabalhadores migrantes, fato que só pode ser devidamente entendido se compreendermos que a estratégia da empregadora tem sintonia com a estratégia e necessidade do migrante de realizar jornadas intensas para aumentar seus ganhos e fazer poupança, o trabalho no final de semana é bonificado [*Sábado tem mais 75% e domingo mais 100%*].

Tudo isso gera uma aparente combinação de interesses entre a usina e o migrante. Não resta dúvida, que, nesses termos, a renda do trabalhador é maior, sem isso dificilmente ele preferiria a usina Coruripe, mas, devidamente apurados os fatos, os migrantes realizam um esforço físico maior, as suas condições de saúde são atingidas mais gravemente porque o esforço desempenhado por eles também é maior. A empresa é a principal beneficiária, porque realiza a sua colheita com um número menor de braços e porque amplia sua taxa de mais-valia absoluta.

Os trabalhadores “da rua” não aderem da mesma maneira à proposta da usina, suas famílias estão próximas e a vida social exige mais a sua presença, por isso são preteridos. Os sertanejos estão distantes de suas famílias, estão num alojamento que é ‘completo’ para, entre outras coisas, isolá-lo do mundo externo e, para completar, têm uma relação pragmática com o universo canavieiro, que não é seu e que nem está no seu horizonte de vida, por isso são preferidos.

Pelo seu afinco no trabalho, o migrante é conhecido como um trabalhador que nunca faz “corpo mole”. O trabalhador que não faz “corpo mole” é aquele que demonstra uma disposição maior para o trabalho, essa motivação no universo canavieiro é imperativa, *o sistema é de produção*, portanto, ganha mais quem produz mais. O exemplo diferenciado dos migrantes sertanejos é a *disposição* maior para o trabalho, isso faz com que eles ganhem, na maioria das vezes, o prêmio de campeões de produção nas safras canavieiras. Durante uma entrevista, um agenciador disse-nos ter um



sertanejo pedido para a usina converter o seu prêmio em cabeças de gado. Esse fato, efetivamente, confirma o sentido de afirmação da condição campesina que tem a migração. A coerção externa, realizada pela usina, é somada à coerção interna, autoimposta pelo migrante. Sigaud (1979) já identificara a força disso no mundo canavieiro. O que percebemos é que o ‘sertanejo’, sujeito individual e coletivo, é representado como característico de uma maior *disposição* para o trabalho.

O sentido estratégico que o camponês migrante empresta à migração sazonal é um componente essencial para entender o seu comportamento no universo canavieiro, isto ajuda a entender o mecanismo “[...] que o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2012, p. 133) ou mesmo, nos dizeres de Thompson (1998, p.42), “[...] a subordinação está se tornando objeto de negociação”. Este fenômeno, paradoxalmente, pode ser registrado, conforme seja o contexto, ora como código de sujeição, ora como de resistência.

É certo que o migrante não detém o governo do processo migratório e que não é da sua escolha ser explorado no corte da cana. Salvo exceções, o camponês migra porque a realidade impõe e é disciplinado no canavial porque é forçado a migrar, entretanto, ainda que submetido a condicionantes naturais e a poderosos determinantes estruturais, estes intercorrentes não são capazes de deslocar as relações de poder para um único polo, bem como não são capazes de impedir que sujeitos individuais e coletivos articulem racionalmente as suas ações e projetem as próprias existências; nem que tenham sonhos de uma nova realidade.

O disciplinamento do corpo e o controle do tempo são instrumentos que determinam a produção. Os corpos sentem e expressam as consequências disso. Aos quarenta anos, por exemplo, o trabalhador canavieiro aprimorou a técnica do corte da cana, mas suas energias estão reduzidas e sua capacidade de produção comprometida, os desgastes físicos decorrentes do esforço repetitivo e da exigência de ter grande produção afetam física e psicologicamente o trabalhador. É comum encontrarmos canavieiros incapacitados para o trabalho após algumas safras. A explicação dos seus familiares e, quando ainda consegue, do próprio trabalhador para a incapacidade é que ‘atacou o sistema nervoso’. Quem migra costuma dizer que só o faz porque é forçado e que o corte da cana é um trabalho mais duro do que cuidar da roça, entretanto não ouvimos muitas queixas contra os disciplinamentos e controles exercidos sobre o corpo, as

reclamações estão subjacentes ou aparecem apenas quando provocadas. Preponderantes, todavia, são os protestos contra o roubo na medição da produção.

A preferência dos usineiros pelo trabalhador sertanejo decorre do fato do controle sobre ele ser mais efetivo, ocorrendo até nos horários de folga. Um fato exemplar desse controle pode ser demonstrado pelas faltas ao trabalho nos dias de segunda-feira. Os moradores dos povoados e “da rua” faltam com alguma frequência ao trabalho no primeiro dia da semana, enquanto o “sertanejo” não falta, ou seja, tem maior regularidade. Segundo os responsáveis pela frequência, os “da rua” costumam ir a festas no domingo, ‘queimando’ o dia seguinte de trabalho.

A farra dos sertanejos acontece no domingo em que vai à feira [*Só tinha divertimento no domingo, até meio dia*], [*Trabalha de domingo a domingo*]. Como o transporte que o migrante usa para esse fim é quase sempre o da usina e as feiras acabam meio dia, esse é o horário que também termina a farra. Além disso, a ida à feira, muitas vezes é quinzenal. O uso de bebidas alcoólicas no interior dos alojamentos é terminantemente proibido e só ocorre de forma clandestina. Todos esses cuidados, aparentemente tomados para evitar confusões nos alojamentos, na verdade, visam prevenir que o lazer e a diversão comprometam os dias de serviço e a disposição para o trabalho na segunda-feira.

É difícil entender como certos costumes podem ser comuns em lugares distantes do mundo, ainda mais quando esses costumes são de massa. “Por complexas razões econômicas e sociais”, na Inglaterra, nos séculos XVII e XVIII, existia entre os trabalhadores industriais, cujas raízes mais fundas estavam no campo inglês, um “costume profundamente estabelecido” de respeito à “Santa Segunda-Feira”, considerada “irmã do domingo” (THOMPSON, 1998; 2012). No Nordeste brasileiro, esse costume também foi muito comum e, no contexto canavieiro, ainda pode ser encontrado nos dias de hoje. Essa tradição gera muita queixa entre patrões e encarregados. Os moradores “da rua” são considerados indisciplinados por causa disso. Bebedeiras na Inglaterra e “farras” aqui durante o domingo foram e são usadas para explicar a falta ao trabalho na segunda-feira. Os “sertanejos” são mais assíduos, raramente faltam ao trabalho. Essa é outra vantagem que levam na comparação com os “da rua”.

O migrante “sertanejo” é um bom cortador de cana. O bom cortador de cana é aquele que tem grande tenacidade física e que é capaz de produzir em grande

quantidade, mas que o faz cuidando dos detalhes. Como bem diz Foucault (2012, p. 134), “A disciplina é uma anatomia política do detalhe”. Uma das grandes mudanças introduzidas nos eitos foi a adoção de técnicas de produção marcadas por um conjunto minucioso de procedimentos. A rigorosa especificação do tamanho do “toco” da cana, a severa separação do “olho” cortado da cana da esteira, a rígida disposição da cana cortada nas esteiras e outras práticas exigiram um disciplinamento maior dos trabalhadores e um acompanhamento permanente dos fiscais. A lógica que preside tais mudanças é determinada pelo capital em seu processo mundial de reestruturação produtiva e visa, combinando quantidade e qualidade produtiva, reduzir custos e ampliar lucros, o que demanda, entre outras coisas, a existência de corpos e mentes bem disciplinados.

Essas mudanças interferem muito na dinâmica histórica de produção dos canavieiros. Não que antes não existisse vigilância e acompanhamento, mas o novo modelo segue um conjunto de procedimentos técnico-científicos para o qual

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar, utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2012, p. 138).

Ainda segundo Foucault (2012, p. 147), “[...] um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente”, os trabalhadores que não alcançam os padrões de eficiência exigidos são punidos. Ao passo que castiga a ineficiência, a punição reafirma os padrões exigidos e ordena o sujeito punido. O poder de punir é exclusivo do empregador, representado por seus fiscais, e a fiscalização da qualidade do trabalho é cada vez mais rigorosa. As técnicas e regras de corte da cana são sedimentadas entre os trabalhadores e condicionam o apontamento da tarefa ou a sua anulação. A avaliação do trabalho é diária e pautada por procedimentos objetivos, por regras bem definidas, embora também estejam presentes critérios subjetivos, de qualquer modo, se o serviço for considerado mal feito, o trabalhador pode ser punido com o *corte* do dia. Entretanto, o corte do dia não é um expediente de punição para ser utilizado vulgarmente, nem tampouco é comum o seu uso coletivo; punir individualmente gera menos “rebuliço”, enquanto a

punição coletiva, além de estar sujeita a uma reação também coletiva, gera uma *memória* que pode ser reativada em qualquer outro momento contra o punidor. Um exemplo disso pode ser encontrado num relato reproduzido por Menezes (2002, p. 134), segundo o qual trabalhadores se negam a trabalhar para um certo Dr. Eraque, “[...] miserável [...] que cortou o dia da gente na Usina São José”. A aplicação de penalidades produz conflitos, os trabalhadores reagem aos prejuízos e à desvalorização social que as punições representam.

Submetido à gana voraz do capital sucroalcooleiro, o camponês tem o seu corpo maltratado e o tempo de sua vida monitorado pela disciplina produtiva inspirada em conteúdos técnico-científicos cada vez mais elaborados. A essa realidade, ele procura adaptar-se, e, assim, é constituída “uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2012, p.133). Essa relação de “docilidade-utilidade”, entretanto, não representa um nexo de heteronomia e de poder unilateral absoluto.

#### **4.4 Trabalho precário e luta de classes no complexo agroindustrial canavieiro**

Dos 102 municípios de Alagoas, cinquenta e quatro são produtores de cana de açúcar. Os municípios destacados no mapa formam a região canavieira, inclusive alguns do Agreste foram alcançados pela cana, São Sebastião é o principal deles. No restante do Agreste e no Sertão, regiões em branco no mapa, não há cana ou ela é residual. No Baixo São Francisco, Coruripe é o que tem mais cana, aliás, este é o mais canavieiro dos municípios alagoanos.



alagoanas, a migração sertaneja é um indicador disso. Só no campo, nas atividades de plantio e colheita, em períodos áureos, eram gerados cerca de 250 mil empregos, hoje restam cerca de 55 mil empregos no campo. Por mais escassos que sejam os dados, mais ou menos, 10 mil destes são ocupados por migrantes sertanejos.

A vida do camponês canavieiro é extremamente dura. O fim de uma safra e o começo de outra, durante anos seguidos, estrompa-os física e emocionalmente [*Era de inverno a verão. Eu trabalhei como um jumento*], [*Nunca passei um verão em casa*]. O trabalho na roça é duro, mas no canavial é pior, isso é reconhecido quase unanimemente, apenas um dos nossos entrevistados respondeu que o trabalho na roça é mais pesado. O camponês é alguém acostumado com o trabalho pesado, ainda que se ressinta de que o trabalho no canavial também o seja ou de que seja mais [*O trabalho da cana é mais pesado do que o da roça*], e mesmo que isso agrave a sua existência, essa não é a questão principal para o migrante, nele parece haver uma conformação com a dureza do corte da cana [*O trabalho pra nós que tá acostumado no pesado a gente não faz nem conta. Isso é normal. Pra onde a gente for a gente vai levar tromba*].

O camponês sabe que são desiguais e injustas as relações entre patrão e empregado no corte da cana, ao qual, no entanto chega consciente disso e sujeitado às regras do jogo. Sujeitado aqui tem o sentido foucaultiano de ser aquele que obedece (FOUCAULT, 2012). Entretanto, esse não é e nem está próximo de ser um jogo de soma zero, o camponês busca ganhos, isso é o que justifica o seu ato de migrar, sua participação é provida de senso de justiça e tem limite de tolerância, ele não abdica do que lhe parece justo e seu. Por isso, com frequência e indignação, reage aos abusos [*Roubo no peso da cana*], [*Quando o cara corta dez toneladas, metade já foi no roubo*] que sofre na medição e pesagem da cana que corta.

A medição da produção no corte da cana em Alagoas segue uma fórmula perversa construída pelo capital para agravar a exploração da mais valia e vilipendiar ainda mais o trabalhador. A produção diária é medida a partir de uma fórmula que combina o peso médio da cana cortada com a área trabalhada, em metros ( $P \times A = X$ ). O instrumento tradicional de medida é a braça, medida de dois metros e vinte centímetros – em algumas usinas, a braça tem sido substituída por um compasso de dois metros. O apontador, acompanhado de fiscais, ambos funcionários da usina, na presença do trabalhador, seleciona três trechos da esteira de cana já cortada (em tese, áreas variadas de cana mais fortes e mais fracas), em cada uma faz um feixe, pesa, soma e divide os resultados alcançados nos três trechos, perfazendo uma primeira média, a média dos

pesos. Em seguida, multiplica a média do peso da cana pela área cortada e define a produção realizada no dia de trabalho. Exemplo, a quantidade média de cana cortada por um trabalhador foi 15 quilos e ele cortou 1000 metros de cana, o resultado aproximado da sua produção diária foi 15 toneladas.

Façamos aqui uma breve simulação. Suponhamos que, extraordinariamente, independente de todas as variantes que atuam sobre a produção, um trabalhador cortasse todos os dias, de segunda a sexta-feira, durante um mês inteiro, 15 toneladas de cana e que o valor praticado fosse o acordado entre patrões e empregados no acordo coletivo. Nessas condições, o rendimento mensal do trabalhador seria de R\$ 2.664,00. Considerando que as usinas muitas vezes praticam gratificações acima do previsto no acordo coletivo, é possível inferir que o suposto trabalhador, um campeão no corte da cana, auferiria mensalmente um valor aproximado a R\$ 3.000,00. Um trabalhador assim, podemos inferir, no mínimo valeria por dois, o que seria uma grande vantagem para a usina, mas, também, podemos concluir que sua vida útil como trabalhador seria encurtada e que ele teria grandes possibilidades de sequelas por trabalho exaustivo, quando não a morte.

A medição do *quantum* produzido é motivo permanente de conflito entre os trabalhadores do eito, os que cortam a cana e os que medem. Os cortadores de cana quase nunca ficam satisfeitos com os resultados indicados pelos apontadores e fiscais envolvidos nesse processo. Entre outras reclamações estão aquelas que dizem serem as áreas escolhidas as menos densas ou serem as canas selecionadas as menos vigorosas, de maneira que se sentem fraudados em suas produções. Esses abusos que sofrem e denunciam desestimulam o trabalho no corte da cana e motivam a busca de outras atividades que considerem menos injustas. Tais queixas são ainda mais comuns entre os trabalhadores da “rua” e são componentes decisivos para as suas manifestações nos últimos anos.

No sacrifício do migrante há um componente profundo de economia moral, não apenas no que diz respeito ao fato de que migra em nome de sua família e da reprodução e aprimoramento da unidade produtiva familiar, mas também porque busca os termos que considera justos num contexto que reconhece como injusto; assim, demonstra injúria quando os resultados do seu trabalho são vilipendiados, isso tira o sentido do seu ato de migrar. O que mais o aflige não é a dureza do trabalho e nem mesmo o fato de que as relações de trabalho no canavial são inerentemente injustas, mas a deslealdade na aferição do trabalhado, reclama dos fiscais e apontadores das usinas

[*Os fiscal das usinas do João Lyra é tudo rico*] e cobra que o realizado seja devidamente pago [*É um dinheiro suado, o valor do trabalho*]. O “martelo”, expressão utilizada por um camponês para designar o “trambique” que sofrem na medição do trabalho realizado, é certamente o principal o sentido de injustiça que guardam em relação ao mundo canavieiro [*200 braças quando medidas pelo fiscal só dá 180*]. O trabalhador tolera a “tromba”, mas não o “trambique”. Juntos, a “tromba” e o “martelo” fazem do trabalho no canavial um trabalho “leviano”.

A renda mensal de um canavieiro advém da combinação de um salário fixo mais a produção gratificada. O salário fixo é definido anualmente através de um acordo coletivo realizado entre representantes dos trabalhadores, Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG-AL), e representantes dos patrões, Sindicato do Açúcar (SINDAÇUCAR-AL), sob a mediação da Delegacia do Ministério do Trabalho (DRT-AL).<sup>30</sup> O piso salarial definido no acordo coletivo (R\$ 894,00) é sempre um pouco superior ao salário mínimo nacional, definido anualmente pelo Governo Federal (R\$ 880,00). Além do salário, é acordada uma tabela progressiva de produção. Na safra de 2015-2016, por exemplo, o menor valor da tonelada de cana foi combinado em R\$ 6,98, combinação válida para quem produzisse até quatro toneladas de cana; acima de quatro toneladas, até oito, o preço praticado foi de R\$ 7.40. A Fetag recusa-se a fazer acordos com variações produtivas acima de oito toneladas/dia, por considerar que isso já se configura como trabalho exaustivo, mas as usinas, cada uma ao seu modo, respeitando tais valores mínimos, dão incentivos diferenciados aos trabalhadores para que produzam mais e mais. Na usina Santa Clotilde, por exemplo, na safra de 2008, até 5 toneladas o valor pago era R\$ 3,00, de 5 a 7 R\$ 3,30 e acima de 7 R\$ 3,50 (PLANCHEREL; ALBUQUERQUE; MELO, 2007). Outras tabelas também são definidas no acordo coletivo. Na safra 2015-6, a tonelada de cana amarrada custou R\$ 14,80 e a da cana crua, cortada para semente, foi paga a R\$ 16,30.

Sobre a produção, além da capacidade individual de cada um, atuam diversas variantes. Em terreno acidentado, por exemplo, a produção é prejudicada, assim como nos dias de chuva o trabalhador também encontra dificuldades para avançar na produção, mas a variante mais citada pelos trabalhadores a posição da cana, se deitada ou em pé. As canas deitadas exigem um maior esforço do trabalhador, tornam os movimentos mais lentos e comprometem a produção, enquanto a cana em pé favorece.

---

<sup>30</sup> O primeiro acordo coletivo firmado entre as referidas partes em Alagoas foi no ano de 1979.



O comum é que em condições mais adversas o trabalho seja mais bem remunerado, o que se faz pelo aumento do preço da tonelada da cana e do valor da gratificação.

Os incentivos dados à produção fazem com que o canavieiro aumente o seu esforço [*Você não pode parar que é produção*] e o seu tempo de serviço para melhorar o seu rendimento mensal [*Tinha dia que cortava cana até 8 da noite*]. A tabela progressiva revela-se um poderoso mecanismo de aceleração do esforço físico e, conseqüentemente, de exaustão e de adoecimento do trabalhador. Nas palavras de Santos, essa relação ganha os devidos contornos:

[...] os trabalhadores da cana são submetidos, por meio do pagamento por produção, ao novo e intenso ritmo de exploração do “moinho satânico” da agroindústria canavieira, na medida em sofrem os efeitos deletérios das péssimas condições de trabalho (SANTOS, 2010, p.16).

Atento aos malefícios do pagamento por produção à saúde do trabalhador, o Ministério Público do Trabalho (MPT) promoveu no ano de 2014 um encontro entre representantes de patrões e trabalhadores para discutir a extinção dos expedientes de incentivo à produção. A propositura do MPT-AL foi rechaçada pelas duas partes envolvidas no processo. Os argumentos, não foram os mesmos, mas pareciam combinados previamente e caminharam na mesma direção: a defesa da manutenção da tabela progressiva de produção como forma de incentivo à produção e de obtenção de melhores rendimentos pelos canavieiros. Patrões e trabalhadores convergiram para o fato de que a produção é importante como incentivo para o trabalhador e que sem ela o trabalho no corte da cana ficaria prejudicado.

Os sertanejos, particularmente, mediante os salários que são praticados no mundo canavieiro, defendem o regime de pagamento por produção, sem ele as vantagens migratórias diminuem bastante. Essa adesão nunca será bem entendida sem a compreensão de que ela é parte de um outro processo, o de resistência campesina. Dominação e resistência compõem um fruto agridoce, anômalo, estranho e quase imperceptível na realidade. Estamos diante dele. Na sujeição do migrante camponês há uma dimensão de *deixar-se* domar quando é útil e vantajoso, quando isso atende ao seu projeto de fazer uma poupança, os campeões do corte da cana, em geral, são os que melhor cumprem esse papel.

Uma das razões dos conflitos entre os “da rua” e os “sertanejos”, nos últimos anos, tem sido a não adesão destes aos movimentos grevistas ocorridos na região. Desde 2007, há mobilizações de canavieiros em Alagoas - paralisações, fechamentos de

estradas -, os motivos foram sempre os mesmos: salários atrasados e reivindicação de melhores condições de trabalho (SILVA, 2011). No ano de 2010 foram registradas 14 mobilizações de canavieiros em Alagoas. O motivo principal foi a adoção do contrato safrista, expediente implementado por 17 das 24 usinas que moeram naquele ano em Alagoas. O contrato safrista, diferentemente do contrato por tempo indeterminado, isenta a usina da multa rescisória de 40% ao final da safra; apesar de ter amparo legal, o contrato foi repudiado pelos trabalhadores que são por ele impedidos de, após duas safras, terem direito ao seguro desemprego.

Durante todos esses anos, reiteradamente, os “sertanejos” ficaram à parte das lutas por melhores salários e por melhores condições de trabalho na atividade canavieira. Em 2010, porém, excepcionalmente na usina Guaxuma, localizada no município de Coruripe, eclodiu uma greve de camponeses-canavieiros. Em defesa da validade da migração como estratégia de reprodução da sua condição campesina, os “sertanejos” rebelaram-se: enfrentaram o contrato safrista [*A greve foi porque não tinha direito a seguro e nem a fundo de garantia*]. Esta não foi, como já vimos, a única greve contra o contrato, os “da rua” já vinham enfrentando tal imposição das usinas, mas, por ter sido desencadeada, liderada e conduzida unicamente por “sertanejos” – os “da rua” ficaram indiferentes a esta greve -, ela teve significados que ainda precisam ser mais bem apurados.

O movimento dos “sertanejos”, não teve como característica a luta de um segmento do proletariado canavieiro por direitos que lhe foram subtraídos, ainda que esse componente essencialmente fosse intrínseco à mobilização levada adiante naqueles dias. Antes, significou a defesa de uma razão central para a migração, a garantia de que após dois anos migrados eles teriam direito a uma renda extra, fundamental para a reprodução familiar e para o fortalecimento da atividade campesina, portanto, “[...] não adianta examiná-lo procurando intenções políticas manifestas e articuladas [...]” (THOMPSON, 1998, p.121), tais intenções, ainda que inerentes à relação capital e trabalho, estão subordinadas aos objetivos imediatos e estratégicos do campesino – que em tais circunstâncias tem prevalência sobre o proletário.

O fim do contrato safrista feria os seus interesses mais estratégicos e contra ele os “sertanejos” rebelaram-se. Esse acontecimento foi relevante porque ajudou a encerrar o dito de que o “sertanejo” é passivo e tolera qualquer abuso. Ele migra porque precisa, porque migra ele é abusado e disso ele não tem como escapar, mas isso não é tudo,

sobre a necessidade também atua quem necessita. O portador da necessidade, ainda que numa faixa menor de ação, faz seus cálculos, organiza os seus atos e os seus comportamentos a partir da necessidade que tem e para além dela. Aliás, diz-nos Foucault (2012, p. 29) que “[...] a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado”.

Uma coisa as duas mobilizações têm em comum: a não participação dos sindicatos da categoria. Na verdade, em todas as manifestações a participação dos sindicatos foi retaliada pelos trabalhadores. Os dois grupos não reconheceram nos dirigentes sindicais legitimidade para representá-los, as negociações com os patrões foram feitas diretamente por lideranças destacadas pelos manifestantes, por dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por diretores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas (FETAG) ou até por policiais da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que, diante dos constantes fechamentos de rodovias, mediarão encontros dos trabalhadores com membros da Justiça do Trabalho e com patrões (Ver anexo B).

A constatação de que vai “*levar tromba*” não afasta dos trabalhadores, em qualquer lugar, os sentidos de justiça, prova disso são as paralisações e greves em diferentes contextos e a procura da Justiça do Trabalho, fato cada vez mais comum. Atualmente, cerca de 15% das ações trabalhistas movidas na Vara do Trabalho de Santana do Ipanema são iniciativas de trabalhadores rurais que migram para outros estados brasileiros para trabalhar no campo, na construção civil e na indústria. São processos de vinte e seis municípios sertanejos sob jurisdição da Vara demandados por trabalhadores através de seus representantes legais, os advogados, e aceitos pelo juiz local que, seguindo jurisprudência, entende que o vínculo de trabalho inicia-se no âmbito local quando os agenciadores das empresas buscam a mão de obra migrante.

O artigo 651 da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 diz que “A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local”. Entretanto, no âmbito da Justiça do Trabalho tem prevalecido o princípio constitucional do livre acesso à Justiça (artigo 5º da Constituição Federal), gerando jurisprudência de aceitação de ações trabalhistas no local de origem do trabalhador, tendo sempre em vista a proteção à parte mais fraca da relação de trabalho, que é o empregado. Esse entendimento tem protegido os

trabalhadores migrantes que, antes, tinham comprometido o seu direito de acessar a Justiça do Trabalho e reclamar os seus direitos quando voltavam para seus endereços de origem.

As razões presentes nestes processos nos dão um melhor entendimento dos fluxos migratórios, das atividades envolvidas, dos vínculos empregatícios que são estabelecidos e das queixas dos trabalhadores. Há ações relativas ao trabalho nas colheitas de laranjas e de cana; há ações contra empresas construtoras de hidroelétricas em Minas Gerais, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desenvolvido pelo Governo Federal; e outras. De Delmiro Gouveia, por exemplo, migraram dezenas de trabalhadores para a construção da arena do Grêmio, clube de futebol do Rio Grande do Sul, obra que teve início em 2009 e conclusão em 2012. Em fevereiro de 2011, trabalhadores envolvidos na construção da arena do Grêmio pararam as suas atividades, conforme publicação em o jornal Zero Hora, edição de 24/02/2012:

Em frente às obras do futuro estádio do Grêmio, mais de 300 funcionários da construtora OAS realizam protesto. Os operários reclamam dos salários, das condições de trabalho e de moradia no local. Oriundos do Nordeste do Brasil, eles recebem R\$ 830,00 mensais e pedem aumento para mais de R\$ 1.000,00. Alguns deles dizem não ter liberação para visitar sua família há mais de quatro meses e não contar com as horas de descanso necessárias (BORBA, 2012, p. 1).

As ações demonstram a precariedade do trabalho migrante, mas também evidenciam que há um processo de aprimoramento da luta por direitos. As empresas recrutantes de mão de obra não estão preparadas para responder aos processos em fóruns tão distantes de suas sedes. Diante da nova circunstância, têm se utilizado dos serviços de advogados correspondentes, pautistas, que, quase sempre, recorrem das decisões judiciais alegando "exceção por incompetência em razão do lugar", ou seja, requerem a remessa do processo para a vara judiciária da localidade em que ocorreu a contratação e os motivos que ensejaram a ação. Assim como em outros casos ocorridos em diversos lugares do Brasil, O Tribunal Regional do Trabalho (TRT), porém, tem mantido as decisões tomadas na Vara de Santana de Ipanema. Esse posicionamento, com jurisprudência em outros lugares do país, galvaniza a reivindicação dos

trabalhadores e institucionaliza o conflito (SILVA, 2011). Entretanto, isso não substitui o papel do sindicato de representação e defesa dos trabalhadores.

## **5 CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, ORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO SINDICAL**

Nos últimos cinquenta anos, o capitalismo mundial passa por um processo de reestruturação produtiva. Os significados desse processo são muitos, com fortes impactos na relação capital e trabalho.

Na última década, com a emergência de crise mundial do capitalismo, a posição dos produtos derivados da cana-de-açúcar perdeu preço no mercado mundial e o setor vive uma grande crise. Novamente, o trabalhador foi afetado.

Para enfrentar os desafios do mercado internacional, os trabalhadores foram à luta. Isso exigiu e exige um novo papel do movimento sindical alagoano. O problema é que o movimento sindical não vem respondendo como exigido pelos trabalhadores.

### **5.1 Crise do capital e reestruturação produtiva**

Desde o período colonial, quando se formou o complexo agroindustrial canavieiro, temos notícias de auges e declínios, de enriquecimentos e falências de senhores de engenhos e, depois, de usineiros (ANDRADE, 1994). Conforme seja o humor do mercado internacional, são comuns os dias de fartura e os tempos de agrura. O destino principal do açúcar brasileiro sempre foi o mercado externo. Hoje, o Brasil é o maior exportador do mundo, exporta 68% do açúcar que produz. Conforme dados consolidados da safra de 2015/16, 43,4% do açúcar que o planeta consome é brasileiro. A Tailândia, segundo maior produtor, fornece apenas 16,1%. Em etanol, o país é o segundo maior produtor. Estados Unidos, primeiro colocado, produz 57,3% e o Brasil 27,7%.

Os números, nos dois casos, são muito expressivos. Em 2015, as exportações brasileiras de açúcar e álcool renderam ao Brasil mais de 8 bilhões de dólares. Apesar do montante, esse dado nos diz que o complexo agroindustrial vive um momento difícil, pois desde 2012, as vendas para o mercado internacional estão em queda livre. Em 2011, sozinho, o açúcar rendeu ao país US\$ 14.942 bilhões de divisas internacionais.

Na verdade, os anos 2000 começaram com grandes perspectivas para o setor canavieiro. Entre 2002-2007, aconteceu um boom no setor: 120 novas usinas se instalaram nos estados do Centro-Sul do país. Para se ter a real dimensão do que isso

significou, em cinco anos o Brasil dobrou a produção de etanol, chegando à soma impressionante de 600 milhões de toneladas de cana. Entre os fatores que contribuíram para isso estiveram a projeção do etanol como combustível limpo, em contraponto aos combustíveis fósseis; o surgimento do carro flex e o consequente aumento de mercado interno; e a abundância de recursos para financiamento providos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Mas o ciclo ascendente se esgotou e nos últimos oito anos o que mais se escuta é que o setor está em crise. Empresários, fornecedores de cana e, especialmente, trabalhadores vivem dias de “vacas magras”, expressão buscada do mundo pecuário para dar conta da conjuntura recente do complexo agroindustrial canavieiro. O ciclo negativo começou com a crise econômica de 2008, desencadeada nos Estados Unidos, que se espalhou pela Europa e por outros continentes e restringiu drasticamente os mercados consumidores. O consumo mundial caiu num momento em que a oferta estava em alta, o resultado foi a queda dos preços, a restrição de investimentos, a falência de diversas usinas e o desemprego.

Com o mercado externo em baixa, o mercado interno foi especialmente valorizado. Ele é responsável pelo consumo de apenas 32% do açúcar produzido no país, entretanto esse consumo é estável, em torno de 11 milhões de toneladas/ano. Completamente diferente é o mercado interno de etanol. O país consome 94% do etanol que produz. O uso do etanol proveniente da cana como combustível, criação brasileira da década de 1970, criou um consumo interno imenso e reduziu a situação de dependência dos humores do mercado internacional.

Sintonizado com os acontecimentos mundiais, como medida para evitar efeitos devastadores da crise, durante a maior parte do período de governo Dilma Rousseff (2011-2016) o preço da gasolina foi controlado, o que freou temporariamente o aumento de preços do álcool nas bombas de combustíveis; além disso, a fatura de créditos do período anterior foi contida. Só a partir de 2015, os preços tiveram maior liberdade e foram reajustados. As reações de desagrado das lideranças do complexo agroindustrial canavieiro a essas medidas foram grandes. Apesar de só responderem por 5% da pauta de exportações do país, o setor mobiliza bilhões todos os anos e tem grande força política no cenário nacional. Graças à sua influência, ele sempre consegue benefícios de recursos públicos e políticas governamentais que lhe favoreçam. Pressionado, além de promover reajustes nos preços dos combustíveis, em março de 2015, o governo aumentou o percentual de etanol na gasolina: cada litro que continha 25% de etanol,

passou a conter 27%. O Brasil é o país que tem maior percentual de mistura.<sup>31</sup> O novo percentual de mistura, que é realizada nas distribuidoras e, compulsoriamente, imposta ao consumidor, representou mais um bilhão de litros de etanol no mercado brasileiro. Em 2015, o consumo de álcool hidratado no país aumentou 37,5%.

Estamos diante de lobby mundial. Segundo matéria jornalística replicada no sítio da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), 60 países já adotam a mistura. Apesar do discurso de que “todos ganham” com isso, os grandes beneficiários são os empresários produtores de álcool, os usineiros. Não obstante a imposição do consumo aos proprietários de veículos, os reiterados financiamentos públicos para instalar e manter as destilarias e usinas em todo o país, desde os anos de 1970, e a pressão para obter o aumento dos percentuais de mistura, o diretor executivo da entidade, Eduardo Leão de Sousa, utiliza-se de um discurso liberal para definir o papel do governo, quando em jogo estão os interesses do complexo agroindustrial canavieiro: “A condição necessária, no entanto, é que prevaleça um mercado livre, sem barreiras tarifárias ou técnicas”.<sup>32</sup> O discurso para o Brasil e para o mundo é que a mistura é parte de uma política sustentável de biocombustíveis (o que tem apenas uma parcela de verdade), na prática, porém, o que atestamos é que o Estado brasileiro é refém dos interesses privados.

A crise ainda não passou, mas o clima de otimismo está voltando ao setor. A área plantada em 2016/2017 será de 8. 973 milhões de hectares e a safra esperada é de 685 milhões de toneladas. A produção de açúcar deve ser de 39,96 milhões de toneladas, maior 19,3% que a safra 2015/16. Estima-se que o mundo precisará de mais derivados da cana do que será produzido e que a economia mundial seguirá um roteiro de recuperação, logo, os preços estarão em alta. Acompanhando a tendência do mercado internacional, a produção brasileira de açúcar deve aumentar 19%, enquanto o álcool deve diminuir 8%. Em Alagoas, por exemplo, a projeção é de que a safra deste ano será 30% maior do que a de 2015/16. Quase 4% do território alagoano será coberto por cana. Novos seis mil hectares serão plantados.

Tais perspectivas, porém, encontrarão uma realidade diferente da existente no início dos anos 2000. Desse tempo a hoje, os movimentos de crise e reestruturação deixaram marcas profundas. Algumas unidades industriais já não moem há duas safras,

---

<sup>31</sup> Em escala ascendente, eis alguns exemplos de países, com seus respectivos percentuais com mistura de combustível: Uruguai – 2%, União Europeia, em média, mistura 5%, Estados Unidos, Angola, Quênia e Malawi 10%, Paraguai – 24% de etanol e 1% de biodiesel.



outras, em pleno mês de setembro, não dão sinais de funcionamento, “são dúvida”. O Estado, que em 1985 tinha vinte e sete usinas, na década de 1990 mantinha as vinte e sete usinas e mais trinta e uma destilarias, era um grande produtor de açúcar e álcool. Em 2011 eram vinte e quatro, em 2015 dezenove, a safra de 2016 poderá começar e terminar com treze usinas e duas destilarias, número de unidades industriais igual ao que existia em 1920 (ANDRADE, 1998), conforme quadro 7.

**Quadro 6 - Usinas e destilarias de Alagoas em 2016**

Nº	Usina	Município	Ano de Fundação
01	Destilaria Porto Alegre*	Colônia de Leopoldina	1974
02	Usina Cachoeira	Maceió	1959
03	Usina Caeté	São Miguel dos Campos	1959
04	Usina Camaragibe	Matriz de Camaragibe	1943
05	Usina Capricho	Cajueiro	1920
06	Usina Central Leão	Rio Largo	1984
07	Usina Coruripe	Coruripe	1925
08	Usina Marituba	Igreja Nova	1982
09	Usina Paisa	Penedo	1978
10	Usina Porto Rico	Campo Alegre	1973
11	Usina Roçadinho	São Miguel dos Campos	1982
12	Usina Santa Clotilde**	Rio Largo	1952
13	Usina Santa Maria	Porto Calvo	2002
14	Usina Santo Antonio	São Luiz do Quitunde	1957
15	Usina Seresta	Teotônio Vilela	1973
16	Usina Serra Grande	São José da Laje	1894
17	Usina Sinimbú	Jequiá da Praia	1893
18	Usina Sumaúma	Marechal Deodoro	1970
19	Usina Triunfo	Boca da Mata	1959
20	Pindorama	Coruripe	2003

21	Bioflex 1*	São Miguel dos Campos	2014
22	Uruba/Coopervales	Atalaia	1906/2015

**Fonte:** Sindiagúcar-Al

\* Apenas destilaria \*\* Apenas usina

Nos anos 2000, seguindo a euforia com os preços da cana no mercado internacional, apenas duas usinas foram criadas em Alagoas: a Pindorama,<sup>33</sup> ligada à cooperativa do mesmo nome (Coruripe é o único município com duas usinas no Estado), e a usina Santa Maria. Das vinte e uma usinas relacionadas no quadro 7, três – Triunfo, Capricho e Roçadinho – não moem há duas safras. Seus grupos, diante das dificuldades financeiras, paralisaram as atividades das respectivas unidades. O grupo Toledo, por exemplo, além da usina Capricho, é dono das usinas Paísa e Sumaúma. A primeira viveu em todo o ano de 2015 uma série de problemas, como atraso de pagamento de fornecedores e de trabalhadores do campo e da indústria, além de paralisações e processos trabalhistas. É grande a possibilidade de que ela não venha a funcionar na próxima safra. Outras usinas que não devem moer na safra 2016/17 são Utinga, Sinimbu e Santa Maria.

A usina Triunfo entrou na Justiça com um processo de recuperação judicial, pretende voltar a moer em 2017, mas vai ter dificuldade em recuperar a confiança dos seus fornecedores. Nesse momento, suas canas estão moendo para usinas vizinhas, assim como fazem as usinas Capricho e Roçadinho. Se estiverem certos os prognósticos, os preços internacionais dos derivados da cana é que vão dizer se, nos próximos dez anos, restarão em Alagoas dez usinas ou menos que isso. Estamos assistindo a um fenômeno semelhante ao que aconteceu com os banguês que “[...] foram gradativamente desmontados e anexados às usinas [...]” (ANDRADE, 1994, p. 20). Não nos parece que a atividade canavieira caminha para um processo de esgotamento, o certo é que ela vive um novo processo de reestruturação, agora mais agressivo do que antes, dessa vez não apenas os grandes são comprimidos, os pequenos também, estes, aliás, de forma mais grave. O trabalhador do setor canavieiro sabe que essa atividade está com os dias contados.

Dois fatos novos merecem destaque no atual cenário canavieiro alagoano: a volta da usina Uruba à moagem e a criação da Bioflex1.

---

<sup>33</sup> Para melhor conhecer a Cooperativa Pindorama ver Forman, 2009; Carvalho, 2000.

O primeiro: depois de três anos parada, assim como as outras usinas do grupo João Lyra (Laginha e Guaxuma), pelo segundo ano consecutivo a usina Uruba moerá. Ainda mais novo é o processo que levou a isso, Uruba voltou como Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale de Satuba, a Coopervales, uma iniciativa de fornecedores de cana que tinham *a receber* no grupo João Lyra, que foram à Justiça e negociaram o arrendamento da usina, parte da massa falida do grupo. A experiência, fruto da mobilização de cerca de 120 fornecedores de cana que se encontravam à beira da falência pelo calote recebido e de uma solução jurídica inédita, abre uma perspectiva nova para os fornecedores e aponta uma solução possível de ser experimentada em outras regiões do Estado. Tal fato, no entanto, despertou a zanga dos usineiros que se opuseram aos movimentos que culminaram com a criação da Coopervales. Na sua primeira safra, a cooperativa moeu 469.064 toneladas, sendo que 347.567 foram canas de associados e 93.937 de fornecedores. A sua segunda safra, certamente, será maior porque já terá cana própria (foram feitos alguns primeiros plantios), os sócios investiram na melhoria da cana plantada (pouco, porque ainda estão descapitalizados, mas fizeram) e os seus fornecedores, que na primeira safra desconfiaram da sustância da experiência, ganharam confiança e tendem a aumentar o fornecimento.

A relação entre fornecedores de cana e donos de usinas tem uma longa história e muitos conflitos, mas o modelo atual tem suas características principais estabelecidas com o advento das usinas, passagem do século XIX para o XX, fato que transformou muitos senhores de engenho em fornecedores de cana. Em seguida, ocorreu uma crescente concentração de terras nas mãos dos usineiros, que foram adquirindo as propriedades dos pequenos e médios fornecedores em dificuldades (é comum ouvir e dizer que “usina tem fome de terras”). Andrade (1998) afirma que a usina era “um autêntico D. João de terras”, e cita exemplos de usinas que tiveram áreas de 35 e de até 70 mil hectares em Alagoas. O objetivo delas sempre foi alcançar a autossuficiência “A tendência das grandes usinas, [...] é cultivar terras próprias, eliminando os fornecedores. Querem, além do lucro industrial, o agrícola” (ANDRADE, 1998, p. 112). Previa ainda Andrade (1994, p. 193), que subsistiriam apenas “os grandes fornecedores”, pois teriam capacidade de suportar a elevação dos preços de produção e “[...] aqueles muito pequenos, que cultivam a terra diretamente, com a mão-de-obra familiar, não contabilizam o custo da produção e, não computando o valor do trabalho executado pela família”. Vejamos o que nos mostram as tabelas 2 e 3.

**Tabela 2** – Perfil do fornecedor de cana de Alagoas – safra 2010/11

Níveis de Produção/Safra	Produção (t)	Produção (t)	Produção Média por Forn. (t)	Nº de Forn.	% de forn.
até 500	872.183,906	9,26	184	4.727	65,22
501 a 1.000	661.144,816	7,02	706	937	12,93
1.001 a 3.000	1.515.925,241	16,09	1.688	897	12,38
3.001 a 7.000	1.790.968,642	19,00	4.652	385	5,31
7.001 a 10.000	1.176.582,444	12,49	8.465	139	1,92
acima de 10.000	3.405.247,779	36,14	20.891	163	2,24
<b>Totais e/ou Médias</b>	<b>9.422.052,828</b>	<b>100,00</b>	<b>1.300</b>	<b>7.248</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sindiaçúcar, 2016.

Apesar de existirem em número expressivo, definitivamente, cana não é atividade para pequeno produtor – consideramos pequeno produtor quem produza até 2.000 toneladas. Atuando sobre os dados da Asplana, diríamos que eles são, aproximadamente, 8.350 fornecedores. Não é possível precisar exatamente a condição de cada um (quanto cada um tem de terra, quanto produz de cana, como produz e nem quanto lucram, por exemplo), mas é preciso dizer que eles devem ser considerados de formas diferentes. O produtor que produz 184 toneladas de cana tem uma condição bem distinta daquele que produz 1000 e este daquele que produz 2000 toneladas de cana/ano. Produzindo 184 toneladas de cana ninguém vive com dignidade no universo canavieiro, para as demais faixas isso é possível, ainda que com muitas dificuldades. Na safra de 2015/16 o valor médio da ATR (kg/t)<sup>34</sup> em Alagoas foi de 118,6 e na safra 2016/17 deverá ser de 120,5.

Os pequenos produtores de cana, como outras categorias de pequenos produtores e suas esposas, não vivem apenas da agricultura, são pequenos comerciantes, servidores públicos. Eles vivem em áreas rurais não urbanas (a desruralização da região canavieira é uma realidade avançada), em periferias ou mesmo nas próprias cidades

<sup>34</sup> O ATR é utilizado para calcular o pagamento da cana, chamado de Sistema de Remuneração da Tonelada de Cana (...). O valor da tonelada é determinado pela quantidade de ATR - Açúcares Totais Recuperáveis - contida na matéria-prima entregue em cada usina. O preço do quilo é determinado em função do preço do açúcar no mercado interno estadual e no externo e dos preços do etanol anidro e hidratado livre de impostos ou frete (Revista Globo Rural, 2016).

canavieiras. Essas condições são perfeitamente possíveis haja vista que a cana é uma cultura que demanda pouca presença física cotidiana.

Diferente de Andrade (1994), na realidade de Alagoas, consideramos um médio produtor canavieiro quem produza entre 2.000 e 6000 mil toneladas de cana, novamente esclarecendo que a cada mil há uma escala maior de possibilidade de viver exclusivamente da atividade canavieira e que, entre o primeiro e o último se constituirá uma diferença de condição muito grande. No começo da década, médios produtores somavam, aproximadamente, mil duzentos e cinquenta fornecedores. Comparados aos pequenos, estão mais organizados politicamente, precisam e participam mais das organizações de classe, Asplana e, agora, Coopervales. Nas suas cidades, são os fazendeiros quase sempre respaldados por um sobrenome tradicional, muitos vivem mais da pose e da arrogância (herdadas) de senhores de terra do que delas propriamente. É mais comum entre estes que os filhos desenvolvam atividades liberais e atividade política como meio de vida. Em grande parte das vezes, os chefes de família se dedicam à atividade canavieira.

Ser fazendeiro é algo muito importante, quase um título. E fazendeiro é quem planta cana ou quem cria gado.<sup>35</sup> Só em situação de muita retração da área ocupada por cana, o gado avança, ainda assim em pequena escala. Ele é uma atividade subsidiária, feita para preencher as áreas que não são adequadas à cana ou que por ela não estejam episodicamente sendo utilizadas. Além de gerar menos lucro, o gado dá mais trabalho. Já a produção de alimento oferece menos perigo à cana do que o gado. Ninguém diz, mas também ninguém cogita converter suas propriedades em produtoras de alimentos. Fazendeiro que se preza nem cogita essa possibilidade. Quem produz alimento é agricultor. Na região canavieira, produzir alimento desprestigia, foi, é e, pelo visto, continuará a ser coisa de pobre.

Os demais fornecedores de cana, cerca de 250, além de combinarem suas atividades de fazendeiros com outras – profissionais liberais, comerciantes de maior porte, líderes políticos locais –, administram suas propriedades de forma mais profissional e têm maior capacidade de manutenção das culturas, são menos vulneráveis

---

<sup>35</sup> Não é comum, por exemplo, ouvirmos alguém que produz coco, mesmo que seja numa área média ou grande, ser chamado de fazendeiro. É um produtor de coco. Diferente disso, proprietários de áreas de trinta e quarenta hectares, cuja produção situa-se entre 1000 e 2000 toneladas de cana, sem muitas exceções, pensam e agem como senhores de terra. Hoje, menos do que nos anos de 1990 e 2000, era fácil encontrá-los de botas sujas, roupas de cáqui, especialmente na sexta-feira, nas agências do Banco do Brasil da região canavieira, soberbos, usando a fantasia de fazendeiros.

às crises cíclicas da cana, dependem menos das usinas e, portanto, têm maior capacidade de negociação com elas. Porque são grandes e são disputados pelas usinas, porque têm maior poder de barganha individualmente e negociam nesses termos, contar com eles nas organizações de classe é mais difícil. Além disso, num estado territorialmente pequeno como é Alagoas e no qual algumas poucas famílias, há séculos, controlam, além da terra, os poderes, econômico e político, são muito comuns laços de amizade e parentesco entre elas. Isso tem rebatimento no mundo dos negócios.

A tabela 3, uma série histórica, nos permite uma leitura geral do quanto significa a produção de cana própria das usinas e a produção dos fornecedores. Em relação à produção das usinas, observamos irregularidades e, em dois casos, quedas até bruscas ocorridas de uma safra para a outra. Nas safras de 2008/09 e 2009/10 e 2014/15 e 2015/16 temos exemplos claros disso. Sobre os fornecedores, a primeira coisa a se dizer é que sua produção, não registra avanços importantes, mas, desde 2008, também não há quedas significativas. Enquanto as usinas apresentam instabilidades, os fornecedores demonstram que são mais capazes de resistir às dificuldades. A queda de produção mais expressiva verificada entre os fornecedores vai ocorrer exatamente na última safra, numa clara manifestação das dificuldades enfrentadas pelo setor nos últimos tempos.

**Tabela 3** – Série histórica de participação das usinas e dos fornecedores na produção de cana em Alagoas - 2008-2016

Ano	Produção	Usina	%	Fornecedores	%	Outros	%
2008/9	27.309.283	16.273.344	59	9.368.933	34	1.667.006	6
2009/10	18.409.244	9.969.919	54	7.077.613	38	1.361.712	7
2010/11	28.958.176	17.301.841	56	9.843.803	34	1.812.532	6
2011/12	27.705.459	15.700.400	56	10.278.193	37	1.726.866	6
2012/13	23.798.229	13.017.759	55	9.352.743	39	1.427.727	5
2013/14	21.975.215	11.036.705	50	9.747.297	44	1.191.213	5
2014/15	23.464.814	11.714.268	50	10.217.896	43	1.532.650	6
2015/16	16.380.587	7.757.736	47	7.307.004	44	1.315.847	8

Fonte: Sindiaçúcar-Al, 2011; CONAB, 2013; 2016.

Os fornecedores resistiram e mantiveram um importante percentual de fornecimento de cana para as usinas. A quantidade de cana própria tem sido sempre maior do que a dos fornecedores, mas, desde 2012, o que vemos é uma aproximação entre a quantidade de cana dos dois segmentos. A menor participação dos fornecedores foi 34%, safras 2008/9 e 2010/11; e a maior foi 44%, safras 2013/14 e 2015/16. Em 2015, pela primeira vez, desde o início da série histórica, a soma da cana de fornecedores e de outros (acionistas e outras origens) é maior, 52%, do que a cana própria das usinas. Essa distância, porém, conforme análise da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) deve crescer em 2016/17:

Quanto às canas de fornecedores, esse aumento será bem menor, chegando em torno de 2%, e isso se deve principalmente à falta de investimento na lavoura, com tratos culturais e adubação, bem como falta de investimento em geral. Essa dificuldade que gera queda de produtividade atinge com maior intensidade a classe de fornecedores que, descapitalizada, praticamente deixou a lavoura por conta apenas dos fatores climáticos (CONAB, 2016, p. 40).

O crescimento projetado para a cultura canavieira alagoana, pela Conab, para a referida safra, é de 12 a 20% abaixo do projetado pelos técnicos locais, mais drásticos são em relação àquilo que será produzido pelos fornecedores de cana. A análise feita pelos especialistas da Conab pode até errar de percentual, só teremos como saber devidamente nos primeiros meses de 2017, porém certos estão quando apontam que a cana dos fornecedores foi largada à própria sorte. Mais grave é que isso tem acontecido nos últimos três ou quatro anos. Não é preciso sobrevoar as lavouras para perceber os vazios nas plantações, um passeio atento de automóvel nos permite isso. Os dados da Conab, por fim, nos dizem que “houve uma redução em até 70% em relação à aplicação dos tratos culturais e adubação”. As despesas com tratos culturais estimadas em 33% dos custos finais da produção e a renovação dos canaviais em 20% são altas. Na verdade, nos últimos anos, nem uma das duas atividades foi realizada pelos pequenos e médios produtores ou, quando aconteceu, foi parcialmente.

Por mais valiosos que sejam esses dados, porém, eles não dão conta de uma importante dimensão da realidade: a partir da segunda metade da década de 1980, grande parte dos fornecedores de cana, não tendo mais como tocar a produção canavieira por conta própria, ou atraída por taxas de juros bancários vantajosas, durante

o governo Sarney, arrendou suas terras para as usinas ou para particulares.<sup>36</sup> Sem perceber, os arrendatários foram reduzidos da condição de fornecedores de cana para a de fornecedores de terras. Nos últimos tempos, de forma indistinta, fornecedores de cana ou fornecedores de terra sofreram com a inadimplência das usinas. Apesar de *terem a receber*, muitos estão endividados. Várias compraram, moeram, venderam, receberam e não pagaram, como também, alegando crise, não pagaram os arrendamentos ou o fizeram parcialmente. Pequeno é o percentual dos fornecedores que conseguiram resistir e se organizaram, como fizeram os da Coopervales. Em desespero, muitos venderam suas terras ou outras propriedades. Perversamente, utilizando-se de intermediários, algumas propriedades foram adquiridas pelas próprias usinas inadimplentes que se utilizaram de um escandaloso processo de sufocamento do fornecedor para destruí-lo.

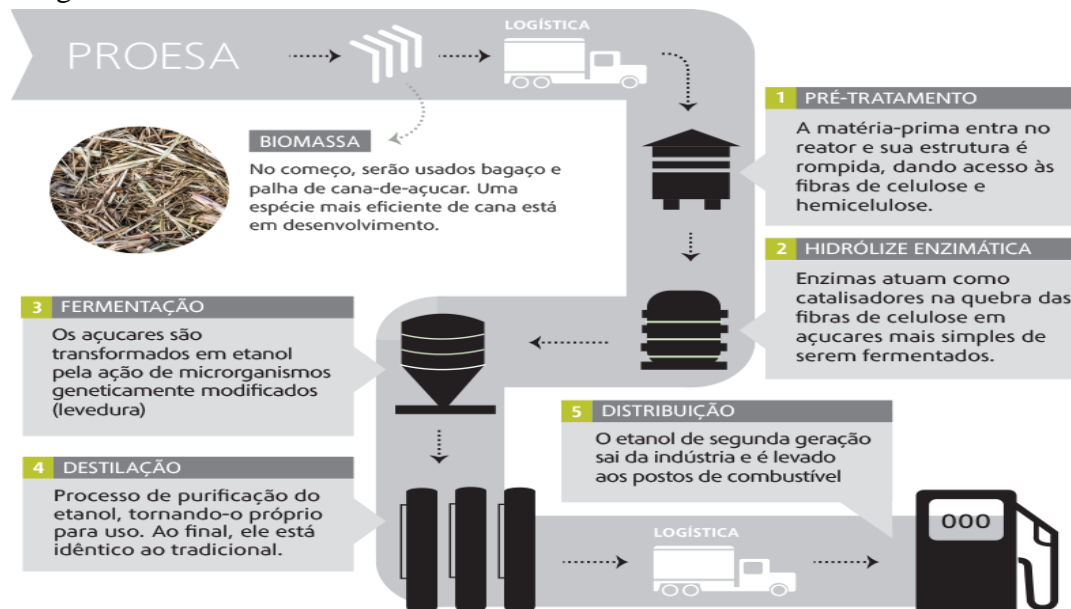
O segundo fato é a criação da Bioflex1, a “[...] primeira fábrica de etanol celulósico em escala comercial do Hemisfério Sul e o projeto mais inovador da indústria sucroalcooleira desde o Proálcool” (GRANBIO, 2016). A fábrica fica localizada no município de São Miguel dos Campos, a pouco mais de 50 km de Maceió e pertence à GranBio, empresa brasileira de biotecnologia industrial controlada pela GranInvestimentos S.A. Construída com financiamentos de R\$ 850 milhões do Banco do Nordeste e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é acionista minoritário (15%), a empresa tem parceria em desenvolvimento de pesquisa com outras de diferentes países, entre eles Estados Unidos e Alemanha. Desde setembro de 2014, a partir da palha de cana, matéria prima antes descartada, na fábrica da Bioflex1 produzem-se álcool e energia elétrica, bem como se desenvolvem pesquisas para produzir o composto químico bio n-butano, fundamental para a fabricação de tintas e solventes. Em Barra de São Miguel, a 20 km da fábrica, encontra-se um campo de experimentos cujo objetivo é o desenvolvimento de uma modalidade de cana adequado para áreas degradadas, o que deve ampliar ainda mais a produção de etanol, o centro principal dessa pesquisa está em Campinas (SP). O quadro 8 nos mostra o processo técnico e logístico de produção e escoamento do produto.

---

<sup>36</sup> São definidas como particulares as propriedades que não pertencem às usinas (ALBUQUERQUE, 2009).



**Quadro 7** – Processo técnico de produção e escoamento do etanol celulósico em Alagoas



**Fonte:** GranBio, 2016.

A presença da Bioflex1 mexeu com o panorama canavieiro alagoano, há um efeito de contraste imediato. Conforme a apresentação da própria empresa, ela “[...] desenvolveu um sistema inovador de recolhimento, armazenamento e processamento de palha de cana-de-açúcar equivalente a 400 mil toneladas por ano” (GRANBIO, 2016). O processo é todo mecanizado. Após o corte e a colheita da cana, há também a colheita da palha. Os tabuleiros de cana que antes ficavam cobertos, agora ficam completamente limpos, parecendo um chão de fábrica. Os terrenos dos tabuleiros de São Miguel dos Campos favorecem muito esse procedimento. Complementar ao realizado no campo, a indústria de processamento é moderna e “[...] tem capacidade para produzir 82 milhões de litros de biocombustível por ano” (Ibid., p. 1).

Apesar de seu caráter inovador, nesses dois anos de funcionamento aconteceram vários acidentes ambientais que levaram o Instituto do Meio Ambiente (IMA) a interditar o Centro de Distribuição de Palhas da empresa. Em menos de três meses, final de 2015 e início de 2016, por exemplo, ocorreram três grandes incêndios com graves prejuízos ambientais. Apesar da contradição de se apresentar como uma

empresa moderna e ecologicamente correta, enquanto agride o meio ambiente – não se pode tratar simplesmente como incidentais reiterados acidentes ambientais -, a presença da Bioflex1 em Alagoas, exige um processo de adaptação das empresas parceiras (a primeira é a usina Roçadinho, grupo Carlos Lyra), processo que deve se estender.

O trabalho de corte de cana em Alagoas, diferente dos outros estados que são grandes produtores de açúcar no Brasil, ainda é majoritariamente manual. Os dados mais atualizados de que dispomos são da safra 2011/2012, tabela 5. Antes da análise fazamos duas considerações: 1- mudanças em tecnologia são muito rápidas, esses dados devem ter sofrido algumas alterações; mas, 2- considerando que a crise e a redução de financiamento atrapalhou esse processo, eles certamente ainda são válidos. Vejamos.

**Tabela 4** – Comparativo entre estados produtores de cana-de-açúcar (em %)

<b>Safra 2011/12</b>	<b>Alagoas</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Minas Gerais</b>	<b>Goiás</b>
Colheita manual	84,92%	27,76%	26,83%	20,43%
Colheita mecânica	15,8%	72,24%	73,17%	79,57%

**Fonte:** CONAB, 2013

Enquanto 84,92% das canas de Alagoas foram cortadas manualmente na safra de 2011, nos outros principais estados brasileiros produtores de cana a média foi menor do que 30%, em Goiás, naquele ano, apenas um pouco mais de 20% tiveram o trabalho manual como força de trabalho empregada nesse serviço. No sentido oposto, apenas 15,8% do corte de cana em Alagoas foi realizado por máquinas. Quase 80% da cana goiana foi abatida por máquinas. Em 2011, Alagoas tinha cinquenta e uma máquinas colheitadeiras, enquanto São Paulo 2.769, Minas Gerais 487 e Goiás 493 máquinas. A menor presença de máquinas em Alagoas não quer dizer que o setor é resistente a mudanças, como pode parecer. Dois fatores devem ser considerados para entender esse fenômeno. O primeiro é que grande parte das áreas de canaviais em Alagoas são acidentadas e não comportam o emprego destas; o segundo é que a utilização de mão de obra, em Alagoas, continua sendo vantajosa, além do baixo custo, há também a presença dos supereitos, como já analisamos anteriormente. A média de cana, na mesma época, era de sete toneladas de cana/dia e de oito nos outros três estados, novamente a presença dos supereitos deve ser considerada, e, novamente,

como fator adverso ao trabalhador. Diante de tudo isso, devemos concluir que, se no restante do país o custo com o corte da cana representa apenas 20% dos custos de produção, em Alagoas esse dado deve ser ainda menor.

A experiência nos diz que devemos estar atentos para o discurso da crise no setor canavieiro. Por mais que ela seja fato no mundo inteiro, no universo canavieiro ela é utilizada para justificar relações perversas entre capital e trabalho e/ou para obter mais apoios governamentais. Os dados da tabela 5 demonstram isso. A expansão da área canavieira em pleno período de crise é um fato. Analisando os dados de área plantada, só Alagoas teve a partir da safra de 2014/15 uma redução. Minas Gerais que, no mesmo ano, também teve uma queda, recuperou-se na safra seguinte. Em Alagoas, entre 2013 e 2015, houve uma redução de mais de 90 mil hectares de cana.

**Tabela 5** - Série histórica de área plantada em Alagoas, São Paulo, Minas Gerais e Goiás (em mil hectares) - 1970 - 2016

Ano	Alagoas	São Paulo	Minas Gerais	Goiás
1970	166,1	580,4	168,5	9,8
1980	380,1	1.073,1	169,1	12,5
2005/06	402,1	3.146,6	357,1	202,5
2006/07	402,7	3.288,2	420,0	234,9
2007/08	426,8	3.824,2	600,7	401,8
2008/09	432,0	3.882,1	564,5	401,8
2009/10	448,0	4.129,9	588,8	479,9
2010/11	451,2	4.357,0	659,6	599,3
2011/12	463,7	4.370,1	742,7	678,4
2012/13	445,7	4.419,5	721,9	725,9
2013/14	417,5	4.552,0	779,8	818,4
2014/15	325,3	4.685,7	505,5	854,2
2015/16	323,6	4.498,3	866,5	885,8
2016/17*	340,5	4.668,2	862,5	930,9

**Fonte:** CONAB, 2016.

Diferente dos anos de 1990 e 2000, esse último com menor intensidade, nos quais as terras pertencentes às usinas que fecharam foram disputadas por fazendeiros, usinas e trabalhadores rurais sem terra, muitos ex-canavieiros, agora, as terras das usinas que encerraram as suas atividades estão sendo ocupadas por fazendeiros, seja através do modelo Coopervales ou por outro modelo, organizado pelas oligarquias locais, isso tem acontecido com destaque em Coruripe e adjacências. Nas décadas citadas, os movimentos sociais rurais construíram uma correlação de forças que lhes permitiu disputar cada palmo de terra. Muitos foram os conflitos e mortes de trabalhadores. Em todos os lados existem perdas e ganhos: entre os fazendeiros e usineiros consta a anexação de áreas às suas propriedades; entre os trabalhadores, a grande vitória foi a desapropriação e reforma de cerca de 80 mil hectares na região canavieira. Milhares de famílias reconstruíram suas vidas nessas áreas. Hoje, ainda há conflitos, nos últimos seis anos quase não houve desapropriação de terras em Alagoas. Neste momento, além das áreas que, há anos, estão ocupadas na região canavieira e não foram desapropriadas, há novos conflitos em Coruripe e Teotônio Vilela (terras da usina Guaxuma) e em União dos Palmares (terras da usina Laginha). São disputas de trabalhadores rurais sem terra com fazendeiros e chefes políticos locais, disputas pequenas, considerando a quantidade de terras das duas usinas, e pontuais, que ocorrem num momento de fragilidade das organizações populares.

Redução de área plantada não significa menor produção e nem rebate de plantas industriais, o caminho tem sido com mais tecnologia produzir mais. A prova disso é que a safra 2016/17 será feita com um parque industrial reduzido. Em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, nas últimas cinco safras, houve aumento de área plantada (CONAB, 2016). A redução ocorrida em Alagoas não se deu por uma intensificação da produção através de aportes científicos e tecnológicos, a Bioflex1 é uma ilha de ciência que vale mais pelo que inspira do que pelo que representa no momento. Foi a crise que impactou o campo e a indústria alagoana, que levou à retração das duas, mas não apenas a crise explica isso, em questão está a redução dos custos industriais.

Uma tendência global é que o modelo de agricultura extensiva perca espaço para o modelo de agricultura intensiva e que indústria canavieira e campo se aproximem cada vez mais. O agronegócio brasileiro tem realizado isso, mesmo que com alto custo humano, consequência do trabalho precário, da exaustão e morte de trabalhadores e do meio ambiente, pelas sucessivas agressões à natureza. Porém, esse processo enfrenta gargalos: a alocação de grande volume de recursos para financiar as pesquisas, o

desenvolvimento científico e tecnológico, a aquisição desses conhecimentos e de equipamentos. Além disso, há no Brasil uma questão cultural que não foi resolvida, a agroindústria canavieira foi construída sob o modelo das capitanias hereditárias, praticada em grandes extensões de terra, continua assim e não parece disposta deixar de ser. Em outras palavras:

A política nacional de agrocombustíveis garante a infraestrutura e sustenta ideologicamente o insustentável: um modelo de produção voltado para a monocultura, altamente concentrador de terra, da riqueza e da renda e com alto teor destrutivo do ponto de vista ambiental e humano (SANT'ANA; DO CARMO, 2010, p. 349).

O processo de reestruturação produtiva moderno tem como racionalidade básica produzir mais com menos (menos custo, menos espaço, menos governo, menos impacto humano e ambiental), entretanto, observando a realidade, o que vemos é que essa é uma ideologia liberal burguesa e só. Por mais elaborado que seja o discurso, na prática, a ladainha liberal se molda à lógica das velhas oligarquias rurais brasileiras, que se traduz em mais terra, mais subvenção do poder público, mais sacrifício humano, mais impacto ambiental, mais lucros. Mais ciência e mais tecnologia é fundamental, são elas que dão o verniz de moderno a esse processo e garantem maiores rendimentos. A lógica final, de verdade, tem nos indicado dois menos: menos parques industriais e menos empregos, esses, na verdade, são valores afins.

O quadro 8 vai nos colocar diante de uma série histórica do número de unidades de cana de açúcar nas quatro unidades comparadas nesse estudo. Essa relação comparativa revela algo que dialoga com o conjunto de dados anteriores e que precisa ser definido aqui. Enquanto nas últimas décadas a atividade canavieira se instala e expande-se nos outros estados, em Alagoas esse processo alcançou os seus limites nos anos de 1980: não foi à toa que os principais grupos empresariais de Alagoas expandiram os seus capitais para as novas fronteiras econômicas e montaram nelas fábricas mais modernas do que as matrizes localizadas no Estado. Territorialmente, não há muito o que fazer – além das pequenas dimensões físico-geográficas, as terras alagoanas dão sinais de cansaço, são exploradas predatoriamente há quase 500 anos, por isso a Bioflex<sup>1</sup> é uma novidade tão alvissareira para o setor e a economia do Estado.

**Quadro 8** - Série histórica do número de unidades de produção de açúcar e álcool no Brasil, 1990 – 2016

Ano	Alagoas <sup>37</sup>	São Paulo	Minas Gerais	Goiás
1990	58	279	41	17
2011	24	169	45	34
2015	22	172	42	37
2016 (Ativas)	15	157	37	36

**Fonte:** CONAB, 2016; Andrade, 1994.

Como dissemos anteriormente, não apenas a crise explica o fechamento das indústrias. Os custos industriais são altos. Ciência e tecnologia custam caro. A presença de grupos estrangeiros modernos, somada ao fato de que algumas empresas brasileiras fizeram, nos últimos tempos, grandes investimentos em tecnologia, renovando os seus parques industriais, mostraram o quanto algumas empresas açucareiras, especialmente em Alagoas, estavam obsoletas, operando com equipamentos superados. Um exemplo disso é a usina Capricho em Alagoas.

O quadro 9 nos apresenta um conjunto de dados sobre a produção de açúcar e álcool em Alagoas no período 2007/2016. O dado que mais nos chama atenção é a queda brusca de produção ocorrida na safra 2015/16. Nesse período, Alagoas produziu menos de 13.456.853 toneladas de cana.

**Quadro 9** - Série histórica de produção de açúcar e álcool em Alagoas 2007/2016

Ano	Cana Moída (t)	Açúcar (t)	Etanol (m <sup>3</sup> )
2007/08	29.837.440	2.601.877	852.907
2008/09	27.309.283	2.200.862	845.363
2009/10	24.269.890	2.098.939	625.785
2010/11	28.958.176	2.498.782	715.537
2011/12	27.705.459	2.347.366	672.788
2012/13	23.798.229	2.230.256	543.156
2013/14	21.975.214	1.747.650	510.434
2014/15	23.464.814	1.896.299	554.702

<sup>37</sup> Alagoas tinha em 1990, conforme Andrade (1994), 27 usinas e 31 destilarias.

2015/16	16.380.587	1.216.288	376.289
2016/17*	18.000.000	1.581.174	488.000

Fonte: Sindiaçúcar, 2016.

O que parecia uma recuperação em 2014/15 não se revelou duradoura. A safra de 2015/16 é a pior da série histórica recente. A de 2016/17, apesar de estar situada num ambiente de otimismo, não significa retorno a patamares mais vantajosos. Ainda está muito aquém, da média das primeiras safras da série. A redução nas últimas safras teve efeitos significativos na economia alagoana. Os que mais sentem são os mais pobres. O mercado de trabalho canavieiro murchou e isso impactou toda a economia alagoana, inclusive nas áreas migratórias.

## **5.2 Movimento sindical e luta de classes na região canavieira de Alagoas: quem não se mexe é atropelado pela história**

Não esteve entre os nossos objetivos de pesquisa analisar o sindicalismo rural em Alagoas. Entretanto, a realidade nos impôs o tema e é inevitável tecermos algumas considerações sobre o mesmo. Na região canavieira, essa temática é especialmente aguda, as contradições de classe vieram à tona, os trabalhadores se mexeram e exigiram do movimento sindical que fizesse o mesmo. No Semiárido, a base social dos sindicatos são principalmente os camponeses, pequenos agricultores familiares. As tensões de classe são menores ou estão menos explícitas, as demandas dos trabalhadores são mais dirigidas para o poder público, a pauta principal são políticas públicas. Nos dois casos, e em comum, encontramos um processo de reorganização sindical que aponta para o fim dos ditos sindicatos ecléticos, os sindicatos que representam assalariados rurais e agricultores familiares, esse processo vem sendo chamado de dissociação e, apesar de aparentar ser um processo pacífico, encerra em si muitas tensões. Essas questões todas apareceram em diferentes circunstâncias. Vamos a elas.

A primeira circunstância foi quando tratamos das reivindicações e mobilizações dos trabalhadores do mundo canavieiro. Sem que perguntássemos, os trabalhadores falaram dos sindicatos e de suas direções. E quase sempre com rancor. Os “da rua” e “os sertanejos” se referem de maneira comum [*Sindicato comprado*]. Os “da rua” mais vezes e com mais ênfase. Apuramos que, desde 2007, poucas foram as vezes que as direções sindicais participaram das mobilizações realizadas pelos canavieiros.

Em algumas oportunidades, ao chegarem às manifestações elas já estavam em curso e delas foram expulsas sob a acusação de terem conluio com os patrões [*O negócio deles é com os patrão*].<sup>38</sup> Entre os cortadores de cana que entrevistamos apenas um, ingenuamente, foi favorável ao sindicato [*O sindicato organizava junto com a usina a festa de natal*].

Apesar de já durarem quase uma década, começando pela região Norte e depois atingindo os diversos pontos do território, as paralisações de cortadores de cana ainda são acontecimentos excepcionais na cena canavieira alagoana, mais admirável ainda que tenham acontecido à revelia da estrutura sindical rural, representada pelo sistema STRs-Fetag-Contag. Após acompanhar as mobilizações e estudá-las, Silva nos diz que:

Estes constantes paradeiros no corte da cana, observados entre 2007 e 2009 na região canavieira do Estado de Alagoas, eclodiram a partir de mobilizações que se expressaram principalmente no fechamento das rodovias que cortam o Estado. Estas ações não foram resultantes de práticas políticas estruturadas por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), nem da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-AL) ou da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entidades que tiveram grande importância no passado e são representações institucionalizadas dos canavieiros. Tratou-se, portanto, de manifestações “espontâneas”, mas nem por isso não-organizadas. O fato de que ocorreram por fora da estrutura sindical oficial e burocrática não significa que não eram planejadas (SILVA, 2011, p.21).

A estrutura sindical rural em Alagoas nunca foi politicamente combativa. Durante a ditadura militar, os movimentos de controle foram aprimorados, além dos agentes de Estado, os próprios usineiros tiveram iniciativas tuteladoras, havia o cuidado de que as a luta por direitos e a ação das Ligas Camponesas, fortes em Pernambuco e outros estados nordestinos, não ganhassem espaço em Alagoas (ALBUQUERQUE, 2009; MELLO, 2002).<sup>39</sup> Depois do golpe empresarial-militar de 1964, lideranças

---

<sup>38</sup> A diretoria de assalariados da Fetag conseguiu romper essa desconfiança e algumas vezes tomou parte das negociações, representando os trabalhadores. Essa presença, porém, não foi constatada na organização das mobilizações e reivindicações, ocorreu apenas a partir quando o conflito já estava aberto e a negociação precisava acontecer. A direção estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) também interviu em alguns momentos, especialmente naqueles casos em que a direção da Fetag sequer era aceita pelos trabalhadores.

<sup>39</sup> Há um acontecimento emblemático nesse sentido. Em 29 de março de 1964, as forças progressistas de Alagoas realizariam um comício de defesa das reformas de base propostas pelo governo de João Goulart, cuja estrela maior seria o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o comício foi cancelado. Nessa mesma data, numa demonstração de força, os usineiros,



sindicais e partidárias foram duramente perseguidas, bem como o governo nomeou interventores para a direção de sindicatos e da federação.

O saldo de tudo isso é uma longa história de desorganização dos trabalhadores rurais e de uma tradição de sindicatos dirigidos por burocratas. Com a abertura política ocorrida nos anos de 1980, o movimento sindical alagoano passou a respirar um pouco melhor, mas a repressão e a hegemonia construída pelos conservadores deixaram marcas profundas. No entanto, o movimento sindical brasileiro, a partir das greves dos metalúrgicos de São Paulo, cumpria importante papel para a redemocratização do país e para a luta pelos direitos dos trabalhadores, isso não tinha como não impactar o sindicalismo rural, por mais fechado que ele fosse.

O mundo rural alagoano, especialmente o canavieiro, passou a viver nesse período algo que lhe era completamente novo. A região da Mata Norte de Alagoas (União dos Palmares, Matriz de Camaragibe, Novo Lino e Colônia de Leopoldina), municípios da Arquidiocese de Maceió, recebeu um grupo de padres canadenses e italianos identificados com as concepções religiosas e políticas da teologia da libertação, corrente de pensamento desenvolvida no interior da igreja católica cuja característica fundamental é articular a ação pastoral com as lutas dos pobres e oprimidos. Foi inevitável o confronto dos religiosos com as estruturas de poder e de opressão montadas naquela região. Sensibilizados com as condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores canavieiros, os padres passaram a atuar na organização política destes e fizeram denúncias, inclusive de trabalho em situação análoga à de escravidão. Por suas ações, os padres e os agentes pastorais envolvidos nelas foram ameaçados, os mais aguerridos foram pressionados a tal ponto que tiveram que deixar a região, outros duraram mais tempo, mas, no começo dos anos de 1990, quase toda a ação pastoral estava sufocada.

Na mesma época, surgiu outra frente de atuação no sindicalismo rural, essa mais ampla territorialmente, mas com maior repercussão na região da Mata Norte (havia articulação entre elas), foi a criação de uma oposição sindical em diversos municípios, iniciativa estimulada pela CUT e por militantes de esquerda ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Além de promover trabalhos de base, organizando os trabalhadores, também apresentaram chapas de oposição em diversas eleições sindicais. Os resultados eleitorais não foram exitosos e a nova frente de organização dos

---

fornecedores de cana e outros proprietários reuniram na Praça do Centenário um exército particular de dez mil homens, todos fortemente armados. O poder em Alagoas nasce na terra.

trabalhadores passou a ser combatida não apenas pelos patrões, mas também pelos dirigentes sindicais que se sentiram ameaçados em seus nichos de poder.

Nem tudo, porém, foi em a mexida no movimento sindical teve o mérito de chamar a atenção de diversas direções e da Fetag para a necessidade de uma ação política mais consequente, as mobilizações ocorridas durante algumas campanhas salariais do final daquela década são os maiores exemplos disso. Sobre isso, nos diz Antônio Barbosa Lúcio que

[...] no Estado de Alagoas as campanhas salariais tiveram duas fases: a primeira de 1980-1986, marcada por acordos apenas entre as lideranças sindicais e a classe patronal e, a segunda, 1987-1989, com a realização de campanhas salariais conjuntamente com os demais Estados nordestinos produtores de cana-de-açúcar sob pressão da CONTAG (LÚCIO, 2016, p. 1).

Nenhuma ação sindical é consequente e duradoura se ela não for uma resposta às pressões das bases que constituem as direções. O que vimos em Alagoas, não foi isso. A maior parte das direções sindicais não viveu pressões da base exigindo correção de rumos, até houve e há disputa pela estrutura sindical, mas (salvo algumas poucas exceções) o conteúdo dos grupos em litígio é o mesmo. A principal política da maioria dos sindicatos rurais de Alagoas (e também urbanos) é a assistência social (prestação de serviços odontológicos, oftalmológicos e outros). Entre os rurais, os mais avançados prestam assistência jurídica para os trabalhadores que reclamam direitos das usinas e de particulares, ou mediam os conflitos entre estes. Não é difícil compreender que tenha sido e que seja assim (de novo, salvo algumas poucas exceções). Por exemplo, as pressões, ameaças e violências sofridas durante as mobilizações realizadas quando das campanhas salariais citadas foram muitas e grandes. Em Atalaia, os trabalhadores e dirigentes sindicais foram recebidos por um proprietário com tiros de espingarda 12 (arma de grosso calibre, muito temida em todo o Nordeste). Apesar da queixa à polícia, nada aconteceu com o fazendeiro agressor, membro de tradicional família da oligarquia alagoana, sequer a arma do crime foi apreendida. Na verdade, nem crime houve.

De volta às mobilizações dos trabalhadores canavieiros cabe perguntar: se não foram organizadas pelos sindicatos e se eles não participaram delas, como elas foram possíveis? Quem representou e encampou a luta dos canavieiros, se os sindicatos foram rechaçados? Como essas ações foram construídas? Quem eram as lideranças e como elas surgiram?

Muitas são as respostas para tais questões. Os setores dominantes, entre eles incluem-se as direções sindicais, obsoletas diante da iniciativa dos trabalhadores, empenharam-se em responder às tais questões. Mas, especialmente, empenharam-se em identificar as lideranças e, como é típico das forças da ordem, também tentaram desqualificar tais iniciativas e, com sinceridade, tratar e responder às causas efetivas dos fatos.

Num primeiro momento, a resposta mais comum foi que a luta dos canavieiros estava vinculada às ações dos movimentos sociais rurais – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) –, que os líderes das mobilizações eram trabalhadores sem terra infiltrados nos canaviais com o papel de insuflar os demais trabalhadores e que, inclusive, o fechamento de rodovias era parte do *modus operandi* dos movimentos de luta pela terra. Essa resposta vinha de dois grupos: de uma parte do movimento sindical, e foi criada para dar satisfação à patronal rural e para mascarar o descolamento das burocracias sindicais dos processos concretos vivenciados por quem diziam representar; mas, também, dos patrões e de seus ideólogos que tinham como objetivo jogar a opinião pública contra os canavieiros (os sem terra são estigmatizados socialmente, a grande mídia é o principal veículo usado pelas classes dominantes para fazer isso) e ensejavam uma ação repressora das forças policiais, o que, felizmente, não aconteceu.

**Foto 1-** Fechamento de rodovias alagoanas por canavieiros



**Fonte:** Arquivo do MPT/Al

Outros tantos foram os discursos que tentaram desqualificar as ações dos trabalhadores. Eles podem ser organizados. 1) Quanto à forma: negativamente, elas são identificadas como espontâneas, sem sentido prévio, sem planejamento, sem razão, logo, equivocadas e não deveriam ter acontecido. Em outras palavras, o que era gerado espontaneamente não tinha direção, não era certo e nem direito. 2) Quanto aos trâmites: elas não passaram pelos sindicatos, não eram legitimadas pela representação primeira, pela primeira instância, queimavam etapas, portanto, eram aberrantes e ilegítimas. 3) Quanto ao número: são iniciativas de minorias que se impõem à maioria e que atropelam os acordos, os valores, os líderes e os poderes constituídos. 4) Quanto a origem: eram iniciativas dos de fora e não dos de dentro. Eram os migrantes, corpos estranhos, aqueles que, não conhecendo a realidade e as lideranças, contaminavam os demais trabalhadores, desestabilizavam e criavam confusões.

Entre todas as tentativas de desqualificação, chama a atenção que a última tenha sido feita por um dirigente sindical. Em depoimento a Silva (2011), os migrantes ‘incendiários’ foram identificados como oriundos de Pernambuco. Vários são os significados disso. Dizer que os líderes são migrantes tanto pode ser uma forma de se opor à migração de trabalhadores de outros estados e de defender o emprego dos locais, como pode ser uma forma de isentar as direções sindicais da responsabilidade de ter liderança sobre eles e da culpa pelos fatos ocorridos. Prevalecendo o último sentido, esse seria um procedimento esperto do dirigente sindical, mas não verdadeiro. Dizer que as lideranças dos levantes são pernambucanos, identificá-los assim, também pode ter outro fim, alertar para a presença e a ingerência destes em Alagoas seria um meio de desencavar o antigo receio das oligarquias locais da influência pernambucana sobre o mundo canavieiro alagoano. Pode ser que essa razão não esteja na ação do dirigente sindical, mas tais efeitos podem ser produzidos.

A associação das mobilizações dos canavieiros com a luta pela terra em Alagoas também foi feita por Silva em sua tese de doutoramento, sem dúvida o melhor esforço de compreensão entre nós do que ocorreu e significou o levante dos canavieiros alagoanos ocorrido entre 2007 e 2009. O autor remonta às rupturas ocorridas a partir do fim do sistema de moradia (desde o meio da década de 1990, em estado bastante avançado em Alagoas), o processo de proletarianização do trabalhador canavieiro “da rua”, e ambienta umas e outro num contexto global de disputa de mercado e de classes. Silva defende a tese de que as

[...] mobilizações dos canavieiros ocorrem em função de um acúmulo de experiência adquirida pelos trabalhadores quando de sua inserção nos movimentos sociais rurais de luta pela terra, nas entressafras do corte da cana, assim como é o resultado de uma maior sociabilidade (interação entre companheiros) que ocorre pela sua participação coletiva nos fortes deslocamentos desses trabalhadores desde seus locais de origem até as áreas de trabalho assalariado, espalhadas pelo país (SILVA, 2011, p. 21).

Estamos diante de duas explicações diferentes. Os patrões, junto com os seus ideólogos e setores do movimento sindical, falam do infiltramento de lideranças realizado pelos movimentos sociais rurais, uma ação, portanto, planejada e orgânica. Silva destaca a experiência adquirida pelos canavieiros “quando de sua inserção nos movimentos sociais rurais de luta pela terra” e de “uma maior sociabilidade” dos trabalhadores que migram para outras áreas do país, a dita “interação de companheiros”. Os fatos da realidade provaram quão oportunista fora a resposta dada pelos primeiros e ela caiu em desuso. A resposta de um dirigente do MST na época, 2009, é esclarecedora disso:

Na verdade, nós fomos surpreendidos com essas mobilizações e manifestações, mas não por ter orientação de nenhuma organização e nenhum movimento aqui de Alagoas. Então nem o sindicato, nenhuma organização, principalmente o MST, dá orientação para essas manifestações, embora apoiemos essas mobilizações e essas manifestações (SILVA, 2011, p. 199).

Na mesma linha, vai a fala de um dirigente da CPT em Alagoas: “[...] uma outra coisa que é interessante é que a gente tem verificado na CPT, que hoje os canavieiros, eles não se sentem representados por ninguém, por nenhuma organização” (SILVA, 2011, p. 219).

Positivamente, as manifestações tinham *um quê* de espontaneidade até então inimaginável de acontecer. Brotaram e foram replicadas à revelia das direções sindicais e sem que as forças da repressão conseguissem muitas vezes sequer identificar as suas lideranças e conter os seus cursos. Espontaneidade quer dizer que as mobilizações não foram realizadas pelas vias formais, nem organizadas pelas estruturas estabelecidas de representação dos trabalhadores, dos sindicatos e nem da federação. Elas não legitimaram as institucionalidades sindicais e nem precisaram da legitimação destas para ter validade, pelo contrário as dispensou em diversos momentos. Primorosa nesse

sentido é uma carta escrita em 2008 por um auditor do Ministério do Trabalho e Emprego em Alagoas (MTE-AL) e apresentada por Silva (2011, p.157), da qual reproduziremos um trecho, abaixo:

Assistimos hoje no meio rural uma situação, no mínimo, inusitada. Trabalhadores rurais (cortadores de cana), diante da insatisfação generalizada com a forma de apuração da produção, estão se mobilizando em diversas regiões do Estado e realizando paralisações no trabalho. Sendo a principal queixa a pouca transferência e unilateralidade (sic) do método de medição da produção, o que, via de regra, não assegura salário compatível com o esforço despendido. Estes mesmos trabalhadores, que dispensaram a participação do sindicato da categoria nas mobilizações, quando entrevistados, desconhecem o que seja CLT ou mesmo Convenção Coletiva do Trabalho – CCT, no entanto, intuitivamente percebem que a justiça na fixação do salário depende de mútuo entendimento entre patrão e empregados e da observância estrita dos preceitos pré-estabelecidos. Convivemos com uma CCT que se não fosse pela observação do período de vigência, acharíamos tratar-se de um documento produzido há décadas. Traz dispositivos como a exclusão do pagamento das horas in itinere ou a obrigação do sindicato rural de avisar com 48 horas de antecedência, caso saiba de alguma fiscalização da DRT programada. Nas fiscalizações do Grupo Rural, são poucos os sindicatos que se habilitam a nos acompanhar, apesar de procurados. O interesse maior é a arrecadação das mensalidades sindicais, que invariavelmente são vertidas de todos os trabalhadores rurais das usinas de açúcar. No campo, quando se fala ao trabalhador rural na importância que deveria ter um sindicato atuante, o descrédito é quase unânime. Poucos trabalhadores conhecem seus sindicalistas. Nunca participaram de uma Assembléia (sic) ou foram ao sindicato rural. No entanto, apesar da pouca escolaridade e do pouco conhecimento de leis, os trabalhadores rurais estão finalmente reconhecendo o sistema de exploração vigente, os exploradores e seus colaboradores e o direito de justo salário.

Foram três as causas principais para a rebelião dos canavieiros: “o roubo” na medição do trabalho, os atrasos de salários e a retirada de direitos. Não houve um movimento geral, comum a todas as usinas e propriedades de particulares. As pautas eram específicas, locais, construídas a partir da realidade imediata vivida pelos envolvidos nas mobilizações, ainda que tivessem como pano de fundo as grandes contradições do capitalismo global e a marca agressiva dos processos de reestruturação produtiva e da precarização das relações de trabalho, fenômenos universais. Isso os trabalhadores não compreendiam, em questão estava a situação direta na qual estavam situados.

Mas as usinas já tinham agido assim em outras oportunidades e não tinham sido enfrentadas da mesma forma. Se tais contradições objetivas eram antigas e não havia uma atuação orgânica dos movimentos sociais rurais na organização das mobilizações, a partir da tese de Silva (2011), voltamos à questão de como elas foram possíveis, como explicar a explosão dos trabalhadores canavieiros na última década em Alagoas? O autor, inspirado em Thompson, destaca o “acúmulo de experiência” realizado pelos trabalhadores rurais enquanto sem terra e migrantes para a realização das mobilizações. Essa nos parece uma boa chave para a compreensão do processo de luta dos canavieiros, enveredaremos por ele, mas é preciso ponderá-lo. Como já dito anteriormente, a partir dos anos de 1990, houve um ascenso da luta pela terra em Alagoas e muitos canavieiros viraram acampados e assentados da reforma agrária. Em período de safra muitos retornam ao corte da cana. A presença deles nas manifestações é possível, mas não há nenhum registro de que isso tenha sido orgânico ou mesmo de que eles tenham liderado esse processo. Pelo contrário, quando buscamos tais evidências, não as encontramos. O clima político daquele momento, porém, de insubordinação dos de baixo, sem terra, sem dúvida, influenciou os de baixo, cortadores de cana.<sup>40</sup>

A emergência política dos sem terra em Alagoas remonta às raízes mais profundas da sociedade camponesa, aos pobres e livres, aos índios e negros da sociedade colonial, mas também é um fenômeno capaz de abalar os pilares mais bem fincados da sociedade alagoana: o latifúndio e a monocultura. A ‘contaminação’ de canavieiros por sem terra não ocorreu (no máximo, houve a inspiração indicada por Silva, 2011), as pautas dos canavieiros eram pontuais e as negociações facilmente realizadas pelos representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT). Entretanto, apenas a ocorrência de tais manifestações e as especulações que a cercaram foram suficientes para assombrar as oligarquias locais para quem, conforme as palavras de Almeida (2008, p.38), “[...] a dominação é uma atalaia permanente”.

A experiência de migrado nos parece mais consolidada e mais determinante do comportamento rebelde dos manifestantes canavieiros, inclusive isso está mais evidente na fala dos policiais que acompanharam os acontecimentos (SILVA, 2011, p. 183) e no nosso trabalho de campo. Os que migram para outras regiões do país, regiões em que os

---

<sup>40</sup> Falar dos debaixo numa sociedade como a alagoana é falar de muitos. Alguns, porém, são mais de baixo do que outros. Os catadores de sururu, os cortadores de cana, os sem terra e os varredores de rua são talvez mais de baixo do que qualquer outro, não são apenas pobres, são pobres gravemente desprestigiados socialmente.

sindicatos são mais combativos e as condições de trabalho menos graves, ao retornarem, cobram dos sindicatos locais outra postura: que enfrentem as usinas e defendam a categoria. Os supereitos de cana praticados em Alagoas, compostos por sete carreiras de cana, por exemplo, não existem em São Paulo, desde a primeira greve de Guariba, em 1984<sup>41</sup>, nem em outros estados produtores de cana, onde os eitos têm cinco carreiras.

O corte da cana em sete carreiras (ou ruas como é chamado em outros Estados) é uma prática importada de São Paulo. Conforme José Graziano da Silva (1997, p. 59), “Não se sabe ao certo como começou esta prática o fato é que ela se disseminou rapidamente a partir da safra de 1982/83, na região Mogiana do Estado de São Paulo”. O aumento de cinco para sete carreiras é uma inovação técnica no corte da cana que beneficia a usina, o fornecedor, mas penaliza o trabalhador, que tem o seu esforço físico intensificado. Segundo o mesmo autor (Ibid., p. 1962), essa mudança “[...] representa um dispêndio de energia maior e, ainda assim, com uma redução da sua capacidade de corte, variando 20% e 40%”.

A revolta é contra as condições de superexploração e contra a falta de uma ação mais efetiva dos sindicatos. A ausência de uma postura combativa dos sindicatos tem efeito muito negativo não só para os canavieiros, mas também para o conjunto da classe trabalhadora. Ela favorece a exploração e o agravamento das condições de vida de milhares de alagoanos. Os assalariados rurais da região canavieira, dentro ou fora do período do corte da cana, compõem uma parcela significativa da população local que vive em situação de precariedade. A pobreza dos canavieiros não é um problema deles próprios apenas, ela se irradia pela periferia das cidades, impacta os serviços públicos, se revela em altas taxas de analfabetismo, atrofia a sociedade e a economia do Estado. Diretamente, quase dois terços dos alagoanos convivem com a cana. Maceió, a capital, só não é completamente cercada por ela porque o mar a protege desse flagelo por um lado e a lagoa por outro. O mesmo não pode ser dito das demais cidades da região canavieira. A existência dos municípios canavieiros depende quase que exclusivamente do complexo agroindustrial. A crise da economia canavieira produz colapso local e regional e bagunça a economia do Estado. Foi assim. É assim. É isso que temos visto nos últimos tempos.

Porque enfrentou as usinas e as direções sindicais, porque suas mobilizações tinham repercussões políticas tão amplas, as manifestações precisaram ser politicamente

---

<sup>41</sup> Sobre a greve de Guariba, ver José Graziano da Silva, 1997.



espontâneas. Suas lideranças existiram na sombra, eram “lideranças ocultas” nos dizeres de Silva (2011). Foi assim menos pela estratégia de ser alternativo e mais por receio das perseguições. A ausência de lideranças públicas não quer dizer que os trabalhadores tenham se esquivado de aparecer e que perseguições não tenham ocorrido, pelo contrário. Diz a sabedoria popular que uma imagem fala mais do que mil palavras. A foto 2 demonstra exatamente tudo o que acabamos de falar e ratifica o saber popular:

**Foto 2** - Encontro de canavieiros com representante do MPT/Al



---

**Fonte:** Arquivo do MPT/Al

Como vemos, não são poucos os trabalhadores que evitavam ser identificados, ainda que o encontro fosse com o Procurador Rodrigo Alencar, representante da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT-AL), órgão em quem eles demonstravam e demonstram confiança ainda hoje.<sup>42</sup> Essa não era uma atitude de covardia, era uma

---

<sup>42</sup> A confiança dos trabalhadores nas ações do MPT decorre de uma série de ações desenvolvidas pela a Procuradoria Regional do Trabalho-AL no setor canavieiro. Possivelmente, a principal ação foi a “Operação Zumbi dos Palmares”, força-tarefa realizada em fevereiro de 2008, ação nacional do MPT e que coroou as ações que já vinham sendo desenvolvidas pela PRT. Os resultados dessa ação foram muito expressivos. Quinze usinas e uma fazenda de particular foram fiscalizadas. O MPT ajuizou ações contra doze usinas, seis delas, inclusive, foram interditadas por irregularidades, também foram firmados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC’s). Não apenas os eitos de cana foram fiscalizados, os alojamentos foram alvo de fiscalização. Muitas foram as irregularidades identificadas. De precárias que foram as condições “Os cortadores de cana da usina Santa corresponderam aos indicados nos Clotilde que viviam nos alojamentos Termos de Rescisões dos Contratos de Mulato, Capela e São Simeão foram Trabalho, elaborados ou conferidos pelo resgatados e tiveram contratos grupo móvel de auditores fiscais do rescindidos” (BIP, 2008, p. 5).

atitude de prudência e de receio. A identificação de um trabalhador como liderança ou mesmo o simples fato dele acionar a Justiça do Trabalho para reclamar direitos pode significar a inclusão do seu nome “numa lista negra” e sua condenação a não ter mais oportunidade de emprego em nenhuma empresa açucareira do Estado (SILVA, 2011; ALBUQUERQUE, 2009).

Nada disso, porém, é capaz de segurar uma massa enfurecida. A crise econômica atingiu o complexo agroindustrial canavieiro de formas e intensidades diferentes. Em Alagoas, o grupo empresarial João Lyra, atestou o golpe de forma grave e, como pôde, o repassou para os trabalhadores do campo e da indústria que tiveram atraso de salários, de décimo terceiro e de férias, além do agravamento dos mecanismos de exploração. A reação dos rurais foi pronta e surpreendente. O episódio mais impressionante aconteceu no município de Atalaia: centenas de trabalhadores cercaram a sede da usina Uruba, portando os seus instrumentos de trabalho, os facões e obrigaram os seguranças e toda a equipe administrativa da usina a se refugiarem no interior da empresa até que fosse negociado o pagamento dos salários em atraso. Nunca antes na história do poderoso complexo agroindustrial canavieiro algo desse porte havia acontecido. Dificilmente um momento como aquele voltará a acontecer em solo alagoano. Além do mais, nesse dia, não houve fronteira, os “da rua” e os “sertanejos” estiveram juntos nas manifestações.

Essa não foi a única vez em que os “da rua” e os “sertanejos” estiveram juntos. Isso, porém, só aconteceu em situações limites para os segundos. Os limites: o não pagamento dos salários e o fim dos contratos safristas. Essas situações feriam a economia moral e o projeto campesino que os mobilizavam e os faziam suportar as situações de superexploração, de precariedade no trabalho e de desconforto. O que diria para a sua família, por exemplo, um camponês que tivesse deixado no final de uma safra valores a receber numa usina? Diante do inimaginável e do inaceitável, *brigar* pelo o justo foi o caminho que restou.

Os “sertanejos” são mais suscetíveis à pressão dos patrões, isso deve constar entre os motivos para que se manifestem menos. Por serem recrutados e mantidos sob a vigilância estreita nos alojamentos, a organização dos “sertanejos” é mais difícil e a identificação de possíveis lideranças mais fácil. Durante a greve da Guaxuma, as lideranças foram logo identificadas. Seus contratos de trabalho foram imediatamente rompidos pela usina, um ônibus foi alugado e trinta e dois trabalhadores foram enviados de volta para as suas casas.

Quem não compreende essa situação de maior suscetibilidade do camponês migrante e o sentido estratégico da sua presença na região canavieira é levado a errôneos entendimentos sobre a sua atuação: diz que eles são submissos e, até, que atrapalham a organização e a luta política dos trabalhadores da “rua”. Tudo errado.

### **5.3 Organização e reorganização sindical em Alagoas: assalariados rurais e agricultores familiares**

A segunda circunstância foi quando chegamos ao Semiárido e encontramos outra estrutura e outra pauta sindical, coerentes com a composição da terra e com uma maior presença e tradição campesina na região. Os sindicatos do Semiárido assumiram nos últimos tempos outra missão social, representar o que se convencionou chamar de agricultores familiares [*O tema do sindicato são as políticas públicas para a transferência e geração de renda*] poucos são os assalariados rurais propriamente ditos.

Enquanto os sindicatos da região canavieira viviam num ambiente de tensão de classe, pressionados pela base e pela patronal, os sindicatos do Semiárido procuravam inserção num debate mais amplo de fortalecimento da agricultura familiar através da capacitação de seus sócios para aquisição de incentivos e de recursos públicos a título de fundo perdido e/ou privados com juros subsidiados, por exemplo. Buscavam convênios para obterem parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições públicas de ensino para a realização de experiências pilotos de produção, organizavam eventos para aprimorar a formação de jovens, filhos de agricultores. Temas como migração e corte da cana são parte do cotidiano, mas não preenchem a agenda da organização, eles escapam à competência do sindicato, incapaz de prevenir e reverter que aconteçam, mas, ainda assim, são acompanhados com atenção. Seus dirigentes sempre têm o que dizer sobre os temas e sabem quem “viaja” e quem não.

Entretanto, nem tudo está nos conformes, como se costuma dizer no interior de Alagoas. Dias antes de nossa chegada em São José da Tapera, em 2015, tinha ocorrido uma reunião de um grupo oposto que pretendia fundar no município um sindicato de agricultores familiares [*Gente que veio de Maceió, que nem daqui é*], tentativa que, segundo o relato de um dirigente do STR local, não obteve êxito por falta de adesão. Como aquele era um tema novo, perguntamos que critério o grupo que propunha a criação do novo sindicato estava utilizando para separar agricultores familiares de assalariados rurais, haja vista que muitos, migrantes ou não, faziam as duas coisas. A

resposta foi simples: a renda. Ou seja, quem tem mais de 50% de sua renda advinda do seu trabalho na roça é agricultor familiar e quem tem mais de 50% da renda obtida com o trabalho assalariado é trabalhador assalariado.

Aquele, percebemos rápido, não era o tema predileto do dirigente sindical, evitamos seguir na conversa e nem estava no centro do nosso interesse, mas continuamos atentos, pois percebemos que algo muito delicado estava acontecendo e aumentava a temperatura do Sertão.

A terceira circunstância só aconteceu no início de 2016, quando nosso trabalho de campo já era dado como encerrado. Soubemos de uma reunião na sede da Fetag, na qual seria tratada a reestruturação sindical rural em Alagoas, era o primeiro debate aberto sobre o tema no Estado, dele tomamos parte como ouvinte, mas, no final, entrevistamos dois dirigentes nacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (CONTAR), fundada em outubro de 2015.

Nacionalmente, o processo de reorganização do movimento sindical rural está em curso desde 2004,<sup>43</sup> ano da criação Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). A FETRAF é fruto de uma decisão tomada no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar. Nos primeiros dias de setembro de 2016, e como resultado de um processo de amadurecimento, em seu lugar surgiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (CONTRAF).

Os dois movimentos, criação da CONTRAF e da CONTAR, muito recentes, são parte de um processo que vem sendo chamado pelos dirigentes de “dissociação”, ocorre em sintonia com a Central Única dos Trabalhadores e dão conta não só de um novo momento organizativo do sindicalismo rural brasileiro, mas também de um processo silencioso e complexo de disputa do comando do mesmo entre a CUT e a Força Sindical. Em alguns Estados da federação, essa disputa acontece em cena aberta e produz grandes conflitos, Pernambuco é o exemplo mais próximo disso. Em diversos municípios pernambucanos encontraremos os dois sindicatos, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados (SINTAR), entre eles são comuns os embates, inclusive com ações judiciais movidas entre as partes. Este não é um caso isolado no país.

---

<sup>43</sup> A discussão sobre a reestruturação do sindicalismo rural remete ao período da abertura política, década de 1980. O debate sobre a unicidade sindical já estava posto na época e era apenas um dos desafios a ser enfrentado pelo complexo Contag-Fetag's-Str's na época. Entretanto, ele só veio tomar forma nos anos 2000, muitas vezes fora do âmbito do complexo.

Em Alagoas, esse processo está apenas começando e ainda não está cristalizado. Muitos dirigentes sindicais do mundo canavieiro, por exemplo, não perceberam ainda as possíveis tensões que poderão acontecer nos seus municípios pela representação dos agricultores familiares ou, se perceberam, isso não os preocupa. Eles são dirigentes de assalariados e assim pretendem continuar. São os assalariados que, compulsoriamente, sustentam com suas contribuições mensais o movimento sindical da região canavieira; os agricultores familiares, são em número menor e poucos são filiados aos sindicatos, se o são, não têm contribuição financeira regular – e quando têm, isso é irrelevante no conjunto da arrecadação dos sindicatos.

Os dirigentes da Fetag, porém, estão atentos ao que está acontecendo. Em dezembro de 2015, a Fetag optou por representar os pequenos agricultores familiares. Os dirigentes de sindicatos mais atentos também já fizeram suas escolhas. No início de setembro de 2016, dezenove sindicatos já tinham optado pela dissociação em Alagoas, falta legitimar as decisões em assembleias locais das suas categorias. Em curso, a partir disso, está também a criação da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Alagoas (FETAR).

No final de agosto de 2016, tivemos uma nova oportunidade de acompanhar esse debate em Alagoas, agora com dirigentes nacionais da FETRAF. O tema foi novamente o processo de reorganização do sindicalismo rural brasileiro, o fim dos sindicatos ecléticos e a dissociação entre assalariados rurais e agricultores familiares. O discurso do dirigente rejeita que isso seja um fenômeno negativo [*A gente dissocia não para dividir. A gente dissocia para somar. Quando a gente tem duas bandeiras a gente não dividiu, a gente multiplicou*] e afirma que ele é necessário para atender melhor às diferentes demandas apresentadas pelos dois segmentos envolvidos, portadores que são de muitas especificidades.

O que vemos em Alagoas é que no segmento assalariados rurais a disputa de comando será menor, a CUT e os dirigentes atuais têm posições mais consolidadas. A grande disputa, que já está em curso, acontece em torno da fundação e do comando dos agricultores familiares. Isso reflete a visibilidade social e a importância política que esse setor adquiriu nas últimas duas décadas no Brasil, bem como a criação de um conjunto variado de políticas públicas que beneficiam milhões de famílias e gera riqueza e renda em todo o país. Os agricultores familiares são atores políticos importantes, enfrentam o agronegócio e disputam espaço na formulação de um projeto de sociedade mais justa. É

a importância desse segmento e a consequente disputa pelo comando político desse processo [*Se nós mesmos não fazemos a dissociação, outros farão*].<sup>44</sup>

A defesa da dissociação diz que esse procedimento evitará a contradição de ter no mesmo sindicato quem empregue (o agricultor familiar), ainda que circunstancialmente, e quem é empregado (o assalariado rural). Outra questão é que com o crescimento da agricultura familiar e das políticas públicas destinadas para o setor, ficou ‘pesado’ para os sindicatos ecléticos dar conta das demandas dos dois segmentos.

A dissociação seguirá o seu curso e isso parece inevitável. Os sinais da realidade local indicam que os sindicatos de assalariados rurais estarão mais concentrados na região canavieira, mas nada garante que eles cumprirão papel mais destacado no futuro. Hoje, a impressão que dá é que os acontecimentos de 2007 a 2014 já estão acomodados e as direções sindicais voltaram às suas posições anteriores. Salvo uma mudança de temperatura política imposta pelas profundas contradições capital e trabalho no setor, deve ocorrer um novo período de estabilidade no mundo canavieiro alagoano.

Os sindicatos de agricultores familiares devem ser mais fortes no Semiárido e, em sintonia com um panorama nacional de retrocesso em políticas públicas para a pequena agricultura, devem exercer um papel de organização e mobilização social mais vigoroso: o inimigo número um será o governo federal. Ao mesmo tempo em que, confirmando-se essa expectativa, esse será um processo politizador do campesinato praticante legítimo da agricultura familiar. No próximo período, o agronegócio deverá aumentar a sua influência sobre os governos em todos os níveis (em Alagoas isso já é evidente) e propor políticas e legislações que o beneficiem.

A agricultura familiar deverá ser um campo de disputa com francas possibilidades de resvalamento para a definição não só de políticas para o setor, mas também do desenho de um projeto político mais amplo para a sociedade, cujo ponto fundamental seja a democratização do solo, a defesa de uma agricultura sustentável e o fortalecimento de práticas agroecológicas, propostas muito próximas daquilo que essencialmente já faz o campesinato.

---

<sup>44</sup> Fora dos expedientes da pesquisa acadêmica, o que sabemos é que, na surdina, há um forte movimento de articulação de sindicatos agricultores familiares no interior de Alagoas. A última estimativa de que tivemos notícia é que 46 já estão encaminhados, falta apenas serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Considerando que tal informação seja verdadeira e que o Estado tem 102 municípios, a disputa das bases da nova breve Fetag já começou.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato é uma categoria dinâmica, com grande capacidade de adaptação e de contorno dos desafios que a realidade lhe impõe. O Semiárido ainda é um ambiente hostil. Além das dificuldades impostas pelo fenômeno natural das estiagens e das secas periódicas, o camponês enfrenta o latifúndio, herança maldita do modelo colonial português, e o minifúndio, alavanca do fenômeno migratório. O debate instituído no Brasil a partir das iniciativas de Celso Furtado, via Sudene, nos anos de 1960, não gerou maiores resultados no Nordeste profundo. As políticas públicas implementadas nas últimas décadas foram importantes, mas não alteram as causas estruturais: a concentração de terras e a desigualdade social

A terra campesina é exígua e o camponês do Semiárido alagoano não tem como viver apenas do que realiza nela, a produção é insuficiente e precisa ser complementada com outras rendas. A venda de dias de trabalho para um grande proprietário da região, ou mesmo a realização de trabalhos como pedreiro, marceneiro ou outros, também não garante a sua sobrevivência e a da família. Migrar é preciso.

Migrar, e proletarizar-se, é uma imposição da realidade (repetimos, migra quem tem um pedaço insuficiente de terra); submeter-se ao trabalho extenuante também não é uma opção (são comuns as queixas contra a dureza da vida no corte da cana), por isso é preciso perceber a dimensão excepcional presente naqueles que, apesar de compreenderem e rejeitarem o sofrimento do trabalho duro no canavial, *aturam* estrategicamente a submissão e os níveis elevados de exploração. Ao agirem assim, resguardam os seus interesses campesinos e dão aos seus movimentos contornos de resistência, de uma resistência invertida, do mesmo modo, posicionam-se nos confins do compromisso mais elevado com a unidade familiar da qual são parte: o compromisso moral de ser provedor e de preservação da condição campesina.

A migração temporária, anterior ao campesinato no universo sertanejo, ganhou com ele outro caráter, se constituiu numa importante estratégia de enfrentamento da pobreza, de convivência com o Semiárido e de manutenção da condição campesina. Migração e pluriatividade na realidade campesina têm elevado grau de aderência.

As necessidades e as expectativas do campesinato do Semiárido são componentes essenciais para entender as mudanças que vive esse segmento.

Contemporâneo que é de um tempo de grandes transformações, suas relações sociais estão inseridas num processo dialético de ajustamento das tradições culturais mais profundas e de remodelagem permanente de condutas individuais e coletivas. Sociologicamente este é um processo extremamente rico, conflituoso, tenso, mas também ameno, cheio de espaços de mediação e que, embora já tenha sido visitado por tantos estudiosos, está por exigir novos esforços de compreensão. O camponês tem tradições profundas, refaz os seus vínculos com a produção, com a terra, com a família e com o mundo para poder continuar sendo quem é. Assim posto, não é possível pensar sobre esse tema sem perguntar: qual o futuro do campesinato? Ele sobreviverá ao processo migratório ou ele se converterá num canavieiro? Depois de anos de migração, quem é ele, um camponês ou um canavieiro?

Muito já foi dito sobre isso na academia, mas quem melhor para responder sobre tais coisas do que o próprio camponês-canavieiro? Decidimos perguntar ao próprio migrante como ele entende esse processo. Não foi fácil. Identidade é assunto paradoxalmente delicado e espinhoso. Nesse processo, por exemplo, descobrimos que pensar sobre isso só é importante quando nos colocamos tal questão ou quando esse é um tema considerado fundamental para quem responde. Perguntamos aos nossos entrevistados como eles se definiam, *um camponês ou um trabalhador canavieiro*. O mais comum foi um *tergiversar*, como se não quisessem responder ou como se aquela pergunta não fizesse sentido, não fosse importante, algo assim: “Por que isso agora?”. “Por que dividir o que é um em dois?”. “Essa não é questão nossa, resolvam por conta própria”. “Não precisamos responder a isso”.

Muito curioso também foi quando a questão foi aceita e respondida. Primeiro, apontou-se uma solução tácita e diferente daquilo que perguntamos, De forma tácita [*A palavra é agricultor*], mas também uma solução geral-genérica [*A gente é tudo*]. Em todos os casos, sempre *en passant*, é como se nos dissessem o seguinte: “Essa questão não é nossa, mas se temos que responder, respondemos como queremos”.

O migrante sabe o que faz quando responde ou não a questão “*você se define como um camponês ou como um trabalhador canavieiro*”. O migrante não sofre de crise de identidade. Ele é “tudo” sem deixar de ser quem é. Ele sabe quem é e quem quer continuar sendo. É alguém preocupado em existir e em construir as condições de sua existência da melhor maneira possível, migra, é proletarizado, mas isso não é motivo de confusão. Em nenhum momento um deles disse, por exemplo, “*sou um trabalhador canavieiro*”.



Essa não foi a única sensibilidade que percebemos. Alguns tomaram como se perguntássemos se eram trabalhadores, no sentido de afeitos ao trabalho ou não. De imediato, corrigimos esse entendimento – nos parece que esse desvio fora um recurso inconsciente utilizado pelo entrevistado para levar o debate para um campo de conforto, a si favorável. Outro modo de tergiversar.

Seria inadmissível perguntar a alguém que migra para o corte da cana se ele é trabalhador; com justiça, o trabalho no canavial é reportado como “*rojão pesado*”, mas não era disso que queríamos tratar com a questão. Tivemos cuidado quando a formulamos porque há uma diferença substancial entre perguntar ao migrante se ele é trabalhador ou se é um trabalhador canavieiro. O canavieiro é, antes de tudo, trabalhador, o corte da cana não é pra qualquer um. O trabalho do corte da cana não é apenas precário, ele é considerado cruel. Há no corte da cana um grave conteúdo de superexploração.

Quando o migrante não responde se é “*um camponês ou um trabalhador canavieiro*” não é que ele não saiba das razões do seu ato e nem dos motivos que o levaram a migrar, porém, apenas quando ele responde é possível para o pesquisador descobrir os sentidos dados pelo migrante e investir se são coerentes entre si. As questões que movem o pesquisador algumas vezes só são importantes para ele mesmo, ainda assim, é sua tarefa problematizar a realidade, mesmo que isso pareça enfadonho para quem é chamado a responder. A pergunta é uma importante chave para que o pesquisador esclareça as questões que abraça. Se o pesquisador não pergunta, não obtém respostas. Sem as perguntas e sem as respostas – que também devem ser problematizadas -, há a tentação de falar pelos outros.

É preciso indagar a realidade mais e mais, sempre; e é preciso cuidado extremo quando interpretamos os sentidos das ações alheias. Porque certos cuidados não foram observados ou porque os sinais da realidade foram mal entendidos, erraram os que não entenderam alguns resultados imediatos da migração, bem como as suas razões e os seus objetivos. Estamos diante de três coisas diferentes:

1- Informar que o migrante realiza os seus objetivos quando alcança resultados imediatos, quando retorna com alguma economia, com bens, e até quando incorporou hábitos novos de consumo é lidar com as evidências e reduzir a experiência migratória às dimensões de mercado.

2- A migração não é só uma experiência de dor e sofrimento. É verdade que o migrante sofre com as condições adversas de trabalho e de moradia, com os

preconceitos, com a distância da família e com o desenraizamento do seu lugar de origem; mas também é verdade que esse processo o enriquece e o transforma, bem como que experiências de convivência, solidariedade e lazer são construídas entre os migrantes e até com outras pessoas com as quais venha a ter contato. Enfim, o migrante experimenta um novo rito de trabalho, convive, aceitando ou não, com outros costumes, é rejeitado e rejeita outros padrões culturais, tem acesso a um capital cultural que não teria se não tivesse migrado (BOURDIEU, 2000).

3 O simples ato de migrar mexe nos padrões tradicionais de vida da família. No caso da migração permanentemente temporária, a família é obrigada a assimilar essas interferências como um novo padrão, a migração passa a fazer parte do padrão de vida da unidade familiar e dos seus membros, é incorporada como parte da existência campesina. Novos padrões de conduta são incorporados. Obrigatoriamente são alterados os papéis sociais dos membros da família e novas relações de sociabilidade são adotadas. O capital cultural adquirido pelo migrante, não foi acessível aos demais membros do seu grupo familiar e isso interfere na sua subjetividade, nas suas relações familiares e na sua prática campesina. O indivíduo que retorna, nunca é igual ao que foi, assim como sua família também já não é a mesma. Essas questões são mais fundamentais para a pesquisa sociológica do que quaisquer outras.

A recorrência migratória mexe com a existência campesina daquele que migra, durante um período do ano ele também é um assalariado. Essa dualidade tem inspirado teses prenhes de determinismos que decretam o fim do campesinato, tomado como uma categoria pretérita, em decomposição; e reduzindo sua existência a um fenômeno residual no conjunto da sociedade moderna. A realidade nos revela mais. Compreendemos a migração como parte da resistência campesina como um fenômeno de conteúdo mais denso e rígido diante das abordagens que tentam reduzir o campesinato à categoria de trabalhadores para o capital.

Por razões endógenas e exógenas, a sociedade camponesa, ainda mais em tempos de grande avanço dos meios de comunicação, passa por transformações importantes, as relações de gênero fazem parte dessas mudanças. A migração do marido, fenômeno aqui em tela, certamente está somado a outros fenômenos da realidade que têm contribuído para o empoderamento da mulher. O simples contato, por exemplo, com a realidade mais ampla do país – em todas as casas que visitamos tinha energia elétrica e uma televisão – colabora para uma nova posição da mulher na

sociedade camponesa. As mulheres são importantes para a reprodução familiar não só porque transmitem valores sociais, mas também porque produzem bens e riquezas materiais fundamentais para a reprodução da unidade familiar. O fato é que o empoderamento das mulheres fortalece a família camponesa. Como nos diz Godoi (1999, p. 84), “[...] é impossível produzir-se a autonomia de uma unidade doméstica sem o trabalho da mulher, não só no espaço doméstico como também na esfera mais plenamente produtiva”.

As transformações ocorridas na dinâmica de produção canavieira têm agravado ainda mais as condições de vida dos migrantes e do conjunto dos trabalhadores canavieiros. Metas rigorosas de produção e padrões produtivos cada vez mais exigentes têm feito crescer o número de mortes por exaustão e de adoecimentos diversos que acometem os canavieiros submetidos a ritmos de trabalho intensos. O campesinato migrante realiza esforços físicos cada vez mais graves. O seu projeto de fazer poupança tem efeito negativo sobre o seu corpo como canavieiro e favorece os donos do capital que se aproveitam disso para aprimorar os mecanismos de exploração do trabalhador.

A reestruturação produtiva e a crise do complexo agroindustrial canavieiro, bem como a redução do número de emprego e o agravamento das condições de trabalho e renda decorrentes delas têm atuado na construção de novas rotas migratórias. Essas novas rotas impactam mais o migrante e a sua família do que a costumeira migração para o “Sul”. As viagens são para lugares cada vez mais distantes e com costumes ainda mais diferentes do que aqueles com os quais já está acostumado. De tão distantes geográfica e culturalmente, algumas experiências migratórias até parecem experiências emigratórias.

## REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.

\_\_\_\_\_. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In.: ALMEIDA, Luiz Sávio; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

\_\_\_\_\_; CANIELLO, Márcio de Matos. Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do Semiárido. **Latitude**, v. 5, n. 1, p. 113-131, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/viewFile/998/677>>. Acesso em: 15/04/2014.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS; Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades de Santa Catarina. In.: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

ALMEIDA, José Américo de. **Histórias sertanejas**. São Paulo: Cultrix, 1959.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Manuel Correia de Andrade. Os empobrecidos e a terra. **Revista eletrônica economia política do desenvolvimento**, Maceió, v. 3, p. 9-44, ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capital de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2008.

ALVES, Francisco. Progresso técnico e trabalho migrante no setor sucro- alcooleiro da Região de Ribeirão Preto. **Revista Travessia**, n. 18, p.17-22, jan./abr. 1994.

ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do Vale: Experiências Camponesas no interior da Província das Alagoas (1870-1890)**. 2014. 313 f. Tese (Doutorado em História) –

Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ANDRADE, Lopes de. **Introdução à Sociologia da Seca**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.

\_\_\_\_\_. **Usinas e Destilarias das Alagoas**: uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: Edufal, 1997.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

ARAUJO, T. B. et al. O financiamento do desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a questão regional. In: PRADO, Luiz Carlos Delorme. (Org.). **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a CAIXA**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 59-67. (1).

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO (ASA). **Programa Um milhão de Cisternas**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Consulta em: 15-01-2016.

AZEREDO, Thiago. **Nordeste e suas sub-regiões**. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/geografia-fisica/nordeste-e-suas-sub-regioes.html>>. Acesso em: 04/09/2015.

BACELAR, Tânia. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In.: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento - NORDESTE**. Rio de Janeiro: BNDES, 2011. p. 540-562. (1).

\_\_\_\_\_. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In.: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

BARROS, Alexandre Hugo Cezar. **Climatologia do Estado de Alagoas**. Recife: Embrapa Solos, 2012. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/103956/1/BPD-211-Climatologia-Alagoas.pdf>>. Acesso em: 25/09/2015.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: UNESP, 2011.

BIP – Boletim Institucional da PRT-AL. **Trabalhadores são resgatados e usina paga rescisões**. Ano 3 - nº 12 - Maceió, janeiro a março de 2008

BORBA, Elisandra. **Operários paralisam obras da Arena do Grêmio**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/>>. Acesso em: 15/01/2016

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo: Artes Graphicas Typ. e Pautação, 1909.

CÂNDIDO, Paulo; MALAGODI, Edgard. Mobilização de trabalhadores canavieiros e ação estatal no setor sucroalcooleiro do Nordeste. **Cadernos de Ciências Sociais aplicadas**, Vitória da Conquista, a. 7, n. 8, p. 133-151, jul./dez. 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A Brecha Camponesa no Sistema Escravista. In. WELCH, Clifford Andrew et al. **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores & pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

CARON, Patrick. Diversidades e trajetórias de evolução das unidades produtivas. In.: CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão**: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

CARON, Patrick; HUBERT, Bernard. Dinâmicas do Sistema de Pecuária In.: CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão**: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015.

\_\_\_\_\_. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana**. Maceió: Edufal, 2000.

\_\_\_\_\_. **Economia popular**: uma via de modernização para Alagoas. Maceió: Edufal, 2012.

CARVALHO, Fábio Pereira de. “Não lhe dava que vestir nem nada que ela precisava”: autonomia das escravas e a comunidade escrava (Vassouras, 1850-1888). In.: SECRETO, Maria Verônica. **Pequenas histórias de sujeitos singulares**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Sociologia do Açúcar**. Rio de Janeiro: Editora, 1971.

\_\_\_\_\_. **Viajando o Sertão**. São Paulo: Global, 2009.

CASTILHO, Carolina Braz; SCHENEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In.: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**: O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAGAS, Clerisvaldo B; FAUSTO, Marcello; V. NETO, Pedro Pacífico. **Negros em Santana**. Santana do Ipanema: GRAFPEL, 2012.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Perfil do Setor do Açúcar e do Alcool no Brasil**. Brasília, v.5, p. 1-88, 2013.

\_\_\_\_\_. Acompanhamento safra brasileira cana, v. 3 - Safra 2016/17, n. 2 - Segundo levantamento, agosto de 2016.

CORDEIRO, Rosineide de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In.: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

COSTA, Fernando Dore. Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação. **Análise social**, v. 30, n. 1, p. 121-155, 1995.

COVER, Maciel. **O “tranco da roça” e a “vida no barraco”**: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do Agronegócio Canavieiro. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**: (Campanha de Canudos). São Paulo: Martin Claret, 2002.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

DANTAS, Raquel Matias; FREIRE, Flávio Henrique Miranda. Migração e seletividade na região Nordeste: um estudo a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. In.: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (Orgs.). **Migrações Nordestinas no Século 21**: um panorama recente. São Paulo: Edgar Blucher, 2014.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2012.



\_\_\_\_\_. **O Bangüê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2002.

DURHAM, Eunice R. **A Caminho da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1984.

ELIAS; Norbert; SCOTTSON, John L. **Os estabelecidos e outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do Açúcar.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio escolar da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. Eldorado ou fábula? Narrativas da experiência migratória de agregados e pequenos proprietários nordestinos no Médio Mearim, Maranhão (1930-1970). In.: SECRETO, Maria Verônica. **Pequenas histórias de sujeitos singulares.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo:** trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FORMAN, Shepard. **Camponeses:** sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida da paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. **Casa grande e senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. **A saga da Sudene.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

\_\_\_\_\_. **Dialética do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. In.: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (Orgs.). **Migrações Nordestinas no Século 21**: um panorama recente. São Paulo: Edgar Blucher, 2014.

GALINDO, Wedna Cristina Marinho. **Intervenção rural e autonomia**: a experiência da Articulação do Semi-Árido em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **O Sul-caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1989.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no Sertão do Piauí. Campinas: Unicamp, 1999.

GOLFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUANAIS, Juliana Biondi. **O salário por produção enquanto uma estratégia empresarial**: estímulo à intensificação do trabalho dos cortadores de cana brasileiros. Disponível em: <<http://ricot.com.pt/artigos>>. Acesso em: 15/02/2015.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HASSE, Geraldo. “Meus caros pais”: uma trajetória migrante. In.: CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti et al. **Migração e identidade**: olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: MCT/CNPq/Marco Zero, 1988.

HONNETH, Alex. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In.: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia. **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2010.

IANNI, Octávio. **As Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. A questão social. **Revista USP**, p. 145 – 154, set./nov. 1989. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/03/17-octavio.pdf>>. Acesso em: 13/03/2015

KIDDER, Daniel P. **Os tropeiros e a feira**. São Paulo: Cultrix, 1959.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Cultrix, 1959.

LESSA, Golbery Luis. Um Programa Agrário para a Esquerda Alagoana. In.: ALMEIDA, Sávio; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2011a.

\_\_\_\_\_. **A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica**. Maceió: EDUFAL, 2001b.

\_\_\_\_\_. **A utopia armada: rebelião de pobres nas matas do Tombo Real**. Maceió: EDUFAL, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Interpretação da província: estudo da cultura alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2005b.

LOUREIRO, Osman. **Açúcar: notas e comentários**. Maceió: Gráfica São Pedro, 1969.

LÚCIO, Antônio Barbosa. **A ação sindical dos canavieiros alagoanos a partir a partir da década de 1980: alcances e limites**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos>. Acesso em: 12-2-2016.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Lutas sociais no campo e políticas públicas**: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: EDUFAL, 2011.

MAESTRI, Mário; FIABANI, Adelmir. O mato, a roça e a enxada: a horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI-XIX). In.: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2008.

MAGALHÃES, Belmira. **Vidas secas**: os desejos de sinhá Vitória. Curitiba, HD Livros, 2001.

MARQUES, Dimas Bezerra. **Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe esta mercê**: a influência da Guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778). 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**: ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELO, Lígia Albuquerque de. Relações de gênero na convivência com o Semi-Árido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In.: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MELO, Paulo Décio de Arruda et al. Desenvolvimento Rural e Gestão Territorial: Análise Comparativa entre os Territórios do Litoral Norte e do Alto Sertão de Alagoas.

In.: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5, 2012, Pará. **Anais...** Belém: [s. n.], 2012.

\_\_\_\_\_. **Cana-de-açúcar e Reestruturação Produtiva: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. 2002. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco Recife, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MENEZES, Maria Lucia Pires. A crise do estado de bem estar e a caracterização de processos territoriais da migração no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 85, n. 94, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-85.htm>>. Acesso em: 01/08/2016

MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

MTE - Ministério do Trabalho e de Emprego, dados CAGED – Cadastro Geral de empregados e desempregados, 2014-2015.

MOORE, Barrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

\_\_\_\_\_. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. **Revista de Antropologia**, v. 22, p. 61-78, 1979.

NASCIMENTO, Tiago Carlos Lima do; OLIVEIRA, Herick Cidarta Gomes de. Análise das Migrações Intrarregionais no Semiárido Setentrional. In.: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (Orgs). **Migrações Nordestinas no Século 21**: um panorama recente. São Paulo: Edgar Blucher Ltda, 2014.

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, a. 59, jan./abr. 2007.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (Orgs.). **Migrações Nordestinas no Século 21: um panorama recente**. São Paulo: Edgar Blucher Ltda, 2014.

OLIVEIRA, Chico. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, KLEBER F; FUSCO, WILSON; LYRA, MARIA REJANE; CUNHA, JOSÉ MARCOS PINTO DA. "As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais", p.83-112. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-07> Acesso em: 15-03-2015

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In.: ROSALDO, Michele Zimbalist; LAMPHIRE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

PADRÃO, Luciano Nunes. **O trabalho na cana-de-açúcar, reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais**. 1997. Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01\\_14.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf)>. Acesso em: 20/06/2015

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco: 1700-1817**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 103-114, nov. 1977.

PINTO, Otávio. Uma aldeia de negros no Seridó. In.: CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o Sertão**. São Paulo: Global, 2009.

PLANCHEREL, Alice Anabuki; ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. Os “sertanejos” e os “da rua”: idas e vindas do trabalho nos canaviais alagoanos. SEMINÁRIO INTERNACIONAL RURALIDADES, 1., 2011, São Carlos. **Anais...** São Carlos: [s. n.], 2011. p. 1-22.

PLOEG, Jan Douve van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

QUEIROZ, Allan Souza. **Entre a formalização e a precarização: o trabalho e o emprego dos cortadores de cana de Alagoas**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre – BR- RS, 2013.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 1978.

ROLIM, Alex. “Jurisdição militar, inquisitorial e territorial no sul de Pernambuco: Contribuição a uma arquitetura dos poderes nas Capitanias de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco (1655-1712)”. **Revista Ultramares**, v. 1, n. 2, ago./dez. 2012.

ROLIM Alex et al. Crime e Justiça no “domicílio ordinário dos delinquentes”: Comarca de Alagoas (Século XVIII). **Revista Crítica Histórica**, a. 2, n. 3, jul. 2011.

ROSALDO, Michele Zimbalist; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SABOURIN, Eric; TRIER, Rémi. Manejo de água em sistema pluvial sequeiro. In.: CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, p. 26-37, jun. 1994a.

\_\_\_\_\_. Caminhos da Cidadania: comentários adicionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, p. 48-51, jun. 1994b.

SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História da Cana-de-Açúcar de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2011.

SANT’ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves dos. As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. In.: Lourenço, E.; Navarro, V.; Bertani, I.; Silva, J.F.S., Sant’Ana,

R.S.. (Org.). **O avesso do Trabalho II**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. II, p. 343-366.

SANTIAGO, Rodrigo. Um roteiro para entender os temas que dominavam a Sudene. **Cadernos do Desenvolvimento**, a. 1, n.1, 2006.

SANTOS, Charles dos. Trabalho e adoecimento nos canaviais alagoanos: o caso dos irrigantes e operadores de herbicida. SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 8., 2012, Franca. **Proceedings online** ... Unesp, Franca, Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01/02/2013.

SANTOS, Carla Caroline Silva dos. (In)segura alimentar e nutricional: o doce amargo do universo canavieiro alagoano. In.: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna (Orgs.). **Trabalho e Capitalismo Contemporâneo**. Maceió: EDUFAL, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Alagoas em dados e informações**. 2016. Disponível em: <http://www.dados.al.gov.br/>. Acesso em: 12-01-2016.

SIGAUD, Lygia. **Os Clandestinos e os Direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SINDIAÇÚCAR-AL – Sindicato da Indústria do Açúcar e Álcool no Estado de Alagoas. **Boletins de safra**. Disponível em: <http://www.sindacucar-al.com.br>. Acesso em: 15-03-2016



SILVA, Carolina Braz de Castilho e Silva; SCHENEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In.: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In.: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Universitária da UFPE, 2010.

SILVA, José Graziano da. **De boias-frias a empregados rurais: (as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme)**. Maceió: EDUFAL, 1997.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **“Nas solidões vastas e assustadoras”**: Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares, PB. In.: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. In. **Interfacehs - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.3, n.2, Artigo 1, abr./agosto 2008. Disponível em: [http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod\\_artigo=146](http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=146). Consulta em 20-11-2014.

\_\_\_\_\_. A morte ronda os canaviais paulistas. **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 111-142, 2006.

\_\_\_\_\_. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. "Como expulsar o camponês do proletário". **Travessia: Revista do Migrante**, a. 3, n. 8, p. 5-11, set./dez. 1990.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Serra dos perigosos: guerrilha e índio no sertão alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920)**. 1981. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

\_\_\_\_\_. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 119-156, abr. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/francis8.htm>>. Acesso em: 27/04/2014

SILVA, José Borzacciello da et al (Orgs.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/tratado-descritivo-do-brasil-em-1587/pagina/5/texto>>. Acesso em 08/04/2015

SILVA, Paulo Cândido da. **Paradeiros e revoltas nos canaviais alagoanos entre 2007e 2009**. 2011. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>>. Acesso em 13/01/2015.

SUAREZ, Maria Teresa Sales de Melo. **Cassacos e corumbas**. São Paulo: Ática, 1977.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. (1).

\_\_\_\_\_. **Formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. (2).

VERÇOSA, Lúcio Vasconcellos de. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos: um estudo sobre trabalho e saúde**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, 2016. São Carlos: UFSCar, 2016. 208 p.

\_\_\_\_\_. Labor nos “eitos gigantes”: a superexploração da força de trabalho nos canaviais de Alagoas. In.: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna (Orgs). **Trabalho e Capitalismo Contemporâneo**. Maceió: EDUFAL, 2011.

\_\_\_\_\_. Por detrás da fuligem dos canaviais, há luta de classes. In.: ALMEIDA, Luiz Sávio; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

VIANNA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas bahianos**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935. (43).

VIEIRA, Jorge Luis Gonzaga. **Práticas identitárias e ressignificação do universo imaginário dos povos indígenas do Sertão de Alagoas**. 2015. 304 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Université Stendhal Grenoble 3, Grenoble, France. 2015.

VIEIRA, Jorge Luis Gonzaga. Povos do Sertão de Alagoas: confinamento, diáspora e reterritorialização. Itabaiana: **Gepiadde**, a. 4, v. 8, jul./dez. 2010. Disponível em: <[http://200.17.141.110/periodicos/revista\\_forum\\_identicidades/revistas](http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identicidades/revistas)>. Acesso em: 08/05/ 2015

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O Mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. Prefácio à edição brasileira. In. SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. **Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WOLF, Eric R. **Antropologia e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In.: WELCH, Clifford A. et al (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

## **ANEXOS**

**ANEXO A - Municípios alagoanos com comunidades quilombolas (3/2/2016)**

<b>Nº</b>	<b>Municípios com comunidades quilombolas – Sertão</b>	<b>Quantidade</b>
1	Água Branca	4
2	Batalha	1
3	Canapi	1
4	Carneiros	1
5	Delmito Gouveia	1
6	Jacaré dos Homens	4
7	Major Izidoro	1
8	Mata Grande	1
9	Monteirópolis	1
10	Olho D`Agua das Flores	4
11	Palestina	3
12	Pão de Açúcar	2
13	Pariconha	3
14	Poço das Trincheiras	6
15	Piranhas	1
16	São José da Tapera	4
17	Senador Rui Palmeira	1
<b>Total</b>		<b>39</b>
<b>Nº</b>	<b>Municípios com comunidades quilombolas – Agreste</b>	
1	Arapiraca	2
2	Cacimbinhas	1
3	Igaci	1
4	Palmeira dos Índios	2
5	Taquarana	8
6	Traipu	5
<b>Total</b>		<b>19</b>
<b>Nº</b>	<b>Municípios com comunidades quilombolas – Baixo S. Francisco</b>	<b>Quantidade</b>

